



princípios 165

teoria, política e cultura

ISSN 1415-7888 E-ISSN 2675-6609

SET./DEZ. 2022

ANO 41 - R\$ 30,00

DOSSIÊ

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: DEBATES E HORIZONTE PROGRAMÁTICO

Elias Jabbour, Eduardo Costa Pinto e Alexis Dantas

▲ **Da "guerra de todos contra todos" ao projeto civilizatório**

Juliane Furno

▲ **Marxismo, imperialismo e questão nacional**

Rubens Sawaya

▲ **Dependência cultural e desenvolvimento**

Paris Yeros

▲ **Semiproletarização na África**



Anita Garibaldi

ISSN 14157888



9 771415 788005



O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e de fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Nele, destaca-se o **CDM (Centro de Documentação e Memória)**, que comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, além de coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.

Fundação
Maurício
Grabois



Fundação Maurício Grabois
ESPAÇO DO PENSAMENTO MARXISTA E PROGRESSISTA



Navegue pelas editorias

CDM

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA



Artigos



"Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica"
8 de março de 2022



Entrevista Luciana
8 de março de 2022

O Partido Comunista na legalidade (1945-1947) (parte 2)
10 de março de 2010

Periódicos



VER TODOS



PCdoB - Documentos



Periódicos



Biblioteca



Principais Documentos



A Nação
457



A nova
luta pelo
socialismo
o 92



Fundame
ntos 02



Imprensa
Popular
597B



Tribuna
Popular
96



A Classe
Operária
58

VÍDEOS



O socialismo vive! 8º Congresso do PCdoB (1992)



Falta de abraço, de espaço, de ar: os dias das crianças na ditadura eram assim



Três homenagens aos 96 anos do PCdoB, em imagens



Vaner Marinho lembra 50 anos da chegada do Dr João Carlos Haas Sobrinho em Porto Franco (MA)



VÍDEO: Homenagem a Gilse Cosenza

ÁUDIOS



Diogenes Arruda: Prisão, Tortura e Exílio (1)



Assista registro inédito do guerrilheiro Osvaldão



ÁUDIO: Aula de João Amazonas sobre a Guerrilha do Araguaia durante exílio na Albânia



Che Guevara: O que deve ser um jovem comunista



Entrevista inédita de Jacob Gorender

Estado Economia Internacional Socialismo Sociedade Meio Ambiente Comunistas Fundação Grabois Revista Principios Escola PCdoB



(11) 3125-1578



grabois@grabois.org



Fundação Maurício Grabois: Rua Rego Freitas, 192 - Sobrelaje
Centro - São Paulo - SP - CEP 01720-010



Fundação Maurício Grabois

Visite: <https://cdm.grabois.org.br>

EDITORIAL

4 O novo ciclo político e a superação da dependência

The new political cycle and the overcoming of the economic dependence

DOSSIÊ Dependência e desenvolvimento econômico: debates e horizonte programático

ARTIGOS

9

Marxismo, imperialismo e centralidade da questão nacional

Marxism, imperialism and centrality of the national question

Juliane da Costa Furno

31

A atualidade da obra de Marini e o resgate crítico de seu pensamento

On the relevance of Ruy Mauro Marini's work and the critical rescue of his thought

Nilson Araújo de Souza | Mariana Nunes de Moura Souza

57

Ignácio Rangel e Ruy Mauro Marini sobre o departamento I de bens de capital

Ignácio Rangel and Ruy Mauro Marini on department I of capital goods

Arthur Porto Pereira da Silva

76

A “perifericidade” do Brasil e a dependência tecnológica em Ignácio Rangel

The “peripherality” of Brazil and the technological dependency in Ignácio Rangel's works

Carlos José Espíndola | Wander Luis de Melo Cruz | Roberto César da C. Cunha

97

Semiproletarização generalizada na África

Generalized semi-proletarianization in Africa

Paris Yeros

126

Educação superior e América do Sul

Neodesenvolvimentismo, neoconservadorismo

Higher education and South America

New developmentalism, new conservatism

Máximo Augusto Campos Masson

145

A instrumentalidade do direito econômico e a reconstrução do Estado brasileiro

Dos choques neoliberais às perspectivas de um futuro soberano

The instrumentality of economic law and the reconstruction of the Brazilian State
From neoliberal shocks to perspectives for a sovereign future

Maria Beatriz Oliveira da Silva | Igor Mendes Bueno | Giovano José Felipin

ENSAIO

166

Dependência cultural e desenvolvimento

Cultural dependence and development

Rubens R. Sawaya

179

Da “guerra de todos contra todos” ao projeto nacional-civilizatório

From the “war of all against all” to the national-civilizing project

Elias Jabbour | Eduardo Costa Pinto | Alexis Dantas

ARTIGOS

HISTÓRIA

201

Farsa, tragédia e notícias

Considerações sobre a conjuntura política do Brasil em 1964 e 2016

Farce, tragedy, and news

Considerations on the political situation of Brazil in 1964 and 2016

Roberto Radünz | Jeann Vorpapel Portalete

224

Comercialização de crianças escravizadas na freguesia de São Gonçalo dos Campos, Bahia (1860-1888)

Commercialization of enslaved children in the parish of São Gonçalo dos Campos, Bahia (1860-1888)

Maria Cristina Machado de Carvalho

243

POLÍTICAS PÚBLICAS

A cultura privatizada

O caso brasileiro

The privatized culture

The Brazilian case

Sara Freitas

RESENHAS

268

**Estado capitalista e
América Latina**

Capitalist State and Latin America
Moisés João Rech

275

LIVROS QUE RECOMENDAMOS

EXPEDIENTE 280



O novo ciclo político e a superação da dependência

The new political cycle and the overcoming of the economic dependence

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.001>

O tema do desenvolvimento social e econômico em países da periferia do capitalismo sempre foi objeto da atenção de autores das mais diversas áreas: Economia, Geografia, História, Sociologia, Relações Internacionais, Filosofia, Linguística e outras. Ao longo do tempo, essa temática revelou-se um objeto complexo, com ramificações e interfaces em diferentes campos do saber.

Nesse terreno, a perspectiva marxista construiu fortuna teórica digna de destaque. Essa construção tem início ainda no marxismo clássico, por meio dos trabalhos de Vladímir Lênin. O teórico e líder revolucionário russo forneceu aportes decisivos, com destaque para os conceitos de *imperialismo* e *desenvolvimento desigual*.

Dentro do debate sobre a dependência, ganharam destaque nas últimas décadas as chamadas “teorias da dependência”. Elas são parte de um imenso esforço teórico que incluiu ativamente o marxismo, embora não se tenha restringido a ele. Esse esforço, iniciado no pós-Segunda Guerra, tinha o sentido de sistematizar teorias do desenvolvimento que fossem capazes de responder a uma grande questão da época: como evitar a eclosão de uma nova guerra mundial?

O sucesso da dinâmica econômica soviética em meio à crise de 1929 e a derrota imposta por essa dinâmica à maior máquina de guerra, até então, da história chamou atenção para o papel da planificação econômica e da regulação estatal da economia como forma de contornar os efeitos mais nocivos do capitalismo. Por outro lado, a onda de descolonização da África e da Ásia trouxe para a esfera da política o direito de cada país à autonomia, ao desenvolvimento e ao planejamento.

No campo da heterodoxia econômica, além da influência de autores como Keynes e Schumpeter, ao menos duas grandes escolas podem e devem ser destacadas: os “estruturalismos” anglo-saxão e latino-americano. Nesse sentido, as chamadas teorias da dependência podem ser vistas tanto como expressão do estruturalismo latino-americano (Prebisch, Furtado, FHC, Faletto) quanto como uma corrente marxista crítica que ganhou destaque com as obras de intelectuais como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra.

Outros autores marxistas, como o brasileiro Ignácio Rangel, abordaram o problema da dependência em outra chave. Rangel pode ser visto como uma expressão tanto

A perspectiva de derrota do conservadorismo e a consequente afirmação de novos rumos tanto para o Brasil quanto para a América Latina são fatos alvissareiros, que recolocam na agenda do debate público, notadamente no campo marxista, a questão do desenvolvimento econômico em conexão com os problemas da dependência e do subdesenvolvimento

criativa quanto crítica às teorias da dependência, dado seu esforço de construção de economias políticas nacionais, não generalizantes, para a explicação e construção de alternativas ao atraso e ao subdesenvolvimento.

A perspectiva de derrota do conservadorismo e a consequente afirmação de novos rumos tanto para o Brasil quanto para a América Latina são fatos alvissareiros, que recolocam na agenda do debate público, notadamente no campo marxista, a questão do desenvolvimento econômico em conexão com os problemas da dependência e do subdesenvolvimento.

Esta edição da revista *Princípios* apresenta sínteses atualizadas sobre essa temática, buscando não apenas resgatar o cabedal teórico a ela relacionada, mas também prospectar as soluções que o debate sobre a dependência pode apontar para os destinos do Brasil e da América Latina.

Os textos aqui coligidos abordam temáticas tão diversas quanto as teses leninistas do imperialismo e do desenvolvimento desigual; as teorias da dependência enquanto construção intelectual, envolvendo os trabalhos de autores como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, de um lado, e Celso Furtado, Raúl Prebisch, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, de outro, apontando suas principais contribuições e limites conceituais; o pensamento independente de Ignácio Rangel, com sua crítica às teorias da dependência; as dimensões jurídica, cultural e ideológica da dependência e seu impacto para a construção de projetos de desenvolvimento.

Em comum a todos os artigos do dossiê, a preocupação em compreender as raízes históricas da dependência brasileira e latino-americana não com objetivos meramente intelectuais (no sentido diletante do termo), mas sobretudo com o propósito político de impulsionar a nova vaga progressista que se abre na região a fim de que cumpra seu papel histórico: a reconstrução do país e a superação do subdesenvolvimento e das chagas da dependência.

Artigos sobre a privatização das políticas culturais; a recorrência de tendências antidemocráticas e golpistas na sociedade brasileira, e a comercialização de crianças escravizadas no período final do Segundo Império completam esta edição, que conta ainda com resenha do recém-lançado “O Estado latino-americano: teoria e história”, livro de Leonardo Granato.

Desejamos uma boa leitura!

A Comissão Editorial

Acervo Depositphotos



Contêineres de mercadorias sendo embarcados em navio. O comércio exterior é símbolo de desenvolvimento, mas também pode sinalizar a dependência econômica de um país

DOSSIÊ

Dependência e
desenvolvimento
econômico:
debates e
horizonte
programático

Organizador:
Elias Jabbour
(Uerj)



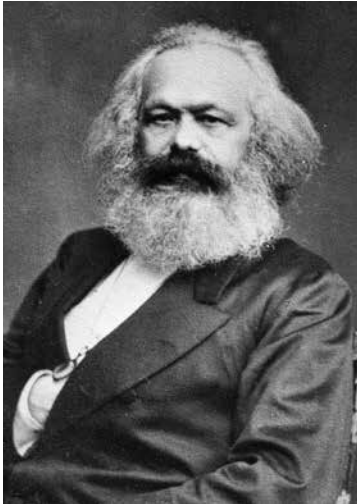
Marxismo, imperialismo e centralidade da questão nacional

Marxism, imperialism and centrality of the national question

Juliane da costa Furno*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.002>

Wikimedia Commons



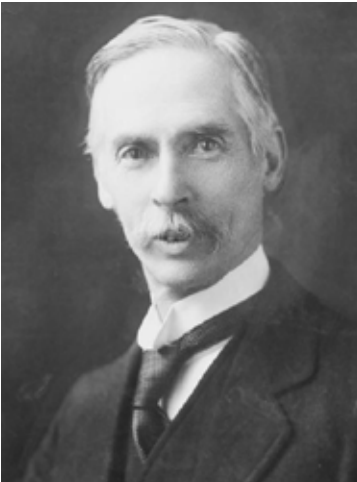
Karl Marx (1818-1883)

Wikimedia Commons



Vladimir Lênin (1870-1924)

Wikimedia Commons



John Hobson (1858-1940)

Russian Life



Nikolai Bukharin (1888-1938)

RESUMO

O presente artigo trata da relação entre o marxismo, a teoria do imperialismo e a centralidade da questão nacional para a luta dos povos situados em formações sociais dependentes, com atenção especial à América Latina. A teoria marxista enseja diversas controvérsias em relação ao conceito de nação, que é tratado — nesta reflexão — como um elemento de caráter histórico e, portanto, submetido às contradições do desenvolvimento desigual e combinado de espraiamento global do modo de produção capitalista. O tema da questão nacional e colonial foi objeto de disputa de concepções teóricas e táticas do movimento socialista desde os prenúncios da Primeira Guerra Mundial e segue como debate vivo no marxismo. Advogamos a tese de que, pela forma como o imperialismo moldou — e segue moldando — uma estrutura deveras desigual entre centro e periferia, obstaculizando o desenvolvimento autônomo e soberano dos países periféricos, a luta de classe nos países dependentes passa, necessariamente, pela afirmação da centralidade da questão nacional, como motor do desenvolvimento de conflitos que são, ao mesmo tempo, de natureza anti-imperialista e anticapitalista.

Palavras-chave: Imperialismo. Marxismo. Questão nacional. América Latina. Dependência.

ABSTRACT

This article deals with the relationship between Marxism, the theory of imperialism and the centrality of the national question in the struggle of peoples in dependent countries, especially in Latin America. As Marxist theory problematizes the idea of nation, it is necessary to make it clear that, in this text, this concept is understood as something that was historically constructed and that is subject to the contradictions of uneven and combined development created by global capitalism. The issue of nationalism in peripheral countries has generated tactical and theoretical divergences within the socialist movement since the beginning of the First World War, and this is a debate that continues to this day. In this article, we argue that the fact that imperialism has generated great inequalities between central and peripheral countries makes the national question something crucial for dependent countries, building up struggles that are at the same time anti-imperialist and anti-capitalist.

Keywords: Imperialism. Marxism. National question. Latin America. Dependency.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre o marxismo e a questão nacional é uma questão deveras controversa. Há um conjunto de perspectivas teóricas que se apoiam em citações literais de Marx para advogar a ideia de que o construto teórico deste é incapaz de ser instrumento analítico para os anseios que caracterizam a questão nacional, pelo caráter negligente ou mesmo preconceituoso com que o autor teria tratado os povos e nações que não pertenciam às experiências centrais de desenvolvimento do capitalismo (ARICÓ, 2009).

Há no entanto, por outro lado, um contingente de intérpretes que, no intuito de se contrapor a um ponto de vista vulgar — o de que a nação e a nacionalidade seriam a essência de um povo pairando como manifestação supraclasse —, negam a validade teórica dos temas nacionalidade e questão nacional, considerando-os apenas correspondentes a uma fase de desenvolvimento da afirmação da supremacia burguesa e da consolidação do capitalismo pela via dos Estados nacionais (BERNSTEIN, 1982).

Partimos, neste artigo, da problematização de ambas as afirmações, concebendo o marxismo como uma ciência viva e em movimento, que ultrapassa os dogmas da especificidade do material bruto e se concentra na sua resultante. Dessa forma, tanto em termos das citações literais quanto do construto abstrato de uma concepção apriorística de nação, que resulta tanto da obra de Marx quanto de importantes marxistas¹, é um ferramental teórico plenamente capaz de aliar a dimensão cosmopolita do capitalismo e a internacionalização da luta dos povos com as particularidades nacionais, especialmente dos povos oprimidos, a partir do momento em que o capitalismo adentra sua fase monopolista e vê surgir a forma imperialista de ordenação da sua dominação política e econômica.

Sendo o marxismo um método de interpretação do desenvolvimento da história com base materialista, histórica e dialética e pautado no desenrolar dos fatos como produto do movimento da luta das classes, cabe a compreensão de que o Estado nacional pode ser, inclusive, produto dos povos oprimidos², assim como sua defesa em bases autônomas, uma das pautas prioritárias da luta de classes na periferia.

Dessa forma, urge relativizar as premissas essencialmente ortodoxas e realizar a análise concreta da situação concreta, o que envolve mecanismos teóricos e empíricos de análise que estabeleçam mediações entre o universal e o particular, ou seja, entre o que são as leis gerais e tendenciais de desenvolvimento do modo de produção capitalista no seu caráter generalista e o que são as formas de desenvolvimento desiguais e combinadas ao redor do globo, buscando apreender o que é próprio de nações que são capitalistas, mas que produziram um capitalismo particular em relação às experiências centrais e/ou originárias.

A questão nacional, dessa forma, é produto das contradições novas do capitalismo, que se aguçam com o desenvolvimento do imperialismo na virada do século XIX para o século XX e que irão parir novas e ressignificadas formas de dominação, que se articulam dialeticamente com a forma, por excelência, de exploração capitalista baseada na relação capital/trabalho. Lênin (2012) já havia observado com muita perspicácia que o alvorecer da era imperialista impusera uma nova dinâmica na luta de classe, inserindo a luta anti-impe-

¹ Em especial José Carlos Mariátegui, que será mais bem explorado na última parte deste trabalho.

² Em sociedades de origem colonial, alguns movimentos de luta pela independência e, portanto, de consolidação de um Estado nacional, foram obra dos próprios povos oprimidos em contraposição à força da dominação externa (PIRES, 2015).

rialista e a questão nacional e colonial no centro dos conflitos dos países submetidos à força do capital monopolista e imperialista.

Mesmo no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Engels — em que pese não adentrarem a questão do nacionalismo operário ou da questão nacional — não se limitam a diagnosticar que cabe uma série de tarefas nacionais à classe trabalhadora, “já que o proletariado deve, primeiro, conquistar a supremacia política, deve se erguer para ser a classe líder da nação; deve constituir, ele próprio, a nação” (MARX; ENGELS, 1998, p. 39). Portanto, ambos os autores advogam a existência de um caráter histórico no conceito de nação e nas tarefas do proletariado. Ainda que concebam um compromisso internacionalista, uma vez que “o capital não tem pátria”, partem dos desdobramentos da luta de classe em territórios objetivos, circunscritos às fronteiras nacionais demarcadas pela burguesia.

Em seus escritos posteriores, particularmente no livro III de *O Capital*, Marx aponta — com a emergência da figura do mercado mundial — para novas contradições que foram adicionadas à leitura do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo, ampliando o “cosmo burguês” e incluindo os países de origem colonial.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a forma como Marx ensinou e diversos marxistas conceberam, posteriormente, a relação entre o imperialismo e a questão nacional, particularmente partindo da chave universal/particular. Advogamos a interpretação de que a questão nacional e o nacionalismo periférico não se confundem com uma aceção de construção de nação burguesa, concebida como essencial e a-histórica. Tampouco a questão nacional, em especial latino-americana, seria uma negação do caráter classista da luta dos povos oprimidos, tomando o nacionalismo como uma construção abstrata, fora da história. É no bojo do marxismo e do anti-imperialismo que a questão nacional ganha proeminência e articula as dimensões interna e externa que concorrem para a dominação de classe nos países de capitalismo dependente.

O artigo é constituído de mais cinco partes além desta introdução. Na primeira esboçamos um resgate da teoria clássica do imperialismo, apontando para os antecedentes que levaram à formação dos Estados nacionais imperialistas. Em função do escopo do trabalho e de opções metodológicas, nossa análise parte, essencialmente, da leitura de Lênin, embora Hobson e Bukharin também compareçam na análise. A segunda parte apresenta como o tema da questão nacional e colonial apareceu no bojo da II Internacional Socialista, apontando a forma como uma certa apreensão dogmática do caráter internacionalista da luta de classes obliterou a possibilidade de unidade tática em torno da defesa da autodeterminação dos povos.

A terceira parte debate a ação do imperialismo sobre os povos dependentes, caracterizando — a partir da teoria marxista da dependência — os países periféricos e dependentes como a outra face do processo de desenvolvimento do capitalismo imperialista, particularmente sob a forma econômica de reprodução dos ganhos imperialistas na região, que ocorre pelo expediente da transferência de valor.

A quarta parte é um desdobramento das anteriores e argumenta que, postas as características da fase imperialista atual e o caráter dependente das economias latino-americanas, a questão nacional é a síntese da apreensão e formação de um marxismo com características latino-americanas, que parte de contradições concretas da formação social e econômica, entendendo que as economias latino-americanas são submetidas a uma dupla e integrada exploração, de classe e imperialista. Portanto, a questão nacional se constituiu

no elemento que confere concretude aos anseios de libertação externa e interna da dominação do capital nacional e internacional. A quinta e última parte é dedicada às considerações finais.

2. IMPERIALISMO: UMA INTERPRETAÇÃO CLÁSSICA

Segundo Hobsbawm (2009), a característica mais importante do século XIX foi a edificação de uma economia mundial, marcada por uma forma de organização em que o capitalismo já aparecia como um modo de produção com tendências avançadas para a hegemonia global, desenvolvendo um sistema de comércio internacional que tendia a “derrubar” as barreiras do globo.

Anteriormente à Revolução Industrial inglesa, que marcou o fim da lenta e longa transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista em bases “plenas”, a estrutura de dominação global já existia, mas desenvolvia-se em bases distintas daquelas que vão originar o imperialismo e sua face correlata: a dependência.

A aceleração da produção e da geração de excedente vai ensejando a criação de redes mais densas de transações econômicas, que envolvem uma movimentação cada vez maior no mercado de dinheiro e na exportação de mercadorias, coroada por um célere avanço na rede de comunicações, fenômeno também já identificado por Marx e Engels, que vai constituindo as condições objetivas para o desenrolar de um comércio mundial de mercadorias e capitais, base para o florescimento do imperialismo.

Segundo Lênin (2012, p. 27): “A propriedade privada baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência, a democracia, todas essas palavras de ordem por meio das quais os capitalistas e sua imprensa enganam os operários e os camponeses pertencem a um passado distante.” A época que decorre da grande depressão que o capitalismo viveu em fins do século XIX marca, definitivamente, o avanço para um novo estágio de acumulação, que já estava sendo gestado, mas que encontraria na crise seu local propício de nascedouro.

Marx já havia afirmado que as crises econômicas são próprias do capitalismo e que, mais do que próprias e, portanto, endógenas, elas são funcionais. As crises econômicas pos-

Advogamos a interpretação de que a questão nacional e o nacionalismo periférico não se confundem com uma acepção de construção de nação burguesa, concebida como essencial e a-histórica.

Tampouco a questão nacional, em especial latino-americana, seria uma negação do caráter classista da luta dos povos oprimidos

sibilitam o avanço para um novo e qualitativamente superior patamar de lucros e acumulação, através da desorganização do tecido social e econômico de forma momentânea. Lênin (2012, p. 52) também sustenta a mesma premissa quando afirma que “as crises — as crises de todas as espécies, sobretudo as econômicas, mas não só estas — aumentam, por sua vez, em proporções enormes, a tendência para a concentração e para o monopólio”. Para o revolucionário russo, “o surgimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo” (LÊNIN, 2012, p. 42), tal qual já adiantado por Marx.

Lênin (2012) faz o resumo da época dos monopólios elencando os seguintes pontos: a) *de 1860 a 1870*: embora os monopólios tenham sido gestados ali, ele considera ser esse o período do ápice do desenvolvimento da livre concorrência; b) *depois da crise de 1873*, vivencia-se o período de desenvolvimento dos cartéis, que ainda não estão sólidos, mas vão sinalizando que não serão passageiros; c) *auge, em fins do século XIX, e crise, de 1900 a 1903*: período em que os cartéis passam a ser a base de toda a vida econômica.

Ainda segundo Lênin, data do período de consolidação dos monopólios não somente um tipo novo de capital, o capital financeiro, e uma fração de classe a ele associada, mas a emergência de uma nova política colonial, um novo tipo de colonialismo que elevará ao paroxismo as disputas e conflitos bélicos entre os Estados nacionais, com uma nova rodada de “partilha do mundo”. “É indubitável, por conseguinte, que a passagem a seu estágio monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com o acirramento da partilha do mundo.” (LÊNIN, 2012, p. 111)

Hobson (s.d.) já destacava que os anos de 1884 a 1900 foram de extrema importância para a expansão dos Estados europeus. Em fins do século XIX todos os Estados capitalistas estavam vinculados ao desafio de adquirir colônias. Anteriormente a isso, de acordo com Hobson, os principais dirigentes burgueses, tendo como exemplo o caso inglês, estavam comprometidos, paradoxalmente, com a crítica à política colonial. A mudança de perspectiva decorria do avanço dos demais países capitalistas sobre as áreas de influência externa. Pelo que sugeria a propaganda para as massas, no entanto, a justificativa para a nova política colonial repousava na positivação do que seria uma “nova política colonial”, não mais aquela dos anos pré-capitalistas, vinculada às relações metrópole-colônia, ao trabalho escravizado e a outras formas de acumulação primitiva de capitais. A justificativa agora era levar o “progresso”. Mediante a exportação de capitais, se livrariam as nações periféricas do jugo da pobreza e da privação material pela “falta” de capitalismo.

A consolidação dos grandes monopólios vai ensejar, na esteira do seu desenvolvimento e fortalecimento, novas contradições que serão resolvidas à medida que se desenvolvem outros traços marcantes do imperialismo. O elevado conglomerado de grandes empresas envoltas na disputa capitalista, com necessidade imperiosa de elevar a produtividade e, portanto, aumentar a composição orgânica do capital, vai exigir um novo padrão de financiamento da atividade produtiva, incompatível com o existente até aquele momento. Passar-se-á à exigência de uma nova forma de financiamento para a indústria de transformação, capaz de otimizar o tempo de trabalho e produzir mais mercadorias por tempo de trabalho despendido. O crédito bancário cumprirá, aqui, papel essencial.

A “reprodução ampliada de capital”, em contraposição à “reprodução simples”, necessitará de vultosos investimentos na atividade industrial, dando ensejo ao desenvolvimento de um novo tipo de capital, denominado de “capital financeiro”. Além disso, a exportação

Anteriormente à Revolução Industrial inglesa, que marcou o fim da lenta e longa transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista em bases “plenas”, a estrutura de dominação global já existia. Gravura de Edward Linley Sambourne, “The Rhodes Colossus”, Punch, 1892



de capitais nesse processo também cumpre função primordial, na medida em que os lucros gerados por esse capital também serão drenados e reinvestidos nas grandes empresas dos países centrais, avolumando o montante disponível para novas inversões produtivas e reduzindo o tempo de rotação do capital.

Assim, o conjunto das contradições da concorrência no território nacional expande-se para fora e dá corpo ao fenômeno do imperialismo. A contradição, dessa forma, de um acelerado desenvolvimento das forças produtivas no centro e das limitações de realização interna do valor, seja pelo grau de concentração, seja pelo espaço limitado do mercado doméstico, faz surgir o imperialismo. O imperialismo, dessa forma, “representa uma categoria especificamente histórica” (BUKHARIN, 1988, p. 107).

Ao falar da política colonial da época do imperialismo, Lênin menciona que o capital financeiro e a política internacional a ele correspondente se traduzem na luta das grandes potências pela partilha do mundo. Quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais sensível é a falta de matérias-primas e mais dura se torna a concorrência. Dessa forma, mais encarniçada se torna a disputa interimperialista e mais se submetem, na nova política colonial, os povos dominados. A força do capital financeiro é tão grande e a disputa é tão fratricida que se subordinam até mesmo Estados que gozam de independência política completa, ainda que a subordinação mais lucrativa seja a dos Estados que sejam ao imperialismo completamente submetidos.

Por isso é importante notar que a política colonial da era do imperialismo origina abundantes formas *transitórias* de dependência estatal. Para esta época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países — os que possuem colônias e as colônias —, mas também as variadas formas de países dependentes que, de um ponto de vista

formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática (LÊNIN, 2012, p. 119, grifos nossos).

Nessa toada, Lênin vai identificar não só países coloniais e países imperialistas, mas países semicoloniais — dentre os quais ele se refere à Argentina como um exemplo.

Por fim, o importante a salientar aqui é que a partilha do mundo ocorre em um período que já não é mais o período das descobertas, ou seja, em que não existem terras e países novos, mas a partilha de um mundo já partilhado. Lênin sugere que, nesse movimento, o comando dos países subordinados poderia apenas “trocar de dono”, mas, enquanto existisse o imperialismo, a independência completa dessas nações estaria deveras comprometida.

3. CONTROVÉRSIAS NA II INTERNACIONAL E A QUESTÃO NACIONAL E COLONIAL

As teorias clássicas sobre o imperialismo (de Lênin, Hilferding, Rosa Luxemburgo, Bukharin, Hobson) não somente guardam uma relação profunda com a teoria marxista — especialmente a esboçada no livro III de *O Capital* — como são produto da ação concreta dos seus principais teóricos no bojo do movimento operário e dos partidos social-democratas da época.

A busca pela apreensão rigorosa do fenômeno era ditada pela conexão estreita entre análise e desdobramentos táticos, em que o conhecimento atualizado da fase do capitalismo monopolista era subsídio para a ação política. Assim, a II Internacional Socialista, na qual se agrupavam os principais partidos social-democratas à época, foi palco de acaloradas discussões, sobretudo no que toca ao imperialismo — e à tática política do movimento operário diante da Primeira Guerra Mundial — e à questão nacional e colonial, que advinha da forma expansionista da partilha do mundo ou do avanço das potências para as “áreas externas” como expediente da corrida pela exportação de capitais.

Em fins do século XIX — em 1896 — realizou-se um congresso da II Internacional Socialista, em Londres, que, no bojo do debate sobre as possibilidades da emergência de revoluções de caráter socialista nas colônias recém-libertas, aprovou uma moção de apoio à independência de alguns territórios anexados ou coloniais, caso da Macedônia, Armênia e Cuba (GOUVEA, 2012). Em 1900, quando a emergência de um conflito bélico era apenas um prenúncio distante, mas a subjugação colonial já caminhava a passos largos, realizou-se outro congresso, em Paris, no qual foram referendadas posições duras na crítica aos intentos coloniais. Foi aprovada — de forma consensual — uma resolução de caráter anti-imperialista e anticolonialista, afirmando a defesa da autodeterminação das nações coloniais.

Os ventos começaram a soprar para outros horizontes, no entanto, no congresso realizado em Amsterdã, em 1904, durante o qual o colonialismo começa a receber um conjunto de adeptos, especialmente entre membros da social-democracia alemã, inglesa e holandesa. Eventos do início do século XX tais como a Guerra Anglo-Bôer, a Guerra Russo-Japonesa e até mesmo a Revolução Russa de 1905 indicam que aquele desenvolvimento pacífico do capitalismo monopolista estava com os dias contados.

A inflexão na correlação de forças internas, no entanto, deu-se no congresso de Stuttgart, em 1907, quando a iminência da guerra já estava na ordem do dia. O debate sobre a questão colonial, nesse congresso, foi deveras revelador: pela primeira vez um setor

da social-democracia passou, abertamente, a designar-se “social-imperialista”, afirmando poder haver um imperialismo de caráter progressista e pró-socialista.

As divergências, que estavam ainda muito mais no campo teórico, explodiram com o início da Primeira Guerra Mundial. Até então baseada no manifesto de 1907, a posição dos sociais-democratas — ainda que com divergências com relação à questão colonial — era evitar ao máximo a deflagração da guerra, empunhando bandeiras de “paz”, e, caso deflagrado um conflito bélico, aproveitar as brechas da guerra para precipitar a queda do capitalismo. No entanto, tão logo se inicia o conflito, os parlamentos — com o apoio da maioria dos membros dos partidos social-democratas pertencentes à II Internacional — alinham-se às burguesias nacionais e votam a favor dos “créditos de guerra”. Somente os partidos russo, sérvio e húngaro, além do Partido Socialista Italiano — junto com pequenos grupos de outros partidos —, permaneceram fiéis aos princípios antigamente enaltecidos pela Internacional. Lênin tachou os sociais-democratas de “reformistas”, “revisionistas” e “oportunistas”, anunciou a “falência da Internacional” e conclamou os revolucionários a se reunirem numa nova Internacional (COGGIOLA, s.d.).

Esse foi um primeiro objeto de debate na II Internacional, que reuniu o grupo dos socialistas revolucionários — liderados por Lênin e por Rosa — em contraposição à ala reformista e revisionista. No entanto, no que tange mais especificamente à questão nacional — e, em alguma medida, à colonial também —, o tema ensejou divergência nesse campo revolucionário. Rosa Luxemburgo, por motivos muito distintos dos reformistas, desde o Congresso de 1907 manifestou-se contra a moção que defendia a luta pela autodeterminação da Polônia e, mais tarde, vai travar embates nesse campo teórico, tendo Lênin como seu principal interlocutor (COGGIOLA, s.d.).

Rosa Luxemburgo, também militante do Partido Operário Social-Democrata Russo por ser polonesa — nessa época, a parte em que ela nascera na Polônia pertencia ao Império Russo —, declarava-se contrária à autodeterminação e independência da Polônia, na medida em que creditava a essa pauta um conteúdo burguês. Para ela, a independência da Polônia fazia sentido apenas no bojo das revoluções proletárias na Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia, advogando a posição de que o combate ao capitalismo precedia a luta pela independência (GOUVEA, 2012). Nas palavras da autora:

Se compreendermos por este direito [à autodeterminação] somente a luta contra qualquer violência em relação às nações, então é desnecessário um ponto especial do pro-

As teorias da dependência, em especial a teoria marxista da dependência (TMD), foram um construto original latino-americano que articulava a análise do imperialismo com a condição dependente das economias a ele vinculadas

grama, pois os sociais-democratas em geral são contra toda a violência nacional e desigualdade de direitos (LUXEMBURGO apud GOUVEA, 2012, p. 61).

Para Lênin, contrapondo-se a Rosa, o argumento dela em oposição à autodeterminação nacional polonesa, baseado no temor de “ajudar” a burguesia nacionalista da Polônia, acabava por ajudar, de fato, a burguesia russa.

Além disso, Lênin afirmava que é precisamente esse nacionalismo burguês da nação opressora o mais perigoso, por ser o que trava a democracia e a luta operária. Diz ele:

Em *todo* nacionalismo burguês de uma nação oprimida há um conteúdo democrático geral *contra* a opressão, e é exatamente este conteúdo que nós apoiamos *incondicionalmente*, excluindo rigorosamente a aspiração à sua exclusividade nacional, lutando contra a aspiração do burguês polaco de oprimir o judeu etc. etc. (LÊNIN, s.d.[a]).

Lênin foi o autor que com maior afincamento destacou a importância da questão nacional e da autodeterminação na sua produção teórica e, como desafio político, a luta pelo socialismo. Como marxista, Lênin propôs interpretar a questão nacional tal como a questão social ou qualquer outra, ou seja, no bojo da análise concreta da situação concreta, guiada pela ótica da luta de classes. Dessa forma, sua análise minuciosa da nova etapa do capitalismo e da emergência do imperialismo permitiu-lhe não “essencializar” a questão nacional em uma pauta “nacionalista” abstrata. Ele a concebia como um dos elementos que circunscreviam a luta de classes nas nações subjugadas pelo poderio do capital monopolista e imperialista.

Assim, o direito à autodeterminação — no bojo da reivindicação democrática — não poderia ser analisado à parte das contradições concretas. Afirmações do seu caráter como uma pauta essencialmente burguesa negavam os conflitos, inclusive entre frações da burguesia, que detinham capacidade de incidência sobre o proletariado e aguçavam a luta de classes no interior dele. Para tanto, Lênin (s.d.[b]) analisou os impactos que tornam distinto o conteúdo das reivindicações de caráter nacional na atual fase do capitalismo. Nas palavras do autor:

Em primeiro lugar [uma exigência incondicional da teoria marxista na análise de qualquer questão social] significa a necessidade de distinguir rigorosamente duas épocas do capitalismo, radicalmente diferentes, do ponto de vista dos movimentos nacionais. Por um lado, é a época da queda do feudalismo e do absolutismo, a época da constituição da sociedade e do Estado democrático-burgueses, em que os movimentos nacionais adquirem, pela primeira vez, um caráter de massa, fazem participar da política de uma forma ou de outra *todas* as classes da população, através da imprensa, da participação nas instituições representativas etc. Por outro lado, temos diante de nós a época dos Estados capitalistas plenamente formados, com um regime constitucional há muito estabelecido, com um antagonismo fortemente desenvolvido entre o proletariado e a burguesia, época a que se pode chamar de véspera da extinção do capitalismo (LÊNIN, s.d.[b]).

Para Lênin, a guerra imperialista fez os povos dependentes entrarem para a história e inaugurou um período em que a luta de classes nos países periféricos não pode passar ao largo da luta anti-imperialista, que passa a não ser mais uma luta entre nações, mas uma luta da classe trabalhadora global. A guerra abria essa brecha no sistema global e consolidava um

período em que as lutas de caráter anti-imperialista poderiam fazer emergir revoluções de caráter socialista nos “elos débeis” do capitalismo.

Por fim, Lênin também travará uma disputa político-teórica com Bukharin com relação à questão nacional. Bukharin também negou o caráter classista e revolucionário do direito à autodeterminação nacional, que segundo ele seria uma luta que perderia o conteúdo de classe na medida em que selava acordos com as respectivas burguesias nacionais. Lênin acusou esse discurso de compatível no plano das ideias, mas fantasioso na realidade. “Quero reconhecer apenas o direito das classes trabalhadoras à autodeterminação”, diz o camarada Bukharin. Ou seja, você deseja reconhecer algo que não foi alcançado em um único país, exceto na Rússia. Isso é ridículo.” (LÊNIN, s.d.[c], tradução nossa)

Na mesma referência a Bukharin, que ocorre no âmbito da construção do programa do socialismo real russo, Lênin avalia que não se deve falar apenas em autodeterminação “dos trabalhadores”, e sim do que realmente existe, a saber: a autodeterminação nacional. E defende a redação do programa tal como estava escrito e levado à apreciação do plenário:

Visto que as nações estão em diferentes estágios no caminho do medievalismo à democracia burguesa e da democracia burguesa à democracia proletária, essa tese do nosso programa está absolutamente correta. Conosco, houve muitos zigue-zagues nessa estrada. Cada nação deve obter o direito à autodeterminação, e isso tornará mais fácil a autodeterminação dos trabalhadores (LÊNIN, s.d.[c], tradução nossa).

Em síntese, a questão nacional e colonial ensejou uma série de debates que são inaugurados na teoria clássica e serão continuados, de forma velada ou mais discreta, nos demais temas e autores que atualizam e debatem o imperialismo na sua forma contemporânea.

4. IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA: A PERIFERIA CAPITALISTA

A teoria do imperialismo e seu diagnóstico sobre as relações internacionais, no entanto, careciam de uma complementação, visando caracterizar a outra face do imperialismo, a saber: as economias por ele exploradas, as dependentes, que lograram uma função primordial na sua viabilização histórica. Para Amaral (2012), ainda que Lênin, Bukharin e tantos outros já tenham apontado as bases da dependência,

eles se limitaram a mera (mas não pouco importante) contestação dos fenômenos, sem um maior aprofundamento do ponto de vista categorial [...]; a] proposta da teoria marxista da dependência era, então, a de compreender e analisar os efeitos do processo de internacionalização na estrutura interna dos países considerados periféricos (AMARAL, 2012, p. 27-28).

Portanto, as teorias da dependência, em especial a teoria marxista da dependência (TMD), foram um construto original latino-americano que articulava a análise do imperialismo com a condição dependente das economias a ele vinculadas. A TMD recupera de Marx a base de operacionalização do modo de produção capitalista e avança para a compreensão de que as economias dependentes são um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista em termos globais.

Diferentemente da percepção simplista de que desenvolvimento e subdesenvolvimento partem de uma substância em comum, a TMD julga que desenvolvimento e subde-



Vendedor no mercado de horticultores do Funchal, na Ilha da Madeira (maio, 2021).

A industrialização nos países centrais não poderia ter acontecido se estes não contassem com meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos

envolvimento são constitutivos de uma mesma unidade dialética. Assim, eles são antagônicos, por constituírem situações distintas, mas são complementares, porque fundamentados em uma mesma lógica de acumulação. Ou seja, o desenrolar do modo de produção capitalista em escala global dá origem a dois tipos de economia, que se desenvolvem em ritmos distintos um do outro.

De uma perspectiva da totalidade, Marini (2005), em “Dialética da dependência”, argumenta que, caso não houvesse essa interdependência, o desenvolvimento dos países centrais teria sido realizado em bases estritamente nacionais. Como o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, a especialização produtiva, que gerou um salto no desenvolvimento das forças produtivas, ocorreu a partir da forma como se operou a divisão internacional e o fornecimento de produtos dos países latino-americanos — em um primeiro momento, com base na acumulação primitiva de capitais, e, em segundo momento, em bases plenamente capitalistas. Nas palavras do autor,

não poderia [a industrialização nos países centrais] ter acontecido se estes não contassem com meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas (MARINI, 2005, p. 142).

Além disso, Marini sugere que as funções que a América Latina cumpriu no bojo da internacionalização da economia capitalista foram mais que uma mera resposta a esses requisitos de indução da acumulação nos países centrais. Para ele, além de facilitar o crescimento quantitativo dos países do centro — com base no fornecimento dos produtos primários —, a participação das economias latino-americanas foi fundamental no que tange à modificação do eixo da acumulação industrial global, que se deslocou da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa. Ou seja, a acumulação passou a depender mais do aumento da capacidade produtiva no centro do que da exploração física da jornada do trabalhador. “A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigên-

Tanto Bolívar como José Martí não somente identificaram o nascente imperialismo do seu tempo como compreenderam que o projeto internacionalista de libertação da América Latina passava por um conjunto de pautas que mobilizavam, dialeticamente, o nacionalismo e o internacionalismo

cias da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais.” (MARINI, 2005, p. 145)

A dependência representa uma situação em que um dos polos dessa relação — a periferia — tem seu desenvolvimento e expansão condicionados pelo centro, enquanto os países não dependentes têm a prerrogativa de expandir-se de forma autossustentada. Como são “reflexas” do centro — ainda que possam assumir formas de relativa autonomia interna —, a essas economias só restaria a possibilidade de transitar entre distintos graus de dependência. A base da sustentação dessa premissa está no desenvolvimento de nações que se tornaram capitalistas no bojo da hegemonia da fase monopolista e imperialista do capitalismo.

A proposta da TMD, portanto, era compreender e analisar os efeitos desse processo de internacionalização não de modo geral, já bastante teorizado pelos marxistas progressos, mas enfocando a estrutura interna dos países considerados periféricos. Segundo Marini, a TMD trata da relação entre nações formalmente independentes, mas que seguem um padrão em que as relações de produção e a condição de dependência vão sendo modificadas e recriadas com o transcurso histórico, como forma de assegurar a reprodução ampliada do capital em uma situação de dependência (MARINI, 2005).

Os teóricos da TDM, dentre os quais aqui nos concentramos em Marini, por ser o que julgamos mais representativo daquele conjunto, nos legaram uma interpretação original que avançou nas mediações entre particular e universal. Assim, para eles, a dependência é um conjunto de determinações concretas que precisam ser apreendidas, dialeticamente, no que elas têm de universal — por serem parte do modo de produção capitalista, com suas leis gerais e tendenciais — e, particularmente, como uma formação social que se torna capitalista, segundo Fernandes (2005), a partir de uma via “não clássica” de desenvolvimento —, com determinações internas que produzem e reproduzem o capitalismo dependente. O universal e o particular não existem excluindo-se, pelo contrário, são parte da mesma totalidade concreta. O capitalismo *sui generis* a que se referia Marini não responde a um capitalismo menos capitalista ou não plenamente desenvolvido como tal. O capitalismo dependente não representa uma falta de capitalismo. A dependência é uma

forma propriamente capitalista de subordinação internacional, diferentemente da dominação colonial. Ou seja, é um tipo particular, uma estrutura própria do modo capitalista de produção e reprodução.

A análise da dependência nessa corrente interpretativa confere centralidade ao principal mecanismo que atualiza o imperialismo e suas relações com os países a ele submetidos. Esse mecanismo se caracteriza pelo fato de uma parte do mais-valor produzido pela economia dependente não ser apropriado por ela endogenamente, mas ser transferido às economias centrais, passando a integrar a dinâmica da acumulação de capital dos países imperialistas, em detrimento da periferia.

Em um rigoroso esforço metodológico com base na análise da concorrência compreendida por Marx, Marini nota que a transferência de valor obedece aos diferenciais de produtividade do trabalho empregado por distintas estruturas de composição orgânica do capital entre os países centrais e os dependentes. Assim, considerando-se o processo social de produção de mercadorias e com base na teoria do valor, cada um dos capitais possui valor individual distinto, e tanto menor quanto maior for a produtividade e a composição orgânica do capital. Como as mercadorias obedecem à lei do valor, mas são vendidas pelo valor no mercado (o preço de produção) —, os capitais com produtividade acima da média vendem suas mercadorias pelo valor de mercado, desviando-se dos valores para cima do preço de produção, e assim se apropriam de um *quantum* de mais-valia para além daquela que eles mesmos produziram.

Em função do tipo de colonização e da obstrução do desenvolvimento progresso dos países latino-americanos, as economias dependentes possuem capitais que operam com produtividade abaixo da média, o que as leva a produzir mais valor do que aquele de que conseguem se apropriar. Esse desnível de produtividade é um primeiro mecanismo de transferência da mais-valia produzida nos países dependentes e apropriada pelo centro.

A segunda forma de transferência de valor tem relação com o processo de concorrência entre ramos distintos da produção, que reflete a entrada e saída (livre mobilidade) de capitais nessas diferentes esferas, de acordo com a composição orgânica do capital e os diferenciais de taxa de lucro. Porém, na concorrência, esses capitais tendem a buscar uma equalização, em que os ramos menos produtivos transferem mais valor aos mais produtivos, na medida em que os preços de produção são maiores nos menos produtivos. Marini relaciona esse mecanismo ao monopólio da produção de mercadorias com maior composição orgânica do capital pelos capitais sediados nos países centrais.

A terceira forma de transferência de valor, que é mais bem sistematizada por Carcanholo (2013), deve-se ao elevado grau de monopólio de que certos capitais dispõem em ramos específicos de produção. Quando determinados capitais têm um grau de monopólio razoável em seus mercados específicos, eles podem sustentar, de forma temporária, volumes de produção abaixo da demanda e, portanto, cobrar preços de mercado superiores ao valor. Dessa forma, esses capitais podem apropriar-se de um lucro acima do médio, ou seja, uma massa de mais-valor apropriado além daquele que foi produzido.

A síntese é que os países dependentes, que são dotados de menores incrementos de produtividade, ao produzir e vender suas mercadorias, transferem valor para o centro. Não se trata, dessa forma, de industrializar, uma vez que essa industrialização ocorre, nos países dependentes, com produtividade menor, de modo que ela não é condição suficiente para romper a dependência.



Operário em linha de produção da indústria têxtil. O Brasil, com sua produção industrial e suas *commodities*, faz parte do rol de emergentes na economia mundial

As trocas desiguais no comércio internacional também contribuem para dirimir a tendência de queda da taxa de lucro, elemento já tratado por Marx no livro III de *O Capital*. Com o fornecimento de produtos agrícolas com menor preço no mercado internacional, há um menor dispêndio do capital constante das unidades produtivas centrais, expresso pelo menor valor das matérias-primas, além de a maior oferta de alimentos contribuir para reduzir o valor da força de trabalho nos países centrais. Em virtude da transferência dos recursos da periferia para o centro, o comércio internacional também contribuiu para frear a tendência de queda da taxa de lucro:

É mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional que a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão (MARINI, 2005, p. 148).

Portanto, além do elemento político que diz respeito ao fato de o imperialismo não poder prescindir da influência decisiva de áreas a ele subjugadas, estreitando as margens de manobra de qualquer Estado nacional periférico que alce voos rumo ao exercício da sua soberania política, o imperialismo tem um componente econômico, que se expressa nas formas — cada vez mais modernas, atualmente por via das cadeias de valor-trabalho — de garantir que o excedente produzido nos países dependentes seja drenado para o centro, causando problemas de acumulação e realização nos países periféricos.

5. IMPERIALISMO, ANTI-IMPERIALISMO E A QUESTÃO NACIONAL LATINO-AMERICANA

Postas as análises anteriores — a saber: a nação é produto de contradições concretas e se desenvolve de forma distinta conforme se trate de centro ou periferia; a questão nacional e colonial era tida por Lênin como decisiva, sobretudo na sua interpretação acerca da luta de classes nos países periféricos; o caráter dependente das economias subordinadas à ação do imperialismo, a fazer com que o próprio desenvolvimento de um capitalismo tal

Foi através da “questão nacional”, da necessidade de libertar-se da dominação externa imperialista e de fundar nações autônomas, que foram movidas todas as revoluções no nosso continente

qual ocorrido no centro seja obliterado pela força extratora do movimento de transferência de capitais —, afirmamos que a “questão nacional” não apenas dita o conteúdo anti-imperialista das lutas populares latino-americanas, mas também conforma o caminho de edificação da luta anticapitalista e socialista na América Latina. Essa afirmação baseia-se na observação não somente da central categoria marxista de formação social e econômica, mas da experiência pregressa das revoluções triunfantes no continente.

Dessa forma, partimos da premissa, concebida nos marcos do marxismo, de que a questão nacional ou da libertação nacional é o elemento que move as lutas anti-imperialistas na

América Latina. Desde as lutas de independência, o elemento nacional aparece imbricado na defesa dos interesses do povo explorado. Simón Bolívar, um dos grandes expoentes das lutas de independência da América Latina, já observava que o nascente imperialismo estadunidense constituía um entrave para o desenvolvimento e a realização das potencialidades da América Latina. Nas palavras dele, “os EUA pareciam destinados pela Providência a encher de misérias o continente em nome da liberdade.” (BOLÍVAR, 2015, p. 131)

Tanto Bolívar como José Martí não somente identificaram o nascente imperialismo do seu tempo como compreenderam que o projeto internacionalista de libertação da América Latina passava por um conjunto de pautas que mobilizavam, dialeticamente, o nacionalismo e o internacionalismo. Nacionalismo, porque partiam dos anseios das reivindicações populares de formações sociais particulares, e internacionalismo, porque compreendiam que o inimigo era o mesmo e os subjugava de forma global. Nas palavras de Fernando Heredia, um grande expoente da consolidação da Revolução Cubana, “internacionalismo significa, antes de tudo, libertação nacional da dominação estrangeira imperialista e, conjuntamente, solidariedade, união estreita com os oprimidos das outras nações” (HEREDIA, 2007, p. 36).

A particularidade das formações sociais latino-americanas é que, embora capitalistas, são tributárias de um capitalismo dependente, um arranjo próprio que é “produto de uma situação histórica em que o destino da sociedade fica submetido aos desígnios de burguesias que são incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia” (SAMPAIO JR., 1999, p. 131). Nesse sentido, pelas características do capitalismo dependente e de um arranjo específico de dominação autocrática das burguesias nacionais, no desenrolar desse movimento que empunha a bandeira da questão nacional e democrática, o horizonte anticapitalista e socialista apresenta-se com uma dimensão só, na medida da impossibilidade de concretizar as tarefas nacionais e democráticas nos marcos do capitalismo.

Dessa forma, compreender qual a questão nacional na América Latina passa, necessariamente, por compreender a particularidade da inserção da região no capitalismo inter-



Na imagem principal, *Batalha de Boyacá* (1890), óleo sobre tela de Martín Tovar y Tovar. Esse movimento garantiu, em 1819, a libertação de Nova Granada por parte de Simón Bolívar (no detalhe, em óleo sobre tela de Arturo Michelena, 1888)

nacional. Assim, se para os países de capitalismo central, desenvolvidos, que foram palco de uma radical revolução burguesa e nacional e que tiveram seu desenvolvimento econômico baseado na industrialização e na generalização da proletarização assalariada, falar em nacionalismo ou em questão nacional é uma abstração histórica, para os países da periferia o cenário é a pauta principal. Segundo Mariátegui,

O nacionalismo das nações europeias, onde o nacionalismo e o conservadorismo se identificam e se consubstanciam, se propõe fins imperialistas, sendo reacionário e antissocialista. Mas o nacionalismo de povos coloniais, sim, coloniais economicamente, ainda que se vangloriem de sua autonomia política, tem uma origem e um impulso totalmente diversos. Nesses povos o nacionalismo é revolucionário e, portanto, conclui-se no socialismo. Nesses povos a ideia de nação não cumpriu ainda sua trajetória nem esgotou sua missão histórica (MARIÁTEGUI, 2005, p. 250).

Diferentemente das nações de capitalismo central e imperialistas, que no transcurso da sua revolução burguesa realizaram uma revolução nacional, nos movimentos de independência latino-americanos — sobretudo no Brasil — as consignas típicas da revolução burguesa foram deturpadas, e aqui se desdobrou um processo de generalização do capitalismo em conluio com a manutenção do “atraso” e com a dependência. Dessa forma, as aspirações da modernidade capitalista — que se processou no centro — aqui não foram realizadas, em processos de independência que alijaram a participação popular. No entanto, aquelas aspirações de liberdade, igualdade, desenvolvimento e democracia não desapareceram das aspirações nacionais e, ao não poderem ser realizadas pelas burguesias nacionais, aparecem retransmitidas para as gerações posteriores e no conteúdo dos movimentos anticapitalistas e anti-imperialistas de libertação nacional como reivindicações nacionais, traduzidas especialmente na luta por direitos democráticos e pela reforma agrária (PIRES, 2015). Assim, o vazio da questão nacional, tanto na independência quanto no processo de constituição do

Estado, fez com que a questão nacional na América Latina se tornasse um tema próprio da luta popular (PIRES, 2020).

Não somente na América Latina, mas na quase totalidade das nações subjugadas pela força do imperialismo, destaca-se o “potencial revolucionário e socialista das lutas de libertação nacional” (AMIN, 1987, p. 210). A prova empírica desse caráter é que “a reação do imperialismo aos movimentos de libertação nacional coloca [sic] em evidência que o caráter nacional e democrático dessas lutas é necessariamente anticapitalista” (PIRES, 2020, p. 109).

A “questão nacional”, em síntese, é o elemento prioritário do programa da revolução socialista nos países de capitalismo dependente, subdesenvolvidos e “atrasados”. A questão nacional é a bandeira principal da revolução nessas formações sociais dependentes do imperialismo, portanto, em completa sintonia com uma concepção de marxismo vivo. É pela questão nacional que se expressam as principais contradições que movem a disputa política e econômica entre as classes dominadoras e as classes dominadas. Se para os países de capitalismo desenvolvido a principal contradição é entre os explorados e os exploradores — do ponto de vista dos detentores ou não dos meios de produção —, para os países dependentes ela é análoga à bandeira da questão nacional, uma vez que a luta contra a exploração pela burguesia nacional não se separa da exploração do capital internacional sobre essas formações sociais dependentes.

Tanto Fernandes (2005) quanto Prado Júnior (1972) sustentaram que a revolução nacional, no primeiro, e a revolução brasileira, no segundo, articulam um conteúdo que imbrica — em um mesmo e ininterrupto processo — pautas estruturais de reformas na perspectiva revolucionária, demonstrando que uma certa apreensão dogmática e apriorística do marxismo foi incapaz de perceber que a reforma e a revolução não necessariamente se separaram nas formações sociais dependentes.

Mesmo quando diversos movimentos populares, intelectuais e revolucionários latino-americanos utilizam a palavra *povo*, de forma alguma ela expressa uma uniformidade que enseja uma perspectiva de abarcar um universo supraclasse. As palavras, fora da abstração conceitual, adquirem o conteúdo dado na própria construção política concreta. Fidel Castro, em “A história me absolverá”, elaborou o conceito de *povo cubano* como categoria de análise teórica e estratégica, não somente no campo da agitação, a partir do que representa essa expressão em um país com o legado de uma questão nacional não resolvida, e com o qual as burguesias insistem em não se identificar. Dessa forma, a questão de classe é uma leitura teórica que se expressa no concreto, e no caso da América Latina a questão de classe não sobrevive no vazio conceitual, e sim em uma manifestação concreta, que aparece na imbricação da questão social na questão nacional.

Ou seja, enfrentar o imperialismo, na prática, significa enfrentar duplamente a burguesia (do ponto de vista externo e interno). Com isso, a prática política das lutas de libertação nacional na América Latina vai ensejando os contornos da luta de classe pelos interesses concretos que estão em jogo, quais sejam: os trabalhadores, da classe dominada, necessitam construir uma nação para si, autônoma e soberana, para poderem aspirar a sair da pobreza absoluta; por outro lado, a burguesia e demais representantes das classes dominantes necessitam do aval e da fiança da dominação imperialista para poderem se sustentar internamente.

Sobre isso, Florestan Fernandes identificou uma *dupla articulação* sob a qual vive a burguesia brasileira. A primeira dessas articulações é o capital externo. A partir da sua dependência e subordinação a ele, a burguesia não pode levar adiante um projeto autôno-

As lutas por reformas estruturais (dentro da ordem), na medida da impossibilidade da sua consecução no capitalismo dependente sob a alcunha do imperialismo, se levadas até o fim pelos movimentos populares, cedem lugar à luta contra a ordem

mo e radical de desenvolvimento econômico, mesmo que isso aumentasse as suas taxas de lucro interno. Por outro lado, ela não pode avançar no desenvolvimento e industrialização interna porque isso a colocaria em contraposição ao imperialismo, e se este não seguir sendo seu sustentáculo, ela sucumbe enquanto classe dominante. A burguesia só sobrevive internamente porque recorre frequentemente ao uso da força, e para isso conta com a ajuda do imperialismo. Caso contrário, a sublevação das massas lhe daria uma cartada final.

Para Prado Júnior (1966), a revolução brasileira é a transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã, ou seja, a superação do essencial do passado — a profunda subordinação e vinculação aos negócios capitalistas internacionais e o regime social baseado na segregação. Isso passa por afirmar uma sociedade nacional em função dos nacionais contra o imperialismo, uma espécie de nova — e verdadeira — independência. A história das revoluções socialistas mobilizou o sentimento nacional de cubanos e vietnamitas, por exemplo. A questão das nacionalidades foi decisiva na Revolução Russa. Hoje, a Revolução Bolivariana significa defender a Venezuela da agressão do imperialismo, e lá as multidões envergam sua bandeira nacional e se vestem de vermelho para defender as conquistas dos últimos anos.

Ou seja, foi através da “questão nacional”, da necessidade de libertar-se da dominação externa imperialista e de fundar nações autônomas, que foram movidas todas as revoluções no nosso continente. Segundo Pires (2015), em busca de resistir ao estrangulamento da soberania das nações latino-americanas, o movimento de libertação dos povos é portador de um conteúdo universal de emancipação, na medida em que seu movimento de libertação é necessariamente um confronto com o imperialismo. Desse modo, uma luta de libertação nacional carrega a luta anticapitalista e é determinada por ela.

Florestan Fernandes, quando identifica os movimentos de luta “dentro” e “fora” da ordem, não os define por um conteúdo etapista, tampouco sugere que a revolução dentro da ordem seja possível nos marcos do capitalismo, enquanto a fora da ordem adquiriria conteúdo revolucionário. Pelo contrário. Para Fernandes, “a revolução dentro da ordem” se articula e se confunde com a “revolução contra a ordem”. A desagregação do Estado burguês é fatal.

Perdido ou anulado pela maioria da população o esteio da violência institucional encarnada, ele desaba. Os que sempre foram tratados como “inimigos da ordem” e sempre

foram excluídos da sociedade civil só acham uma saída: construir uma ordem social própria e uma sociedade civil transitória, que ligue a revolução nacional-democrática e anti-imperialista à emergência e à vitória do socialismo (FERNANDES, 2009, p. 20).

Dessa forma, as lutas por reformas estruturais (dentro da ordem), na medida da impossibilidade da sua consecução no capitalismo dependente sob a alcunha do imperialismo, se levadas até o fim pelos movimentos populares, cedem lugar à luta contra a ordem ou fora dela, em um processo ininterrupto em que a classe trabalhadora esbarrará nas contradições próprias da sociedade de classes e do capitalismo dependente. Segundo Pires (2015), esse processo de avanço das reformas e direitos altera a correlação de forças, criando uma situação de impasse quando se vislumbra objetivamente no horizonte de luta a superação da dominação do Estado e da sociedade de classes pela retomada dos meios de produção, esforço esse propriamente de um processo de revolução socialista.

Fernandes (2007), quando examinou a maior experiência de revolução socialista latino-americana — a Cubana —, afirmou que “pela primeira vez na história da América Latina uma revolução nacional deixaria de dissociar o elemento nacional do elemento democrático e, ao vencer, a ideia de nação arrasta com ela a construção de uma ordem democrática inteiramente nova e socialista” (FERNANDES, 2007, p. 11). Para Pires (2020), devido a uma revolução que triunfou, a Cubana, as aspirações profundas dos povos latino-americanos entraram na história em uma revolução socialista de libertação nacional. Essas elaborações tiveram um salto de qualidade com uma revolução que triunfou em 1959 relacionando a questão da libertação nacional ao anti-imperialismo, à participação popular e à transição para o socialismo.

Por isso, acreditamos que o programa da revolução é o da questão nacional, que envolve: a *questão da libertação nacional* — ou seja, da soberania política e independência econômica; a *questão do desenvolvimento* — que envolve a necessidade de avançar no desenvolvimento econômico e esgaçar esse universo de contradições com o imperialismo; a *questão democrática* — que envolve democratizar a política e enfrentar a cultura do autoritarismo; e a *questão de classe* — que perpassa todas as outras, com relação ao sujeito que move e dirige todo esse processo.

Não se pode atingir o socialismo senão pela via da revolução democrática anti-imperialista, mas tampouco se pode consumir a revolução democrática anti-imperialista sem atingir o socialismo. De maneira que entre ambas há uma ligação essencial indissolúvel, são facetas de uma única revolução, e não de duas revoluções (PIRES, 2015).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos demonstrar a relação entre o marxismo, o imperialismo e a questão nacional, sobretudo como pauta que alia a luta dos povos oprimidos pela força do capital imperialista aos anseios de concretização das tarefas democráticas de natureza socialista, especialmente nas experiências latino-americanas.

A nação e o nacionalismo ainda são tratados de forma a-histórica em parte substancial da literatura marxista de natureza mais ortodoxa, o que limita a potência dessa ferramenta analítica para lidar com a forma particular e desigual com que se generalizou o modo de produção capitalista ao redor do globo.

Se desde o início do século XX a questão nacional e colonial já constituía elemento controverso no movimento internacional dos trabalhadores, as transformações pelas quais passou o capitalismo na sua fase imperialista não deixam dúvida de que o imperialismo não era uma política, senão a fase própria do capital monopolista, com tendência a se perpetuar reproduzindo um padrão internacional de desigualdades e exploração. O movimento de transnacionalização do capital, advindo da acirrada disputa intercapitalista dos anos 1950 e 1960, abriu um caminho sem precedentes para a exportação de capitais e o acirramento da dependência dos países periféricos, ainda que nessa etapa o imperialismo atuasse sob uma forma de transferência de capital industrial.

Atualmente, o imperialismo atua no sentido oposto, postas as transformações em curso desde a década de 1980, em que cabe à periferia uma nova rodada de expropriação da produção agrícola e mineral. Dessa forma, os países periféricos foram perdendo as formas de autonomia relativa com que puderam transitar no período progresso e vivem uma nova rodada de submissão aos propósitos espoliativos do imperialismo.

Dessa forma, em função do caráter dependente e das relações estreitas entre as burguesias nacionais e as burguesias imperialistas, a questão nacional é alçada a elemento central da luta anti-imperialista, em que a defesa dos interesses nacionais e da soberania política e econômica é um dos principais motores da luta de classe, com potencialidades deveras revolucionárias.

Portanto, urge que o marxismo seja ferramenta de análise concreta da situação concreta, identificando as contradições exatas que movem a luta de classe nos países dependentes. Apresentamos aqui, a título de conclusão, a importância de avançar na mediação de um marxismo e de uma leitura da atuação do imperialismo que parta das determinações concretas da atuação do capital na periferia, bem como da movimentação dos anseios da luta de classes sob o prisma dos interesses da classe trabalhadora.

A questão nacional, a libertação nacional e o anti-imperialismo são as pautas que articulam as dimensões e os anseios de realização da nação e, em função do caráter das burguesias nacionais, só podem ser obra daqueles verdadeiramente nacionalistas, com compromisso de afirmação dos interesses da soberania nacional, o que opõe as classes sociais em uma dimensão que ataca as classes dominantes, dialeticamente, nos dois *fronts* de atuação: interno e externo.

* Mestre e doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp) e economista-chefe do Centro de Estudos de Economia (CEE) do Instituto para a Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE). *E-mail*: julianefurno@gmail.com

► Texto recebido em 17 de julho de 2022; aprovado em 5 de agosto de 2022.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado em Economia) — Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMIN, Samir. **Imperialismo e desenvolvimento desigual**. São Paulo: Vértice, 1987.

ARICÓ, José. **Marx y América Latina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia**. México, DF: Siglo XXI, 1982.

BOLÍVAR, Simón. **Independência e unidade latino-americana**: escritos políticos. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, jan.-abr. 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. **A guerra mundial, a cisão socialista e as origens da Internacional Comunista**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3075475/mod_resource/content/0/Origens%20da%20Internacional%20Comunista%20%20Osvaldo%20Coggiola.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

_____. **Da guerrilha ao socialismo**: a Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GOUVEA, Marina Machado. **Imperialismo**: aproximação ao debate marxista sobre a caracterização do capitalismo na virada para o século XX. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) — Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

HEREDIA, Fernando. A estratégia política do imperialismo. In: SEMINÁRIO ESTRATÉGIAS DO IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 1., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Cepis, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HOBSON, John A. Imperialism: a study (1902). **Marxists Internet Archive**, s.d. Disponível em: <www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm>

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. O “praticismo” na questão nacional. In: _____. Sobre o direito das nações à autodeterminação (maio de 1914). **Marxists Internet Archive**, s.d.[a]. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/cap02.htm#i4>. Acesso em: 6 ago. 2022.

_____. Que é autodeterminação das nações?. In: _____. Sobre o direito das nações à autodeterminação (maio de 1914). **Marxists Internet Archive**, s.d.[b]. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/cap01.htm#i1>. Acesso em: 6 ago. 2022.

_____. Report on the party programme (March 19). In: _____. Eighth Congress of the R.C.P.(B.) (March 18-23, 1919). **Marxists Internet Archive**, s.d.[c]. Disponível em: <www.marxists.org/archive/lenin/works/1919/rcp8th/03.htm>. Acesso em: 6 ago. 2022.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**: ensaios escolhidos. Seleção e introdução Michael Lowy. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRANSPADINI, Roberta (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PIRES, Olívia Carolino. Questão nacional, internacionalismo e anti-imperialismo na América Latina. **Revista Estudos do Sul Global**, São Paulo, n. 1, v. 1, p. 93-120, 2020.

_____. **Questão nacional no pensamento crítico da América Latina**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

A atualidade da obra de Marini e o resgate crítico de seu pensamento

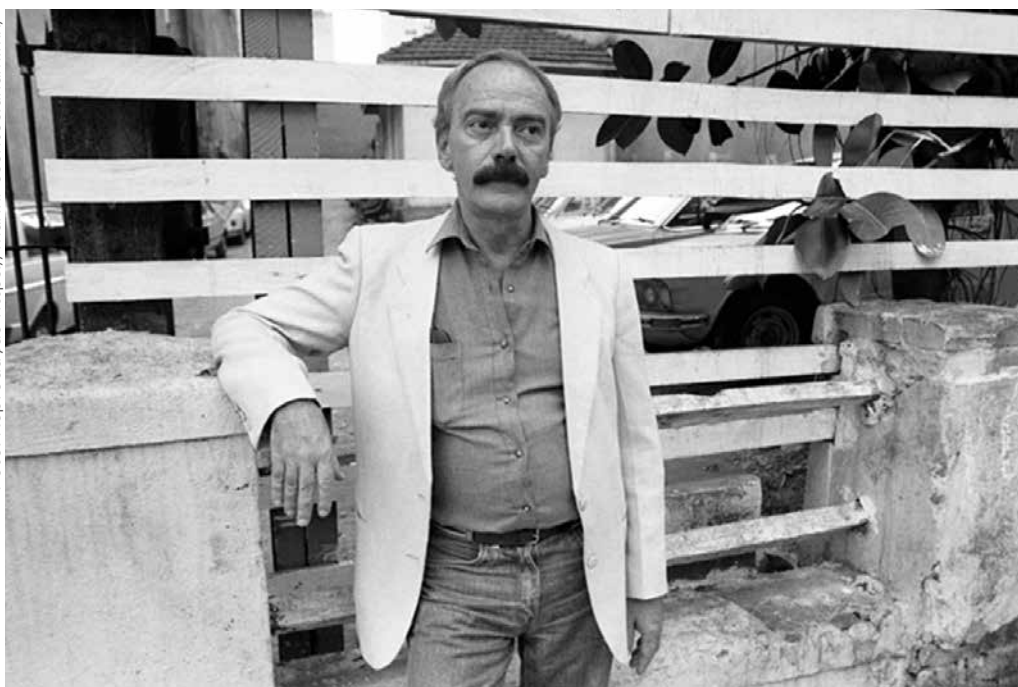
On the relevance of Ruy Mauro Marini's work and the critical rescue of his thought

nilson Araújo de souza*

mariana Nunes de Moura souza**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.003>

Foto: Reprodução <https://marini-escritos.unam.mx/>



Ruy Mauro Marini (1932-1997) ficou conhecido internacionalmente como um dos elaboradores da teoria da dependência. A foto acima, de 1987, integra série de retratos feitos pela revista *IstoÉ Senhor*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo resgatar criticamente e demonstrar a atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini, um dos principais construtores da teoria marxista da dependência (TMD). Escolheu-se Marini porque sua elaboração é a mais densa e completa da TMD. O estudo se concentrará no principal livro dele, *Dialética da dependência*, porque é onde se condensa melhor sua contribuição teórica. O texto apresenta seu pensamento, analisa-o e mostra sua atualidade. Começa-se por sintetizar a concepção de Marini sobre os mecanismos de transferência de valor dos países dependentes para os países industriais, além de demonstrar a atualidade dessa concepção. Após se expor sua constatação de que o corolário incontornável da transferência de valor é a superexploração da força de trabalho, fornecem-se dados que comprovam sua atualidade. Demonstra-se então que, em decorrência da transferência de valor e da superexploração da força de trabalho, os países dependentes realizam um reduzido nível de acumulação de capital. Outra decorrência da superexploração é o descolamento entre a produção e as necessidades das massas, engendrando a “necessidade” de exportar. O Estado de uma economia do porte da brasileira adotaria, para garantir mercados para esse “excedente”, uma política agressiva que, ao lado de outras contradições, engendraria o subimperialismo. Apresentam-se neste texto reservas críticas dos autores em relação a essa tese. Finalmente, aborda-se a conclusão de Marini de que a superação da dependência só se daria nos marcos do socialismo. Posteriormente, ele passou a admitir a necessidade de uma “etapa intermediária” que teria as tarefas nacional, democrática e de justiça social.

Palavras-chave: Dependência. Transferência de valor. Superexploração da força de trabalho. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper seeks for critically redeem and demonstrate the relevance of Ruy Mauro Marini's thought. He was one of the main architects of the Marxist theory of dependence (MTD). We have chosen Marini because his elaboration of MTD is the most substantial and complete. The book *Dialectics of dependence*, which this paper analyses, comprises his main theoretical contribution. Starting with Marini's notion of value transfer mechanisms from dependent countries to industrial countries, we demonstrate the relevance of this idea. In a second moment, we describe his observation that the unavoidable corollary of the transfer of value is the overexploitation of the workforce, and then data are provided that prove its current relevance. Then we show that, as a result of the transfer of value and the super-exploitation of the labor force, dependent countries have a reduced level of capital accumulation. Another result of overexploitation is the disconnection of goods and services production from the masses needs, engendering the “need” to export. In order to guarantee markets for this “surplus”, the State in a country like Brazil should adopt an aggressive policy that, along with other contradictions, would engender the so-called sub-imperialism. The authors' critical reservations regarding this thesis are exposed here. Finally, we address his conclusion that the overcoming of dependence would only take place once a country achieve socialism. Later, he started to admit the need for an “intermediate stage”, that would have the national, democratic and social justice tasks.

Keywords: Dependency. Value transfer. Overexploitation of the workforce. Development.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo resgatar criticamente¹ o pensamento de Ruy Mauro Marini e demonstrar a atualidade do pensamento dele, que foi um dos principais construtores da teoria marxista da dependência (TMD)², cuja elaboração contou também com a ativa e inestimável participação de Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, intelectuais brasileiros que, como Marini, viveram no exílio durante o período da ditadura.

Escolhemos Marini como tema do nosso artigo, dentre os formuladores da TMD, porque, apesar da importante contribuição de Theotonio dos Santos e de Vânia Bambirra, é inegável que a elaboração de Marini é mais densa e completa. Escreveu poucos livros³, mas, em cada um deles, condensa ideais fundamentais para se compreender a América Latina. Escreveu também dezenas de artigos e ensaios. Vamos nos concentrar no seu principal livro, *Dialética da dependência*, no qual ele condensa melhor sua contribuição teórica, mas incurSIONAREMOS por outros livros ou artigos e ensaios.

Marini era um tipo de intelectual muito comum nas décadas de 1950 e 1960, o intelectual engajado, cujo compromisso era desvendar a verdade para contribuir com a transformação da realidade. Foi por esse prisma que examinamos seu pensamento. Suas referências teóricas partem de Marx e incorporam as contribuições de marxistas que analisaram a nova fase do capitalismo, o imperialismo, particularmente Vladímir I. Lênin. Considerava como precursores da TMD os peruanos José Carlos Mariátegui⁴ e Haya de la Torre⁵. Avaliava que o livro lançado em 1967 por André Gunder Frank, intitulado *Capitalismo e subdesenvolvimento da América Latina*, seria “um marco do que viria a se chamar de ‘teoria da dependência’” (MARINI, 2005b, p. 66).

Este texto contém, além desta introdução, seis seções, incluindo as considerações finais. Na seção 2, sob o título “O intercâmbio desigual e a transferência de mais-valia”, tratamos da análise de Marini sobre os mecanismos de transferência de valor dos países dependentes para os países industrializados. Mostramos que, ainda que seu livro *Dialética da dependência* trate apenas do intercâmbio desigual como mecanismo de transferência de valor, nascido com a divisão internacional do trabalho, em meados do século XIX, o posfácio ao livro apresenta outras formas de transferência que se desenvolveram com a emergência do imperialismo no final daquele século, tais como a remessa de juros e de lucros e o pagamento de *royalties*. Demonstramos que esses mecanismos seguem vigentes.

¹ Resgatar no sentido proposto por Marini, para o qual o resgate da teoria marxista da dependência devia ser feito de forma a resgatar a sua essência e ao mesmo tempo superar as suas insuficiências.

² Antes de avançamos, cabe um esclarecimento: aqui, na América Latina, existem pelo menos três teorias da dependência: a da Cepal, principalmente a formulada por Celso Furtado, de inspiração histórico-estruturalista; a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, weberiana, mas mais com rosto de apologia do que de teoria da dependência, e a teoria marxista da dependência.

³ O primeiro deles, *Subdesenvolvimento e revolução*, basicamente sobre o Brasil, publicado em 1969, só saiu no Brasil em 2017. O segundo, *Dialética da dependência*, escrito em 1972 e publicado em 1973, só saiu no Brasil em 2000, pela editora Vozes. O terceiro, *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile*, saiu em 1976, mas foi publicado no Brasil apenas em 2019, pela editora Expressão Popular; trata da experiência chilena com o governo da Unidade Popular. E por último, já no Brasil, escreveu *América Latina: dependência e integração*, publicado em 1992 pela editora Brasil Urgente.

⁴ Fundador do Partido Comunista do Peru.

⁵ Fundador da Apra (Aliança Popular Revolucionária Americana).

“A superexploração da força de trabalho: corolário da transferência de valor” é a seção 3. Aqui, analisamos a demonstração feita por Marini de que a economia dependente responde com a superexploração da força de trabalho — entendida como o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor — a essa transferência de valor. Demonstramos com o exemplo do Brasil que essa categoria, mais do que nunca, contribui para explicar o fenômeno da baixa remuneração do trabalho como condição para a transferência de valor e para a consequente valorização do capital nos países desenvolvidos.

A seção 4, intitulada “Transferência de valor e baixo nível de acumulação de capital”, trata dos limites da acumulação de capital numa economia dependente, que, além de transferir para o centro imperialista parcela do excedente nela gerado, reduzindo, portanto, a mais-valia formadora da acumulação de capital⁶, tem seu mercado interno estreitado pela superexploração da força de trabalho. Indicamos que, quanto maior for a dependência de um país, menores serão sua capacidade de acumulação e, portanto, suas possibilidades de desenvolvimento.

Na seção 5, “Cisão entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação e subimperialismo”, expõe-se a tese de Marini de que, na economia dependente, a produção está desvinculada das necessidades das massas. Isso porque, se na fase primário-exportadora a produção é destinada ao exterior, na industrial ela se dirige, em grande medida, às camadas de elevados níveis de rendimento. Tratamos também nessa seção da tese do subimperialismo, o qual, segundo Marini, resultaria das contradições da dependência nas economias maiores, como a brasileira. Sugerimos que o Brasil não reuniu nem reúne requisitos para cumprir tal papel.

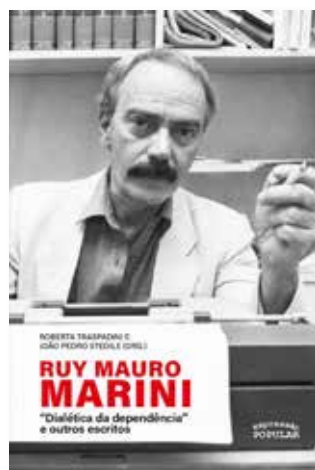
Na seção 6, que, sob o título “Marini e a revolução socialista”, trata da concepção do autor sobre os caminhos de superação da dependência, mostramos que ele afirmava que essa superação se daria nos marcos da revolução socialista, contrapondo-se à posição dos partidos comunistas da região, que defendiam a tese de que, antes do socialismo, haveria uma etapa nacional-democrática. Mas mostramos também que, posteriormente, em seu último livro, *América Latina: dependência e integração*, ele passou a admitir a necessidade de uma “etapa intermediária”, caracterizada por uma democracia avançada, em que os trabalhadores teriam bastante peso, e que, ao mesmo tempo, desse ao país a capacidade de autodeterminar-se e de promover a superação das condições de superexploração e miséria em que vivem os trabalhadores.

Por fim, na última seção, a de número 7, apresentamos as considerações finais, em que sistematizamos as principais conclusões a que chegamos nesta investigação de cunho teórico.

2. O INTERCÂMBIO DESIGUAL E A TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALIA

Segundo Marini, para entendermos a América Latina, teríamos de partir da economia mundial capitalista, procurando entender o sistema no qual a América Latina está inserida de maneira subordinada. No mundo, predominaria o capitalismo, que ingressou em sua fase imperialista a partir do final do século XIX. Foi partindo dessa realidade que ele definiu o que seria dependência:

⁶ Compartilhamos da opinião, de inspiração keynesiana, que afirma não ser necessário possuir um excedente prévio para realizar a acumulação de capital. Bastaria ao governo emitir moeda e investir. Isto é verdade, mas só opera eficazmente em condições de subutilização de capacidade instalada e disponibilidade de meios de produção e força de trabalho. Estruturalmente, é necessário o excedente para viabilizar a acumulação de capital.



Edições antigas do livro *Dialética da dependência*, de Ruy Mauro Marini, e a coletânea de textos do autor republicada em 2022 pela Expressão Popular em homenagem aos 90 anos de Marini

uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2000, p. 109).

Os países dependentes são, portanto, países formalmente independentes, mas dependentes economicamente porque se inseriram de maneira subordinada nos marcos da economia mundial, o que acarretaria uma forma específica de desenvolvimento na região, diferente das formas como se desenvolveram a Europa e os EUA. Para Marini, ainda que as economias dos países da América Latina reproduzam as leis gerais do capitalismo, o fazem de uma forma específica, a qual designou de capitalismo *sui generis*⁷:

frente ao [*sic*] parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se dão como insuficiências, e outras — nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras —, como deformações [...]. É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis* (MARINI, 2000, p. 105-106).

Tratando-se de um capitalismo específico, *sui generis*, haveria que buscar o marco teórico que desse conta de entender essa especificidade regional. Por isso, não bastaria usar as teorias mais gerais para compreender a região. Segundo Marini, as leis gerais do capitalismo, que funcionam no mundo capitalista, também regem a economia da América Latina, só que de maneira exacerbada, com insuficiências e deformações.

Utilizando seu método⁸ para entender a América Latina, partiu da análise da economia mundial capitalista e de como se dá a inserção nela das economias latino-americanas. Sua conclusão é que, nessa relação, ocorre uma transferência de valor dos países dependentes em direção aos países desenvolvidos, contribuindo assim para a desvalorização da força de

⁷ Ainda que por caminhos diferentes, Celso Furtado também concluiu pela existência de uma especificidade da economia subdesenvolvida, em particular a latino-americana, ao afirmar: “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação da economia capitalista moderna. É, em si, um processo particular, resultante da penetração da empresa capitalista moderna em estruturas arcaicas.” (FURTADO, 2000, p. 261)

⁸ Para a metodologia da TMD, ver SILVA (2016).

trabalho nestes últimos e, por conseguinte, para aumentar a mais-valia relativa e assim procurar deter a marcha da tendência à queda da taxa de lucro.

Essa transferência de valor se realizaria por vários mecanismos, a saber: intercâmbio desigual, remessas de juros e lucros, pagamento de *royalties*. Segundo o autor, a partir de meados do século XIX se estabeleceu no mundo, depois de muitas tensões, a divisão internacional do trabalho, em que a Inglaterra, então a oficina do mundo, já que era a economia que realizara até então praticamente sozinha a Primeira Revolução Industrial, ocupava o núcleo central como produtora e exportadora de produtos manufaturados, enquanto os países subdesenvolvidos, particularmente os da América Latina, produziam e exportavam produtos primários. Por isso, não havendo competidores no mundo, propôs e impôs aos demais países o livre-comércio⁹.

Nessa relação entre produtores de produtos primários e produtores de produtos industriais, dizia Marini, saem perdendo os produtores de produtos primários. Afirma ele:

No segundo caso — transações entre nações que intercambiam distintos tipos de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas —, o mero fato de que umas produzem bens que as demais não produzem, ou não o podem fazer com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual (MARINI, 2000, p. 121).

Marini revela então que os países produtores de produtos primários vendiam suas mercadorias para os países industrializados por um preço abaixo do respectivo valor e compravam bens industriais desses países, com destaque para a Inglaterra¹⁰, por um preço acima do valor. Para expressar esse fato, nosso autor utilizou a categoria intercâmbio desigual, que descreve um fenômeno decorrente de dois fatores importantes: os países centrais, sobretudo a Inglaterra, monopolizavam a produção industrial e, além disso, possuíam a tecnologia mais avançada e, portanto, maior produtividade, e assim podiam puxar seus preços para cima e os dos produtos primários importados para baixo. Nas suas próprias palavras:

Frente a [*sic*] esses mecanismos de transferência de valor, fundados seja na produtividade, seja no monopólio da produção, podemos identificar — sempre a nível das [*sic*] relações internacionais de mercado — um mecanismo de compensação (MARINI, 2000, p. 121).

O intercâmbio desigual significa que se está transferindo valor dos países dependentes para os países desenvolvidos, mais propriamente para seu capital financeiro¹¹. Marini demonstrou que o intercâmbio desigual não seria meramente transferência de valor, mas de parte da mais-valia.

Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, do ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia [... e em consequência] contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais (MARINI, 2000, p. 123).

⁹ Isso depois de haver se industrializado sob as bênçãos do protecionismo.

¹⁰ Para conformar o clube dos países industrializados, somaram-se outros países ao longo da segunda metade do século XIX, como os Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália e Rússia. São basicamente os países que recusaram a proposta de livre-comércio implementada pela Inglaterra.

¹¹ Entendido como fusão dos monopólios industriais com os monopólios bancários, no sentido dado por Lênin a partir da formulação original de Hilferding.



Sua conclusão é que, nessa relação, ocorre uma transferência de valor dos países dependentes em direção aos países desenvolvidos, contribuindo assim para a desvalorização da força de trabalho nestes últimos e, por conseguinte, para aumentar a mais-valia relativa e assim procurar deter a marcha da tendência à queda da taxa de lucro

Costuma-se confundir intercâmbio desigual com deterioração dos termos de intercâmbio (DTI), mas trata-se de categorias distintas, ainda que complementares. Segundo Raúl Prebisch¹², da Cepal, a DTI se verifica quando o país da periferia tem de exportar cada vez mais para comprar a mesma quantidade de produtos no exterior; dito de outra forma, se o país dependente exportar a mesma quantidade de produtos, importará cada vez menos. A deterioração dos termos de intercâmbio, portanto, se traduz em uma piora no intercâmbio desigual.

Mesmo antes da fase imperialista, que, como demonstra Lênin (1961), configurou-se a partir do último quartel do século XIX, já havia transferência de valor sob a forma de mais-valia da periferia, particularmente da América Latina, para os países industrializados.

Mas essa transferência de valor se agravou no final do século XIX e começo do século XX com a emergência do imperialismo, o qual nasceu das próprias entranhas do capitalismo. A livre concorrência no capitalismo engendrou o seu contrário: centralização e concentração de capital¹³. Qualquer que seja o caminho ou as causas¹⁴, o resultado é a forma-

12 Ver textos seminais de Raúl Prebisch: "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais", "Estudo econômico da América Latina (1949)" e "Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico", todos publicados em Bielschowsky (2000, p. 69-215).

13 Concentração de capital é quando um capitalista aumenta seu capital pela acumulação do próprio lucro, e centralização ocorre quando se juntam vários capitais num só.

14 Segundo Lênin (1961), com base em Marx (1977, cap. XXIII), a combinação entre concorrência, crédito favorável às grandes empresas e crises periódicas, a começar pela grande depressão que grassou no mundo da década de 1870 à de 1890, engendrou a concentração e a centralização do capital nos países industrializados.

ção do monopólio¹⁵. Os monopólios industriais se fundiram com os monopólios bancários para formar o capital financeiro, e, a partir daí, aumentou significativamente a exportação de capitais para o resto do mundo. Lênin demonstrou que, a partir de então, a exportação de capitais passou a preponderar sobre a de mercadorias (LÊNIN, 1961).

A exportação de capitais dos países desenvolvidos para os países dependentes se dava de duas formas: empréstimos e investimento estrangeiro direto (IED). Na verdade, boa parte desse IED não vinha para investir, ou seja, para aumentar a capacidade produtiva, mas para adquirir patrimônio público e empresas privadas já existentes¹⁶.

A decorrência imediata dessa exportação de capitais é o retorno para suas matrizes dos ganhos aqui obtidos, retorno que se manifesta por meio da remessa de lucro, juros e aluguel de patentes (*royalties*)¹⁷. Essas remessas financeiras vieram agravar o impacto da transferência já realizada por meio do intercâmbio desigual e da deterioração dos termos de intercâmbio, aumentando assim a transferência de valor. O resultado dessa transferência é a desvalorização da força de trabalho nos países desenvolvidos, com o conseqüente aumento da mais-valia relativa, funcionando, portanto, como força contra-arrestante da tendência à queda da taxa de lucro.

A forma de transferência típica do intercâmbio desigual permanece na atualidade. Há os que postulam que, em função do aumento dos preços das *commodities* no período recente, teria acabado o intercâmbio desigual, já que agora os países da periferia estariam se beneficiando com a melhoria da sua relação de troca com os países centrais.

Melhorias como essa já ocorreram várias vezes na história recente do capitalismo. Isso porque, nos momentos de aquecimento da economia mundial, países exportadores de produtos básicos se organizam¹⁸ e conquistam aumento dos preços. Tal fato ocorreu na segunda metade dos anos 1960¹⁹, quando o sistema capitalista mundial vivia o apogeu do período expansivo pós-guerra. Havia então uma forte demanda de matérias-primas e alimentos. Mas, devido à emergência da crise estrutural e da ação, inclusive militar, do governo dos EUA para pressionar os exportadores de produtos básicos, os preços caíram durante as décadas de 1980 e 1990 e o começo dos anos 2000 (PRATES, 2007), retomando a ferro e fogo a trajetória histórica.

Esses preços voltaram a elevar-se a partir do final de 2003, quando a economia dos países desenvolvidos emergia da crise de 2002, e continuaram a subir no começo da crise de 2007-2008, porque a demanda chinesa permaneceu aquecida e também porque parte do capital especulativo, para fugir da crise, passou a fazer estoque de *commodities* (PRATES, 2007). Mas não resistiram à crise e desabaram em 2008-2009. Voltaram a subir agora, como consequência da combinação entre a demanda chinesa, a imposição de sanções pelos EUA/

15 Há duas formas de monopólio: o truste, que é quando uma única empresa domina o mercado, e o cartel, que é quando algumas grandes empresas fazem acordos entre si para dividir e dominar o mercado a fim de praticar o sobrepreço e auferir o lucro extraordinário.

16 Ultimamente, desde os anos 1970, emergiu outra forma de exportação de capitais: massas gigantescas de recursos financeiros, sob a forma líquida, deslocam-se pelo mundo à velocidade da luz, ou seja, o chamado capital especulativo, o capital fictício, que sai da esfera produtiva, segue se apropriando de valor nela gerado, mas não contribui em nada com a produção.

17 Marini trata dessa questão no texto "Em torno da dialética da dependência", posfácio ao livro *Dialética da dependência* (SADER, 2000, p. 157-158).

18 Vide Opep.

19 O preço do petróleo seguiu aumentando até o final dos anos 1970 em função das guerras entre Israel e o mundo árabe.

Quem primeiro destacou que o capitalista, em determinadas circunstâncias, paga a força de trabalho abaixo do seu valor foi o próprio Marx. Em pelo menos dois momentos de *O Capital* ele trata dessa questão: quando analisa a crise capitalista e quando trata das contratendências à lei da tendência decrescente da taxa de lucro

Otan²⁰ contra a Rússia, devido à guerra na Ucrânia, e a maneira desordenada como a economia mundial busca emergir do impacto sofrido em razão da pandemia de covid-19.

A história tem revelado que preços elevados de *commodities* não se sustentam. A lógica perversa do sistema imperialista, ao criar e fortalecer os monopólios, não o permite. Além de sua tendência à queda, oscilam bastante, retirando a previsibilidade com a qual contam os produtores e derrubando a relação de troca entre os países da periferia e os países ricos.

No momento, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) prepararam um relatório anual sobre perspectivas agrícolas para o decênio seguinte. Em *OECD-FAO agricultural Outlook 2021-2030*, avaliam que, a médio prazo, a tendência será o esgotamento do comportamento altista das *commodities* agrícolas. Isso porque, além de fatores como a crise logística internacional, a alteração dos preços dos insumos e a crise econômica, o crescimento da demanda mundial de *commodities* agrícolas seria em torno de metade do verificado na última década (1,2% ao ano, contra 2,2%). No caso do gigante chinês, a queda do crescimento da demanda de matérias-primas e alimentos importados seria maior ainda: de 2,7% para 0,85% (FAO, 2021).

Quanto às *commodities* minerais, como ferro, alumínio e cobre, até grandes bancos, como o Bank of America, dos EUA, cujos fundos financeiros especulam no mercado de *commodities*, estão prevendo a queda de preços das ações das empresas que operam nesse mercado, que decorreria da tendência à queda dos preços das matérias-primas.

A transferência de valor por via de remessa de lucros, juros e *royalties* se intensificou. Nunca houve tantos investimentos estrangeiros diretos nos países dependentes como no período dos anos 1990 para cá, ou, em outras palavras, nunca houve tanta desnacionalização dessas economias. O economista indiano Deepak Nayyar constatou que a evolução do estoque de capital estrangeiro nos países em desenvolvimento, ou seja, dependentes, acelerou fortemente a partir da década de 1990: no ano de 1990, era de US\$ 517 bilhões, e em 2010, 20 anos depois, era de quase US\$ 6 trilhões; multiplicou-se praticamente por 12 (NAYYAR, 2014, p. 134, tab. 5.4).

²⁰ Organização do Tratado do Atlântico Norte, organização militar liderada pelos Estados Unidos, criada no imediato pós-guerra para garantir a hegemonia dos EUA no campo capitalista.

Isso é apenas o investimento estrangeiro direto; não inclui modalidades de exportação de capitais, como empréstimos e capitais especulativos. Se aumentou quase 12 vezes a presença dos capitais estrangeiros nos países dependentes, imagine só em quanto aumentou a remessa de lucros, juros, *royalties*, bem como o sub e superfaturamento.

O caso brasileiro é revelador. Dados do Banco Central indicam que a expansão do estoque de investimento direto no país (IDP)²¹ também acelerou a partir da década de 1990: pelo critério do BC, que considera as operações intercompanhias como investimento direto, o estoque de investimento direto no país aumentou de US\$ 47,9 bilhões em 1995 (6,1% do PIB) para US\$ 765 bilhões em 2020 (36% do PIB). Portanto, no período, o estoque de capital estrangeiro no país multiplicou-se por 16²² (BCB, s.d.[a]; s.d.[b])²³.

O outro lado da moeda é o aumento da remessa de lucros para as matrizes das transnacionais. Quando a empresa é nacional, pública ou privada, o lucro permanece no país, viabilizando assim a acumulação interna de capital, mas, com a desnacionalização, uma parcela do lucro é desviada para fora. Se considerarmos as remessas de lucros e dividendos provenientes do IED, mais as remessas de lucros disfarçadas de juros dos empréstimos intercompanhias, aumentaram de US\$ 2,1 bilhões em 1995 para US\$33,4 bilhões em 2021 (BCB, s.d.[b]), que, convertidos pelo dólar médio de 2021 (R\$ 5,18), equivalem a um montante de R\$ 173 bilhões.

Mas, se incorporamos ao investimento direto e aos empréstimos intercompanhias²⁴ as remessas de lucros e dividendos do capital especulativo e o pagamento de juros pelos títulos vendidos no exterior, também fica evidente a drenagem de valor da economia dependente brasileira para o núcleo central do imperialismo: de US\$ 10 bilhões enviados em 1995 para US\$ 36,7 em 2020 (BCB, s.d.[b]). E não estamos computando as transferências constituídas pelo intercâmbio desigual e o sub/superfaturamento entre as matrizes e as sucursais das transnacionais.

Esses capitais vieram não tanto para criar nova capacidade produtiva, mas, sobretudo, para se apropriar de capacidade produtiva já existente. Assim, o reforço dos laços de dependência no período recente, derivado, principalmente, dessa invasão pelo capital estrangeiro, revela a atualidade da TMD e do pensamento de Marini.

Consideramos que a categoria *troca ecologicamente desigual*, medida em quantidade de matéria, ou seja, em valor de uso, reforça a categoria *intercâmbio desigual*, medida em valor. O economista estadunidense John Bellamy Foster, que se dedica a estudos sobre temas ecológicos sob a ótica do marxismo, e que recupera a contribuição de autores que estudaram o que designou *imperialismo ecológico*, adota a categoria *troca ecologicamente desigual*.

²¹ É um conceito mais amplo que o de IED, mas, na essência, significa a mesma coisa. Os dados foram coletados pelo Banco Central por meio de um censo que fazia a cada cinco anos e, desde 2010, faz a cada ano. O censo atual é mais preciso que os primeiros, o que pode distorcer um pouco, mas não comprometer, a comparação.

²² Durante a década de 1990 e começo da de 2000, o ingresso de capital estrangeiro se destinava basicamente à aquisição de empresas estatais, torradas na bacia das almas pelo governo Fernando Henrique. Dali em diante, com a suspensão das privatizações pelo governo Lula, o capital alienígena concentrou-se na aquisição de empresas privadas nacionais, voltando a mirar nas estatais agora no governo Bolsonaro, cujo ministro da Economia diz que o Estado tem de vender tudo, até a Casa da Moeda.

²³ Agradecemos ao engenheiro Iso Sendacz, funcionário aposentado do Banco Central, por nos haver ajudado a decifrar o emaranhado de dados e critérios sobre IED e IDP que o BC publica.

²⁴ Os quais constituem um disfarce do aporte de capital para esconder a remessa de lucros.

Partindo da falha metabólica percebida por Marx, em decorrência da qual a utilização de recursos naturais sob a forma de matérias-primas pela indústria urbana não devolve à natureza o que foi extraído dela, Foster, com base nesses autores, conclui que, nas relações comerciais entre os países dependentes e os desenvolvidos, os primeiros, em troca de produtos industriais, cedem produtos primários extraídos da natureza, gastando, sem repor, recursos naturais que seriam úteis para o seu próprio desenvolvimento futuro e para alimentar seu próprio povo (FOSTER; HOLLEMAN, 2014).

Trabalhamos com a hipótese de que essa categoria é compatível com a do intercâmbio desigual, e vem em seu reforço. Isso porque, enquanto, por causa do intercâmbio desigual, os países ricos se apropriam de valor gerado nos países dependentes, comprometendo seu desenvolvimento, devido à troca ecologicamente desigual eles se apropriam ainda da matéria dos recursos naturais e de seu valor de uso, deixando as nações que os exportam com crateras no lugar do minério e terras degradadas no lugar de campos verdejantes, comprometendo também seu processo de desenvolvimento.

3. A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: COROLÁRIO DA TRANSFERÊNCIA DE VALOR

Transferir uma parte do valor gerado internamente para os países desenvolvidos traz sérias consequências para a economia dependente. A primeira delas, segundo Marini, é a superexploração da força de trabalho, quer dizer, paga-se a força de trabalho abaixo do seu valor, que corresponde ao valor dos bens que garantam a reprodução socialmente determinada, isto é, reprodução física, social e cultural do trabalhador e sua família. Isso se dá, segundo Marini, de três formas: pelo aumento da jornada, pela intensificação do trabalho e pelo que ele chamou de expropriação de uma parte do trabalho necessário para repor a força de trabalho, quer dizer, expropriação de parte do fundo de salário.

Marini assim se expressa:

Os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (MARINI, 2000, p. 125).

O Brasil é um exemplo evidente de que essa constatação de Marini segue atual. Coautor deste texto, Nilson Araújo de Souza, em sua tese de doutorado, sob orientação de Marini, analisou a ocorrência desse fenômeno no período do chamado “milagre brasileiro”, de 1968 e 1974, e constatou que, apesar da intensa expansão econômica do período, não apenas havia superexploração como ela aumentou, mediante a elevação da jornada e da intensidade do trabalho e um violento arrocho salarial (SOUZA, 1980).

No período atual, existe a crença de que, tendo havido um processo de recuperação do salário mínimo durante o governo Lula²⁵, teria desaparecido a superexploração da força de trabalho. Mas os dados revelam que a superexploração persiste.

²⁵ Na época, graças à mobilização das centrais sindicais, o governo encaminhou ao Congresso um projeto de lei conforme o qual, por determinado período, o salário mínimo seria anualmente reajustado pela inflação do ano anterior e o crescimento do PIB dos dois anos antecedentes. Essa lei já caducou e, atualmente, não existe lei alguma que determine os critérios de reajuste do salário mínimo.

Aqui, quando foi criado o salário mínimo, em 1940, por Getúlio Vargas, estabeleceu-se, a partir de pesquisa, o que seria necessário para sustentar uma família trabalhadora de quatro pessoas: o casal e dois filhos. Chegou-se a detalhar a cesta de bens. A Constituição de 1988 consagrou essa conquista, tornando constitucional o sustento mínimo que deve ser garantido a um trabalhador e sua família.

O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) calcula todo mês quanto deveria ser o salário mínimo para comprar essa cesta de bens, o qual o órgão designa por salário mínimo necessário. O cálculo correspondente ao mês de maio de 2022 dava o valor de R\$ 6.535,40. Enquanto isso, o salário mínimo estabelecido pelo governo é atualmente de apenas R\$ 1.212; portanto, 5,39 vezes menor do que o necessário para sustentar uma família de quatro pessoas (DIEESE, 2022).

Argumenta-se, no entanto, que nem todo trabalhador ganha apenas um salário mínimo; boa parte ganharia acima disso. Vejamos então os dados. A Pnad Contínua, pesquisa realizada pelo IBGE, constatou que, dos que vivem do rendimento do trabalho, entre 30% e 40% ganhavam em 2019, em média, R\$ 1.005, ou seja, em torno do salário mínimo da época, que era de R\$ 998 — 4,35 vezes menor que o salário mínimo necessário²⁶, que em dezembro daquele ano foi calculado em R\$ 4.342,57 (DIEESE, 2022) Mais dramático ainda: entre 80% e 90% da população trabalhadora ganhava R\$ 3.422 em média, quer dizer, abaixo do mínimo necessário (IBGE, 2020, p. 7). A imensa maioria dos trabalhadores no Brasil ganha abaixo do salário mínimo necessário, isto é, recebe um salário abaixo do que necessita para reproduzir, física, social e culturalmente, sua força de trabalho.

Há os que questionam esse critério de mensuração do valor da força de trabalho (sustento do trabalhador, sua mulher e dois filhos), sob a alegação de que a mulher também trabalha e contribui para o orçamento familiar; de fato, 43% da PEA é constituída de mulheres. À exceção deste momento adverso que o país atravessa, a mulher vem cada vez mais ingressando no mercado de trabalho. Ocorre que uma parte significativa da força de trabalho feminina é ainda formada por trabalhadoras domésticas que ganham em torno de um salário mínimo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, órgão da ONU, “o trabalho doméstico representa 27% da ocupação feminina na região [América Latina]”, e, “em 2016, o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadoras(es) domésticas(os), dos quais 92% eram mulheres” (OIT, 2022).

Enquanto isso, a parte constituída de outras profissionais, como professoras, pesquisadoras, médicas, advogadas, economistas, engenheiras etc., apesar de ter hoje qualificação superior à dos homens e realizar o mesmo tipo de trabalho, em 2021 ganhava 22% a menos que seus colegas homens. Assim, o ingresso da mulher no mercado de trabalho aumenta a renda familiar, mas não resolve o problema da superexploração, quer dizer, o fato de a família ganhar abaixo do que seria necessário para reproduzir a força de trabalho.

Há ainda os que argumentam que essa teoria da superexploração não se sustentaria teoricamente porque, segundo Marx, o valor da força de trabalho é socialmente determinado e a tendência é que o salário convirja para o valor da força de trabalho. É verdade que Marx apresentou essa formulação quando definiu abstratamente a categoria valor da força de trabalho. Queria demonstrar que, mesmo que o capitalista pagasse o valor da força de trabalho, ainda assim o trabalhador geraria um excedente, ou seja, a mais-valia, para seu patrão capitalista. Mas ele nunca disse que, na realidade concreta, a força de trabalho

²⁶ O governo Bolsonaro, como vimos, aumentou esse índice para 5,39 em 2022.

Foto: Ivan Bueno/APPA



Embarque de commodities agrícolas no porto de Paranaguá (PR)

é sempre paga por seu valor. Quem primeiro destacou que o capitalista, em determinadas circunstâncias, paga a força de trabalho abaixo do seu valor foi o próprio Marx. Em pelo menos dois momentos de *O Capital* ele trata dessa questão: quando analisa a crise capitalista²⁷ e quando trata das contratendências à lei da tendência decrescente da taxa de lucro. Marx mostra que um dos recursos do capitalismo para tentar reverter a queda da taxa de lucro e enfrentar suas crises periódicas é pagar um salário abaixo do valor da força de trabalho (MARX, 1976, p. 297-341).

Observem que ele estava tratando do capitalismo no geral. Como as crises estruturais do capitalismo tendem a durar muito tempo, mesmo nos países desenvolvidos os capitalistas, nesses momentos, tendem a pagar ao seu trabalhador um valor abaixo do que seria o mínimo necessário para sustentar as condições de vida dele e de sua família.

Vejamos um exemplo contemporâneo: a partir do final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, deflagrou-se uma crise estrutural no sistema capitalista mundial. A resposta dada pelos governos desses países vem sendo, dentre outras coisas, a retirada dos direitos trabalhistas que foram conquistados no período pós-guerra, durante o chamado *welfare state*. Começou com Margaret Thatcher na Inglaterra, depois continuou com o presidente Ronald Reagan nos EUA, e mais tarde foi a vez da Europa Continental.

As condições de vida dos trabalhadores da Europa e dos Estados Unidos estão piores do que estavam antes porque, além da perda dos direitos, o salário real perdeu força nesse período. Consideramos que, nessa situação, está havendo superexploração da força de trabalho também nos países desenvolvidos (SOUZA, 2009).

Para Marini, essa situação não seria permanente nos países desenvolvidos, mas o é nas economias dependentes porque, ao transferirem estas parte do valor gerado para aqueles países, a resposta que dão internamente para compensar essa perda é empurrar o salário para baixo. Por conseguinte, a superexploração seria o corolário natural da transferência de valor da periferia para o centro, e tal torna-se algo permanente enquanto durar a dependência e a transferência de valor. Diz Marini:

O que parece claramente, então, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mer-

²⁷ O título do tópico que aborda uma das principais causas contra-arrestantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro é precisamente "Redução do salário abaixo de seu valor" (MARX, 1976, p. 297-341). A teoria de Marx sobre as crises encontra-se espalhada ao longo de *O Capital*, mas também no conjunto da sua obra, inclusive na parte filosófica — ver a respeito Souza (1992) —, mas essa explanação sobre o pagamento do salário abaixo do valor da força de trabalho encontra-se em Marx (1976, cap. XV).

Ao superexplorar os trabalhadores e esmagar o mercado interno, a economia dependente gera contradições não apenas com os trabalhadores, mas também com a parcela da burguesia nacional vinculada ao setor IIa da economia e com a parcela vinculada ao setor I (meios de produção), que fornece bens para o setor IIa

cadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade do trabalho), mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional através do recurso a uma maior exploração do trabalho (MARINI, 2000, p. 122).

4. TRANSFERÊNCIA DE VALOR E BAIXO NÍVEL DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Há outra decorrência imediata da transferência de valor e da superexploração da força de trabalho: o baixo poder de acumulação de capital dos países dependentes. Isso significa que a economia cresce menos do que poderia se não houvesse essa drenagem de valor para fora, em lugar de investir-se internamente, e o estreitamento do mercado interno decorrente da superexploração.

Portanto, com menos excedentes para investir, há menor possibilidade de a economia crescer. Por outro lado, se se paga um salário abaixo do valor da força de trabalho, estrangula-se o mercado interno de bens de consumo de massa, levando em conta que este é formado principalmente pela grande massa da população trabalhadora. A tendência então é que haja um baixo nível de crescimento no capitalismo dependente. Ao superexplorar os trabalhadores e esmagar o mercado interno, a economia dependente gera contradições não apenas com os trabalhadores, mas também com a parcela da burguesia nacional vinculada ao setor IIa da economia e com a

parcela vinculada ao setor I (meios de produção), que fornece bens para o setor IIa.

Há momentos em que a economia de determinados países da periferia cresce a um ritmo elevado, como foi o caso do Brasil no período de 1930 a 1980, mas isso ocorreu porque, naquele período, o país conseguiu se livrar em parte dos laços da dependência, processo deflagrado pela Revolução de 1930. No período de 1930 a 1964, a dependência era menor porque o getulismo a enfrentou, e conseqüentemente a economia cresceu a um ritmo elevado, além de assentar as bases para seguir crescendo até 1980 (SOUZA, 2022).

Vale dizer que naquele período ocorria a transição de hegemonia no campo capitalista (da Inglaterra para os Estados Unidos) e se desenvolvia rapidamente um campo novo, o campo socialista. E os países da periferia do mundo capitalista aproveitam-se de momentos assim para procurar caminhos autônomos para o desenvolvimento.

Fernando Henrique Cardoso acusou Marini de ser “estagnacionista”, porque este autor teria postulado que a tendência das economias dependentes latino-americanas, em

função dessa situação de dependência, seria a estagnação (CARDOSO; SERRA, 1978). Mas, na verdade, Marini não era “estagnacionista”; afirmava que a economia capitalista dependente experimenta o ciclo típico do capitalismo, com seus momentos de expansão e de crise, mas o faz com insuficiências e deformações, ampliando todas as suas contradições²⁸.

Consideramos que durante um tempo razoável — enquanto gozavam de relativa autonomia em relação ao sistema imperialista — as economias dependentes latino-americanas lograram crescer, mas, a partir da década de 1980, não conseguiram mais crescer de maneira sustentada, ingressando em longo período de estagnação²⁹. Avaliamos que isso se deve ao fato de a dependência haver se acentuado, no caso brasileiro e da América Latina no geral, a partir dos anos 1960, como decorrência da implantação de ditaduras militares obedientes aos ditames do imperialismo estadunidense (SOUZA, 2007)³⁰.

Isso revela que a dependência não gera desenvolvimento, mas sim estagnação da economia (SOUZA, 2007). Essa situação se agravou depois que o sistema imperialista ingressou, no início dos anos 1970, na sua mais prolongada crise, levando-o a buscar, por todos os meios, aumentar a extorsão de mais-valia dos trabalhadores das economias dependentes. Assim, quanto maior a dependência, mais limitado é o potencial de desenvolvimento, ao contrário da tese de Fernando Henrique (CARDOSO, 1970).

5. CISÃO ENTRE A ESFERA ALTA E A ESFERA BAIXA DA CIRCULAÇÃO E SUBIMPERIALISMO

Outra consequência da transferência de valor para os monopólios dos países centrais é que, ao engendrar a superexploração da força de trabalho, ela provoca o que Marini designou como cisão entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação. Isso significa que a produção, já desde a fase primário-exportadora, estava descolada das necessidades das massas. Afirma Marini:

Enquanto a esfera “baixa”, em que participam os trabalhadores — que o sistema se esforça para restringir —, se baseia na produção interna, a esfera “alta” de circulação, própria dos não trabalhadores — que é a que o sistema tende a ampliar —, se entronca com a produção externa, através do comércio de importação (MARINI, 2000, p. 135).

Na fase primário-exportadora³¹, o trabalhador do principal setor da economia produzia bens que eram basicamente para exportação; então, não consumia o bem que produzia, descolando-se assim a produção das necessidades das massas. Isso explica por que as oligarquias e a burguesia rural não cogitavam em pagar um salário melhor para seus

²⁸ Ver o artigo em que Marini (1978) respondeu à crítica de Fernando Henrique.

²⁹ O resultado foi que, de 1981 para cá, salvo exceções, as economias da América Latina, particularmente a do Brasil, atravessam um longo período de estagnação, cerca de quatro décadas. A economia brasileira, medida pelo PIB, tem crescido a uma taxa anual média de pouco mais de 2%, que é um pouco acima do crescimento da população. Assim, o crescimento *per capita* da produção brasileira tem estado próximo de zero, isto é, a economia brasileira está estagnada. Isso não exclui a possibilidade de ocorrerem alguns interregnos de crescimento.

³⁰ No caso do Brasil, esse processo começou parcialmente a partir da segunda metade dos anos 1950, quando o governo de Juscelino Kubitschek abriu as portas para o capital estrangeiro, particularmente a indústria automobilística, intensificando-se nos anos 1960 com a ditadura (SOUZA, 2007).

³¹ Que, no caso do Brasil, foi sendo superada a partir da Revolução de 30, a qual deflagrou um intenso processo de industrialização, mas os governos mais recentes conseguiram desindustrializar o país e promover o retorno à economia primário-exportadora.

trabalhadores. Ao contrário, empurravam o salário para baixo. Por outro lado, os bens para o consumo das classes dominantes não eram produzidos pelos trabalhadores do país, mas importados.

Esse processo continua quando o país dependente se industrializa. Quando o Brasil se industrializou, na fase inicial, basicamente se implantaram dois setores, o de bens de consumo popular, o setor IIa da economia, na acepção de Marx, e, parcialmente, o setor que produz meios de produção³², o chamado setor I da economia. Registre-se que, enquanto o setor IIa implantou-se sob controle nacional privado³³, o Estado controlava o setor I.

Contudo, no caso brasileiro, a partir de meados dos anos 1950 com Juscelino Kubitschek, mas, sobretudo, da metade dos anos 1960 em diante, já na época da ditadura, com a entrada maciça do capital estrangeiro, implantou-se um terceiro setor, o de bens de consumo duráveis, que é a parcela mais significativa do setor que produz bens de consumo capitalistas, o setor IIb.

A elite dominante e as camadas médias, que consumiam bens importados, passaram a consumir os produzidos internamente pelo setor IIb (basicamente automóveis e eletrodomésticos). Mas o trabalhador que os produzia não os consumia³⁴. Continuava consumindo os bens produzidos pelo setor de bens de consumo popular. Há então um descolamento da esfera alta de circulação em relação à esfera baixa (MARINI, 2000).

Repete-se, assim, aquela situação que o trabalhador vivenciava na economia primário-exportadora: o patrão não lhe paga melhores salários porque ele não consumiria seu produto; ao contrário, empurra o salário para baixo para poder ter um custo menor. O trabalhador, para a transnacional do setor IIb, é apenas um custo, e não um consumidor. Vejamos o que diz Marini:

Partindo, então, do modo de circulação que caracteriza a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, mesmo que de maneira modificada. Já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial que opera, mas a *separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia*, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical (MARINI, 2000, p. 141).

Essa situação acirra as contradições da economia dependente. No capitalismo *tout court*, existe uma contradição entre produção e consumo. Faz parte da sua lógica e termina, ao lado de outras contradições, com destaque para tendência decrescente da taxa de lucro, contribuindo para engendrar as chamadas crises de superprodução, quando aparece na superfície que há maior produção do que consumo da população.

Na situação da economia dependente, essa contradição é exacerbada porque, por um lado, o salário é jogado para baixo do valor da força de trabalho, criando dificuldade de mer-

³² Os meios de produção são máquinas, equipamentos, matérias-primas etc.

³³ A esse setor da burguesia nacional não interessava, objetivamente, a superexploração da força de trabalho porque, se, de um lado, se beneficiava da redução dos custos, de outro, dependia desse mercado para escoar seus produtos, mas ele era um sócio menor no pacto da economia dependente.

³⁴ É claro que, atualmente, os trabalhadores têm eletrodomésticos, e alguns têm, inclusive, automóveis, mas os bens duráveis que consomem não têm a mesma qualidade dos consumidos pela elite dominante.



As empresas multinacionais têm papel central na transferência de valor dos países dependentes para as nações desenvolvidas

cado para a indústria de bens de consumo popular, engendrando assim uma contradição entre os interesses da burguesia nacional que controla esse setor e a economia dependente, e, por outro, os consumidores de bens de consumo duráveis constituem uma parcela limitada da população, formada pelas classes dominantes e camadas médias, resultando em que uma parte da produção de bens de consumo duráveis também não encontra mercado interno suficiente.

Nesse caso, segundo Marini, essa contradição, que se origina no intercâmbio desigual, continua com a transferência de valor para fora, prossegue com a superexploração da força trabalho e permanece com a cisão da esfera alta em relação à esfera baixa, acarreta a geração de um excedente exportável de produtos industriais que não encontra mercado interno. No caso de economias maiores, como a do Brasil, elas começam a exportar produtos industriais, alavancadas por subsídios governamentais e por “projetos de integração econômica regional e sub-regional”, com “políticas agressivas de competição internacional”. Segundo Marini, “nos últimos anos, a expressão acentuada dessas tendências no Brasil”, aliada às contradições “que deram origem a um Estado militarista de tipo prussiano”, “nos levou a falar de um subimperialismo” (MARINI, 2000, p. 150).

Teriam atingido essa condição países de composição orgânica média, como o Brasil. De acordo com Marini, isso engendraria nesses países o expansionismo em relação aos países da região. Ele qualificou esses países, particularmente o Brasil, como países subimperialistas, ou seja, ao mesmo tempo que continuam dependentes do núcleo central do imperialismo (*sub*), dominam outros países (*imperialismo*). Permaneciam dependentes dos países centrais, mas teriam um determinado grau de autonomia, dado seu maior nível de desenvolvimento, e o usavam para realizar seu expansionismo na região.

Nossa hipótese é que, para ser subimperialista, um país teria, ainda que subordinado ao núcleo central do sistema, de ser dominante regionalmente, quer dizer, imperialista. E, para ser imperialista, ainda que sub, haveria de ter monopólio e capital financeiro para exportar capitais. Segundo Lênin (1961), o traço distintivo do imperialismo é a exportação de capitais.

O Brasil, na época da formulação de Marini, exportava mercadorias, mas não capitais, salvo um ou outro crédito, porque ainda não havia chegado à fase do monopólio e do capital financeiro. Os monopólios que havia no Brasil eram basicamente estrangeiros

Não estão presentes, portanto, as condições de o Brasil ocupar esse papel de país subimperialista na região. É um país dependente como os demais da região, e, ainda que mais desenvolvido, está sujeito às mesmas contradições e aos mesmos problemas

ou estatais. As empresas privadas nacionais ainda não haviam atingido a fase monopolista, e muito menos a etapa do capital financeiro, porque os grandes bancos no Brasil eram principalmente públicos e as grandes empresas industriais eram estrangeiras ou públicas, enquanto as empresas nacionais privadas eram, no fundamental, pequenas e médias. Por isso, não havia exportação de capitais de monta.

Por outro lado, para ser imperialista, o país deveria contar com um Estado capaz de bancar, diplomática e militarmente, o jogo imperialista das suas empresas, pelo menos na região que estivesse dominando. O Brasil teve um Estado com características abordadas por Marini na época da ditadura, quando o país desenvolveu bastante a indústria de defesa, mas não a ponto de ter capacidade de garantir a expansão de seus capitais para o resto do mundo, ou mesmo para a região supostamente sob seu domínio, como cabe a um país imperialista.

Mais recentemente, surgiram alguns indícios de que o Brasil estaria se convertendo num país subimperialista. Começaram a se formar monopólios sobretudo a partir das privatizações do período Fernando Henrique, ao

que se agregou o financiamento público, durante o período Lula, das empresas chamadas campeãs nacionais, fomentando a fusão de empresas brasileiras com vistas à sua transnacionalização. Parecia que se estava formando um capital financeiro e gerando expansionismo na região. Isso ocorreu particularmente com as empreiteiras da construção civil. Parecia então que o Brasil estava criando aquela condição que faltava para se converter em um país subimperialista.

Mas persistia e se agravava uma debilidade anterior: o Brasil não possuía ainda um Estado com capacidade de bancar esse jogo em nível regional. Possuía força para liderar um processo de integração regional, como ocorreu durante o governo Lula, mas não para agir como subimperialista. Só que mesmo a razão econômica consistente na formação de monopólios está sendo simplesmente destruída pela base. Para formar monopólio industrial, a economia tem de possuir uma forte indústria, e o Brasil está tendo sua indústria devastada: depois de ter na década de 1980 uma indústria de transformação que atingia quase 30% do PIB, hoje essa proporção não passa de 10%.

Ocorreu no Brasil um processo violento de desindustrialização a partir da política iniciada no final do governo Sarney, que continuou no governo Collor e aprofundou-se no governo de Fernando Henrique, sendo que Lula e Dilma deram-lhe continuidade, o governo Temer também, e o governo Bolsonaro completa-o com um verdadeiro desmonte do Estado nacional e das bases econômicas do país.

Referimo-nos à política de abertura comercial e financeira, inicialmente com a redução ou eliminação das tarifas de importação, ao que se somou depois, com a edição do Plano Real, a valorização da nossa moeda, hoje provocada pelo tripé macroeconômico. O resultado é a invasão de produtos industriais estrangeiros, acarretando a devastação da indústria instalada no país.

Como então um país pode ser subimperialista se está perdendo sua indústria e se reconvertendo em um país primário-exportador? O Brasil chegou a ter na pauta de exportação cerca de 60% de produtos manufaturados e semimanufaturados, produtos industriais, sendo o resto constituído de produtos básicos. Atualmente, a pauta de exportação é majoritariamente constituída de produtos básicos, com um baixo nível de agregação de valor. Não estão presentes, portanto, as condições de o Brasil ocupar esse papel de país subimperialista na região. É um país dependente como os demais da região, e, ainda que mais desenvolvido, está sujeito às mesmas contradições e aos mesmos problemas.

6. MARINI E A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Marini, como intelectual revolucionário, procurava desvendar a América Latina com o objetivo de transformá-la. Ele chegou à conclusão de que, para resolver o problema da dependência, seria necessária uma revolução socialista. Havia na América Latina uma concepção, bastante disseminada, de revolução por etapas: a primeira seria a nacional-democrática, que romperia com a dependência e desenvolveria uma economia independente e democrática, e a segunda seria a construção do socialismo.

Sobre isso, o general-historiador Nelson Werneck Sodré, integrante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e membro do Partido Comunista, postulou que a conclusão da construção da nação brasileira era uma etapa insubstituível para a construção do socialismo no país.

Discordando dessa concepção, Marini chegou à conclusão de que o caráter da revolução seria socialista, porque, dentre outras razões, haveria na região, além do subimperialismo, uma burguesia integrada às burguesias dos países centrais. Por isso, não interessaria a ela realizar um programa independente, isto é, uma ruptura coma dominação imperialista para desenvolver a economia independente.

Essa era a visão inicialmente formulada por nosso autor. Ele considerava que, em um país dependente, havia uma questão nacional a ser resolvida. Mas achava que essa questão só poderia ser resolvida nos marcos do socialismo. Contudo, graças a seu profundo compromisso com a verdade, ele percebeu que alguma coisa antecederia o socialismo e superaria o capitalismo dependente em nossos países. Isso está presente, sobretudo, no seu último livro (MARINI, 1992). Ali, ele apresenta a formulação de que a revolução, não apenas no Brasil, mas também nos demais países da América Latina, teria uma “etapa intermediária”. Quando ele analisa a luta pela democracia, pondera:

Será preciso, talvez, percorrer uma etapa intermediária, ditada pela correlação de forças, e que consiste em converter esses órgãos de democracia participativa em instrumento de pressão e controle sobre o aparelho de Estado, antes de alcançar o nível de tomada de decisão (MARINI, 1992, p. 33).

Ora, mesmo relativizando seu prognóstico com um “talvez”, mais por prudência, por estar adentrando um terreno espinhoso, Marini afirma que, em função da correlação de

forças, “será preciso, talvez, percorrer uma etapa intermediária”, que seria uma situação em que os trabalhadores teriam poder de “pressão e controle sobre o aparelho de Estado”. Seria, portanto, uma etapa anterior ao socialismo.

Em um segundo momento desse livro, no qual Marini analisa o processo de integração da América Latina, afirmou:

Neste contexto, a América Latina tem, primeiro, que — enfrentando as pressões que se exercem sobre ela, no sentido de dilacerá-la e proceder à anexação em separado de suas partes — promover a criação de um espaço econômico mais amplo, capaz de adequar-se aos requerimentos derivados das modernas tecnologias de produção. Isso não pode entender-se, porém, como ocorreu na década de [19]60, como simples agregação de espaços econômicos relativamente dinâmicos, pequenas ilhas no oceano de subdesenvolvimento em que se submerge a região. Pelo contrário, supõe a formação de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo, mediante uma adequada alocação dos investimentos, uma verdadeira revolução educacional, a redução das altas taxas de superexploração do trabalho e, portanto, uma melhor distribuição da renda (MARINI, 1992, p. 140).

Tratava-se então, para Marini, de, com o processo de integração da América Latina, criar uma nova economia, que incorporasse amplos contingentes da população ao trabalho, ao consumo e à cultura, e que promovesse a diminuição das elevadas taxas de superexploração da força de trabalho e, por conseguinte, uma melhor distribuição de renda. Aqui ele está tratando, do ponto de vista econômico, claramente de uma etapa anterior ao socialismo, etapa que, no entanto, supunha a integração regional latino-americana, a qual assumiu papel destacado no seu pensamento:

A integração latino-americana, como arma principal na luta contra a dependência e pelo desenvolvimento, não pode ser vista como algo que interessa somente a governos, aos empresários e à economia. Ela tem de ser entendida como uma grande empresa política e cultural, capaz de convocar à participação ativa todos os setores do povo (MARINI, 2005a, p. 224).

Nesses últimos três trechos, Marini recupera duas questões fundamentais: a questão democrática, quando propõe uma democracia avançada, com a participação ativa dos trabalhadores, e a questão nacional, quando propõe a integração latino-americana como meio de fortalecer as nações e os povos da região.

Além disso, haveria uma relação orgânica entre essas duas questões, mais a questão da justiça social. Senão, vejamos:

Nunca como hoje a questão da democracia ocupou lugar tão destacado nas lutas políticas e sociais da América Latina e nas reflexões que sobre elas se exercem [...] a questão da democracia, tal como se apresenta para nós, envolve conteúdos, agrega conceitos e indica significados que transcendem a sua definição habitual (MARINI, 1992, p. 13).

Dentre os significados da democracia, diz Marini que “está, primeiro, a soberania”. E assim define a relação orgânica entre a questão nacional e a democrática:

Na América Latina, falar de democracia implica, como pressuposto necessário, o tema de sua capacidade para autodeterminar-se, ou seja, desenhar suas metas em liberda-

Graças a seu profundo compromisso com a verdade, ele percebeu que alguma coisa antecederia o socialismo e superaria o capitalismo dependente em nossos países. Isso está presente, sobretudo, no seu último livro. Ali, ele apresenta a formulação de que a revolução, não apenas no Brasil, mas também nos demais países da América Latina, teria uma “etapa intermediária”

de, atendendo primariamente às exigências de seus povos. E, assim, evocar o tema da dependência e levar, por isso mesmo, a entender a luta pela democracia como luta de libertação nacional (MARINI, 1992, p. 13).

Mas também postulou que esse conceito de democracia envolve a justiça social:

Porque, na América Latina, o conceito de democracia está expressando hoje, na consciência dos povos e no discurso dos seus dirigentes, a atenção às necessidades mais urgentes, a superação das condições de superexploração e miséria em que vivem os trabalhadores, a edificação de uma sociedade que, ao basear-se no respeito à vontade da maioria, coloque os interesses desta como critério prioritário de ação (MARINI, 1992, p. 13-14)³⁵.

Embora no primeiro trecho citado sobre integração Marini se refira a uma “nova economia”, não chega a formular a natureza da economia que predominaria durante essa “etapa intermediária”, mas trata-se de uma etapa que nos aproxime do socialismo. Não seria uma situação em que o Estado, além de coordenar e planejar, assumiria o comando dos setores monopolistas, reservando para os capitalistas os setores concorrenciais, quer dizer, uma sorte latino-americana de “capitalismo de Estado”³⁶?

Ele propõe uma “etapa intermediária”, mas, diferentemente do que alardeou o economista argentino Claudio Katz, o objetivo maior para Marini seguiu sendo a luta pelo socialismo:

35 Ao situar dessa forma as questões nacional, democrática e da justiça social, Marini está rememorando, a seu modo, as tarefas centrais que haviam sido propostas pelos defensores da etapa nacional e democrática do processo revolucionário brasileiro e latino-americano.

36 Vladimir I. Lênin, após a vitória na guerra civil e contra a ocupação da Rússia por 14 potências estrangeiras, que deixaram o país destruído, propôs a NEP (Nova Política Econômica) como forma de construir as bases para o desenvolvimento do socialismo. Dentre os instrumentos da NEP, estava o capitalismo de Estado. Este é compatível tanto com o capitalismo quanto com a construção do socialismo. Ler a respeito os seguintes textos de Lênin: “Sobre o imposto em espécie (significação da nova política e suas condições)”, “Acerca da significação do ouro agora e depois da vitória completa do socialismo” e “Sobre a cooperação”. Esses textos estão nas *Obras completas* de Lênin, mas também se encontram nas *Obras escolhidas*.

Nesta perspectiva, a luta pela democracia é a luta contra a dominação e a exploração de muitos por uns poucos, é a luta por uma ordem social tendente à justiça e à igualdade, é, em suma — ali onde se torna mais definida —, a luta pelo socialismo, pouco importando os qualificativos que a ele se acrescentem ou os prazos que se estabeleçam para sua consecução (MARINI, 1992, p. 14).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de apresentarmos a avaliação de Marini de que a economia dependente latino-americana constitui uma espécie de capitalismo *sui generis*, que reproduz as leis gerais do capitalismo, mas de forma exacerbada e deformada, e por isso mesmo exigiria um esforço próprio de investigação que, partindo do marxismo, desse conta dessa especificidade, sintetizamos sua análise sobre os mecanismos de transferência de valor, sob a forma de mais-valia, dos países dependentes para os países industriais, inicialmente através do intercâmbio desigual e, mais tarde, com a emergência do imperialismo, por meio também da remessa de lucros e de juros³⁷.

Demonstramos a seguir que essas formas de transferência de valor não apenas persistem na atualidade, mas várias modalidades dela se intensificaram fortemente, como a remessa de lucros e juros. O fato de, no momento, os preços das chamadas *commodities* estarem elevados, devido à demanda chinesa e tendo como agravantes a forma desordenada como a economia mundial procura emergir da crise provocada pela pandemia de covid-19 e as sanções aplicadas pela Otan, sob a liderança dos EUA, à Rússia em função da guerra na Ucrânia — o que detém momentaneamente a deterioração dos termos de intercâmbio —, isso não significa que desapareceu o intercâmbio desigual, nem mesmo a tendência histórica à deterioração dos termos de intercâmbio.

Demonstramos também que, para Marini, a resposta dada pela economia dependente para essa transferência de valor é a superexploração da força de trabalho, isto é, o pagamento de um salário abaixo do valor da força de trabalho. Usando o exemplo do Brasil, demonstramos que a superexploração é um fenômeno que permanece muito forte na economia brasileira, a ponto de 90% da população trabalhadora ganhar menos que o salário mínimo necessário, quer dizer, o mínimo necessário, de acordo com a Constituição, para sustentar uma família de quatro pessoas.

A transferência de parte da mais-valia para os países industriais, além de acarretar a superexploração da força de trabalho, também reduz a capacidade de acumulação de capital por parte dos países dependentes, limitando suas possibilidades de desenvolvimento. Este se limita também pela superexploração da força de trabalho, a qual estrangula o mercado interno de bens de consumo popular. No limite, o aumento da dependência provoca a estagnação da economia.

Outra consequência da superexploração é o descolamento da produção em relação às necessidades das massas. Na economia dependente primário-exportadora, o trabalhador não consome sua própria produção, já que esta é exportada. Essa situação se reproduz mesmo depois da industrialização dessas economias. Isso porque um dos setores econômicos de maior importância, o setor IIb, que produz bens de consumo capitalista, não tem os

³⁷ Ver, sobre isso, “Em torno da dialética da dependência”, posfácio ao livro *Dialética da dependência* (SADER, 2000, p. 157-158).



Produtos que integram a cesta básica no Brasil

próprios trabalhadores como consumidores, já que a produção de bens de luxo destina-se a um mercado cativo da própria burguesia, além das camadas médias, que contam com elevados níveis de renda. Como, por isso, o salário não se transforma em consumo desses produtos, sendo apenas um custo para o capitalista desse setor, que em grande medida é transnacional, este não tem interesse em aumentar o poder de compra do trabalhador, mas, ao contrário, pratica a superexploração da força de trabalho dele.

O resultado é que, enquanto o setor IIa tem seu mercado interno esmagado pela superexploração, gerando um excedente exportável de produtos industriais, o setor IIb, pela estreiteza de seu mercado, também gera um excedente exportável. As contradições da economia dependente, manifestas, na superfície, pela cisão entre a esfera alta e a baixa da circulação, produzem um excedente exportável de produtos industriais. Nas economias maiores, como a do Brasil, o Estado, para viabilizar essa exportação, diz Marini, promove “projetos de integração econômica regional e sub-regional”, ao lado de “políticas agressivas de competição internacional”, como, por exemplo, a utilização de subsídios à exportação de produtos industriais. Para ele, “a expressão acentuada dessas tendências no Brasil”, aliada às contradições “que deram origem a um Estado militarista de tipo prussiano”³⁸, “nos levou a falar de um subimperialismo” (MARINI, 2000, p. 150).

Questionamos essa tese de Marini. Sugerimos que, para ser subimperialista, o país teria de, além de dependente (sub), ser imperialista. No entanto, o Brasil, que foi considerado por nosso autor como o “modelo” de subimperialismo, não tinha na época e menos ainda hoje os requisitos do imperialismo: predomínio dos monopólios e do capital financeiro, predomínio da exportação de capitais sobre a de mercadorias, Estado com capacidade de bancar o jogo de seus capitais na sua área de dominação. O Brasil chegou bem próximo de formar monopólios próprios e suas transnacionais, com as políticas de privatização e de formação das “empresas campeãs”, mas, ao mesmo tempo, promoveu-se a desindustrialização e a desnacionalização da economia nacional, destruindo as bases econômicas para a formação dos monopólios. Além disso, essas mesmas políticas vêm debilitando o Estado nacional, que agora está sendo desmontado pelo governo Bolsonaro. Com economia e Estado fracos, não há como ser subimperialista.

³⁸ Registre-se que ele estava escrevendo no começo da década de 1970, quando a ditadura havia exacerbado toda a sua prática repressiva e prometia criar um “Brasil-potência”.

Como Marini considerava que a burguesia latino-americana estaria integrada às burguesias dos países desenvolvidos, o caminho que propunha para superar a dependência era o socialismo, contrapondo-se à posição dos partidos comunistas da região, que defendiam a tese de que, antes do socialismo, haveria uma etapa nacional-democrática. Mas, em seu último livro, Marini (1992) defende a necessidade de “uma etapa intermediária”, caracterizada por uma democracia em que os trabalhadores tenham poder de pressão e controle sobre o aparelho de Estado, que ao mesmo tempo tenha capacidade de autodeterminar-se — entendendo a democracia como luta de libertação nacional — e de superar as condições de superexploração e miséria em que vivem os trabalhadores. Elege, portanto, a questão nacional, a democrática e a da justiça social como as tarefas dessa “etapa intermediária”.

Mas, ao contrário do que foi propalado pelo argentino Claudio Katz, Marini não abriu mão do socialismo. Para ele, “ali onde se torna mais definida”, “a luta por uma ordem social tendente à justiça e à igualdade” é “a luta pelo socialismo”. A luta se torna mais definida com o avanço na resolução dessas três questões levantadas por Marini.

* Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México (Unam), com pós-doutoramento em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Ical-Unila). Diretor do Instituto Claudio Campos. Diretor de Publicações da Fundação Maurício Grabois. Autor de vários livros, artigos e ensaios sobre economia brasileira, latino-americana e mundial. Destacam-se *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula* e *Economia internacional contemporânea: da Grande Depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008*. Coorganizador do livro *Pensamento nacional-desenvolvimentista*.

** Doutora e mestre em Energia pelo Instituto de Energia e Ambiente da USP e bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Pesquisadora do Centro Sou Ciência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Coordenadora do Projeto Wash de pré- iniciação científica na USP. Redatora-chefe da *Revista Latinoamerica*. Cofundadora do movimento Cientistas Engajados. Membro da Iniciativa Internacional pela Promoção da Economia Política (IIPPE), da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético (SBPE), do Grupo de Trabalho da Teoria Marxista da Dependência (GT-TMD), da Sociedade de Economia Política (SEP), do Grupo de Estudos sobre a Dialética da Dependência (GEDD, IEE-USP) e do Grupo de Estudos de Ecologia Marxista (EcoMarx, IEE-USP). Pesquisadora da cátedra José Bonifácio do Instituto de Relações Internacionais da USP e membro fundador da Frente Ampla Democrática Socioambiental (Fads). Publicou vários artigos nas áreas de economia, energia, ambiente e relações internacionais.

► Texto recebido em 25 de julho de 2022; aprovado em 16 de setembro de 2022.

BCB. **Balço de pagamentos**. Brasília: Banco Central do Brasil, [s.d.(a)]. Disponível em: <www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagA.xlsx>. Acesso em: 11 jul. 2022.

_____. **Relatório de investimento direto**. Tabela 1: investimento direto no país — posição. Brasília: Banco Central do Brasil, [s.d.(b)]. Disponível em: <www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioidp/RelatorioID2020/TabelasCompletaPosicaoIDP.xlsx>. Acesso em: 11 jul. 2022.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. Las desventuras de la dialectica de la dependencia. **Revista Mexicana de Sociologia**, México-DF, v. 40, 1978, p. 9-35.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**: salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 22 set. 2022

FAO. **OECD-FAO agricultural outlook 2021-2030**. Paris: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2021. Disponível em: <www.fao.org/documents/card/en/c/cb5332en>. Acesso em: 3 jul. 2022.

FOSTER, John Bellamy; HOLLEMAN, Hannah. The theory of unequal ecological exchange: a Marx-Odum dialectic. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 2, p. 199-233, 2014.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1, p. 239-262.

IBGE. **PNAD Contínua**: rendimento de todas as fontes 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LÊNIN, Vladímír Ilitch. El imperialismo, fase superior del capitalismo. In: _____. **Obras escogidas**. Moscou: Progreso, 1961. v. 1, p. 689-798.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Página Aberta, 1992.

_____. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

_____. Desenvolvimento e dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 221-224.

_____. Las razones del neodesarrollismo. **Revista Mexicana de Sociologia**, México-DF, v. 40, p. 57-106, 1978.

_____. Memória. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. p. 57-134.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARX, Karl. **El Capital**. México-DF: Siglo XXI, 1977. v. 1.

_____. **El Capital**. México-DF: Siglo XXI, 1976. v. 3.

NAYYAR, Deepak. **A corrida pelo crescimento**: países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OIT. **Trabalho doméstico**. Brasília: OIT, [s.d.]. Disponível em: <www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang-pt/index.htm#:~:text=Fatos%20e%20n%C3%BAmeros%20no%20Brasil&text=Em%202016%2C%20o%20Brasil%20tinha,possuem%20carteira%20de%20trabalho%20>. Acesso em: 8 jul. 2002.

PRATES, Daniela Magalhães. A alta recente dos preços das commodities. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 27, n. 3, set. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/j/rep/a/sFcjPDfx7dmj8t74YwtfHWG/?lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2022.

SILVA, Luisa Maria Nunes de Moura e. **Metodologia de análise na teoria da dependência**: da análise dos problemas latino-americanos ao desenvolvimento de propostas de intervenção. **Insurgência**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 420-442, 2016.

SOUZA, Nilson Araújo de. _____. A independência incompleta e a construção da nação brasileira. **Princípios**, São Paulo, v. 41, n. 164, p. 9-45, 2022.

_____. Apresentação. In: _____. CAMPOS, Rosanita. **Pensamento nacional-desenvolvimentista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Crisis y luchas de clases en Brasil (1974-1979)**. 1980. Tese (Doutorado em Economia) — Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 1980.

_____. **Economia brasileira contemporânea**: de Getúlio a Lula. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Economia internacional contemporânea**: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Teoria marxista das crises**. São Paulo: Global, 1992.

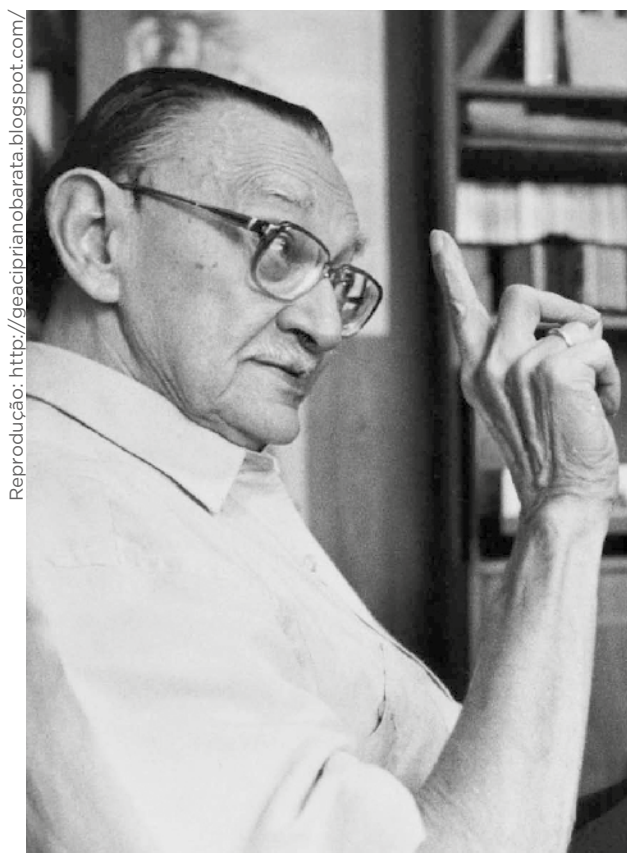
TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Ignácio Rangel e Ruy Mauro Marini sobre o departamento I de bens de capital

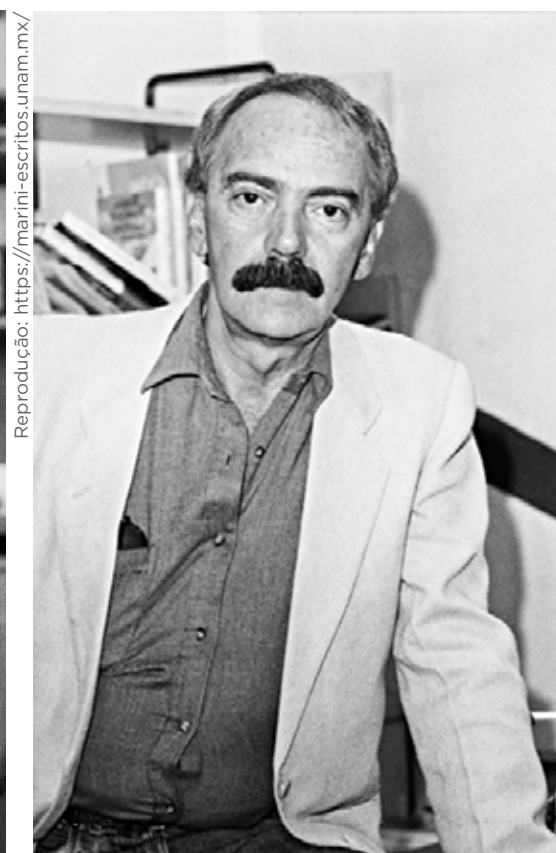
Ignácio Rangel and Ruy Mauro Marini on department I of capital goods

Arthur Porto Pereira da Silva*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.004>



Reprodução: <http://geaciprianobarata.blogspot.com/>



Reprodução: <https://marini-escritos.unam.mx/>

O economista maranhense Ignácio Rangel (1914-1994) e o cientista social mineiro Ruy Mauro Marini (1932-1997)

RESUMO

O presente artigo procura comparar os corpos teóricos de Ignácio Rangel e Ruy Mauro Marini no que tange à cisão da economia nacional nos departamentos I e II proposta no livro 2 de *O Capital*, de Marx, conforme seus esquemas de descrição da rotação do capital. Demonstra-se que, apesar da concordância de ambos os autores a respeito do quadro crônico de subconsumo popular, a diferença fundamental entre eles reside em que Marini e os “dependentistas” atribuem centralidade ao comércio internacional, tanto para a realização do valor do produto como para a aquisição dos bens de capital, enquanto para Rangel a questão central é a sustentação da demanda agregada por meio da operacionalização da dialética da capacidade ociosa. Para tanto, os dois corpos teóricos são comparados, à luz das contribuições teóricas em Marx e Lênin, procurando-se ressaltar a centralidade da assimetria na relação entre os dois departamentos para o desenvolvimento capitalista. Por fim, conclui-se que essas diferentes visões resultam em diferentes concepções acerca da contradição central do capitalismo.

Palavras-chave: Ruy Mauro Marini. Rotações do capital. Desenvolvimento. Ignácio Rangel.

ABSTRACT

The article compares the theoretical frameworks of Ignácio Rangel and Ruy Mauro Marini in what deals with the division of the national economy in departments I and II proposed in volume 2 of *Capital* and its rotation schemes. Despite the agreement of both authors in which regards to the chronical popular subconsumption, the fundamental difference relies upon the privilege conferred to the international commerce both to the realization of value of the product and for the acquisition of capital goods in the case of the *dependentistas*, while to Rangel the central question is the sustaining of aggregate demand through the operationalization of the idle capacity dialectics. For that, the theoretical frameworks are compared in the light of the theoretical contributions of Marx and Lenin, seeking to emphasize the centrality of the asymmetric relation between both departments for capitalist development. Finally, it is concluded that these different visions result in different concepts regarding the central contradiction of capitalism.

Keywords: Ruy Mauro Marini. Capital rotations. Development. Ignácio Rangel.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de *acumulação geral* ocupa um espaço de destaque na obra marxiana, como primeira manifestação em sentido estrito da *luta de classes* no corpo teórico de sua maturidade. O aumento da *composição orgânica de capital*¹ imprime processualidade ao capitalismo, caracterizando seu desenvolvimento no tempo. Mas também no espaço: a expansão geográfica do capitalismo é o desenvolvimento de sua contradição imanente em busca de uma solução precária e provisória para a *lei tendencial de queda da taxa de lucro*, derivada do aumento da COC. Tendo em conta o conceito de acumulação geral, o livro 2 de *O Capital* (MARX, 2014) se ocupa precipuamente das rotações do capital no processo produtivo, e notadamente da divisão da economia capitalista em dois setores fundamentais: o departamento I, produtor de bens de capital, e o departamento II, produtor de bens de consumo.

Os corpos teóricos de Ruy Mauro Marini e Ignácio Rangel se ocuparam exaustivamente desse duplo aspecto da acumulação geral. Isto é, em primeiro lugar, a particularidade da formação econômico-social brasileira em uma economia política mundial determinada pela acumulação geral, e, em segundo lugar, como se inter-relacionam os dois setores fundamentais da economia nacional, dadas as especificidades dessa formação econômico-social.

O presente artigo procura comparar as visões de Ruy Mauro Marini e de Ignácio Rangel a respeito das rotações de capital e das inter-relações entre os setores de produção de bens de consumo e de bens de capital na formação econômico-social brasileira no período compreendido entre a Revolução de 1930 e a ascensão do neoliberalismo nos anos 1980. A fim de empreender tal comparação, buscaremos, em primeiro lugar, sistematizar as contribuições teóricas de ambos os autores no que tange às rotações de capital e à inter-relação dos dois setores básicos na economia nacional. Em seguida, discutiremos, à luz de Lênin e Marx, o problema da rotação do setor de bens de capital. Considerando esses elementos, proporemos um debate entres os corpos teóricos de Marini e Rangel com base em desdobramentos teóricos de alguns epígonos de ambos os autores.

2. RUY MAURO MARINI E AS “ROTAÇÕES EM ABERTO” DO CAPITAL

Considerado um dos principais expoentes da teoria marxista da dependência, Ruy Mauro Marini oferece contribuições que devem ser lidas no contexto da crise dos anos 1960 e em resposta ao crescimento econômico experimentado no chamado “milagre econômico” (1967-1973) do regime empresarial-militar, fenômeno que contrariou as expectativas teóricas de estagnação e saturação do processo de substituição de importações, como proposta por Celso Furtado² a respeito da crise dos anos 1960.

Convém ressaltar que o corpo teórico de Ruy Mauro Marini foi bastante influenciado pela publicação de “Desarrollo del subdesarrollo”, de André Gunder Frank, em 1967³. O

¹ Doravante abreviada como COC.

² Furtado (2016) atribuiu centralidade ao perfil extremamente concentrado da distribuição de renda no Brasil, o que redundaria em subconsumo crônico que estabeleceria um “teto” pelo lado da demanda para o processo desenvolvimentista brasileiro, calcado na substituição de importações. Essa seria a explicação para a crise econômica e política da primeira metade dos anos 1960. Como veremos ao longo do artigo, tanto Marini como Rangel também deram centralidade a essa questão, empreendendo, entretanto, teorizações bastante distintas. Porém, ambas concordam no diagnóstico a respeito do subconsumo popular.

³ Para comentários a respeito da importância de “Desarrollo del subdesarrollo” para a formação da tradição teórica “dependentista”, conferir, entre outros (MARTINS, 2011).

ponto central da argumentação do “dependentista” é que as formações econômico-sociais periféricas não são versões inacabadas de suas contrapartes no centro da economia mundial:

Afirma-se geralmente que o desenvolvimento econômico ocorre em uma sucessão de etapas capitalistas e que os atuais países subdesenvolvidos ainda estão em uma etapa às vezes qualificada como etapa histórica original, pela qual as atuais nações desenvolvidas passaram há muito tempo. No entanto, o mais modesto conhecimento da história mostra que o subdesenvolvimento não é nem original nem tradicional e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se assemelham, em nenhum conceito importante, ao passado dos países atualmente desenvolvidos. Os países agora desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter estado pouco desenvolvidos (FRANK, 1967, p. 160, tradução nossa).

Desse modo, no lugar de um desenvolvimento em paralelo dos países, seguindo etapas pré-estabelecidas, os países conformariam um todo mundial, cujos vínculos estruturariam um sistema hierárquico de nações e, internamente a elas, entre regiões centrais e periféricas. O desenvolvimento dessa relação é a *reprodução ampliada* da dependência, configurando um aprofundamento das relações capitalistas marcado pelo agravamento da assimetria econômica entre as nações.

O corpo teórico de Marini parte dessa mesma premissa. No entanto, o pensador mineiro diverge de Gunder Frank, procurando estabelecer a *differentia specifica*⁴ da dependência no capitalismo maduro em relação à ordenação hierárquica do sistema colonial ibérico anterior ao complexo de revoluções atlânticas no início do século XIX⁵. Sua principal obra, *Dialética da dependência* (MARINI, 2011a), é iniciada com uma discussão a respeito da teoria cepalina da deterioração dos termos de intercâmbio por meio da distinção entre valor e preço, no sentido marxiano. Nessa toada, a produção dos países latino-americanos responde passivamente aos estímulos ditados pelo centro capitalista, atendendo às necessidades de acumulação dessas nações. No livro 1 de *O Capital* (MARX, 2017a), o aumento de produtividade por si só não é suficiente para aumentar o mais-valor capturado pelo capitalista individual; o que ocorre é que mais produtos (vistos sob a ótica qualitativa, enquanto valor de uso) são produzidos no mesmo tempo. É a diminuição do valor unitário da mercadoria que permite ao capitalista individual vendê-la por um preço maior do que o do trabalho abstrato nela incorporado e menor do que o valor social da mercadoria em questão⁶. Com isso, o capitalista individual recebe um mais-valor extraordinário, aguilhão que incentiva a competição entre capitais individuais para o aumento de sua produtividade. Com a generalização do uso das tecnologias entre as diferentes firmas, o valor social daquela categoria de mercadoria é reduzido, diminuindo o tempo de trabalho necessário para a reprodução do valor da força de trabalho⁷ e configurando assim o mais-valor relativo. De modo análogo ao

⁴ Note-se que essa distinção é a mesma partilhada por diversos autores terceiro-mundistas no período entre a Segunda Guerra Mundial e o segundo choque do petróleo, em 1979, como, por exemplo, Kwame Nkrumah.

⁵ Cumpre destacar que, diferentemente de “Desarrollo del subdesarrollo”, de Gunder Frank, que tem a pretensão de generalidade em relação a todo o mundo periférico, Marini (2011a) foca mais explicitamente a especificidade latino-americana.

⁶ Como veremos adiante, Borges Neto (2011) promove um *aggiornamento* desse argumento de Marini, reposicionando as categorias de valor individual e valor social no mercado mundial.

⁷ Sobretudo no caso de bens-salário.

Dada a composição orgânica do capital menor das firmas das nações periféricas, o expediente para defender suas taxas de lucro contra a compressão provocada pela deterioração dos termos de intercâmbio é aumentar a massa de mais-valor produzida absolutamente

que ocorre com as empresas individualmente consideradas, as nações detêm monopólios precários ou com certa perenidade de tecnologias, que lhes permitem capturar um “mais-valor extraordinário” no mercado mundial. Esses monopólios ou oligopólios tecnológicos explicam como as nações centrais podem vender seus produtos — em geral, manufaturados — por preços superiores a seu valor, deteriorando os termos de intercâmbio dos países periféricos. Essa elisão da lei do valor marxiana opera uma transferência de valor em sentido estrito dos países periféricos em favor das nações centrais.

Essa transferência de valor é da mesma natureza que a descrita por Marx no livro 3 de *O Capital* (MARX, 2017b) a respeito da *equalização das taxas de lucro*⁸. O *preço de produção*⁹ é conceituado como preço de custo mais a taxa média de lucro marxiana. Isto é, a soma algébrica do capital variável e do capital constante empregados na produção da mercadoria, mais o lucro médio, calculado sobre a massa total de mais-valor dividida pelo capital social total adiantado, tanto variável como constante, dividido *pro rata* entre as firmas individuais segundo o total de capital adiantado por cada uma. Considerando capitais de firmas com diferentes COCs¹⁰, uma vez equalizadas as taxas de lucro¹¹, há transferência de valor em sentido estrito das firmas de COC menor para as de maior emprego de capital constante, considerada a mesma taxa de exploração para todas as firmas. Assim, as empresas de maior capital variável produzem massa de mais-valor maior do que as de capital constante superior, e, portanto, tomando as taxas de lucro como idênticas, esse valor adicional é transferido para as companhias de maior COC quando suas mercadorias se defrontam no mercado.

8 Há diversas premissas para a equalização da taxa de lucro que se tornam bastante complicadas no mercado mundial empírico, a começar por um mercado de capitais perfeito, com nenhuma assimetria informacional, que permita a sua distribuição ideal de acordo com a massa de lucro marxiano entre firmas.

9 Esse conceito é explicitamente citado na segunda seção de *Dialética da dependência*.

10 O correto seria pensar pela ótica da *composição de valor do capital*, mas isso causaria problemas relacionados com questões distintas do binômio produtividade/tecnologia, como, por exemplo, no caso de matérias-primas com alto valor.

11 Essa problemática está no cerne da polêmica a respeito da transformação de valor em preço, que não será objeto do presente artigo.

Em outro capítulo do livro 3, versando sobre as causas contra-arrestantes da lei tendencial de queda da taxa de lucro, Marx descreve um mecanismo de mercado mundial bastante similar:

Os capitais investidos no comércio exterior podem produzir uma taxa de lucro mais elevada porque nesse caso, em primeiro lugar, compete-se com mercadorias produzidas por outros países, com menos facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países concorrentes. Na medida em que aqui o trabalho do país mais adiantado se valoriza como trabalho de maior peso específico, aumenta a taxa de lucro ao vender-se como qualitativamente superior o trabalho que não foi pago como tal. [...] É exatamente como o fabricante que, utilizando um novo invento antes que este se generalize, vende mais barato que seus competidores e, não obstante, vende sua mercadoria acima do valor individual, isto é, que valoriza como mais-trabalho a força produtiva especificamente mais elevada do trabalho por ele empregado. Ele realiza, assim, um lucro extra [*surplus profit*]. [...] O país favorecido recebe mais trabalho em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse excedente, tal como no intercâmbio entre o trabalho e o capital em geral, seja embolsado por uma classe determinada (MARX, 2017b, p. 276-277).

Dada a COC menor das firmas das nações periféricas, o expediente para defender suas taxas de lucro contra a compressão provocada pela deterioração dos termos de intercâmbio é aumentar a massa de mais-valor produzida absolutamente. Marini ressaltava três mecanismos básicos para tanto¹², todos redundando na remuneração do trabalhador abaixo do valor necessário para sua reprodução normal, o que corresponde ao conceito marxiano de *superexploração*, resultando no crônico subconsumo popular no Brasil e na América Latina¹³. É por isso que o valor das mercadorias produzidas pelas firmas periféricas é realizado precipuamente no comércio externo, caracterizando uma forma específica de circulação do capital, em aberto.

Essa rotação em aberto do capital implica o divórcio relativo entre produção e circulação das mercadorias, pois o consumo dos trabalhadores latino-americanos não desempenha papel relevante na composição da demanda. Por outro lado, o mais-valor não acumulado e consumido tanto pela burguesia como pelas camadas não produtivas (burocratas, profissionais liberais, setor de serviços e comércio etc.) também se daria principalmente por via de importações. Essa distinção cinde o consumo em uma “esfera alta” e uma “esfera baixa”, uma oposta à outra.

Nesse sentido, quando ocorre o processo de industrialização da América Latina¹⁴, ele se dá sobre as bases da economia exportadora prévia. Nos processos de industrialização dos países centrais, os aumentos de produtividade deslocam o consumo de bens da esfera alta para a esfera baixa, uma vez saturada a demanda da primeira esfera¹⁵. Já nos países lati-

¹² A intensificação e a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do fundo de reprodução.

¹³ Esse mecanismo seria insustentável mesmo do ponto de vista da acumulação, não fossem os amplos exércitos de reserva industrial das nações latino-americanas, que agem não só deprimindo a capacidade de barganha dos trabalhadores, mas também repondo os trabalhadores exauridos pela superexploração.

¹⁴ A causa motriz é a compressão da balança de pagamentos dos países latino-americanos, segundo a interpretação convergente de Marini, autores da tradição cepalina e outros pensadores, como Rangel.

¹⁵ Marini também cita a importância do aumento dos salários reais dos trabalhadores dos países centrais pela distribuição parcial do excedente extraído das nações periféricas para esse deslocamento.



O economista
Theotonio dos Santos
(1936-2018)

no-americanos, considerando-se que o consumo dos trabalhadores é relevante para as firmas somente pela taxa de exploração e não como componente da demanda, é pelo aumento do consumo da esfera alta¹⁶ que se processa a acumulação dependente. Daí o recurso tanto ao agravamento da superexploração, com conseqüente piora no quadro de subconsumo popular, como ao capital externo, visando ao aumento da produtividade através de aumento parcial da COC pela tecnologia estrangeira.

Esse segundo recurso caracteriza a acumulação dependente na fase de industrialização, mantendo as rotações em aberto do capital, agora no departamento I de bens de capital. Mais uma vez, é a resposta passiva da periferia capitalista ao seu centro a chave para compreender esse manejo do capital externo:

[No pós-guerra,] verificara-se um grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais. Isso levou, por um lado, a que os equipamentos ali produzidos, sempre mais sofisticados, tivessem de ser aplicados no setor secundário dos países periféricos; surge então, por parte das economias centrais, o interesse de impulsionar nestes o processo de industrialização, com o propósito de criar mercados para sua indústria pesada. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu nos países centrais o prazo de reposição do capital fixo praticamente à metade, colocou-se [sic] para esses países a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinário que já eram obsoletos antes de que [sic] tivessem sido amortizados totalmente (MARINI, 2011a, p. 166-167).

É desse modo que a rotação em aberto do capital configura o “novo anel da espiral” da dependência, agora caracterizada por uma nova divisão internacional do trabalho¹⁷, na qual compete aos países periféricos a indústria de baixa intensidade tecnológica voltada para o consumo de suas respectivas esferas altas. Com a saturação da demanda solvente da esfera alta, que

¹⁶ A ampliação da demanda solvente da esfera alta se dá principalmente pela ação do Estado ao aumentar o consumo dos extratos não produtivos por via da tributação regressiva e pela conjugação de inflação com arrocho salarial, que transfere renda da esfera baixa para a esfera alta. É interessante notar a convergência desse raciocínio de Marini para a ideia de “ampliação do leque salarial”, em Tavares (1979).

¹⁷ Interessante notar que Marini também comenta essa assimetria tecnológica entre as nações centrais, com os Estados Unidos no ápice do sistema mundial capitalista em detrimento de países da Europa Ocidental e do Japão.

Marini localiza justamente na crise dos anos 1960, dada a restrição do consumo popular da esfera baixa em virtude da superexploração, cria-se mais uma vez a necessidade de realização do valor dos produtos da indústria dependente no comércio externo, pelo recurso ao subimperialismo, com a exportação de bens manufaturados para outros países periféricos. Portanto, tanto a “estrutura mundial” de Gunder Frank como o seu “desenvolvimento do subdesenvolvimento” são “suprassumidos” na concepção de Marini da nova divisão do trabalho internacional.

Cumprido destacar que, em *Imperialismo y dependencia*, Santos (2011) atribui um grau maior de concretude nas rotações em aberto do capital nos países periféricos por meio da crítica do papel das empresas transnacionais. O mercado interno das companhias transnacionais, que compram bens de capital em suas matrizes, nos países centrais, desempenha a função de investir o mais-valor acumulado pelas compras ao departamento I¹⁸.

3. IGNÁCIO RANGEL E O DEPARTAMENTO I PRÉ-INDUSTRIAL

O corpo teórico de Ignácio Rangel não pode ser desligado das clássicas polêmicas no seio dos pensadores marxistas nacionais a respeito da classificação do modo de produção brasileiro — embora tampouco possa ser reduzido a somente isso. Como o próprio economista maranhense afirmou em diversas ocasiões¹⁹, sua *teoria da dualidade brasileira* é o eixo estruturador de todo o seu pensamento.

Em polêmica com Jacob Gorender a respeito do conceito de modo de produção, Rangel (2012b, p. 623-645) defende o rol taxativo dos *modos de produção fundamentais* da literatura marxista ortodoxa de seu tempo²⁰, qual seja: comunismo primitivo, escravidão, feudalismo, capitalismo e comunismo. A réplica à provocação de Gorender, que indaga qual o papel da escravidão em uma formação econômico-social feudal, passa pela distinção entre modos de produção fundamentais e não fundamentais. A primeira categoria tem como critério central para sua classificação a posse por parte da classe dominante de determinado momento do processo de trabalho. Desse modo, a escravidão é determinada pela posse da pessoa em situação de escravidão, a servidão, pelo monopólio da terra pela classe de senhores (cláusula “nenhuma terra sem senhor”), e o capitalismo, pelo controle de todos os meios de produção pela burguesia enquanto classe. A exaustividade do rol de modos de produção fundamentais é assegurada pela completude lógico-concreta dos momentos do processo de trabalho elencados no livro 1 de *O Capital*: sujeito do trabalho e meios de produção, cindidos em meios de trabalho e objetos de trabalho. Assim, os modos de produção, enquanto *fundamentais*, são momentos universais abstratos da subsunção da singularidade da formação econômico-social a seu conceito, o que permite sua combinação, desde que estruturados de modo não reificado, demonstrando a contradição central que contém seu devir. Por conseguinte, abre-se a possibilidade de *modos de produção não fundamentais*²¹ para a apreensão das formações econômico-sociais concretas, categoria em que se inserem as *dualidades brasileiras*.

¹⁸ Como veremos adiante, Theotonio dos Santos distingue entre transnacionais e economias de enclave pelo volume de compras que elas realizam na economia-hóspede.

¹⁹ Por exemplo, no excerto autobiográfico (RANGEL, 2012a, p. 681-688), entre outros.

²⁰ Cabe destacar que, nessa réplica a Gorender, Rangel ressalta a centralidade do problema do “modo de produção asiático” para essa teorização. Como a polêmica sobre o modo de produção brasileiro não é o objeto deste artigo, escusamo-nos de aprofundar esse debate por ora.

²¹ O termo deve ser compreendido como uma metáfora química, que permite a combinação dos modos de produção fundamentais em diversos modos não fundamentais.

Foto: joasouza/Depositphotos



Trabalhador da linha de montagem de motores da fábrica Ford no Polo Industrial da cidade de Camaçari (BA), 2014

Na obra da maturidade rangeliana, com destaque para os artigos “História da dualidade brasileira” (RANGEL, 2012b, p. 655-685) e “Dualidade e ciclo longo” (RANGEL, 2012b, p. 697-711), esses modos de produção fundamentais estão organizados em dois polos no seio da formação econômico-social brasileira, um interno e outro externo. Por sua vez, esses polos são cindidos em dois lados cada um, um interno e outro externo, conformando quatro segmentos no total, organizados em dois pares. É mister ressaltar que o lado externo do polo externo não se encontra no Brasil em nenhuma das quatro *dualidades brasileiras* analisadas por Rangel²², e é a representação no conceito da inserção subordinada e periférica dessa formação econômico-social na economia mundial.

A *teoria da dualidade brasileira* procura enfatizar o modo ativo e particular como a formação econômico-social brasileira responde aos estímulos emanados do centro capitalista mundial na forma de ciclos longos, que na classificação canônica de Kuznets (1940) são os *ciclos de Kondratiev*, cuja duração é de aproximadamente 50 anos, divididos em uma fase ascendente e outra descendente, cada uma perdurando cerca de 25 anos. Esses ciclos, determinados por paradigmas tecnológicos que abarcam largos períodos da história contemporânea, em sua fase descendente afetam a capacidade do Brasil de importar, provocando diferentes formas de substituição de importações ao longo da história nacional²³. Assim, se imaginarmos as dualidades e os ciclos de Kondratiev como senoides²⁴, aquelas apresentam uma defasagem em sentido estrito em relação a estes, com os momentos de transição nacional ocorrendo no período em que a economia mundial entra em sua fase de longo declínio²⁵.

²² A obra de Rangel se debruça principalmente sobre a *terceira dualidade*, que corresponde ao período desenvolvimentista propriamente dito (1930-1980). A *quarta dualidade* é somente esboçada, quase como especulação, em ensaio homônimo de 1980.

²³ A *substituição de importações da terceira dualidade* seria, assim, espécie do gênero de diversas outras similares ao longo da história do Brasil independente.

²⁴ Cumpre destacar que as *dualidades* são processuais, caracterizadas pela desagregação ao longo do tempo de seu polo arcaico em função da interiorização do modo de produção fundamental mais avançado.

²⁵ É interessante notar que Rangel destaca justamente a terceira dualidade como exceção a essa regra, mostrando que a entrada do centro capitalista em nova fase ascendente não provocou decaimento de nosso esforço de “autarcização” porque sua causa motriz, a compressão na balança de pagamentos, manteve-se vigente por todo o período. É somente no final do regime empresarial-militar que as novas *commodities* agrícolas passam a aliviar essa compressão. Conferir o manuscrito “Desenvolvimento industrial do Brasil e suas características dominantes”, de 1969, em Rangel (2012b, p. 605-622).

A *terceira dualidade*, em particular, se ocupa do período desenvolvimentista (1930-1980)²⁶ e é determinada pelo convívio do *feudalismo*, no lado interno do polo interno, com o *capitalismo mercantil*, no lado externo do mesmo polo. No lado interno do polo externo, temos o capitalismo industrial, que divide esse polo em seu lado externo com o *capitalismo financeiro* em sentido hilferdinguiano, representação da satelitização da economia brasileira pelo centro capitalista hegemônico pelos Estados Unidos por meio de suas transnacionais. Convém ressaltar que cada dualidade é marcada por um *pacto de poder* entre duas classes dominantes. Desse modo, na visão de Rangel, o período desenvolvimentista é determinado pela aliança da nascente burguesia industrial com a elite feudal, havendo hegemonia desta segunda classe, haja vista sua maturidade política forjada na transição da *segunda* para a *terceira dualidade*. É esse pacto de poder que conduz a Revolução de 1930 e todo o período posterior, reafirmado pelo golpe de 1964. Por essa razão, a reforma agrária se mostrou inviável no desenvolvimento capitalista brasileiro, pois romperia esse pacto fundamental.

A terceira dualidade deve ser entendida dinamicamente, pela contínua desagregação de seu polo feudal-mercantil. Desse modo, em “Inflação brasileira”, de 1963, Rangel afirma:

O capitalismo brasileiro recruta sua mão de obra num mercado convulsionado por todas essas manifestações da crise agrária, isto é, do processo de desagregação da velha estrutura agrária (feudal) e de sua conversão na nova estrutura agrária (capitalista). Em especial, age como elemento perturbador do mercado de trabalho capitalista a formação dos excedentes demográficos rurais, pois isto importa na formação de uma oferta excessiva de mão de obra, a qual deprime o poder de barganha das massas trabalhadoras do setor capitalista. Em síntese, o capitalismo brasileiro se desenvolve nas condições de um “exército industrial de reserva” exorbitante, cujo efeito é elevar a taxa de exploração do sistema (P/V) (RANGEL, 2012a, p. 576-577).

Essa elevada taxa de exploração resulta em baixa propensão para consumir por parte da classe trabalhadora, o que deprime a demanda agregada de toda a economia nacional. No entanto, a demanda é sustentada pelo componente de investimento em razão da compressão de nossa balança comercial a partir da crise de 1929 e da deflagração da fase descendente do Kondratiev no centro capitalista. Foi essa demanda reprimida que suscitou investimentos, inicialmente voltados para a indústria leve de bens de consumo, pela mobilização da *capacidade ociosa* na agricultura exportadora de caráter feudal-mercantil, cuja *cissiparidade*²⁷ promoveu a formação de um *capital industrial nacional*:

o aproveitamento da capacidade ociosa se fez de maneira muito incompleta e à custa de grandes perdas, mas o fato histórico é que se fez. A mão de obra que era empregada, antes, na produção de excedentes invendáveis de café, foi gradualmente transferida para as cidades, para ser paulatinamente absorvida na construção civil e na formação do capital industrial (RANGEL, 2012a, p. 581).

²⁶ Como a transição ou não para a quarta dualidade não será objeto deste artigo, fica em aberto a tarefa de identificar o período final da terceira dualidade, ou de determinar se de fato ela já se encerrou.

²⁷ Guimarães (1998) argumenta que, nas transições de dualidade, a antiga classe hegemônica no pacto da dualidade decadente racha em duas partes: uma progressista, que comporá o pacto da dualidade seguinte, e outra reacionária, fadada ao desaparecimento, fenômeno que Guimarães chama de cissiparidade. No caso da transição da segunda para a terceira dualidade, a formação da classe capitalista industrial propriamente dita conta com a presença de elementos da burguesia comercial da segunda dualidade, que havia empreendido uma substituição de importações de caráter pré-industrial e artesanal nas grandes cidades brasileiras, além de quadros da elite feudal, que se torna hegemônica a partir da terceira dualidade.

A demanda suscitada pela compressão da balança comercial também levou ao aproveitamento da capacidade ociosa instalada no setor semiartesanal formado no final da segunda dualidade, como Rangel comenta:

O fato de a industrialização brasileira haver começado pelo Departamento II, com a indústria leve à frente [...] não quer entretanto dizer que o Brasil não dispusesse de um Departamento I próprio, mas, simplesmente, que este, sobrevivência do passado esforço de substituição de importações, tinha caráter pré-industrial ou artesanal. [...] Este constava de oficinas mecânicas independentes ou de oficinas anexas a estabelecimentos industriais ou dos serviços de utilidade pública a cargo de concessionários estrangeiros, ou ainda em serviço de apoio aos estabelecimentos militares de terra e mar. As primeiras indústrias leves criadas — fossem fábricas têxteis ou usinas de açúcar — tinham todas esses anexos pré-industriais, formalmente destinados à prestação de serviços de manutenção. Ora, tais oficinas de manutenção extrapolavam, não raro, sua destinação original, contribuindo eficazmente para o crescimento do capital fixo do parque (RANGEL, 2012a, p. 716).

*A teoria da dualidade brasileira procura enfatizar o modo ativo e particular como a formação econômico-social brasileira responde aos estímulos emanados do centro capitalista mundial na forma de ciclos longos, que na classificação canônica de Kuznets (1940) são os *ciclos de Kondratiev*, cuja duração é de aproximadamente 50 anos, divididos em uma fase ascendente e outra descendente, cada uma perdurando cerca de 25 anos*

Isso não quer dizer que as importações não tenham cumprido papel relevante no esforço “autarcizante”, notadamente quando havia o problema de incompatibilidade qualitativa entre demanda e oferta de bens de capital, o que requeria a importação de bens específicos. Aqui cabe destacar a importância de diferentes modalidades de planejamento do comércio exterior, desde as licenças de importação no Estado Novo até as diversas instruções

da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), que canalizavam as escassas divisas para a aquisição dos bens necessários ao mesmo tempo que protegiam a incipiente indústria nacional.

No entanto, a estrutura arcaica e feudal-mercantil do polo interno afetava de diferentes maneiras o processo de industrialização brasileiro. Em primeiro lugar, a dissolução do “complexo rural” — isto é, a contínua expulsão da população rural para as cidades, à medida que os estabelecimentos agrários abandonavam as atividades não agrícolas e se especializavam — criava um exército industrial de reserva exorbitante, que poderia estimular as firmas a adotar funções de produção trabalho-intensivas (de baixa COC). Nesse sentido, a legislação trabalhista no início da terceira dualidade cumpriu um papel central em incentivar o aumento do COC, elevando sobremaneira a capacidade de barganha do proletariado industrial, o que estimulava a compra de maquinaria. Em segundo lugar, o já comentado crônico subconsumo popular impunha uma dinâmica focada em investimentos, que por sua vez criavam maior capacidade ociosa. Dada a carência da economia nacional de diversos segmentos econômicos, a conjugação desses dois elementos engendrou uma dinâmica na qual passou a haver por todo o processo de industrialização da terceira dualidade duas repartições econômicas, que se alteravam ao longo do tempo, mas sempre existindo como par de opostos: uma com excesso de capacidade ociosa e outra com insuficiente capacidade instalada (antiociosidade).

Portanto, o desenvolvimento da terceira dualidade dependia de mecanismos que operassem essa *dialética da capacidade ociosa*. A cada ciclo médio brasileiro, de duração aproximada de dez anos, denominado de *Juglar*²⁸ no jargão que Rangel absorveu de Kuznets e Schumpeter (JABBOUR, 2017), o pacto de poder feudal-industrial precisava realizar inovações jurídico-institucionais que destravassem a acumulação nacional. O principal exemplo dado por Rangel foi a *correção monetária*, implementada pelo Paeg no governo Castello Branco, que permitiu a venda parcelada de bens de consumo duráveis.

Outro mecanismo que operou essa dialética por quase toda a terceira dualidade foi a inflação crônica e praticamente institucionalizada por todo o período desenvolvimentista. A obra-prima do pensador maranhense, de 1963, se debruça especificamente sobre esse tema. A estrutura mercantil do lado externo do polo interno funcionava, para todos os efeitos, como um monopólio de intermediação dos bens agrícolas que compunham a cesta de bens-salário dos trabalhadores. Ao aumentar artificialmente o preço desses bens-salário acima de seu valor, diminuía a procura por bens de maior elasticidade-renda da demanda, que formavam estoques nas empresas. Essas empresas, por sua vez, corriam aos bancos atrás de empréstimos, o que, por seu turno, pressionava o Banco do Brasil, à época emissor de moeda, por redescontos de seus títulos comerciais. Esse mecanismo, agravado sobremaneira durante as fases recessivas dos *juglares* nacionais (usualmente nos cinco primeiros anos de cada década), provocava um *aumento endógeno da massa monetária*, engendrando uma dinâmica na qual a inflação apresentava correlação negativa com a conjuntura econômica, denominada de “curva de Rangel”. A inflação, ao deprimir a preferência pela liquidez em sentido keynesiano, aumentava a taxa de *imobilizações*, conceito que em Rangel é bastante alargado, contemplando, além dos investimentos propriamente produtivos, bens de consumo duráveis como imóveis e outros, a fim de constituir reserva de valor. Essas “imobiliza-

²⁸ Rangel (2012a, p. 697) credita a Celso Furtado a noção da formação de ciclos juglarianos endógenos nacionais a partir da Revolução de 1930.

ções” não só impediam uma queda ainda maior da demanda agregada nas fases recessivas dos *juglares* como ainda aumentavam a capacidade ociosa nacional.

Por fim, em “Elementos de economia do projetamento”, Rangel (2012a, p. 355-446) ressalta a importância da chamada “assimetria básica do projeto”. Isto é, considerando os dois departamentos dos esquemas marxianos de rotação do capital, o projeto (no sentido de uma grande imobilização, como a implementação de uma fábrica ou uma hidrelétrica) absorve produtos sem os devolver para a economia ao longo do processo de sua constituição, que o economista maranhense comenta sob a ótica do custo de oportunidade:

Ao tomar a forma de inversão em um projeto [...] a formação do capital supõe [...] certo *aprazamento do consumo*. Noutros termos, a utilidade alternativa contida nos fatores usados na produção do bem de capital será transitoriamente *esterilizada*, pois só paulatinamente irá fluindo para se tornar disponível para a sociedade [...]. Decorre, pois, certo lapso de tempo, mais ou menos longo, entre o momento em que é produzido o bem de capital e aquele em que a sociedade receberá como produto final a utilidade cujo suprimento se tenciona assegurar (RANGEL, 2012a, p. 423).

Foto de Lênin colorizada por Olga Shirmina (<https://www.romanovs.eu>)



4. LÊNIN E A AUTONOMIA RELATIVA DOS DOIS DEPARTAMENTOS EM SUA CRÍTICA AOS *NARODNIKS*

O debate acerca da realização de valor nos países periféricos de crônico subconsumo popular é, de certo modo, fundador da economia política marxista do desenvolvimento. Lênin (1982) debruça-se exaustivamente sobre esse tema em suas polêmicas com os *narodniks*²⁹, grupo político cujo programa passava pela avaliação de que a comunidade campesina tradicional russa, a *mir*, poderia agir como uma ponte entre o feudalismo particular daquela nação eurasiática e um socialismo agrário compreendido pela ótica do consumo. Essa visão

²⁹ Embora a tradução consagrada para o nome desse grupo político seja *populistas*, neste artigo vamos manter o termo no original russo a fim de não o confundir com o conceito homônimo empregado fartamente pela ciência política nacional para descrever fenômenos de massa no Brasil.



Fotos: Acervo Biblioteca do Congresso Americano

Família de camponeses russos por volta de 1912 Semeadura de batatas nas proximidades do rio Volga em 1910

era lastreada na ideia de uma igualdade social tradicional na *mir*, cuja oposição ao “capitalismo ocidental” seria o esteio da luta popular no império eurasiático. O argumento de Lênin se centra na desagregação processual dessa comunidade tradicional a partir das reformas na Rússia czarista de meados do século XIX³⁰, na conseqüente formação da divisão social do trabalho baseada no mercado e, por conseguinte, na conformação do trabalhador duplo livre, que se reproduz pela venda de sua força de trabalho e pela aquisição de seus meios de subsistência.

O líder bolchevique divide classicamente o valor da mercadoria em três componentes: 1) compensação pelo capital constante consumido *pro rata*; 2) compensação pelo capital variável; 3) mais-valor, de propriedade do capitalista. Tanto Lênin como os *narodniks* concordavam que nem todo mais-valor poderia ser dissipado pelo consumo dos capitalistas, o que, na visão dos *narodniks*, ofereceria problemas para sua realização. Para os *narodniks*, as duas primeiras parcelas poderiam ser realizadas internamente na economia nacional russa. No entanto, o mais-valor, dado que o mercado interno “se reduz às ruínas do campesinato russo” (LÊNIN, 1982, p. 17), só poderia ser realizado no comércio externo e, levando-se em consideração as dificuldades para tanto, o capitalismo na Rússia czarista careceria de bases sólidas.

A refutação feita por Lênin parte justamente dos esquemas de rotação do capital marxiano:

[Os economistas *narodniks*] repetem os velhos erros que foram amplamente refutados no Livro Segundo de *O Capital*. Os dois [economistas *narodniks*] reduzem todo o problema da realização do produto à realização da mais-valia, imaginando, ao que tudo indica, que a realização do capital constante não oferece dificuldades. Essa concepção falsa leva implícito o mais profundo erro, e deste decorreram todos os erros posteriores da teoria populista [*narodnik*] da realização. De fato, o difícil no problema da realização é precisamente explicar a realização do capital constante. Para ser realizado, o capital

³⁰ Cumpre destacar o papel, ressaltado por Lênin, das derrotas militares russas contra as potências ocidentais, que levaram a elite russa a patrocinar reformas modernizantes, a fim de fortalecer geoeconomicamente a nação eurasiática.

Reprodução: <https://histrfr.ru/>

Reunião do grupo Terra e Liberdade, liderado por revolucionários russos (segunda metade do século XIX) chamados de *narodniks*. Eles formavam um grupo político composto de populistas defensores do socialismo agrário

constante deve ser reinvestido na produção, o que só pode efetivar-se diretamente para o capital cujo produto consiste em meios de produção. Se o produto que compensa a parte constante do capital consiste em artigos de consumo, sua reversão direta à produção é impossível: faz-se necessária a *troca* entre a seção da produção social que fabrica os meios de produção e a que fabrica os meios de consumo (LÊNIN, 1982, p. 17).

Ainda nessa mesma discussão, Lênin destaca a autonomia relativa do departamento I em relação ao consumo popular, dada a premissa da acumulação geral no sentido de aumento da COC, que requer um crescimento superior do departamento de bens de capital em relação ao departamento de bens de consumo:

a extensão do mercado interno para o capitalismo é, até certo ponto, “independente” do crescimento do consumo individual, destinando-se mais ao consumo produtivo. Mas seria um erro interpretar essa “independência” como uma separação total entre o consumo produtivo e o consumo individual; o primeiro pode e deve crescer mais que o segundo (e a isso se reduz aquela “independência”), mas é claro que, no final das contas, o consumo produtivo sempre se liga ao consumo individual (LÊNIN, 1982, p. 23-24).

Desse modo, a demanda agregada poderia ser sustentada pelos investimentos, mas até um certo limite. Daí a importância do processo de colonização do imenso território russo, que teria o condão de empregar a capacidade ociosa engendrada pelo esforço industrializante, sobretudo levando em consideração que as regiões de recente colonização na nação eurasiática apresentavam elementos feudais minguantes se comparadas às de ocupação mais antiga.

Resta a questão da composição natural do produto, distinta entre os dois departamentos fundamentais (isto é, pela ótica do valor de uso qualitativamente distinto). Antes de introduzir essa problemática, é mister destacar que, do ponto de vista da reprodução simples, a condição de equilíbrio se expressa na igualdade entre a produção total do departamento I em relação às compras desses produtos pelo departamento II, que no caso em tela meramente reproduz o capital constante anterior deste segmento da economia nacional (o de bens de

consumo). Convém lembrar que nos capítulos finais do livro 2 de *O Capital* (MARX, 2014) os esquemas ganham complexidade pela cisão do departamento I em dois subdepartamentos: um que produz os bens de capital para o próprio departamento I, e o outro, que produz os bens que entram no capital constante do departamento de bens de consumo. Marx enfrenta a problemática da composição natural do produto nos manuscritos reconstruídos pela edição de Engels, compondo o capítulo 21 do supracitado volume, no qual o pensador alemão foca a conversibilidade parcial da produção dos dois subdepartamentos de bens de capital:

Na reprodução simples, foi pressuposto que todo mais-valor I era gasto como renda, ou seja, em mercadorias II; ele consistia apenas, portanto, dos meios de produção que devem repor novamente o capital constante IIc [bens de capital empregados no setor de bens de consumo] em sua forma natural. Para que possa operar a transição da reprodução simples à reprodução ampliada, a produção do setor I tem, pois, de estar em condições de produzir menos elementos de capital constante para II, mas a mesma quantidade de elementos a mais para I. Essa transição, que nem sempre se realiza sem dificuldade, é facilitada pelo fato de que certa quantidade de produtos de I pode servir como meios de produção para ambos os setores (MARX, 2014, p. 603).

5. LEITURAS CRUZADAS E CONCLUSÃO

Como já dissemos acima, *Imperialismo y dependência*, de Santos (2011), torna bastante mais complexo o esquema “dependentista”, sobretudo pela discussão do papel da empresa transnacional e sua relação com a economia-hóspede. Diferentemente de *Dialética da dependência* (MARINI, 2011a), obra segundo a qual os países periféricos respondem somente passivamente aos estímulos emanados do centro capitalista, o desenvolvimento terceiro-mundista assume ali um perfil um pouco mais ativo, por meio da categoria de “capitalismo de Estado”³¹. Nesse sentido, estabelece-se uma distinção bastante acentuada desse grupo de grandes empresas em relação às suas antecessoras, constituintes das chamadas de “economia de enclave”. Nessa segunda categoria, cujo exemplo paradigmático é a United Fruit, a companhia estrangeira praticamente não estabelece vínculos com a economia-hóspede, levando todo o seu capital fixo em caso de realocamento (a United Fruit levava consigo até mesmo os trastes dos trilhos do trem, quando se realocava). Não só do ponto de vista do capital constante: até mesmo o capital variável não era adquirido na economia-hóspede, uma vez que muitos trabalhadores eram trazidos da nação matriz. Do ponto de vista de seu faturamento, a “economia de enclave” deslocava-se para o Terceiro Mundo somente a fim de adquirir matérias-primas ou explorar serviços de utilidade pública (como eletricidade). A transnacional do período desenvolvimentista, ao contrário, não só se desloca para a periferia capitalista com o intuito de produzir bens de consumo para a venda na economia-hóspede, como é de certo modo “forçada” pelas “tecnoburocracias” nacionalistas a realizar compras na esfera da economia nacional. No entanto, seu sentido fundamental segue o da passividade terceiro-mundista, sobretudo no que tange ao departamento I, mais intensivo em tecnologia:

Se as economias dependentes pudessem obter um alto grau de autonomia produtiva e desenvolver um importante setor (de máquinas e matérias-primas industrializadas), o capital estrangeiro perderia sua capacidade de determinar o caráter de seu desenvolvi-

³¹ Rigorosamente, a aplicação dessa categoria leninista por Theotonio foi equivocada, porém isso não será objeto do presente artigo.

Como Soares (2014) ressalta em sua comparação de Delfim Netto com Rangel, a operacionalização da dialética da capacidade ociosa tinha um limite, para o pensador maranhense. Portanto, sua visão sobre o capitalismo confere centralidade ao problema do *desemprego* tanto da classe trabalhadora como do capital, elemento central para a acumulação geral

mento, convertendo-se em uma expressão puramente artificial que mais tarde poderia ser destruída, fazendo desaparecer a relação de dependência. Por essa razão, e pela própria lógica de seus interesses imediatos, o capital internacional busca orientar o desenvolvimento econômico dos países dependentes para setores voltados para o mercado internacional ou para classes de alta renda, que consomem produtos mais sofisticados (SANTOS, 2011, p. 111, tradução nossa).

Borges Neto (2011) propõe uma revisão da teoria “dependentista”, mas que mantém o sentido fundamental desta. Partindo da teoria do valor, Borges Neto mostra que a explicação de Marini para a deterioração dos termos de intercâmbio não pressupõe a transferência de valor por meio da diferença entre valor e preço das mercadorias de maior tecnologia agregada. Basta enfatizar a diferença entre valor social e valor individual das ditas mercadorias, no qual a hora de trabalho concreto dos operários do Primeiro Mundo corporifica mais trabalho abstrato do que a dos do Terceiro Mundo. Com isso, a condição de equilíbrio precário do capitalismo mundial, o recurso ao comércio mundial como causa contra-arrestante da lei tendencial de queda da taxa de lucro, sustenta-se, bem como outros elementos da teoria “dependentista”, com destaque à explicação da superexploração calcada na deterioração supracitada. Mesmo a transferência de valor segue válida, mas é deslocada da posição de centralidade que possui em *Dialética da dependência* para a de importância acessória, e fundamentada em mecanismos³² fora do mercado “clássico”, tais como pagamentos de *royalties*, assistências técnicas, sobrefaturamento, marcas etc.

À primeira vista, salta aos olhos a coincidência no diagnóstico e no esforço teorizante de ambos os autores no que toca ao problema do subconsumo popular como contradição central do desenvolvimento capitalista brasileiro enquanto formação econômico-social periférica. De maneira análoga, tanto Rangel como Marini concordam parcialmente no recurso ao comércio exterior para a aquisição de capital constante, tanto na forma de maqui-

32 Note-se que tais mecanismos foram bem descritos por Theotonio dos Santos em sua multicitada obra.

naria como de produtos semielaborados. Em “Desenvolvimento e projeto”, de 1956, Rangel (2012a, p. 203-284) compara o desenvolvimento do Brasil com o dos países socialistas; para os segundos, foi necessária a formação prévia do departamento I, haja vista seu desligamento parcial do comércio exterior³³. Já no caso brasileiro, cujo desenvolvimento histórico está umbilicalmente ligado à própria formação do comércio internacional, os bens de capital podiam ser importados, daí a “inversão” com a formação, primeiro, do departamento II, e só bem mais tardiamente, do departamento I. No entanto, enquanto para Marini as compras de capital constante na economia nacional são relativamente secundárias, em Rangel assumem papel de destaque, como próprio elemento sustentador da demanda agregada em uma economia com baixa propensão ao consumo.

Outro elemento bastante distinto entre os dois autores é a exportação de manufaturados pelo Brasil para outros países terceiro-mundistas. Enquanto para Marini isso conformaria um “novo anel da espiral” da nova divisão internacional do trabalho, “suprassumindo” o todo mundial de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” por meio do fenômeno do subimperialismo³⁴, em Rangel esse movimento para fora sustentaria a demanda agregada nacional, o que exigira a planificação do comércio internacional. Ademais, mesmo sua proposta de formação de um “capital financeiro hilferdeguiano” nacional para operar a dialética da capacidade ociosa nos investimentos em serviços de utilidade pública em sua obra da maturidade presumia esse controle nacional sobre o comércio externo. Essa planificação seria realizada por meio de acordos bilaterais com outros países periféricos, com compras nesses países, inclusive com multipolaridade monetária, escapando ao padrão do dólar flexível e estabelecendo um modelo de relações geoeconômicas Sul-Sul.

Por fim, a maior diferença entre os dois autores reside na visão de ambos a respeito da contradição central do capitalismo. Como Marini (2011b) deixa explícito em seu segundo *post scriptum* para *Dialética da dependência*, o ponto central de sua *magnum opus* é demonstrar que o aumento da produtividade e o aumento da exploração andam juntos. Logo, a ênfase recai sobre a exploração do trabalhador. Por outro lado, como Soares (2014) ressalta em sua comparação de Delfim Netto com Rangel, a operacionalização da dialética da capacidade ociosa tinha um limite, para o pensador maranhense. Portanto, sua visão sobre o capitalismo confere centralidade ao problema do *desemprego* tanto da classe trabalhadora como do capital, elemento central para a acumulação geral. Abre-se espaço, assim, para linhas de investigação versando sobre conflitos geoeconômicos em uma economia política mundial determinada pela lei tendencial de queda da taxa de lucro (SILVA; PUIA, 2021).

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (UFABC).

► Texto recebido em 1º de julho de 2022; aprovado em 7 de julho de 2022.

33 É interessante comparar essa distinção com a descrição de Fernandes (2017) a respeito da industrialização soviética. Muito mais do que diretrizes ideológicas, foram imperativos práticos advindos da conjuntura geoeconômica e geopolítica do contexto revolucionário que levaram a economia soviética a uma trajetória de “economia administrada”, principalmente em razão do embargo patrocinado pelas potências imperialistas.

34 As teorizações a respeito do subimperialismo comportam muitas vezes uma excessiva ossificação da estrutura mundial, que não permite graus de liberdade e de manobra num contexto geoeconômico bastante complexo. Para críticas neste sentido, conferir Nogara (2020).

- BORGES NETO, João Machado. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, n.33, p. 83-104, 2011.
- FERNANDES, Luís. **A revolução bipolar**: a gênese e derrocada do socialismo soviético. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2017.
- FRANK, André Gunder. Desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, n. 7, p. 159-172, Habana, agosto de 1967.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Contraponto, 2016.
- GUIMARÃES, César. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armem; REGO, José Marcio (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- JABBOUR, Elias. O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignácio Rangel. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 3 (61), p. 561-583, dez. 2017.
- KUZNETS, Simon. Schumpeter's business cycles. **The American Economic Review**, v. 30, n. 2, part 1, p. 257-271, Jun. 1940. Disponível em: <www.jstor.org/stable/1807049>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a. p. 131-172.
- MARINI, Ruy Mauro. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b. p. 173-186.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- _____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 2: O processo de circulação do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3: O processo global da produção capitalista. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MARTINS, Carlos Eduardo. Prólogo. In: SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. p. IX-XXXVI.
- NOGARA, Tiago Soares. Crítica ao conceito de subimperialismo: a dimensão sul-americana da política externa brasileira e as limitações das análises dependentistas. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 9, n. 17, p. 506-534, jan.-jun. 2020.
- RANGEL, Ignácio de Mourão. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Contraponto, 2012a. v. 1.
- _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Contraponto, 2012b. v. 2.
- SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.
- SILVA, Arthur Porto P. da; PUIA, Gabriel L. Duccini. Queda da taxa de lucro e subdesenvolvimento: uma resenha bibliográfica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 8., Belo Horizonte, 27 jul. 2021. **Anais...** Belo Horizonte: ABRI, 2021. Disponível em: <www.encontro2021.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSU-ZPljtzOjQ6IjUwNTEiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiMTdlYmZhOWVhZGYzMDJiNmQ2M2U1ZjViZDBmMG-QyMTYiO30%3D>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- SOARES, Paulo de Tarso Leite. Convergências entre Ignácio Rangel e Delfim Netto: uma análise com base em Lênin. In: HOLANDA, Felipe M. de; ALMADA, Jhonatan U. P. Sousa de; PAULA, Ricardo Z. Affonso de (Org.). **Ignácio Rangel, decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014.
- TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação. In: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

A “perifericidade” do Brasil e a dependência tecnológica em Ignácio Rangel

The “peripherality” of Brazil and the technological dependency in Ignácio Rangel’s works

carlos José Espíndola*

wander Luis de Melo Cruz**

roberto César da Costa Cunha***

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.005>



RESUMO

O objetivo deste artigo é demonstrar como se apresenta a questão tecnológica e a “perifericidade” do Brasil em Ignácio Rangel, ressaltando como as ideias do autor podem ser analisadas nos dias atuais. Rangel identificou como uma das grandes características da economia brasileira a coexistência de estruturas produtivas modernas e arcaicas, de forma desigual, no território nacional. O progresso tecnológico em economias periféricas acontece de forma distinta nas fases de ascensão e de depressão dos ciclos longos. Desenvolver instituições financeiras que viabilizem o crescimento de um ambiente “inovativo” no Brasil é um dos problemas apontados nos escritos de Rangel. Além disso, demonstramos neste artigo que a questão da dependência tecnológica em Rangel diferencia-se das interpretações convencionais dos adeptos da teoria da dependência, pois, apesar de algumas similaridades com as leituras da Cepal, a questão da dependência tecnológica brasileira é relativizada temporalmente e setorialmente por Ignácio Rangel.

Palavras-chave: Progresso tecnológico. Desenvolvimento econômico brasileiro. Perifericidade.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate how the issues of technological development and the peripherality of Brazil were approached in Ignácio Rangel’s works, highlighting how his ideas can be analyzed today. As Rangel identified, one of the major characteristics of the Brazilian economy is the coexistence of modern and archaic productive forces, which are unevenly spread across the national territory. Technological progress in peripheral economies takes place in different ways and on long development cycles. Developing financial institutions that can enable the growth of an innovative environment in Brazil is one of the challenges highlighted in Rangel’s writings. In addition, we demonstrate that Rangel’s approach to the issue of technological dependence differs from conventional interpretations by adherents of the dependency theory. Despite some similarities with Cepal readings Brazilian technological dependence is temporally and sectorally relativized by Ignácio Rangel.

Keywords: Technological progress. Brazilian economic development. Peripherality.

1. INTRODUÇÃO

O período pós-Segunda Guerra Mundial é marcado por um debate intenso sobre o desenvolvimento econômico assentado no processo de industrialização. De diferentes correntes teóricas, vários autores preocupavam-se com os obstáculos ao progresso da periferia do sistema. No Brasil, Bielschowsky (2000) destaca a existência de quatro grandes correntes de pensamento econômico: (i) o pensamento neoliberal (Eugênio Gudín); (ii) o pensamento desenvolvimentista, composto por três subdivisões (Roberto Simonsen, Roberto Campos e Celso Furtado); (iii) o pensamento socialista (PCB), e (iv) o pensamento independente de Ignácio Rangel.

Dessas correntes do pensamento econômico brasileiro, emergiram três grandes teorias sobre a industrialização: a teoria cepalina, a teoria da dependência e a teoria dos ciclos de acumulação (MAMIGONIAN, 2000). Em todas estas, uma questão era comum: como o progresso técnico em uma economia periférica pode elevar a produtividade dos setores econômicos e o padrão de vida da população? Trata-se, portanto, de verificar a relação entre progresso técnico e desenvolvimento econômico¹.

Diante dessa preocupação, e mesmo correndo o risco de uma simplificação, este texto objetiva apresentar a ideia de Ignácio Rangel sobre a relação entre progresso técnico e “perifericidade” do Brasil. Em outros termos, busca-se compreender o papel do progresso técnico no desenvolvimento econômico brasileiro e como sua interpretação aproxima-se ou difere das interpretações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e da teoria da dependência.

Justifica-se essa empreitada pelo fato de que, como afirmou Bielschowsky (2000, p.209), Rangel foi o “mais criativo e original analista do desenvolvimento econômico brasileiro”, ou mesmo o “mais original economista brasileiro do século XX”, como definiram Castro et al. (2014, p. 528)². Ademais, a partir de Mamigonian (1998) e Bielschowsky (2000), observamos que, *grasso modo*, a obra de Ignácio Rangel pode ser analisada em quatro gran-

1 A questão tecnológica e o desenvolvimento econômico foram uma preocupação constante em vários pensadores no período pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo em função das teses desenvolvidas por J. Schumpeter (*Business cycles*, de 1939, e *Capitalismo, socialismo e democracia*, de 1942) e do trabalho magistral de Radovan Richta sobre a revolução científico-técnica. O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nas nações que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico (BRESSER-PEREIRA, 2008). Em síntese, pode-se definir o progresso técnico como o domínio de certos tipos de conhecimento que tornam possível produzir a partir de uma quantidade de recursos um volume maior de produtos ou um produto qualitativamente superior (ROSEMBERG, 2006). Não se trata aqui de um determinismo tecnológico, segundo o qual as forças tecnológicas seriam o fator decisivo na geração das mudanças sociais e econômicas, mas de ressaltar que “a base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares” (SANTOS, 1996, p. 67).

2 Rangel influenciou um leque de grandes pensadores, intelectuais e políticos que ajudaram a orientar as matrizes políticas e econômicas do Brasil na segunda metade do século XX e no início do século XXI. Luiz Carlos Bresser-Pereira, José Marcio Rego, Márcio Henrique Monteiro de Castro, José Graziano da Silva, Guido Mantega, Maria da Conceição Tavares e César Guimarães são alguns dos nomes que receberam influência direta do mestre maranhense. Na geografia brasileira, Ignácio Rangel deixaria sua grande contribuição no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, onde ofertou disciplinas, palestras e publicou artigos para a *Revista Geosul*. As ideias de Rangel não ficaram restritas ao Departamento de Geografia da referida instituição, mas também contribuiriam, a partir de Armen Mamigonian, para a construção de teses e dissertações em diferentes universidades (USP, UFSC e Unesp, por exemplo).

Desenvolver instituições financeiras que viabilizem o crescimento de um ambiente “inovativo” no Brasil é um dos problemas apontados nos escritos de Rangel



Ilustração para a capa do livro *Ignacio Rangel, decifrador do Brasil* (Edufma, 2014)

des questões: o problema do planejamento (que concentra sua atenção até a década de 1960), a questão agrária (que foi uma preocupação constante de seus textos, mais acentuadamente no início dos anos 1960) e as discussões sobre a inflação e a crise econômica.

Contudo, outra questão, associada às demais, seria um ponto nodal para a decifração da realidade brasileira: a questão tecnológica. Prefaciando *Recursos ociosos e política econômica*, Cano (1980) afirma que os capítulos I a V, que se referem à técnica e à política de programação econômica, constituem preciosos ensinamentos práticos, “tão ausentes da maioria dos manuais que versam sobre o assunto” (CANO, 1980, p. 8).

Para decifrar a interpretação da questão tecnológica em Rangel, partimos então do livro *Recursos ociosos e política econômica* e dos textos “O papel da tecnologia no Brasil” e “Futurologia, tecnologia e economia”, publicados no final dos anos 1960 e 1970, respectivamente, e republicados em *Ciclo, tecnologia e crescimento*, de 1982. A intenção deste artigo é reproduzir, a partir desses textos, uma temática marcante na nossa vida acadêmica e política.

Os autores reconhecem que a tentativa de interpretação das análises de Rangel sobre “perifericidade”, progresso técnico e desenvolvimento econômico brasileiro revela-se mais complexa do que possa parecer. Complexa por dois motivos: o primeiro, pelo risco de analisar um pensador a partir de dois ou três textos; o segundo, porque dar privilégio a um ou outro daqueles aspectos abre lacunas na visão totalizante de Rangel sobre o tema proposto. Nesse sentido, faz-se necessário, em um primeiro momento, apresentar os eixos do pensamento de Rangel, para posteriormente desvendar a questão tecnológica imbricada.

Assim sendo, este texto está dividido, além desta introdução e da conclusão, em três partes. A parte a seguir faz considerações sobre a “perifericidade” e a questão tecnológica na teoria da Cepal e na teoria da dependência. Já a terceira apresenta uma visão geral do pensamento de Rangel, ressaltando a teoria dos ciclos longos e da dualidade, enquanto a quarta parte apresenta a interpretação rangeliana sobre a “perifericidade” do Brasil e a questão tecnológica. Esta última está dividida em duas subseções. Uma sobre a transição das técnicas arcaicas para as técnicas modernas, e a outra sobre o desenvolvimento tecnológico e a questão dos financiamentos.



O economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) na sede da Unctad, Genebra, 1965. Ele foi um dos principais nomes da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A “PERIFERICIDADE” E O PROGRESSO TÉCNICO NA VISÃO DAS TEORIAS DA CEPAL E DA DEPENDÊNCIA

Criada no final do ano de 1948, a Cepal constitui-se em uma “escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos”, como firma Bielschowsky (1996, p. 20). Este mesmo autor, no livro de comemoração dos 50 anos da Cepal, afirma que é possível identificar quatro traços analíticos nessa escola do pensamento latino-americano³. O primeiro diz respeito ao método histórico estruturalista, baseado na relação centro-periferia.

Dois outros se referem à análise da inserção internacional e análise dos condicionantes estruturais internos (do crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de renda); por último, encontra-se o plano da análise das necessidades e possibilidades de ação estatal (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 17).

Esse principal centro fundador do pensamento estruturalista latino-americano teve em Raúl Prebisch o seu grande expoente. Segundo Couto (2007), o pensamento de Prebisch estruturou-se em cinco grandes fases. Na primeira (1943 a 1949), ele desenvolve a teoria do ciclo econômico e o repúdio às teorias do equilíbrio geral; na segunda (1949 a 1959), constrói a ideia de sistema centro-periferia e de industrialização da América Latina; na terceira (1959 a 1963), desvenda o mercado comum latino-americano e a insuficiência dinâmica do sistema; na quarta (1963 a 1969), desenvolve sua interpretação sobre a relação entre comércio internacional, desequilíbrio externo e desenvolvimento econômico; por fim, na quinta fase (entre meados dos anos 1970 e 1986), Prebisch cria uma “teoria da transformação — a síntese entre liberalismo e socialismo” (COUTO, 2007, p. 48).

Prebisch (1949 apud BIELSCHOWSKY, 1996) parte do princípio de que o sistema econômico mundial se organizava numa estrutura centro-periferia. A respeito dessa estrutura, o economista argentino descreve o processo de difusão do progresso técnico e distribuição dos ganhos (SILVA, 2017). Para Prebisch,

³ Uma visão sobre os fundamentos do estruturalismo latino-americano pode ser apreciada em Rodriguez (2009).

Rangel, fortemente influenciado pela dialética e pelos marxistas, relativiza a teoria da dependência cepalina, dando-lhe maior sofisticação ao incorporar a ela elementos da formação econômico-social (FES) para analisar a dependência brasileira

é falsa a premissa [de] que o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto (PREBISCH, 1949 apud BIELSCHOWSKY, 1996, p. 71)⁴.

Em “Las ventajas del progreso técnico y los países de la periferia” [as vantagens do progresso técnico e os países da periferia], Presbisch (1962) afirma que “as vantagens do progresso técnico se concentraram principalmente nos centros industriais, sem serem transferidas para os países que formam a periferia do sistema econômico mundial”. Segundo o mesmo autor, “em geral, parece que o progresso técnico foi mais acentuado na indústria do que na produção primária dos países da periferia” (PREBISCH, 1962, p. 4, tradução nossa).

A concentração do progresso técnico nos países centrais e na indústria resultou em estruturas produtivas diferentes no centro e na periferia, e em funções também diferentes no sistema econômico mundial (FLOTO, 1989 apud COUTO, 2007, p. 50). Nesse sentido, na periferia do sistema econômico, as estruturas produtivas, em função da importação de tecnologia e em decorrência de suas dimensões superiores, geraram “unidades de grande

⁴ “Desde o final do século XIX, os preços dos produtos primários vêm se deteriorando em relação aos preços dos produtos manufaturados dos centros” (COUTO, 2007 p. 50). A deterioração dos termos de troca entre países centrais e periféricos resultava da diferença de comportamento da demanda de produtos primários em relação à demanda de manufaturados, pois a elevação da renda no centro do sistema não significaria aumento do consumo de alimentos e matéria-prima oriundos da periferia. Soma-se a isso que as matérias-primas e alimentos exportados pela periferia poderiam ser substituídos em função do progresso técnico na indústria dos países centrais (MAMIGONIAN, 2000, p. 09). A queda dos preços dos produtos de troca está também associada ao movimento cíclico da economia. Assim “os preços primários sobem com mais [sic] rapidez do que os finais na fase ascendente, mas também descem mais do que estes na fase descendente, de tal forma que os preços finais vão se distanciando progressivamente dos primários através dos ciclos” (PREBISCH, 1949 apud BIELSCHOWSKY 1996, p.86). A deterioração dos termos de troca conduziria os países periféricos a desequilíbrios em seus balanços de pagamento. A resolução passava necessariamente pela industrialização por via da substituição de importações. Braga (2002, p. 3) ressalta que a industrialização da periferia era uma forma de absorver o excesso de mão de obra, em função do crescimento demográfico e do intenso processo de urbanização. Ademais, a industrialização possibilitaria o aumento da produtividade, a elevação das taxas de crescimento e, por fim, o rompimento com o processo de deterioração dos termos de intercâmbio.

porte, com capacidade ociosa, provocando custos elevados, além de que não absorviam mão de obra, restringindo ainda mais o mercado consumidor e exigindo, assim, correções no sentido de tecnologias mais modestas, compatíveis com as necessidades de industrialização periférica” (MAMIGONIAN, 2000, p. 10).

Utilizando o método histórico-estrutural desenvolvido pela Cepal, Celso Furtado, um grande expoente da teoria cepalina, afirma que o progresso técnico é um dos fatores condicionantes do desenvolvimento ou subdesenvolvimento⁵. Segundo Lopes (2016), Celso Furtado parte do pressuposto de que o processo de desenvolvimento é altamente dependente da acumulação e das inovações tecnológicas. Contudo, isso ocorre de forma diferenciada entre o centro do sistema e os países periféricos. Enquanto nos países centrais o progresso técnico é autônomo e criado endogenamente, nos países periféricos o progresso técnico é dependente e subordinado.

Bianconi (2018, p. 108) afirma, com base em Celso Furtado, que, “ao estudar a dinâmica da demanda e o processo de modernização na reprodução do subdesenvolvimento, Furtado chega à ideia de dependência tecnológica e cultural”. Para a autora,

subdesenvolvimento e dependência cultural são, portanto, problemas correlatos do ponto de vista do autor, na medida em que a adoção mimética de padrões de consumo de países com níveis de acumulação superiores tem como contrapartida a concentração da renda e a persistência da heterogeneidade social (BIANCONI, 2018, p. 125).

Em termos gerais, as condições de dependência do progresso técnico por parte dos países periféricos, na visão de Celso Furtado, manifestam-se em: (i) uma dualidade tecnológica, com setores atrasados e setores modernos, que amplia a heterogeneidade estrutural; (ii) um progresso técnico caracterizado apenas pela difusão de tecnologias já esgotadas nos países de ponta (LOPES, 2016). De acordo com Lopes (2016, p. 133), “o que ganha relevância na análise de Furtado é, portanto, o processo de propagação do progresso técnico”.

A formação socioespacial da América Latina foi objeto, nos anos 1960, de estudos da teoria da dependência. Segundo Katz (2021), a teoria da dependência se estruturou em torno de três vertentes: Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra postularam uma concepção marxista (I), que foi complementada pela visão de metrópole-satélite, de André Gunder Frank (II). Ambas as perspectivas se confrontaram com a tese do desenvolvimento associado dependente, proposta por Fernando Henrique Cardoso⁶ (III).

Duarte (2021) e Katz (2021) afirmam que a teoria marxista da dependência (TDM) comungava do mesmo diagnóstico da América Latina elaborado pela Cepal, como, por

⁵ Para obter detalhamento da visão de Celso Furtado sobre o papel do progresso técnico no processo de desenvolvimento econômico, ver: Paula e Motta e Albuquerque (2020), Mantega (1984) e Bielschowsky (1996). Para uma síntese das contribuições de Furtado sobre a ciência, a tecnologia e a inovação ao desenvolvimento, ver Cassiolato e Lastres (2020).

⁶ Para Cardoso e Faletto (2004), existiria uma possibilidade de as periferias, mesmo dependentes, desenvolverem-se pela via de um capitalismo associado dependente. Já para Theotonio dos Santos, “a dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a sua está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e autoimpulsionar-se, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo dessa expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa no atraso e sob a exploração dos países dominantes” (SANTOS, 2011, p. 361, tradução nossa).

exemplo, quanto à concepção de que o atraso da periferia decorre da deterioração dos termos de troca, da heterogeneidade estrutural com elevado desemprego, do consumismo das elites e da estagnação da agricultura (KATZ, 2021). No entanto, tendo como fundamento teórico a teoria marxista do valor,

os autores vinculados à TMD percebiam o subdesenvolvimento como uma forma própria e específica de capitalismo, resultado da estrutura e da expansão do capitalismo em nível internacional e, portanto, fruto da difusão do imperialismo e da função ocupada pelos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho (DUARTE, 2021, p. 132)⁷.

Os teóricos “dependentistas” reconheciam que havia ocorrido, “na década de 50, um grande avanço na industrialização brasileira” (MAMIGONIAN, 2000, p. 13). Contudo, essa industrialização fez-se com base no tripé composto por empresas estatais, empresas privadas e multinacionais. Sobre o assunto, Mamigonian (2000, p. 14) nos recorda: “Com um exército industrial de reserva numeroso e o uso de tecnologia sofisticada importada, a criação de empregos tinha sido pequena, a produtividade havia aumentado e os salários haviam caído, ocorrendo uma superexploração do trabalho e lucros extraordinários.”

O avanço tecnológico na periferia ocorre em bases estreitas e sempre a partir de tecnologias já obsoletas nos países centrais. E mesmo no caso onde [sic] há aplicação de tecnologias avançadas, esse avanço ocorre a partir da dominância do capital externo sobre os setores produtivos internos (DUARTE, 2021, p. 146).

Para Bambilra (2013), a industrialização dos países periféricos apresenta uma alta dependência de importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas elaboradas ou semielaboradas advindas dos países capitalistas desenvolvidos.

Segundo Carcanholo (2004; 2008), é possível identificar três condicionantes histórico-estruturais da dependência: (i) o fato empírico recorrente de perda nos termos de troca, ou seja, a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes — geralmente produtos primários e/ou com baixo valor agregado — em face dos preços dos produtos industriais e/ou com maior valor agregado importados dos países centrais, em um verdadeiro processo de transferência de valores; (ii) a remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, pela simples razão de os primeiros importarem capital dos últimos; (iii) a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes e pondo os países dependentes periféricos à mercê do ciclo de liquidez internacional.

Em termos gerais, os países dependentes utilizam tecnologias ultrapassadas, enquanto o monopólio tecnológico dos países centrais determina os estágios das relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas.

⁷ Katz (2021, p. 4), ao citar Marini (1991), destaca que o autor concordava, por exemplo, com vários diagnósticos de Prebisch sobre a origem do subdesenvolvimento e com algumas teses de Furtado sobre o impacto adverso da oferta laboral nos salários. Mas nunca partilhou a esperança de resolver esses desequilíbrios com as políticas burguesas de modernização. Ponderou os achados teóricos da Cepal, questionando suas expectativas de desenvolvimento capitalista autônomo da América Latina.

Se não coincidirem com condições econômicas propícias, os avanços da ciência e da técnica podem ficar sem aplicação prática, isto é, não resultar em inovações tecnológicas

3. DUALIDADE E CICLO LONGO: A “PERIFERICIDADE” EM IGNÁCIO RANGEL

Em sua tese defendida na Cepal em 1954, Ignácio Rangel esboçou algumas das ideias que amadureceria ao longo de sua vida, analisando o processo em que se dava o desenvolvimento econômico no Brasil. São apresentados temas como substituição de importações, industrialização e quebra do complexo rural/modernização agrícola, sob as lentes de um país periférico e dependente dotado de potenciais núcleos dinâmicos internos, como é o

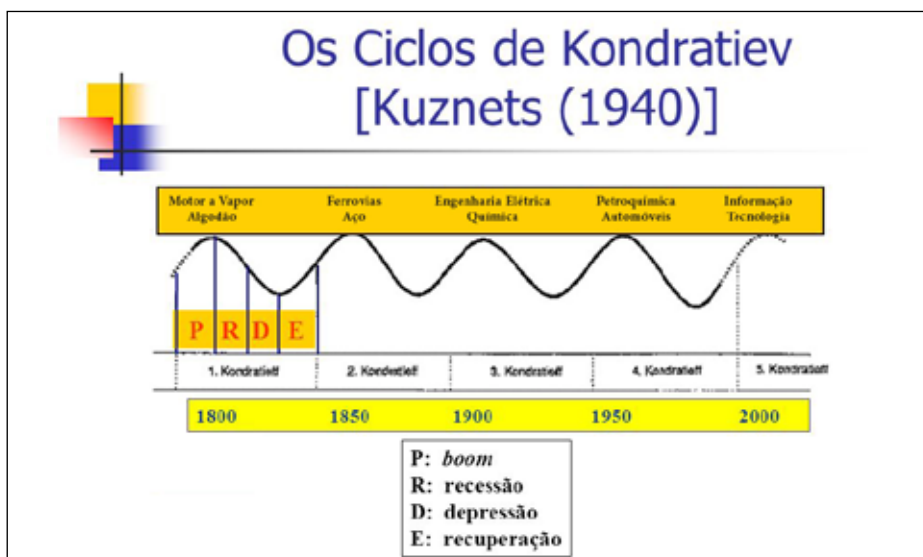
caso do Brasil⁸. Nessa questão, Rangel, fortemente influenciado pela dialética e pelos marxistas, relativiza a teoria da dependência cepalina, dando-lhe maior sofisticação ao incorporar a ela elementos da formação econômico-social (FES) para analisar a dependência brasileira.

Bielschowsky (2000) afirma que a tese da dualidade é o principal elemento organizador do pensamento de Rangel. A novidade analítica de Rangel reside na subdivisão do conceito marxista de *relações de produção* em *relações internas* e *relações externas*. Partindo das premissas esboçadas até aqui, Rangel entendia que a história do Brasil se dava em uma sequência de pares de modo de produção simultâneos. Para Castro et al. (2014), a tese da dualidade básica é o núcleo da obra de Rangel. Apresentada no ano de 1957, foi retomada em 1962, 1978 e 1981, incorporando novos argumentos, sendo gradualmente melhorada. Rangel reafirmou diversas vezes a centralidade dessa hipótese em seu pensamento, e justamente por isso dedicou-se a aperfeiçoá-la ao longo dos anos.

A teoria da dualidade básica, de forma resumida, analisa o Brasil através dos pactos de poder (internos e externos). Apresentados de forma dialética, os pactos de poder se alteram ao final dos ciclos longos (Kondratiev), quando crescem as contradições entre forças produtivas e relações de produção, resultando em rearranjos nos grupos hegemônicos (internos e externos) no Brasil. Durante a fase expansiva dos ciclos longos (fase A), costuma-se verificar a alocação de recursos em atividades de monocultura de exportação, enquanto a fase descendente seria um período de realocação no sentido da substituição de importações. Bielschowsky (2000), analisando a relação entre ciclo e dualidade em Rangel, nos lembra de que as fases ascendentes (A) seriam períodos de elevação da produtividade do trabalho, através da especialização nas atividades de exportação, enquanto as fases descendentes (B) apresentariam efeitos distintos sobre a produtividade, em função do tipo de realocação de recursos específicos de cada um deles.

Rangel compreendia haver na “periféricidade” brasileira uma dependência relativa, algo que poderia — e deveria — ser superado ao longo dos períodos recessivos, pois as crises

⁸ “Surge, pois, uma contradição entre posição da economia dependente, vista em si mesma (ou seja, como economia capitalista não desenvolvida e dotada de pré-requisitos para uma pronta recuperação), e a mesma economia vista como parte do mercado mundial (situação em que esses pré-requisitos não aparecem). A substituição [de importações] é a forma como se resolve essa contradição.” (RANGEL, 2005c, p. 56)



pressionavam por reestruturações produtivas, e, de acordo com ele, “em uma economia capitalista pouco desenvolvida e dependente, não só as discrepâncias entre as estruturas de oferta e demanda aparecem isoladas, mas as depressões geradas dos centros cíclicos reduzem diretamente a capacidade de importar” (RANGEL, 2005c, p. 54). Na análise rangeliana, a perda de capacidade de importar gerada pelas crises dos países centrais seria suprida pelo processo de substituição de importações. Esse processo, por sua vez, poderia ser induzido pelo Estado de duas formas: i) através de políticas cambiais; ii) com a construção de indústrias e a criação de serviços de base.

4. A “PERIFERICIDADE” E A QUESTÃO TECNOLÓGICA NA VISÃO DE IGNÁCIO RANGEL

Em um momento de crise econômica e política, como aquela pela qual o Brasil passa nesta turbulenta virada da segunda para a terceira década do século XXI, o debate sobre estrutura e potencial tecnológico nacional parece ser considerado um tanto secundário — para não dizer que tem sido negligenciado — por autoridades e grandes meios de comunicação⁹.

Ignácio Rangel nos recorda de que as relações entre tecnologia e economia não costumam ser lineares, comportando em alguns casos conflitos agudos, conforme os quais o avanço das técnicas se materializa através dos investimentos, que, ao mesmo tempo, condicionam um posterior desenvolvimento das técnicas e passam a constituir obstáculos à utilização desse mesmo progresso tecnológico.

A difusão das novas técnicas entre os povos é algo natural da humanidade, uma vez que o novo, desde que seja mais eficiente que o velho, tende a se sobrepor, assim mudando inicialmente as forças produtivas e invariavelmente possibilitando mudanças positivas ou

⁹ A discussão normalmente é perpassada pelo viés ortodoxo, que se impõe como o único caminho para a saída da crise econômica, desencadeando medidas impopulares como as “reformas” da Previdência e trabalhista, planos de terceirização e austeridade fiscal, entre outras, apresentadas como “modernizantes”, embora, por via de regra, elas invariavelmente resultem em pauperização e precarização da vida dos trabalhadores.

negativas nas relações de produção. Entretanto, quando pensamos do ponto de vista nacional, as variáveis se tornam complexas o bastante no que concerne aos elementos que otimizam ou retardam a modernização do território:

Outra coisa que sabemos é que o progresso científico e tecnológico, uma vez obtido por um país qualquer, tenderá a ser posto à disposição do restante da humanidade. Entretanto são muito complexas e, por isso mesmo, difíceis de mapear, as condições que fazem com que, em certo momento, um determinado povo se converta no campo da eleição para a aplicação da tecnologia de vanguarda universal, ao passo que outros países, tendo acesso à mesma ciência e ao mesmo *know-how*, marcam passo (RANGEL, 2005b, p. 354-355).

Entretanto, Rangel nos recorda de que a expansão de capacidade produtiva tem como causa imediata a inovação tecnológica. Isso não quer dizer, de fato, que o progresso da ciência e da técnica seja suficiente para o desenvolvimento econômico, que se exprime, afinal, em capacidade produtiva. Por um lado, se não coincidirem com condições econômicas propícias, os avanços da ciência e da técnica podem ficar sem aplicação prática, isto é, não resultar em inovações tecnológicas, e, por outro, sem o estímulo econômico, o progresso técnico e científico costuma minguar. Do ponto de vista econômico, inovação tecnológica é o progresso técnico efetivamente aplicado aos fins de produção, se bem que nem sempre à produção efetiva.

Nesse sentido, uma nação que quer ocupar a vanguarda tecnológica em alguns setores estratégicos para alavancar o seu desenvolvimento econômico precisa, como ponto de partida, investir maciçamente em qualificação da mão de obra ou, mais precisamente, em educação, pois assim consegue melhorar diretamente o rendimento do trabalho. É nesse ponto que germinam as causalidades que propiciam a redescoberta e a introdução de novas combinações de fatores que resultarão em novos desenhos instrumentais para ulterior qualificação da própria mão de obra. Vale ressaltar que o investimento em ensino técnico não pode ser desprezado dos programas educacionais, pois a educação tem um valor histórico para as nações muito maior que a qualificação técnica da mão de obra. Assim, além de o conceito de educação já naturalmente conter em si a qualificação técnica, ele está interligado com a noção de civilidade de uma nação, e essa civilidade, por via de regra, comporta os elementos que podem alavancar a confiança entre as nações, para assim se atraírem novos investimentos.

A cultura — apresentada aqui com significado equivalente a “*know-how* ‘inovativo’” —, em Rangel nos é apresentada como um fator universal. Isto é, as descobertas e as inovações de caráter tecnológico e organizacional de qualquer natureza, uma vez feitas, tendem a se difundir e a tornar-se patrimônio comum da humanidade, sendo esse movimento, para os países em desenvolvimento, a fonte mais importante de progresso. Ou seja, o potencial de cada nação para assimilar “o novo” — em termos gramscianos. Esse esforço de assimilação das técnicas abre um poderoso leque de possibilidades de novas descobertas e invenções em meio às tentativas de adaptação às realidades singulares de cada formação econômico-social (FES), deixando claro que as nações não são meras copistas das técnicas do centro do sistema capitalista.

O Brasil, historicamente, sempre comportou uma complexa relação de coexistência de técnicas arcaicas e técnicas modernas, que remete à ideia de desenvolvimento desigual e combinado de Trótski (2019). Essa relação é concebida por Rangel através dos ciclos de



Acima, horticultura convencional; ao lado, o novíssimo sistema de “fazendas verticais” de alta tecnologia em áreas urbanas

Upward Farms/Divulgação



Kondratiev, que orientam os momentos em que o país adquire maior quantidade de tecnologia estrangeira (fase A do ciclo longo), bem como as fases em que o país dá maior ênfase à realização da substituição de importações (fase B do ciclo longo).

Partindo dos pressupostos de Kondratiev e Schumpeter, Rangel trabalha a ideia de técnica materializada e em processo de sucateamento com a ideia de novíssima técnica em processo de gestação. Essas duas concepções, de técnica nova e de novíssima técnica, são relativizadas para os países subdesenvolvidos, em especial o Brasil, pois, durante os períodos de recessão dos ciclos longos, a possibilidade de emergirem invenções e inovações não declina. Isso porque as empresas são pressionadas a reduzir seus custos, e, portanto, grande parte desse corte é provido por novas invenções técnicas e organizacionais. No entanto, a rigor, é somente na fase de ascensão do ciclo seguinte que as grandes descobertas tecnológicas costumam ser aplicadas em grande escala.

Freeman (1979) — que, assim como Rangel, tinha por base Kondratiev e Schumpeter para o entendimento da questão tecnológica¹⁰ — afirma que a fase ascendente de um ciclo longo implica a ocorrência simultânea de uma explosiva fase de crescimento para novas e importantes indústrias e tecnologias. Esse movimento ascendente torna-se possível somente a partir de uma realização prévia e bem-sucedida, não importando as datas de certas inovações básicas anteriores, tais como o automóvel e várias inovações elétricas nos anos 1880 e 1890, ou o computador, a televisão, o avião a jato e os grupos de materiais sintéticos nos anos 1930 e 1940¹¹.

¹⁰ Sobre o papel e a influência de Christopher Freeman, ver Velho (2010).

¹¹ Para Freeman, na fase descendente estimula-se a busca por inovações e mudanças técnicas poupadoras de mão de obra e de outros custos. Porém, as defasagens temporais envolvidas significam que pode se passar um período de cinco a 20 anos antes que os efeitos completos de tais mudanças técnicas se façam sentir de modo geral no sistema. A procura por inovações poupadoras de energia foi intensa nos anos 1970, mas será somente na década de 1980 que seus efeitos começarão a ser sentidos amplamente.

4.1. TRANSIÇÃO DAS TÉCNICAS ARCAICAS PARA AS TÉCNICAS MODERNAS

O crescimento de novas indústrias na sua fase inicial frequentemente apresenta um caráter de trabalho intensivo. No ponto de inflexão superior, as novas indústrias estimulam a busca por inovações e mudanças técnicas poupadoras de mão de obra e de outros custos. Porém, as defasagens temporais envolvidas significam que pode se passar um período de cinco a 20 anos antes que os efeitos completos de tais mudanças técnicas se façam sentir de modo geral no sistema. No ponto de inflexão inferior, além das inovações sociais e das políticas governamentais que possibilitam a implantação das novas tecnologias, outras mudanças sociais e políticas podem ser importantes, ao fornecerem o estímulo necessário para apoiar a expansão em gestação.

A possibilidade de suprir fatores modernos pelo emprego de fatores arcaicos ou menos modernos é a condição técnica do desenvolvimento, especialmente nos países subdesenvolvidos:

Ora, a própria experiência histórica demonstra que esse círculo vicioso não existe, isto é, demonstra que, partindo de uma constelação arcaica de recursos naturais, o homem pode chegar à criação de uma constelação moderna; que, partindo do uso de um instrumental primitivo, pode chegar à criação de instrumental moderno; e que, partindo de uma humanidade ignorante e doente, pode chegar a criar uma humanidade culta e hígida (RANGEL, 2005g, p. 510).

Um país com tantos contrastes econômicos e sociais como o Brasil dispõe de algumas unidades produtivas modernas, em especial as empresas em que há participação do capital estrangeiro, suprindo bens ou serviços também modernos. O desenvolvimento deve conduzir ao resultado de que a maioria da população esteja, afinal, empregada em unidades produtivas desse tipo. Entretanto, como o número dessas unidades é ainda limitado — hoje, evidentemente, menos limitado que na época dos escritos de Rangel — e elas não podem utilizar senão uma parcela específica e qualificada de mão de obra apta para o trabalho, além de sabermos que parte da população não está capacitada para isso, esse objetivo deve ser realizado por etapas, sem ser jamais 100% alcançado. Isso porque sempre haverá, ao lado de unidades produtivas dotadas de tecnologia de ponta e operadas por trabalhadores altamente especializados, outras mais primitivas, que usarão equipamentos, mão de obra e matérias-primas não tão especializados ou de qualidade questionável em um determinado momento histórico.

Detectadas as desigualdades técnicas — que comumente se materializam em desigualdades espaciais (em todas as escalas geográficas) —, os países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento, como se convencionou denominar) devem buscar resolver esse problema, que é o da coexistência de unidades produtivas técnica e economicamente tão díspares. Essa é uma das razões pelas quais Rangel insistira que, nos países subdesenvolvidos, o Estado deveria intervir na economia muito mais do que o faz nos países desenvolvidos.

Grosso modo, as unidades arcaicas devem se modernizar, tornar-se mais produtivas e eficientes e agregar mais valor a seus produtos, mas não antes que grande parcela da mão de obra que elas ocupam possa ser utilizada em atividades mais qualificadas e modernas. O desenvolvimento pode ser consequência tanto do emprego de meios arcaicos de produção no suprimento de bens modernos como da modernização dos meios de produção, sem

deixarmos de mencionar, evidentemente, a “modernização do próprio homem”¹², isto é, a melhoria de sua qualidade de vida, que inclui a saúde, a educação, a elevação dos padrões de consumo e os aspectos culturais.

Na análise de Rangel, mais acentuadamente que na de Furtado, a noção de elevação da produtividade centra-se no conceito de divisão social do trabalho. Tal elevação seria não apenas o resultado da intensificação e aperfeiçoamento do instrumental de trabalho e da melhoria da capacitação física e técnica do trabalhador, mas, igualmente, resultado do processo de especialização que acompanha a divisão social do trabalho (BIELSCHOWSKY, 2000)¹³.

Uma das principais características dos países subdesenvolvidos é a de sustentar seus superávits com a exportação de produtos primários, obtidos pelo emprego de mão de obra pouco ou quase nada qualificada e pelo uso de um instrumental rudimentar (meios arcaicos). Em troca, com as divisas geradas por essas exportações, eles importam bens ou serviços modernos, para o consumo próprio ou intermediário.

Rangel atenta para que, antes de nos tornarmos produtores de uma determinada tecnologia, devemos primeiramente constituir-nos em consumidores dessa mercadoria oriunda de determinada tecnologia, ou seja, seríamos inicialmente importadores. Mas faz ressalvas: não exatamente importadores *virtuais* — termo utilizado por Rangel —, dado que a tecnologia engendrada pelos países da vanguarda era, e ainda é, em alguns setores, um insumo obrigatório, embora mais recentemente (da década de 1990 em diante) alguns elementos das cadeias produtivas tenham se tornado “intermediários”.

Atualmente é muito mais difícil falar em substituição de importações do que entre os anos 1950 e 1980, sobretudo no que concerne a produtos de alta tecnologia e também a outros, como calçados, peças mecânicas e elétricas para o setor automotivo, artigos de malharia, aparelhos de som e celulares, entre outros, produzidos por empresas mundialmente conhecidas, e que conquistaram muito prestígio na opinião pública após décadas de *marketing* e publicidade agressiva. Mas se esses produtos não podem ser substituídos por marcas nacionais, ao menos, do ponto de vista nacional, é importante criar condições políticas e econômicas para que essas empresas produzam no território brasileiro.

Entretanto, o Brasil, desde sua consolidação como república, foi um país orientado por diversas matrizes de pensamento político e econômico. Basta constataremos que em alguns momentos o país enveredou pelo campo ortodoxo liberal, e outrora, mais pela corrente

É nas atividades desenvolvidas no último ciclo (a construção civil, a indústria naval, o setor de motores e de materiais elétricos) que está a chave para o reaquecimento da economia

¹² Termo utilizado pelo autor.

¹³ Sobre esse assunto, Bielschowsky (2000, p. 219) observa que, para Ignácio Rangel, o “aumento de produtividade tem um sentido muito mais amplo do que aquele encontrado na maior parte dos textos conceituais da moderna economia do desenvolvimento, inclusive nos de Prebisch”.

heterodoxa estruturalista. Encontramos coexistindo lado a lado elementos conservadores — que remetem a comportamentos e valores comuns a modos de produção pré-capitalistas — e progressistas — curiosamente, demasiadamente concentrados em discutir pautas pós-estruturalistas —, que materializam no próprio povo brasileiro a coexistência do “velho” e do “novo”. Enquanto os primeiros querem assegurar uma estrutura decadente que os beneficia, os segundos parecem deslocados da realidade empírica, entorpecidos por pautas do mundo desenvolvido (pós-estruturalistas) que os cegam para os problemas estruturais, afastando os progressistas das periferias e dos trabalhadores.

Em um país onde as disparidades não são só econômicas e geográficas, mas também culturais e educacionais, não é de espantar que haja muitas dificuldades em aprovar projetos de longo prazo e dar-lhes continuidade, e a questão tecnológica não foge a essa regra. Rangel destacou que, ao longo do século XX, por razões como o “falso orgulho nacional”, por desinformação ou por preconceitos de outra índole, o país acabou tomando decisões que fizeram o problema da questão tecnológica se tornar mais grave, “afinal, é possível levar, à força, o burro à beira da lagoa, mas não é possível obrigá-lo a beber, se ele não tem sede, se não quer beber” (RANGEL, 2005b, p. 340).

Na esfera acadêmica brasileira podemos encontrar ideias altamente colonizadas, assim como discursos quase xenófobos contra a tecnologia estrangeira, ideias das quais Rangel destacou a necessidade de nos desvencilharmos com a maior presteza possível. Mas não é fácil identificá-las, até porque ideias estritamente retrógradas circulam sob roupagem de vanguarda, respaldadas por ideologias quicá muito radicais. Durante a segunda parte do século XX, Ignácio Rangel mostrava-se inconformado com as ideias de alguns sociólogos e antropólogos sobre o planejamento do desenvolvimento brasileiro:

Por exemplo, persiste em não morrer a ideia segundo a qual, já que somos um país pobre de capital e rico de mão de obra, devemos assentar nossos planos de desenvolvimento em funções de produção *labour intensive e capital saving*, repudiando de plano a tecnologia dos países desenvolvidos, obviamente orientada para a poupança do fator trabalho e para o emprego intensivo dos equipamentos, vale dizer, do fator capital. Em suas formas extremadas, essa “redução tecnológica”, como alguns sociólogos a apelidam, desemboca no aberto enaltecimento do atraso, como se fosse possível resolver os problemas do mundo moderno pelo retorno à tecnologia zulu ou bugre (RANGEL, 2005b, p. 340)¹⁴.

A erradicação desses equívocos intelectuais é indispensável para a aplicação, de fato, das soluções para os problemas contemporâneos, sendo que um deles é, em especial, a nossa disparidade técnica em relação aos países centrais, bem como a disparidade técnica entre as regiões do território brasileiro. E, para Rangel, a superação desses problemas deve ser buscada em mais ciência, em melhoria da educação e na busca por técnicas mais aprimoradas para a execução das atividades produtivas, e não no retorno a métodos primitivos.

Ignácio Rangel acreditava que o Brasil, ao longo do século XX, diminuía a distância que o separava da vanguarda tecnológica. Entretanto, considerava “pura tolice” negligenciar o fato de o Brasil ser periférico e dependente das economias desenvolvidas. Evidentemente

¹⁴ Essa crítica foi direcionada ao texto “Sobre o óbvio”, de Darcy Ribeiro.



Jovem brinca com bola em bairro da periferia de São Paulo, 2019. O Brasil convive com disparidades não só econômicas e geográficas, mas também culturais e educacionais

há níveis distintos de “perifericidade”, assim como de dependência¹⁵, pois, segundo o autor, “a Ásia, toda ela, Japão, China e Índia inclusive, é também periférica e dependente, mas sua atitude relativamente a sua condição não é a mesma do Brasil” (RANGEL, 2005b, p. 342). Mesmo atualmente, na terceira década do século XXI, podemos analisar de forma não muito diferente essa afirmação, claro, levando em conta que não só a Ásia é dependente do centro capitalista, mas também o centro do sistema capitalista já há alguns anos tornou-se altamente dependente da Ásia¹⁶.

Não por acaso, a análise de Rangel mostra-se original justamente no que se refere às tomadas de decisão na política econômica nacional, sempre pensando em dois cenários: o primeiro refere-se aos anos de crescimento econômico e de expansão da capacidade de adquirir tecnologia estrangeira de ponta; o segundo cenário, diferentemente do primeiro, refere-se aos anos de crise econômica, durante a qual os saldos da balança comercial diminuem, restringindo assim a capacidade de importar e, conseqüentemente, o potencial de absorção de tecnologia estrangeira. Ora, desde a tese da dualidade, o autor teve a preocupação de entender como o Brasil, historicamente, supria as suas demandas tecnológicas em momentos de crescimento econômico e também de crise. E as conclusões sobre essas inda-

15 É importante lembrar que Rangel usava a palavra *dependência* no sentido de “novíssima tecnologia”, não havendo aí ligação fidedigna com as teorias da Cepal e da dependência, como já apresentamos. A tecnologia aplicada nas forças produtivas de um determinado país tem de ser analisada como um processo. E todo processo tem cumulatividade, continuidade e descontinuidade. Desse modo, a implementação de uma nova técnica possibilita o surgimento de uma novíssima técnica, pois esta fica em estágio de espera. Em outros termos, a aplicação da nova técnica em um parque produtivo obsoleto gera um crescimento econômico. Então, o compasso de espera é rompido quando a ciência e a técnica engendram novas funções de produção, pois a depreciação de capitais fixos exige o aparecimento da novíssima técnica, resultante da experiência.

16 O jornalista Thomas L. Friedman, em seu livro *O mundo é plano* (FRIEDMAN, 2007), ressalta que, das 500 maiores empresas americanas, 450 tinham unidades produtivas na China.

gações foram também originalíssimas, pois o autor percebeu que o país se modernizava e se desenvolvia em ambos os cenários (de crescimento econômico e de crise), isso porque nos períodos A dos ciclos longos o país passava a importar tecnologia de ponta do centro do sistema, necessária para adequar as estruturas produtivas nacionais aos padrões internacionais, aumentando assim a competitividade¹⁷ dos produtos brasileiros, e, nos períodos B dos ciclos longos, quando o país passa por longas crises econômicas, a redução das importações forçava naturalmente a reorganização interna, para suprir, de algum modo, os produtos antes importados, impulsionando o crescimento do capitalismo de bandeira nacional.

4.2. DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A QUESTÃO DOS FINANCIAMENTOS

Entretanto, tudo que demonstramos até aqui são apenas condições necessárias, mas não suficientes, dado que, na ausência de um aparelho financeiro para atender às demandas do departamento I e também dos serviços de utilidade pública, a economia brasileira ainda continuará dependente de quem o faça, seja o setor público — que nos últimos anos foi principal financiador do desenvolvimento tecnológico e do departamento I, na figura do BNDES, que notadamente teve muitos erros e acertos —, seja um mercado financeiro privado, de bandeira nacional ou estrangeira, que o Brasil poderia projetar, algo que na época dos escritos de Ignácio Rangel era descartado pelo autor, embora talvez atualmente seja uma alternativa segura, se bem regulamentada. Sem um sistema financeiro que estimule a inovação tecnológica, a circulação de capitais e, em especial, a produção e modernização da indústria e da agricultura, dificilmente o Brasil alcançará a fronteira tecnológica em setores estratégicos como a produção de materiais eletrônicos, a nanotecnologia, a “metalmecânica”, o setor bioquímico-farmacêutico e o setor de transportes (criação de trens, metrô, aeronaves, embarcações etc.), entre outros setores que caracterizam economias desenvolvidas.

Uma outra questão importante para a modernização tecnológica é a utilização da capacidade ociosa materializada e superinvestida nas fases A dos ciclos longos precedentes. Apesar de ser um problema histórico, a reativação desses setores com capacidade ociosa, como por exemplo a construção civil, a indústria naval e os setores de motores e de materiais elétricos, só pode acontecer, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e na conjuntura política e econômica do Brasil, com o estímulo direto e indireto do Estado. Talvez no futuro, em um cenário de capitalismo mais maduro e desenvolvido, o Brasil possa ser um país em que o Estado interfira menos na economia, mas, atualmente, o uso de medidas de austeridade é claramente de caráter ideológico e tem sido peça-chave para o retardamento do desenvolvimento do país.

Embora a questão da capacidade ociosa seja um tema um tanto complexo, e mereça por si só um artigo para aprofundar a discussão, podemos aqui fazer uma afirmação, sob as

¹⁷ Evidentemente, estamos relacionando a competitividade com a qualidade do produto final, e não com o preço final. É comum alguns autores lembrarem que a competitividade “sadia” é pautada pela agregação de valor aos produtos, e não pela competitividade “destrutiva” pautada pelo rebaixamento dos preços. Claro, um cenário não está desvinculado do outro, pois atualmente o que se busca é a redução dos custos de produção com o aumento da qualidade dos produtos, algo que é possível apenas em uma conjuntura política e econômica que propicie esse acontecimento (desenvolvimento das forças produtivas), o que acontece nas duas primeiras décadas do século XXI na China, e também aconteceu nas últimas décadas do século XX no Japão e na Coreia do Sul (JABBOUR, 2012).

lentes de Ignácio Rangel, no que concerne à modernização tecnológica. É nas atividades desenvolvidas no último ciclo (a construção civil, a indústria naval, o setor de motores e de materiais elétricos) que está a chave para o reaquecimento da economia. Por outro lado, os novos esquemas de divisão regional e internacional do trabalho e a intensa urbanização desde a década de 1970 suscitaram necessidades que não podem ser atendidas pelas atividades superdesenvolvidas, e, ainda que pudessem, levantariam precisamente os problemas institucionais a que antes nos referimos — com o problema financeiro em primeiro lugar. Resumindo, trata-se de desenvolver prioritariamente os serviços básicos de utilidade pública, como os serviços de saúde, educação e de infraestrutura de transportes, diversificar a matriz de transportes e de saneamento básico e resolver os problemas habitacionais nas regiões metropolitanas.

Por fim, Rangel também relativizou o papel do câmbio na competitividade da produção nacional, isso porque o Brasil não tinha um mercado financeiro capaz de organizar as vendas financiadas de bens de capital produzidos no país. Para o autor, era insuficiente assentarmos um modelo de desenvolvimento unicamente pautado pela modernização tecnológica do aparato agrícola e industrial, isso porque o capitalismo financeiro de bandeira nacional, não muito diferente dos dias atuais, ainda se encontrava em um estágio embrionário¹⁸. Isso se confirma quando observamos que mais de 60% dos recursos investidos em infraestrutura no Brasil se originaram diretamente do orçamento dos governos, ou foram financiados por instituições financeiras do governo, ou, ainda, tiveram garantia do Tesouro Nacional (FRISCHTAK; DAVIES, 2014; CARVALHO, 2018).

5. CONCLUSÃO

Para entender a questão tecnológica em Rangel é necessário, antes de mais nada, partir do pressuposto de que o Brasil é um país que ocupa posição periférica e dependente no mundo capitalista. No entanto, a dependência tecnológica brasileira não é apresentada de forma estrutural, como normalmente é esboçada pelos cepalinos. Apesar da influência da Cepal, Rangel relativiza a dependência tecnológica brasileira, apontando cenários de dinamismo tecnológico tanto para períodos de crescimento econômico como de crise. A relação de Rangel com a teoria marxista da dependência (TMD), usada por muitos dos cepalinos, pode ser analisada como uma dialética de proximidade e distanciamento, que varia de acordo com as necessidades objetivas setoriais e regionais e com determinados

A relação de Rangel com a teoria marxista da dependência (TMD), usada por muitos dos cepalinos, pode ser analisada como uma dialética de proximidade e distanciamento

¹⁸ Bielschowsky nos lembra que Rangel insistia que seria necessário criar um sistema financeiro interno como forma de viabilizar o surgimento do capitalismo financeiro nacional, e inclusive via a criação do sistema financeiro nacional como “solução básica para a crise” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 228).

recortes temporais, pois, para Rangel, a dependência em países periféricos é um estágio do desenvolvimento que obrigatoriamente deve ser superado.

Rangel entendia que, tanto nas fases depressivas como nas fases expansivas da economia, o Brasil diminuiria seu grau de dependência tecnológica do centro do sistema capitalista. O autor entendia que a modernização da agricultura e a expansão e diversificação do parque industrial do país seriam fundamentais para a superação da condição de atraso estrutural. No entanto, o ponto de partida para essa mudança seria a criação de um sólido sistema financeiro que respaldasse a criação, reprodução e difusão de novas tecnologias no território brasileiro. Para o Brasil, enquanto país atrasado, Rangel considerava de fundamental importância o Estado induzir a economia ao progresso tecnológico.

Analisando o Brasil contemporâneo, sabemos que as dificuldades de realizar a substituição de importações são muito maiores que nos tempos dos escritos de Rangel. As contradições da economia brasileira, bem como de seu território, se aprofundam em meio à heterogeneidade de propostas de desenvolvimento a que o país foi submetido desde o processo de redemocratização. Assim, o Brasil do início do século XXI segue os parâmetros das “meias revoluções”¹⁹ das dualidades rangelianas, quando as políticas do país passaram a ser pautadas pelo mundo pós-moderno sem antes se ter resolvido grande parte dos problemas da modernidade²⁰.

Não obstante, a importância de Ignácio Rangel para a questão tecnológica está em ensinar que a “perifericidade” reveste-se de caráter ativo, e não passivo. Noutros termos, não podemos nos furtar aos efeitos dos impulsos gerados pelo centro dinâmico, mas podemos escolher o modo como organizamos nossa resposta aos ditos impulsos.

* Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do CNPq. Orcid: 0000-0002-5857-6067. *E-mail*: carlos.espindola@ufsc.br

** Doutor em Geografia pela UFSC. Professor na Unifacvest (Lages-SC) e servidor na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED). Orcid: 0000-0002-1017-9070. *E-mail*: wanderluisdemelocruz@gmail.com

*** Doutor em Geografia pela UFSC. Pós-doutorando em Geografia pela UFSC, bolsista da Capes. Orcid: 0000-0002-6190-6186. *E-mail*: robertoujsma@hotmail.com

► Texto recebido em 12 de junho de 2022; aprovado em 7 de julho de 2022.

19 No texto “Dualidade básica da economia brasileira”, Rangel (2005a) identificou como as revoluções brasileiras aconteciam “pela metade”, preservando estruturas de modos de produção pretéritas. Rangel, assim como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, acreditava que no Brasil, predominantemente capitalista, havia relações feudais e semifeudais, sobretudo nos espaços rurais do país.

20 O filósofo italiano Domenico Losurdo, em seu livro *A luta de classes* (LOSURDO, 2015), faz uma ressalva interessante sobre o assunto. Em seu entendimento, opor as lutas distributivas (lutas de classe, movimento sindical, luta por moradia ou salários etc.) às lutas por reconhecimento (movimentos identitários, direito ao aborto, legalização de substâncias ilícitas etc.) é um grande equívoco, pois, historicamente, muitas vezes essas pautas caminharam juntas, e se complementam.

- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BENJAMIN, César. O conceito de tecnologia: o quarto quadrante do círculo de Álvaro Vieira Pinto. In: VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1, p. 1-25.
- BIANCONI, Renata. Subdesenvolvimento, tecnologia e padrões de consumo: discussões a partir da obra de Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 13, n. 23, 2018.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. **Pensamento econômico brasileiro: ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRAGA, Márcio Bobik. Integração econômica na América Latina: uma interpretação da contribuição da Cepal. **Cadernos Prolam/USP**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-30, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: FEA; Fundação Getúlio Vargas, 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- _____. **Rangel e os ciclos longos**. Salvador: Anpec, 1994.
- CANO, Wilson. Prefácio. In: RANGEL, Ignácio. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Abertura e vulnerabilidade externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica. In: XAVIER, Clésio L. (Org.). **Desenvolvimento desigual**. Uberlândia: Edufu, 2004.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, maio-ago. 2008. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482008000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 mar.2022.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação teórica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. Papel da ciência, tecnologia e inovação ao desenvolvimento: relendo Furtado em tempos de pandemia. In: QUINTELA, A. et al. (Org.). **Celso Furtado: os combates de um economista**. São Paulo: FPA; Expressão Popular, 2020. p. 204-231.
- CASTRO, Márcio H. M et al. Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel no centenário de seu nascimento. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 4, p., 2014.
- COUTO, Joaquim M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 45-64, abr. 2007.
- DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini. **Nova Economia**, v. 31, n. 1, p. 131-156, 2021. Disponível em: <www.scielo.br/j/neco/a/gMNdXfWbYr-w8SGwk9Nw4Nns/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- FREEMAN, Christopher. The determinants of innovation: market demand, technology, and response to social problems. **IPC Business Press**, p. 206-215, June 1979.
- FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano: uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- FRISCHTAK, Cláudio R.; DAVIES, Katharina. O investimento privado em infraestrutura e seu financiamento. In: PINHEIRO, Armando C.; FRISCHTAK, Cláudio R. (Org.). **Gargalos e soluções nas infraestruturas de transportes**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014. p. 39-65.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- JABBOUR, Elias. **China hoje: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado**. 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
- KATZ, Claudio. Sobre as teorias da dependência. **A Terra É Redonda**, 9 set. 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/sobre-as-teorias-da-dependencia>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

LOPES, Herton Castiglioni. Celso Furtado e o progresso técnico. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 43, p. 120-134, fev.-maio 2016. Disponível em: <<https://rd.ufes.edu.br/bitstream/prefix/748/1/CELSO%20FURTADO.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. 1. ed. Tradução Silvia Bernadinis. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAMIGONIAN, Armen (Org). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 2, maio 2000. Disponível em: <<https://cadernosgeograficos.paginas.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geogr%C3%A1ficos-UFSC-N%C2%BA-02-Teorias-sobra-a-industrializa%C3%A7%C3%A3o-brasileira--Maio-de-2000.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Vozes, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

PAULA, João Antonio de; MOTTA E ALBUQUERQUE, Eduardo da. A formação do pensamento de Celso Furtado, o imperativo tecnológico e as metamorfoses do capitalismo. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, n. 19, p. 1-29, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbi/a/wb8hC3HD7DWtQd54MfqxFJx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. **Boletín Económico de América Latina**, Santiago, v. 7, n. 1, p. 69-136, 1962. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RANGEL, Ignácio. A dualidade básica da economia brasileira (1957). In: BENJAMIN, César (Org). **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. v. 1, p. 285-354.

RANGEL, Ignácio. Ciclo, tecnologia e crescimento (1969-1981). In: BENJAMIN, César (Org). **Ignácio Rangel: obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. v. 2, p. 255-408.

RANGEL, Ignácio. Desenvolvimento econômico no Brasil (1954). In: BENJAMIN, César (Org). **Ignácio Rangel: obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005c. v. 1, p. 39-128.

RANGEL, Ignácio. Economia brasileira contemporânea (1983-1987). In: BENJAMIN, César (Org). **Ignácio Rangel: obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005d. v. 2, p. 409-551.

RANGEL, Ignácio. Elementos da economia do projeto (1959). In: BENJAMIN, César (Org). **Ignácio Rangel: obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005e. v. 1, p. 355-446.

RANGEL, Ignácio. Introdução ao desenvolvimento econômico (1955). In: BENJAMIN, César (Org). **Ignácio Rangel: obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005f. v. 1, p. 129-202.

RANGEL, Ignácio. Recursos ociosos e política econômica (1960-80). In: BENJAMIN, César (Org). **Ignácio Rangel: obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005g. v. 1, p. 447-550.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSEMBERG, Nathan. **Por dentro da caixa preta**: tecnologia e economia. Editora da Unicamp, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409525/mod_resource/content/1/Imperialismo%20y%20dependencia%2C%20theotonio%20dos%20santos.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, Vinícius Figueiredo. O papel da industrialização no pensamento de Raúl Prebisch. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 13., 2017, Niterói. **Anais...** Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017. Disponível em: <<https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/26%20O%20papel%20da%20industrializa%C3%A7%C3%A3o%20no%20pensamento%20de%20Raul%20Prebich.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

TRÓTSKI, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

VELHO, Lea. Ideias inovadoras. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 215-230, jul.-dez. 2010.

Semiproletarização generalizada na África

Generalized semi-proletarianization in Africa

PARIS YEROS*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.006>



Foto: Eric Miller/World Bank

Trabalhador moçambicano faz manutenção em oficina metalúrgica

RESUMO

Este artigo fornece uma visão geral sobre a formação social contemporânea da África. O foco específico é a transformação do mundo do trabalho no período neoliberal, um assunto já amplamente discutido em pesquisas sobre o êxodo rural, as novas cadeias de valor e a informalização do trabalho. A questão que norteia este trabalho é se há uma mudança qualitativa na formação social africana no período neoliberal. A hipótese é que há uma tendência à convergência dos padrões de acumulação nas macrorregiões do continente e do crescimento de reservas de trabalho em todas essas regiões. Assim, argumenta-se que a questão do trabalho na África passou por uma transformação decisiva sob o neoliberalismo. Enquanto sob o domínio colonial a formação de reservas de mão de obra foi principalmente resultado de engenharia política, especialmente em regiões de assentamento europeu, hoje as reservas são impulsionadas pela operação espontânea do capitalismo monopolista, tornando-se coextensivas no continente. Essa transição no mundo do trabalho é o elemento mais básico da tendência à convergência. Configura-se hoje uma condição generalizada de semiproletarização, na medida em que o grosso da população é incapaz de satisfazer suas necessidades básicas, com relação salarial ou sem ela. Dados provenientes da OIT são utilizados para qualificar algumas dessas tendências, incluindo suas dimensões de gênero.

Palavras-chave: África. Neocolonialismo. Semiproletarização. Reservas de trabalho. Campesinato.

ABSTRACT

This article provides an overview of the contemporary social formation of Africa. The specific focus is the transformation of the world of work in the neoliberal period, a subject already widely discussed in research on the rural exodus, the new value chains and the informalization of work. The question that guides this work is whether there is a qualitative change in the contemporary African social formation in the neoliberal period. The hypothesis is that there is a tendency towards convergence in the patterns of accumulation in the macro-regions of the continent and the growth of labor reserves in all these regions. Thus, it is argued that the question of labor in Africa has undergone a decisive transformation under neoliberalism. While under colonial rule the formation of labor reserves was mainly the result of political engineering, especially in regions of European settlement, today reserves are driven by the spontaneous operation of monopoly capitalism, becoming coextensive with the continent. This transition in the world of work is the most basic element of the trend towards convergence. Today there is a generalized condition of semi-proletarianization insofar as the bulk of the population is unable to satisfy basic needs neither within the wage relation or outside of it. Data from the ILO are used to qualify some of these trends, including their gender dimensions.

Keywords: Africa. Neocolonialism. Semi-proletarianization. Labour reserves. Peasantry.

1. INTRODUÇÃO

Sabemos desde Marx (2013, cap. 23) que a formação de reservas de trabalho é a contradição básica do desenvolvimento capitalista. A forma concreta de formação de reservas de trabalho nas periferias de hoje é o que aqui chamamos de *semiproletarização generalizada*, que é o resultado histórico do desenvolvimento capitalista em seu estágio de monopólio maduro. Isso marca a obsolescência do capitalismo como sistema social — o que também significa dizer que não há solução para a grave e multifacetada crise existencial dos nossos tempos nos termos do próprio capitalismo: a crise arrastar-se-á até que o planejamento soberano com orientação socialista se consolide.

O presente artigo fornecerá algumas reflexões acerca da trajetória das reservas de mão de obra na África. O foco específico é a transformação do mundo do trabalho no período neoliberal, nesta fase do *neocolonialismo tardio* (YEROS; JHA, 2020). Entender a transformação do mundo do trabalho na África é fundamental para a questão do desenvolvimento no continente. De fato, é uma questão amplamente discutida em pesquisas sobre o êxodo rural e a migração, as novas cadeias de valor e a informalização do trabalho. A questão que norteia este trabalho é se há uma mudança qualitativa na formação social africana contemporânea na fase atual. A hipótese é que está em curso uma tendência à convergência dos padrões de acumulação nas macrorregiões do continente e do crescimento maciço de reservas de trabalho em todas essas regiões. As questões aqui levantadas serão contextualizadas pelas trajetórias das macrorregiões e qualificadas por meio de dados disponibilizados pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2022). Além do recorte macrorregional, será considerado também o recorte de gênero.

Tomamos como nossa referência imediata um discernimento específico expresso por Patnaik (2015, p. 165, tradução nossa) sobre o “embaçamento” (*blurring*) das atividades econômicas e formas de trabalho nas reservas periféricas sob a globalização contemporânea:

a distinção entre o exército [de trabalho] ativo e de reserva está sendo progressivamente embaçado hoje devido à proliferação do “emprego informal”, “emprego ocasional”, “terceirização do trabalho” e outras medidas. A regra de racionamento de emprego sob a qual anteriormente algumas pessoas estavam totalmente empregadas enquanto outras não, que era a base para distinguir entre os exércitos de trabalho “ativo” e “de reserva”, está sendo cada vez mais substituída por outra regra de racionamento de emprego, sob a qual o desemprego é mais amplamente distribuído entre toda a força de trabalho.

Essa observação vai ao cerne do que está sendo considerado aqui. A seguir, serão oferecidos alguns elementos conceituais sobre a longa duração das formações sociais na África e a convergência estrutural de suas macrorregiões hoje, antes de se esboçar o crescimento das reservas de mão de obra do continente.

2. FORMAÇÕES SOCIAIS AFRICANAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Os contornos das formações sociais da África podem ser lembrados brevemente para fins de perspectiva histórica. Após a queda do Egito antigo, as formações sociais autônomas ressurgiram no continente e proliferaram com tendências claras para o desen-

volvimento tributário, mas a organização política permaneceu regionalizada, enquanto a acumulação dependia principalmente do comércio de longa distância, em vez da extração de excedentes de agricultores locais. As tendências tributárias foram reforçadas a partir do século X, acompanhadas pela expansão do Islã para a região Oeste, mas as populações locais em geral permaneceram organizadas socialmente com base na linhagem, com controle efetivo sobre terra e trabalho.

Essas formações sociais autônomas e comerciais permaneceram em conflito com os mundos mediterrâneo e islâmico. As crescentes exigências tributárias nessas regiões contíguas produziram incursões agressivas e guerras de escravização ao sul do Saara. Esses e outros fatores, incluindo a derrota dos mouros na Península Ibérica, prepararam o cenário para o encontro da África com o capitalismo mercantil emergente liderado pelos ibéricos e outras potências europeias. A partir daí, a África foi transformada na “periferia da periferia”, nas palavras de Amin (1972), para servir à expansão da Europa ao longo do Atlântico e do globo. Nos séculos seguintes, os povos do continente seriam capturados aos milhões, transportados para as Américas e submetidos à escravização em massa, racializada e intergeracional, com o objetivo de obter metais preciosos e bens tropicais para a acumulação de capital na Europa (WILLIAMS, 1994; RODNEY, 1972; MOURA, 1994). As guerras de escravização tiveram vários efeitos no continente, incluindo o despovoamento e a diminuição da organização política em formações guerreiras menores. A organização da linhagem também foi mobilizada para estabelecer novas hierarquias e privilégios, acarretando uma erosão do controle da aldeia sobre a terra e o trabalho e, cada vez mais, às custas da autonomia das mulheres.

A trajetória da África adquiriu mais duas características no processo mais amplo de expansão colonial europeia. Primeiro, diferentemente das Américas, onde a civilização indígena foi aniquilada durante a conquista, a base social da civilização africana não foi solapada, mesmo durante a escravização em massa e a ocupação colonial direta sob o capital monopolista. Como Mafeje (1991) bem argumentou, o “modo de organização social de linhagem” permaneceu resiliente mesmo sob o domínio dos modos de produção tributários e capitalistas. Assim, é notável que, enquanto a diáspora africana no mundo atlântico criou um novo campo de integração econômica e cultural, amplificado pela polarização étnico-racial de ambos os lados, as formações sociais africanas mantiveram características mais próximas às das civilizações asiáticas de base camponesa, mas com maior controle sobre terra e trabalho por via da organização social de linhagem. Assim, o campesinato sobreviveu até o século XX, ajustando-se perpetuamente sob o peso do capital monopolista. Também é notável que essas realidades apresentaram desafios particulares aos movimentos de libertação, como reconhecido por Fanon (1961), Cabral (1978) e Nkrumah (1971), entre outros. Uma questão-chave aqui, como veremos, é como isso mudou e quais novos desafios se apresentam hoje.

Em segundo lugar, o colonialismo criou um continente estruturalmente heterogêneo, uma vez que diversas trajetórias econômicas foram forjadas sob a conquista e colonização europeia. Na virada do século XX, o colonialismo produziu três macrorregiões com características estruturais distintas baseadas em diferentes *modos de integração ao capitalismo monopolista* e nos diferentes *regimes de trabalho que os sustentaram*, conforme identificado por Amin (1972). Com algumas modificações na terminologia de Amin, podemos identificar as três regiões da seguinte forma: (a) os *monopólios comerciais* da África do Oeste, do Sahel e partes do Leste, onde as comunidades camponesas permaneceram na terra, inclusive sob a influência de linhagens historicamente dominantes, mas cuja produção foi desviada à força pe-

As estruturas econômicas subjacentes e sua evolução sob o capitalismo monopolista continuaram a pesar fortemente na relação de forças e, portanto, no poder estatal, na questão nacional e no pan-africanismo

las autoridades coloniais para a exportação de mercadorias sob o controle de casas comerciais europeias; (b) os *monopólios concessionários* da África Central, sob o controle de um punhado de empresas mineradoras europeias dedicadas à extração de recursos naturais por meio do terror e da violência genocida, seguida pela promoção de novos interesses agrícolas e indústrias locais nas mãos de uma classe de administradores e colonos europeus; e (c) os *monopólios dos colonos assentados* da África Austral e partes do Leste (Quênia) e do Norte (Argélia, Tunísia, Marrocos), que, após a conquista inicial, incluindo o genocídio, recorreram à engenharia política da criação de reservas de mão de obra com base regional para o beneficiamento das minas, plantações e indústrias locais sob o controle direto das burguesias coloniais. Essas três macrorregiões selaram o destino do continente sob o capitalismo monopolista. Apesar do fato de que em regiões sem assentamentos coloniais o campesinato em sua maior parte manteve o controle sobre a terra, e de que o modo de organização social da linhagem permaneceu resiliente para produção e reprodução em todos os lugares, a formação de classes e as mudanças relacionadas às relações de gênero sob o sistema colonial puseram em movimento um novo tipo de formação social periférica. A questão apresentada hoje diz respeito ao surgimento de novos padrões de acumulação para além dessas estruturas coloniais específicas.

É também de importância histórica, é claro, que o colonialismo esculpiu dezenas de Estados com fronteiras arbitrárias não relacionadas a afinidades etnolingüísticas ou potenciais complementaridades econômicas, e que, após a Primeira Guerra Mundial, as autoridades coloniais também recorreram à manipulação de chefias “tribais” subestatais no interesse do chamado “domínio indireto” (*indirect rule*), para obter controle sobre terra e trabalho mediados pela linhagem (MAMDANI, 1996). Essas táticas de “dividir para governar” instalaram uma série de mecanismos institucionais e políticos que sobreviveram à transição neocolonial. Ainda assim, é importante enfatizar que essas instituições nunca foram um fim em si mesmo (MOYO; YEROS, 2007). Elas sempre consistiram em outra coisa, que era precisamente o controle da terra e do trabalho nas regiões tropicais e subtropicais para o benefício exclusivo dos monopólios europeus e seus parentes assentados.

Assim, é também importante, historicamente e no presente, que a sobrevivência do modo de organização social de linhagem não se deveu ao desenho colonial, cujo objetivo principal era de fato manipular a linhagem e cujo efeito real era degradar sua função reprodutiva

sem fornecer alternativas. Sobreviveu pela relação de forças que defendia a instituição contra a perda total do controle da terra e do trabalho nas condições coloniais. A luta pelo controle da terra e do trabalho continuou sendo a força motriz da organização da linhagem, dada sua legitimidade social sem paralelo para a reprodução social. Podemos recordar uma conclusão a que Cabral (1978, p. 103) chegou em referência às aldeias da Guiné colonial que ainda não haviam sucumbido à diferenciação social e à perda do controle sobre terra e trabalho:

Esses grupos “sem Estado” resistiram muito mais do que os outros [em condições “semifeudais”] aos conquistadores colonialistas e foi no seu seio que encontramos a maior prontidão em aderir ao movimento de libertação nacional, embora para esses camponeses (pois são todos quase camponeses) nem sempre isso se verifique sem dificuldades ou problemas.

Nem, aliás, o peso do chamado domínio indireto era o mesmo nas regiões com assentamento europeu e no restante do continente. A natureza coercitiva do “governo indireto” era mais pesada nas regiões de colonização. A extensa alienação de terras pelos colonos, a criação de reservas “tribais” e a rápida degradação das condições sociais e ecológicas minaram diretamente o modelo do próprio governo indireto. Assim, não é de surpreender que as causas subjacentes da luta se intensificassem no curso da libertação nacional. Podemos lembrar, da mesma forma, a conclusão a que chegou Fanon (1961, p. 104, grifos originais):

as massas rurais jamais deixaram de colocar [*sic*] o problema de sua libertação em termos de violência, de terra a retomar aos estrangeiros, de *luta nacional*, de insurreição armada. Tudo é simples.

Com a transição para o neocolonialismo, foi obtida finalmente a autonomia relativa dos monopólios imperialistas e dos assentados, e isso se aplicava a todo o aparato estatal, incluindo as burocracias do governo local que carregavam a marca colonial tardia de domínio indireto. No entanto, o poder do Estado em todos os lugares continuou a expressar a relação de forças de classe — entre camponeses, trabalhadores, colonos, burguesias locais e imperialismo —, e não o conjunto das próprias instituições burocráticas (MOYO; YEROS, 2011). As estruturas econômicas subjacentes e sua evolução sob o capitalismo monopolista continuaram a pesar fortemente na relação de forças e, portanto, no poder estatal, na questão nacional e no pan-africanismo.

A leitura correta da estrutura social e seu potencial político sempre foi uma questão de extrema importância para a revolução. No curso da libertação da África, esforços persistentes foram feitos para identificar as forças sociais capazes de liderar a revolução nacional e sustentar a unidade pan-africana, na ausência de uma burguesia nacional e um proletariado industrial. E houve disputa substancial sobre o caráter político e potencial das classes sociais existentes, bem como quanto ao caráter do Estado e à ideologia da libertação. No entanto, havia semelhança nos componentes reais da formação social, que geralmente se conformava com uma estrutura de cinco elementos: (a) os monopólios estrangeiros e dos assentados; (b) as pequenas burguesias constituídas pelas profissões liberais e pelo pequeno comércio, inclusive de origem não africana; (c) um pequeno proletariado nos transportes (ferrovias, portos), serviços domésticos, minas e fazendas, que cresceu com a industrialização nas colônias de assentamento; (d) o campesinato, o grosso da população; e (e) um pequeno lumpemproletariado nas cidades.



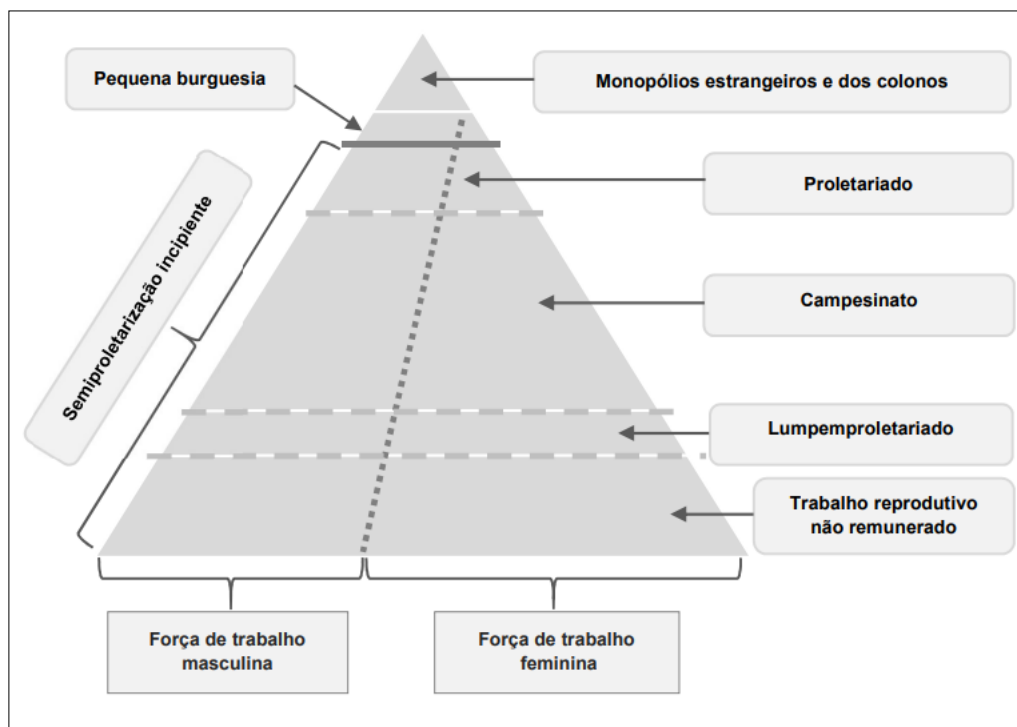
Navio negreiro (1830), de Johann Moritz Rugendas. Litografia, 36 x 51 cm

Em termos de reprodução social, o centro de gravidade dessa formação social permaneceu no campo e enraizado na terra por meio da organização por via da linhagem. O trabalho não remunerado fora do mercado, realizado principalmente, mas não exclusivamente, por mulheres, foi fundamental para as atividades produtivas e reprodutivas no setor camponês (O’LAUGHLIN, 2001; AMANOR-WILKS, 2009; TSIKATA, 2016), juntamente com o trabalho não remunerado nas obras de infraestrutura colonial, principalmente no caso dos homens. Além disso, o trabalho migratório assalariado masculino era extenso nas regiões de assentamento, mas também emergiu nas outras regiões. É fato que a economia colonial pôs em marcha, de forma abrupta ou incremental, a transformação de famílias e redes de parentesco em um modo de reprodução por “enxada e salário” atrelado a diferentes modos de integração no capitalismo monopolista (ARRIGHI, 1970; MAFEJE, 1978; 1981; FIRST, 1983; CORDELL; GREGORY; PICHÉ, 1998). Isso é o que identificamos em outro lugar como a matriz do caminho do “camponês pobre”, que ganharia força e complexidade ao longo do tempo como uma realidade semiproletarizada, dividida entre cidade, campo e fronteiras internacionais, e entre assalariamento e atividades não remuneradas, como a agricultura (MOYO; YEROS, 2005). A situação colonial marcou a fase incipiente desse caminho, em que famílias e redes de parentesco passaram a abarcar as funções proletárias, camponesas e reprodutivas, em todas as suas novas dimensões de gênero.

Na figura 1, tentamos uma aproximação esquemática da estrutura dessa formação social semiproletarizada do final do período colonial, em forma de pirâmide social. A representação inclui os monopólios estrangeiros e colonos no topo da pirâmide, seguidos pela pequena burguesia, o proletariado, o campesinato, o lumpemproletariado e os trabalhadores familiares não remunerados na base da formação social. Os quatro últimos são colocados em uma relação porosa entre si, conforme denotado pelas linhas pontilhadas horizontais, indicando a transformação das famílias e redes de parentesco e a transposição de todas essas formas de trabalho. Embora o papel da pequena burguesia tenha sido fortemente contestado, ele é representado aqui em sua aproximação primordial ao imperialismo. A divisão sexual

do trabalho também é indicada por uma linha inclinada que atravessa todas essas formas de trabalho, novamente de maneira esquemática e fora de escala.

Figura 1 — Formação social pós-colonial na África — c. 1960



Fonte: elaboração do autor.

Nota: figura sem escala.

A semiproletarização não é um fenômeno novo. Foi notado em todos os lugares e em diferentes momentos históricos: na Europa Ocidental e na Rússia do final do século XIX (KAUTSKY, 1980; LÊNIN, 1982), na China semicolonial (MAO, s.d.), na América Latina e no Caribe pós-escravidão (DE JANVRY, 1981; DEERE, 1976; RODNEY, 1981), na China contemporânea, na Índia, na África e, mais geralmente, no Sul (LI, 2008; PRASAD, 2016; NAIDU; OSSOME, 2016; JACOBS, 2018; ZHAN; SCULLY, 2018; OSSOME; NAIDU, 2021; JHA; CHAMBATI; OSSOME, 2021; CHAMBATI, 2022), na perspectiva sistêmica dos teóricos da dependência e do sistema-mundo (AMIN, 1976; 1977; WALLERSTEIN, 1983). Não houve uma única conclusão tirada sobre suas características, função ou trajetória, mas na maioria dos casos a semiproletarização não foi vista como uma condição permanente na evolução do capitalismo. Para nossos propósitos, definimos a condição semiproletarizada como aquela em que uma força de trabalho, durante um período significativo de tempo, como uma geração, não vem a depender do emprego assalariado para sua reprodução social, apesar de ter perdido a totalidade ou parte de seus meios de produção, mas mantém ou busca ativamente uma combinação de assalariamento, trabalho autônomo e valores de uso simples, ao lado do trabalho de cuidado e das políticas sociais do Estado. Essa condição social inclui: relações temporárias, periódicas ou sazonais de trabalho assalariado; produção camponesa

Uma condição proletária mais plena nas periferias da economia mundial permanece inatingível sob o capitalismo monopolista, uma vez que a reprodução social permanece significativamente fora da relação salarial, mesmo em ambientes altamente urbanizados, e vem se deteriorando em geral

para consumo próprio; pequena produção de mercadorias para venda; uso direto dos recursos naturais; extração de minerais e outros recursos de alto valor para comercialização; e um vasto leque de atividades de autoemprego, tanto no meio rural como urbano, no pequeno comércio e na prestação de serviços, quer situados em casa, quer em espaços arrendados, ao ar livre ou em trânsito de longas distâncias. Ossome e Naidu (2021) resumiram utilmente esses processos de trabalho em três: subsistência, produção de pequenas mercadorias e trabalho assalariado.

Como será discutido abaixo, a longa transição da formação social da África já se prendeu a uma armadilha sistêmica. Uma condição proletária mais plena nas periferias da economia mundial permanece inatingível sob o capitalismo monopolista, uma vez que a reprodução social permanece significativamente fora da relação salarial, mesmo em ambientes altamente urbanizados, e vem se deteriorando em geral. Na ausência de um caminho alternativo de desenvolvimento, por via da desconexão das leis de concorrência, de planejamento econômico e de um novo *mix* de relações de propriedade, as tendências perversas dessa formação social permanecerão em vigor: quanto maior a disparidade salarial e de renda, tanto mais pesada a carga de trabalho não assalariado nas atividades produtivas e reprodutivas, mais intensa a instrumentalização das clivagens sociais de gênero, raciais, étnicas, religiosas e outras, e mais disseminada a violência estrutural, doméstica, xenófoba etc. Não é impossível que certos países superem essa armadilha sistêmica sob a asa do imperialismo, ou que afastem suas piores tendências por meio de medidas paliativas. Mas, sendo as reservas de trabalho uma necessidade sistêmica, sair da armadilha nos termos do imperialismo só pode ser uma exceção, a menos que ocorra uma rebelião e uma desconexão substanciais. A experiência mais notável de desconexão hoje — no sentido de subverter-se parcialmente a lei do valor mundial ao subordinar o ambiente externo aos requisitos internos — tem sido a China.

A armadilha da semiproletarização nos remete ao “embaçamento dos exércitos de trabalho ativo e de reserva” que é denotado na figura 1 pelas fronteiras porosas entre as camadas sociais. A lógica sistêmica do imperialismo que resulta nesse tipo de reserva de mão de obra é clara: rebaixar os salários nas regiões tropicais e semitropicais para manter o valor da moeda nos centros imperialistas (PATNAIK, P., 2008; PATNAIK, U.; PATNAIK, P.; 2017;

A relação com o imperialismo continua sendo o determinante estrutural da formação social semiproletarizada

2021), e perpetuar a superexploração do trabalho e da natureza por meio de “dualismos” entre o salário ou a pequena produção e o trabalho familiar não remunerado (AMIN, 1977). Quanto ao caráter exato desses dualismos e da relação com o capital monopolista em nível microssozial, isso pode variar bastante — foi até sugerido que já ocorreu uma desarticulação efetiva (OSSOME; NAIDU, 2021) —, mas a relação com o imperialismo continua sendo o determinante estrutural da formação social semiproletarizada.

3. A HIPÓTESE DE CONVERGÊNCIA

A questão que nos interessará aqui é: quais transformações sofreram as formações sociais africanas desde o início desta crise terminal do capitalismo monopolista, a partir da década de 1970? O foco será o período neoliberal nesta atual fase da crise, que configura o neocolonialismo tardio. Este é o período de programas de ajuste estrutural e políticas neoliberais incessantes. Nosso ponto de partida específico é duplo: por um lado, a insistência de Mafeje (2003), nos anos 2000, em que o campesinato baseado em linhagem na África “não assentada” ainda não havia sido minado pelo avanço do capital, e, por outro, a noção de Amin (2014) de degradação contínua das macrorregiões, mas sem mudanças notáveis nos padrões de acumulação. Há espaço para atualizar ou revisar essas duas posições à luz de nossa compreensão da formação de reservas de trabalho.

Esse caminho de pesquisa foi aberto por Sam Moyo, um colaborador próximo de Mafeje e Amin desde a década de 1970 — e, de fato, de Utsa Patnaik e Prabhat Patnaik, a partir da década de 2000, quando as suas posições continuaram a evoluir (ver PATNAIK; MOYO, 2011; JHA; MOYO; YEROS, 2017; MOYO; YEROS; JHA, 2018). Uma parte substancial da tarefa foi realizada por Moyo, e parte dela, em colaboração com outros colegas, incluindo este autor. Portanto, não há novidade no caminho escolhido. Mas vale notar que Moyo avançou muito mais em suas discussões com Mafeje, ao demonstrar que a argumentação deste havia sido ultrapassada pelos acontecimentos (MOYO, 2008). Moyo afirmou que os programas de ajuste estrutural e as reformas neoliberais persistentes finalmente produziram uma “questão fundiária” também na África não assentada por europeus. Além disso, ele sugeriu que uma estrutura agrária “trimodal”, composta por camponeses pobres, pequenos capitalistas e grandes propriedades corporativas, estava se espalhando por todo o continente, da África dos assentamentos coloniais às demais regiões, e até vice-versa, como no Zimbábue após a reforma agrária dos anos 2000, que expandiu o campesinato contra os monopólios dos colonos. Essa linha de argumentação sugeria que uma certa tendência à “convergência estrutural” operava entre as três macrorregiões, pelo menos na agricultura. Muito também foi dito sobre a evolução das questões alimentares e do trabalho no continente (MOYO; YEROS; JHA, 2018); a nova disputa por terras e outros recursos naturais (MOYO; YEROS; JHA, 2012; MOYO; JHA; YEROS, 2019), e as trajetórias da questão agrária e das reservas de trabalho no Sul em geral (MOYO; JHA; YEROS, 2013, 2016; JHA; MOYO; YEROS, 2017). À medida que a perspectiva evoluía, uma “hipótese de convergência” começou a ser lançada.

Mas nunca foi plenamente aplicada, ou testada, e as peças do quebra-cabeça permaneceram espalhadas — pois o camarada Sam nos deixou cedo demais.

A experiência do Zimbábue é ainda mais importante pela maneira como sua situação revolucionária no início dos anos 2000 abalou os paradigmas e abriu a questão da transição histórica. Tentativas obstinadas de desconectar-se do imperialismo revelaram toda a gama de contradições que pertencem à libertação nacional e à unidade pan-africana no período neoliberal (MOYO; YEROS, 2011; MOYO; CHAMBATI, 2013). Com efeito, o Zimbábue não apenas rompeu com o capitalismo de assentamentos europeus — um feito histórico raro em si. Também restabeleceu as condições de acumulação camponesa e as perspectivas de um novo caminho de industrialização, e o fez por meio de mobilização nacionalista radical e reforma agrária, iniciativas de defesa estratégica regional e defesa ativa dos interesses do continente. Essa postura anti-imperialista geral sustentou uma intensa luta pela direção da transição pós-reforma agrária sob persistentes sanções ocidentais, ao mesmo tempo que demonstrava que a mobilização radical e a organização partidária permanecem possíveis — de fato, fundamentais — em condições de semiproletarização generalizada.

Essa experiência sugere ainda que, mesmo que a “convergência” possa ser observada de forma geral, seu caráter político não deve ser tomado pelo seu valor nominal, pois a dinâmica que a envolve pode vir a diferir muito de um país ou região para outro. Portanto, desde o início, essa é uma ressalva importante para qualquer hipótese de convergência: condições estruturais objetivamente semelhantes podem ser sustentadas por dinâmicas e posturas políticas marcadamente diferentes em relação ao imperialismo; em todos os casos, é a relação das forças de classe em movimento que deve ser verificada. Como Shivji (1976, p. 8, tradução nossa) uma vez nos alertou:

[em] situações não revolucionárias, muito das lutas de classes é latente e até mesmo não identificável como tal em qualquer momento particular. Falar da luta de classes como tal é realmente registrar o fato da luta de classes *ex post facto*. O desenvolvimento da classe e da luta de classes só pode ser expresso tendencialmente, em termos de tendências históricas. De fato, as classes dificilmente adquirem totalmente a consciência de *classe*, exceto em situações de intensa luta política.

Essa ressalva se aplica à nossa análise das trajetórias macrorregionais das reservas de mão de obra apresentada a seguir, em que tendências estruturais aparentemente convergentes não devem ser tomadas como se implicassem uma convergência na política real. De fato, as mesmas estruturas que sustentaram a mobilização nacionalista radical no Zimbábue também resultam em “onguização” e “lumpesinação” ideológica sob os auspícios do imperialismo, não em mobilização para a ruptura.

Basta reiterar de forma abreviada que há uma questão real quanto às mudanças contemporâneas nos padrões de acumulação em termos de modos de integração ao capitalismo monopolista e aos regimes de trabalho que os sustentam. No que diz respeito ao modo de integração, algumas tendências importantes podem ser brevemente identificadas. Um elemento básico tanto da integração global quanto do processo de trabalho que a sustenta é a própria questão da terra, que continua sendo uma questão fundamental em uma formação social semiproletarizada. Isso, como Moyo e outros demonstraram, está em transição definitiva na África (MOYO; YEROS, 2005; MANJI, 2006; AMANOR; MOYO, 2008; MOYO; TSIKATA; DIOP, 2015; HALL; SCOONES; TSIKATA, 2015; TSIKATA, 2016; MOYO; JHA;

YEROS, 2019; OSSOME, 2021; OSSOME; NAIUDU, 2021; MAZWI; MUDIMU; HELLIKER, 2022). Desde a década de 1980, as pressões neoliberais para reformar a posse da terra abriram os setores agrícolas de todas as regiões por meio da titulação e registro da terra e supressão ou manipulação da posse consuetudinária. A consequência foi o aprofundamento dos mercados de terra e a expansão da renda da terra e da alienação da terra, todos os quais minaram ainda mais as garantias costumeiras de terra. Essa tendência também se entrelaçou com a diferenciação social para impulsionar a posição das burguesias domésticas e sua associação com os mercados externos, ao mesmo tempo que empobreceu o campesinato. Nos anos 2000, com uma estrutura legal mais favorável ao capital agora em vigor, houve uma nova onda de apropriação de terras realizada pelo próprio capital estrangeiro, para fins de produção em larga escala, inclusive em regiões onde nunca existiram propriedades ou concessões em larga escala na agricultura de qualquer maneira significativa.

O modo de integração agrícola no capitalismo monopolista atual foi promovido pela política comercial neoliberal e medidas de austeridade fiscal que deslocaram e ampliaram as pressões de acumulação na agricultura, intensificando a integração do setor nos mercados globais. Isso teve vários efeitos notáveis. Reforçou a lógica de produção de culturas para exportação, ao mesmo tempo que prejudicou a produção de alimentos para consumo local e necessidades nutricionais (PATNAIK; MOYO, 2011). Empurrou camponeses e trabalhadores rurais para a integração produtiva aos sistemas globais de valor agrícola, em virtude dos quais novas dependências são criadas em mercados estrangeiros, finanças e tecnologia (AMANOR, 2019; MARTINIELLO; AZAMBUJA, 2019; MEAGHER, 2019; CHAMBATI; MAZWI, 2022; TORVIKEY, 2022; TSIKATA, 2022). Criou-se o mito de uma “revolução verde” sob os auspícios de grandes fundações sediadas nos EUA, que despejaram meio bilhão de dólares em doações sobre uma dúzia de países, desde meados dos anos 2000, para a compra de sementes comerciais e fertilizantes sintéticos pelos monopólios, mas sem gerar ganhos de produtividade ou segurança alimentar (WISE, 2020). Alimentou-se a diferenciação de classe e as hierarquias de gênero ao se favorecerem os produtores mais “habilitados”, aqueles com acesso à terra e recursos financeiros, às custas dos mais pobres (MAZWI; MUDIMU; HELLIKER, 2022; JHA et al., 2022). E semeou-se o conflito social sobre a terra e os recursos naturais, muitas vezes em termos “étnicos”, “religiosos” ou outros, ao mesmo tempo que se reforçou a migração rural-urbana e internacional, de fato em um ritmo mais rápido do que em qualquer outro continente durante esse período.

Um novo padrão agrário “trimodal” de acumulação está surgindo na agricultura. A combinação de unidades de produção agrícola com mudanças de uso da terra inevitavelmente diferirá de região para região e deve ser analisada em sua especificidade histórica, mas as pressões para a integração global, concentração de terras e diferenciação social estão em vigor em todos os lugares. Os modos de integração em outras indústrias — mineração, manufatura e serviços, incluindo finanças — também vêm passando por transição sob a égide dos monopólios generalizados (AMIN, 2019), de base ocidental, bem como o surgimento de novos parceiros de investimento entre países do Sul, especialmente a China. Não podemos nos aprofundar nisso em detalhes. Podemos apenas notar que a expansão dos sistemas globais de valor teve efeitos desiguais entre as indústrias, e geralmente baixo impacto na participação do continente nos sistemas de valor ao nível da produção de bens intermediários, especificamente (AfDB; OECD; UNDP, 2014).

As economias africanas permaneceram plenamente integradas como exportadoras

O Zimbábue não apenas rompeu com o capitalismo de assentamentos europeus — um feito histórico raro em si. Também restabeleceu as condições de acumulação camponesa e as perspectivas de um novo caminho de industrialização, e o fez por meio de mobilização nacionalista radical e reforma agrária, iniciativas de defesa estratégica regional e defesa ativa dos interesses do continente

de matérias-primas. Além da agricultura, uma transição notável também ocorreu no setor de energia, no qual a produção de petróleo e gás se difundiu para vários países que anteriormente (no regime colonial) não estavam integrados como tais na economia mundial; hoje estão fortemente concentrados em, e dependente das, exportações de energia, especialmente petróleo. Isso inclui países nos litorais Norte e Oeste do continente, além do Sahel e, mais recentemente, do litoral Leste (YATES, 1996; BUSH, 2004; OBI; RUSTAD, 2011; OBI, 2012; CARMODY, 2016). Nesse sentido, o modo de integração concessionário anteriormente estabelecido na África Central colonial (assim como em outras partes do mundo colonial e no presente) se difundiu para o resto do continente, embora sob arranjos concessionários modernos e com novos conflitos sobre a apropriação da renda extrativista (AMIN, 2010). Isso se aplica ainda aos minérios— incluindo ouro, diamantes, urânio, platina, coltan, cobre, minério de ferro, bauxita, entre outros —, que ganharam importância em antigas e novas regiões. Há uma escalada geral da integração global que novamente está confinada às camadas mais baixas (primárias) da produção industrial global e sujeita a preços voláteis em setores oligopolizados. De modo geral, tanto em energia quanto em minérios, a produção sob controle corporativo direto é intensiva em capital, com pouca absorção de mão de obra e maior concentração de mão de obra qualificada.

No entanto, também é notável no caso dos minérios que tem havido uma expansão paralela e acelerada da mineração artesanal entre agentes econômicos menores e camadas sociais semiproletarizadas que buscam acesso próprio aos minérios, mas em regime de mão de obra intensiva e condições altamente exploradoras e conflituosas (BRYCESON; JØNSEN, 2009; HILSON; GARFORTH, 2012; GEENEN, 2015; BRYCESON; GEENEN, 2016; MKODZONGI, 2021; MKODZONGI; SPIEGEL, 2018). Em 2009 notou-se, quanto à mineração artesanal, que “cerca de 3,7 milhões estão diretamente envolvidos nesse subsetor e cerca de 30 milhões dependem dele”, prevendo-se que o subsetor *triplicaria* em três anos (AU, 2009, p. 26, tradução nossa). Esses dois lados da indústria de mineração, portanto, diferem em

O neoliberalismo degradou clara e secularmente a força de trabalho nos últimos 30 anos. As tendências são semelhantes em todas as sub-regiões, o que nos permite falar da formação de uma reserva de mão de obra continental, para além dos padrões regionais de acumulação próprios do colonialismo, uma vez que a força de trabalho em todos os lugares hoje se conforma a uma única condição semiproletarizada

seus conteúdos tecnológicos e de uso de mão de obra, mesmo que ambos estejam integrados nos mesmos sistemas globais de valor.

Enquanto isso, o desenvolvimento da manufatura permanece atrofiado. Experiências recentes de crescimento orientado para a exportação estiveram sujeitas a tendências semelhantes de integração e subordinação a sistemas globais de valor. O crescimento das exportações industriais concentrou-se principalmente na África do Norte e Austral, onde quatro países — Egito, Marrocos, Tunísia e África do Sul — responderam por dois terços das exportações de manufaturados africanos (AfDB; OECD; UNDP, 2014, 168). Porém, em termos de integração nos sistemas globais de valor, a África Austral continua a ter participação de 40% nos segmentos mais avançados do continente (AfDB; OECD; UNDP, 2014, p. 139). Além da África do Sul em particular, que manteve um setor automotivo, o conjunto de países que experimentaram crescimento industrial inclui a Etiópia, em vestuário e têxteis, Marrocos, no setor aeroespacial, e Nigéria, em eletrônicos. No entanto, a absorção geral de mão de obra na produção industrial — seja com orientação exportadora ou local — permanece muito baixa, em

apenas 12% da força de trabalho total, e isso inclui o setor de mineração (veja abaixo).

Finalmente, o setor de serviços apresenta tendências semelhantes tanto em termos de integração em monopólios globais e orientação exportadora como em finanças, seguros, turismo, entre outros. No entanto, esse é o setor que mais amplamente se dividiu em um componente altamente qualificado e uma base popular muito grande, e, de fato, absorveu em grande parte a crescente força de trabalho semiproletarizada ao longo do último meio século, atravessando as fronteiras rural-urbana e internacionais.

4. SEMIPROLETARIZAÇÃO GENERALIZADA

Em um estudo anterior sobre tendências globais na formação de reservas de trabalho para o período 1991-2012, estimou-se que, em nível global, a força de trabalho “não

Foto: ONU Meio Ambiente/Irene



Catador desmonta eletrônicos em Odo-Iyalaro, Nigéria, para extrair componentes comercializáveis

vulnerável” de “assalariados”, nos termos da OIT — que nos termos de Marx corresponderia aproximadamente à “força de trabalho ativa” —, estava bem abaixo de 50% da força de trabalho global; isso indicou um declínio dramático da força de trabalho ativa em relação ao crescimento das reservas de mão de obra em escala global na virada do século (JHA; MOYO; YEROS, 2017, p. 217). As reservas de mão de obra incluíam a força de trabalho “vulnerável”, representada por “trabalhadores por conta própria” e “trabalhadores familiares contribuintes”, novamente nos termos da OIT. Além disso, a força de trabalho “não vulnerável” estava concentrada nos países “desenvolvidos”, onde a proporção de trabalhadores assalariados era superior a 80%, principalmente no setor de serviços, representando a concentração do proletariado mundial propriamente dito. A grande maioria da força de trabalho mundial, portanto, em todos os setores, está presa a reservas de mão de obra (os “vulneráveis”) que claramente se concentram nas periferias da economia mundial (JHA; MOYO; YEROS, 2017, p. 217).

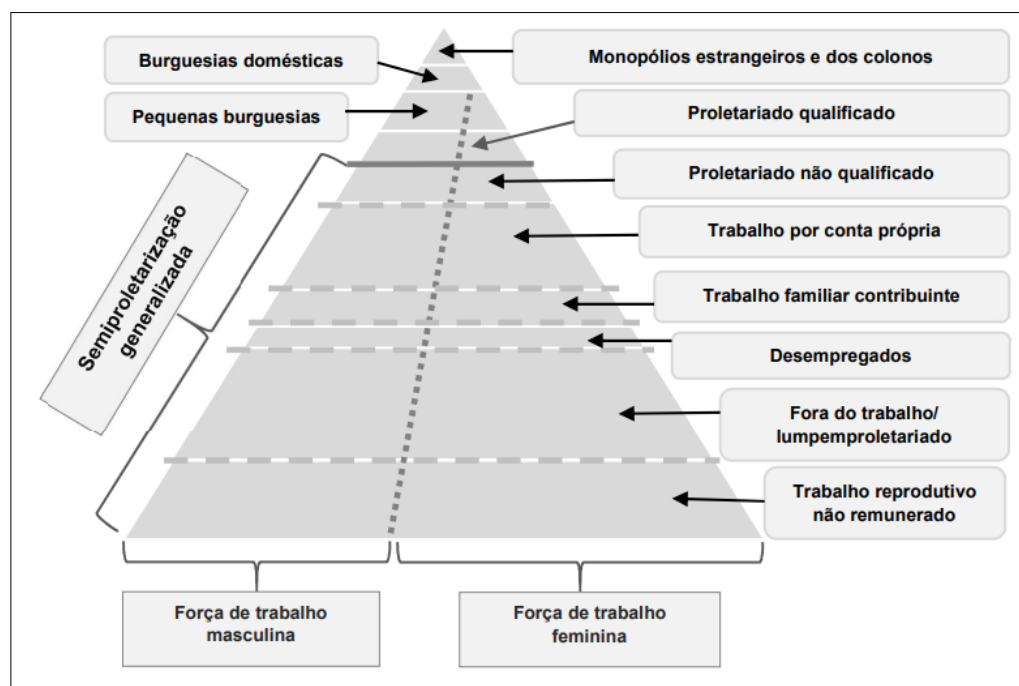
Os dados da OIT (ILO, 2022) para 1991-2020 com referência à África podem lançar alguma luz sobre o tema. Nesse período, a população em idade ativa (acima de 15 anos) na África, incluindo o Norte e a África Subsaariana, dobrou de tamanho, a uma taxa de 2,04, isto é, de 310 milhões para 633 milhões de pessoas, enquanto a taxa de variação para as mulheres especificamente foi superior à dos homens, com 2,27. A população total em 2020, incluindo os menores de 15 anos, era de 1,3 bilhão, o que indica que cerca de metade da população é composta por jovens formalmente fora da força de trabalho, mas que entrarão em idade ativa continuamente em grande número nos próximos anos. Além disso, espera-se que toda a população duplique até 2050, de modo que a questão da formação de reservas de trabalho e as estratégias de absorção do trabalho não podem ser apagadas pela mitologia econômica burguesa.

De fato, o neoliberalismo degradou clara e secularmente a força de trabalho nos últimos 30 anos, como mostram os dados. As tendências são semelhantes em todas as sub-regiões, o que nos permite falar da formação de uma reserva de mão de obra *continental*, para além dos padrões regionais de acumulação próprios do colonialismo, uma vez que a força de

trabalho em todos os lugares hoje se conforma a uma única condição semiproletarizada. A condição de semiproletarização generalizada é precisamente a armadilha em que caiu o continente, como boa parte do Terceiro Mundo. A fase de semiproletarização generalizada difere da fase incipiente discutida acima, pela multiplicação das formas de trabalho existentes hoje e pela intensificação do efeito de “embaçamento” entre as diferentes formas de trabalho.

Na figura 2, tentamos mais uma vez uma representação esquemática da formação social no neocolonialismo tardio. Reinserimos as burguesias no esquema, mas sem considerar em detalhe a evolução de suas frações. Também assumimos que parte da força de trabalho assalariada é “qualificada” e “não vulnerável”, embora o novo conjunto de dados usado aqui não forneça essa distinção. Seguimos também a distinção prévia da OIT em relação aos “trabalhadores por conta própria” “não vulneráveis”, que contratam assalariados — a pequena burguesia de hoje, em nossos termos — *versus* os “trabalhadores por conta própria” “vulneráveis”, que não contratam mão de obra, tanto em zonas rurais quanto urbanas, que novamente não aparecem separados em nosso conjunto de dados. Também incluímos: aqueles classificados na categoria “trabalho familiar contribuinte”, especificamente na produção; os desempregados que são contados como ainda em expectativa de serem empregados; aqueles que se encontram “fora da força de trabalho”, temporariamente ou permanentemente afastados do emprego, incluindo o lumpemproletariado, em nossos termos, e aqueles em situação de trabalho reprodutivo não remunerado, que também não está previsto neste conjunto de dados.

Figura 2 — Formação social da África no neocolonialismo tardio — 2020

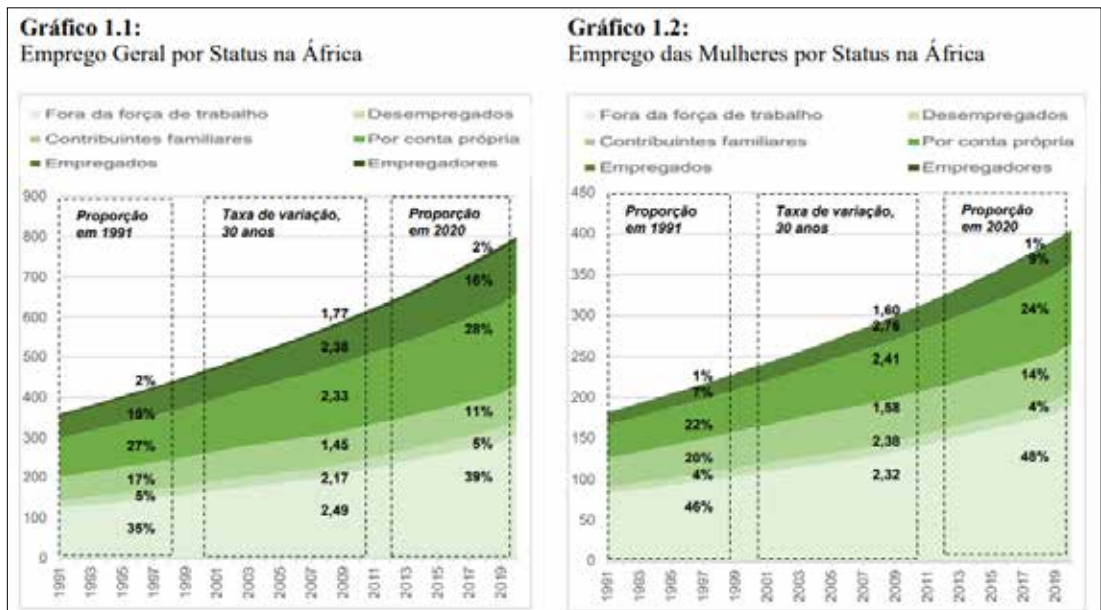


Fonte: elaboração do autor.

Nota: figura sem escala.

Voltando ao conjunto de dados de 1991-2020, que é sugestivo do esquema acima, embora não forneça dados desagregados exatamente como gostaríamos, podemos observar nele o seguinte. No plano continental, incluindo a África do Norte e a África Subsaariana, para a população total em idade economicamente ativa de homens e mulheres em conjunto, a categoria que mais cresce é a de “fora da força de trabalho”, de 35% da população em idade ativa (80 milhões) para 39% (214 milhões), a uma taxa de expansão de 2,49 (gráfico 1.1). Isso inclui jovens “sem emprego, sem educação, sem qualificação”, que atingiram 59,2 milhões (ILO, 2022). Para as mulheres, especificamente, a taxa de variação entre as que estão fora da força de trabalho ficou abaixo da média geral, em 2,32%, mas ainda representou quase metade das mulheres em idade ativa em 2020, em 48% (gráfico 1.2). A categoria de trabalho que mais recuou, de 17% para 11% da força de trabalho total, ou de 20% para 14% entre as mulheres em idade ativa, foi a de “trabalho familiar contribuinte”, composta pelo trabalho familiar não assalariado na produção e nos serviços. O “trabalho por conta própria” aumentou apenas ligeiramente, de 27% para 28% da força de trabalho total —, e de 22% para 24% entre as mulheres —, mas permaneceu a segunda maior categoria depois da de “fora da força de trabalho”. O trabalho assalariado também aumentou apenas ligeiramente ao longo dos 30 anos, de 15% para 16% no total — e de 7% para 9% entre as mulheres — embora a taxa de variação entre as mulheres tenha sido acima da média, em 2,76 (contra 2,38 para a força de trabalho total), e foi, de fato, nesses termos agregados, a maior taxa de variação entre todas as categorias nesse período de 30 anos, apesar da ainda baixa proporção de mulheres na força de trabalho. Enquanto isso, o “desemprego” formal durante esse período de 30 anos permaneceu parado em 5% da força de trabalho total, e 4% entre as mulheres em idade ativa. A pequena burguesia que emprega trabalho também permaneceu estacionária proporcionalmente, em 2% no total, ou 1% entre as mulheres, o que mostra *inter alia* que a proporção de empregadoras femininas de pequeno porte permaneceu em um terço da dos homens. A taxa de crescimento da pequena burguesia tem sido relativamente baixa, 1,77 no geral, ou 1,6 para as mulheres.

Tendências da situação de emprego na África — 1991-2020

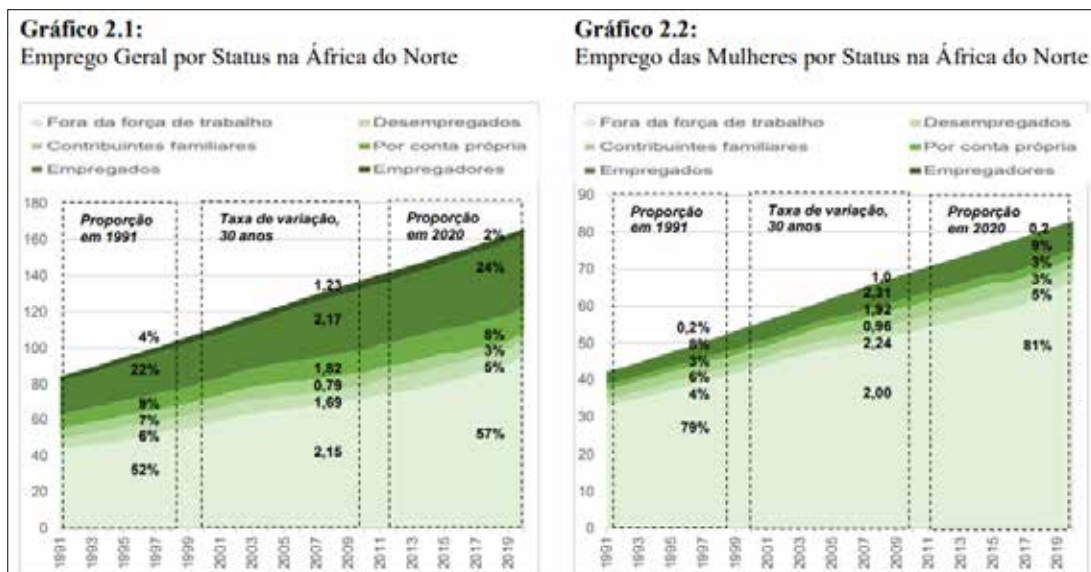


Fonte: ILO (2022).

Com base nesse conjunto de dados, podemos supor que: (a) a proletarização em geral avançou muito lentamente sob o neoliberalismo, embora em ritmo mais alto entre as mulheres; (b) a grande redução no trabalho familiar contributivo (-6%) provocou uma canalização apenas parcial de pessoas para o trabalho assalariado (+1% no total, ou +2% para as mulheres), em parte para o trabalho por conta própria (+1% geral, ou +2% para as mulheres), e principalmente para fora da força de trabalho, especialmente entre os homens (+4% no total, ou +2% para as mulheres); (c) a pequena burguesia, como empregadora, não aumentou sua proporção global e permaneceu concentrada entre os homens; (d) o desemprego formal também permaneceu baixo e inalterado em termos proporcionais para homens e mulheres.

As tendências sub-regionais revelam variações nesse quadro geral. Em 2020, o nível mais alto de proletarização estava na África do Norte e Austral, com 24% da força de trabalho total em ambas as regiões. No entanto, no Norte da África, a proletarização é muito baixa entre as mulheres (9%), indicando que se encontra altamente concentrada entre os homens, enquanto na África Austral essa concentração é menor, pois aí, entre as mulheres, 18% são proletarizadas (gráficos 2.1, 2.2). Ao mesmo tempo, a polarização entre proletarização e exclusão da força de trabalho é maior na África do Norte, onde 57% da população em idade ativa está fora da força de trabalho, situação ainda mais dramática entre as mulheres, com 81%. Na África do Norte, todas as categorias intermédias para mulheres e homens — desempregadas e desempregados, trabalhadoras e trabalhadores familiares contribuintes e trabalhadoras e trabalhadores por conta própria — são de dimensão muito inferior (juntos, os dois gêneros representam apenas 16% da força de trabalho total, ou 11% entre as mulheres), ao passo que também a pequena burguesia está muito concentrada entre os homens.

Tendências da situação de emprego na África do Norte — 1991-2020



Fonte: ILO (2022).

Na África Austral (gráficos 3.1, 3.2), 34% do total da população em idade ativa está fora da força de trabalho, taxa que aumenta para 38% entre as mulheres, seguindo-se o trabalho por conta própria, com 26% para homens e mulheres, que se aproxima das médias

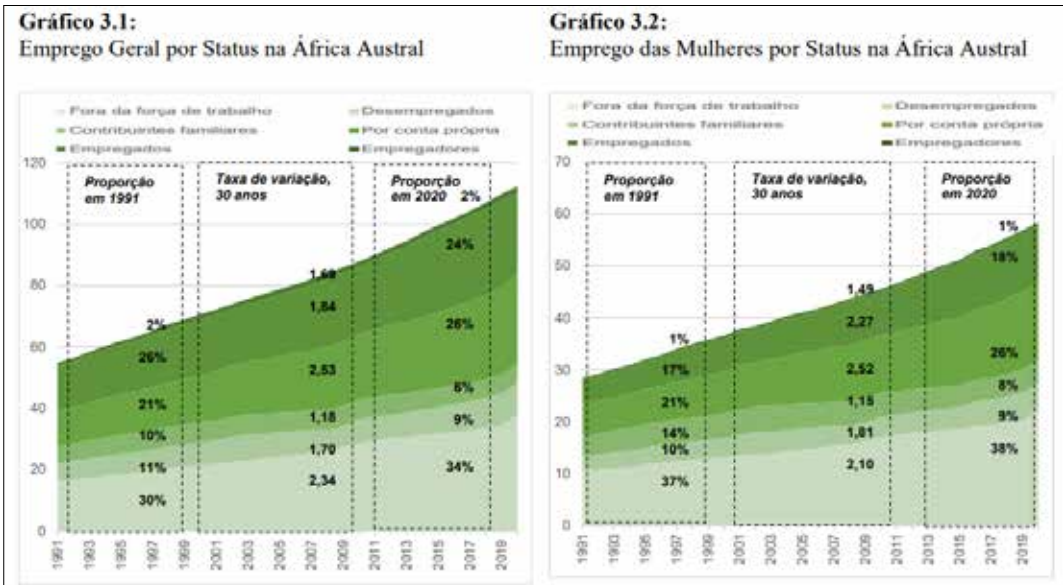
Foto: SunshineSeeds/Depositphotos



Trabalhadores em mina de platina de Joanesburgo, África do Sul, agosto de 2008

continentais, e um nível mais baixo de desempregados formais e familiares contribuintes, de 15% da força de trabalho total, ou 17% entre as mulheres. A proporção da pequena burguesia é igual à média continental para homens e mulheres. Em outras palavras, apesar de um nível de proletarização ainda mais alto em relação à maioria das outras regiões, a noção de uma questão de trabalho excepcional na África Austral erodiu na medida em que se evidenciam níveis comparáveis de trabalho por conta própria, trabalho fora da força de trabalho e presença da pequena burguesia.

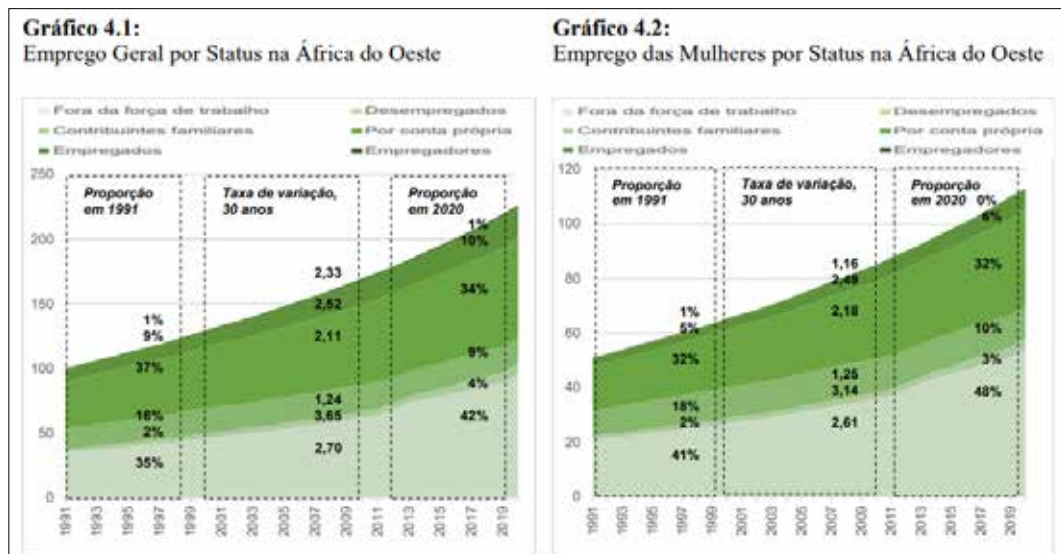
Tendências da situação de emprego na África Austral — 1991-2020



Fonte: ILO (2022).

A África Ocidental (gráficos 4.1, 4.2), em contraste, tem o nível mais baixo de proletarização, abaixo da média continental, com 10% da força de trabalho total, e tão baixo quanto 6% entre as mulheres. Porém, nessa região, um declínio maior, de 7% do total de familiares contribuintes — correspondendo a um declínio de 8% entre as mulheres —, juntamente com um declínio de 3% entre os trabalhadores por conta própria, concentrado entre os homens, foi canalizado em parte (+2%) para o desemprego, mas principalmente para aqueles fora da força de trabalho, categoria que ganhou 7% para homens e mulheres. O tamanho da pequena burguesia também está abaixo da média continental e também concentrado entre os homens.

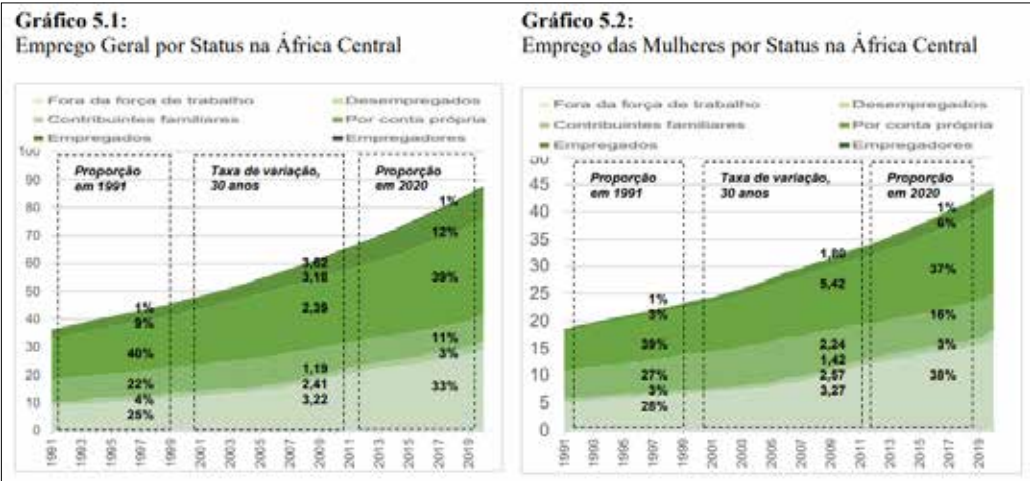
Tendências da situação de emprego na África do Oeste — 1991-2020



Fonte: ILO (2022).

A África Central (gráficos 5.1, 5.2) tem um nível de proletarização semelhante ao da África Ocidental, com 12% da força de trabalho total e 6% entre as mulheres. No entanto, a África Central registra a maior taxa de proletarização entre as mulheres, com um aumento de cinco vezes (5,42), ou o dobro da taxa média continental. A proporção da população total em idade ativa fora da força de trabalho é significativamente menor na África Central, 33% do total — e 38% entre as mulheres —, mas a taxa de aumento também é muito maior, 3,22 e 3,27, respectivamente, em comparação com África Ocidental (2,7 e 2,62, respectivamente). Ou seja, além do crescimento do trabalho assalariado, a população em idade ativa fora da força de trabalho tem sido a categoria que cresce em função do declínio de outras categorias, especialmente entre familiares contribuintes (-11% para homens e mulheres), acima da categoria de trabalho assalariado. Nenhuma mudança significativa ocorreu na pequena burguesia, que parece semelhante entre homens e mulheres.

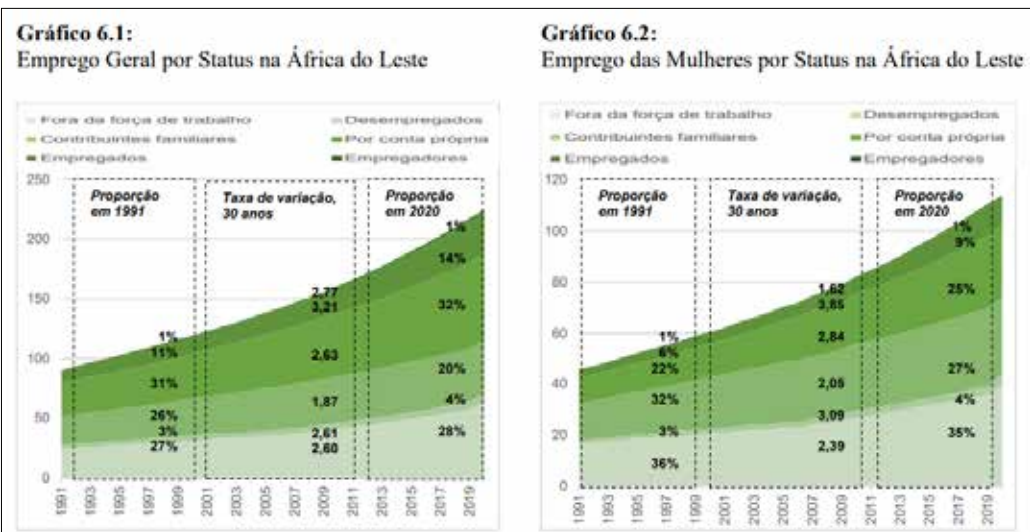
Tendências da situação de emprego na África Central — 1991-2020



Fonte: ILO (2022).

A África Oriental (gráficos 6.1, 6.2) mantém uma posição próxima à África Ocidental e Central em termos de níveis de proletarização, com 14% do total e 9% entre as mulheres. No entanto, a taxa de proletarização tem sido superior à da África Ocidental, 3,31 para a força de trabalho total, ou 3,85 para as mulheres. A categoria que novamente mais declinou é a de familiares contribuintes, 6% para a força de trabalho total e 5% entre as mulheres. No entanto, tal declínio não resultou em uma canalização significativa de pessoas para fora da força de trabalho, mas foi amplamente absorvido em parte pelo trabalho por conta própria (+1% no total, ou +3% para as mulheres) e principalmente pela proletarização (+3% para ambos, homens e mulheres). Nenhuma mudança significativa ocorreu na pequena burguesia, que novamente parece semelhante entre homens e mulheres.

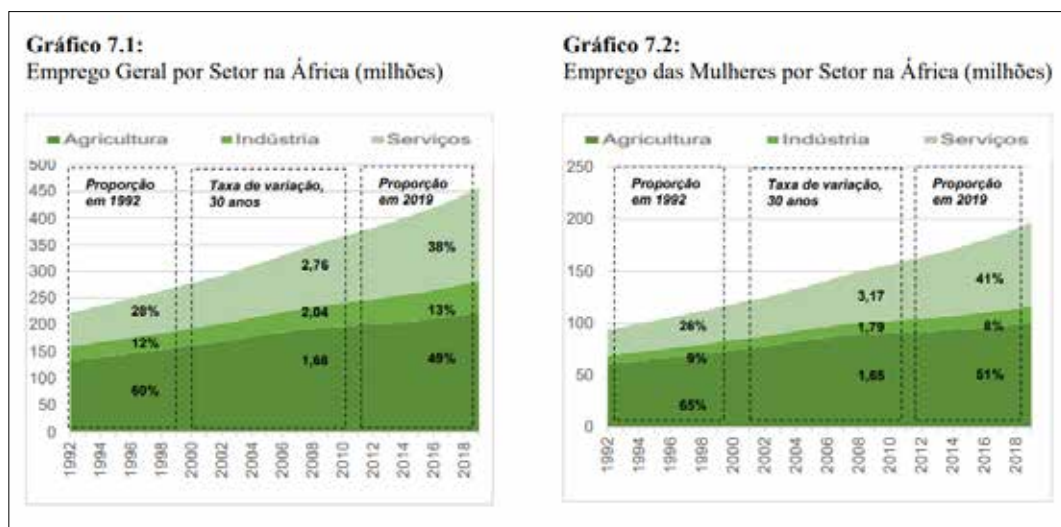
Tendências da situação de emprego na África do Leste — 1991-2020



Fonte: ILO (2022).

A distribuição setorial do emprego é ainda mais significativa. Em termos continentais, a principal mudança foi o declínio no emprego agrícola ao longo dos 30 anos, de 60% para 49% no total, que foi mais acentuado para as mulheres, de 65% para 51% (gráficos 7.1, 7.2). Esse declínio do emprego na agricultura foi canalizado quase inteiramente para os setores de serviços, que cresceram globalmente de 28% para 38%, e ainda mais entre as mulheres, de 26% para 41%. O emprego industrial em geral aumentou apenas 1%, concentrado entre os homens, dado que o emprego industrial entre as mulheres diminuiu 1%. Assim, a categoria de trabalho por conta própria, que, como mostrado acima, é a categoria para a qual a maior parte da mão de obra foi canalizada (depois da de fora da força de trabalho), está fortemente concentrada no setor de serviços. Portanto, parece também que o pequeno aumento geral da proletarianização discutido anteriormente não ocorreu no setor industrial; na verdade, como mencionado acima, para as mulheres, o emprego industrial diminuiu 1%.

Tendências da situação de emprego na África, por setor econômico — 1992-2019

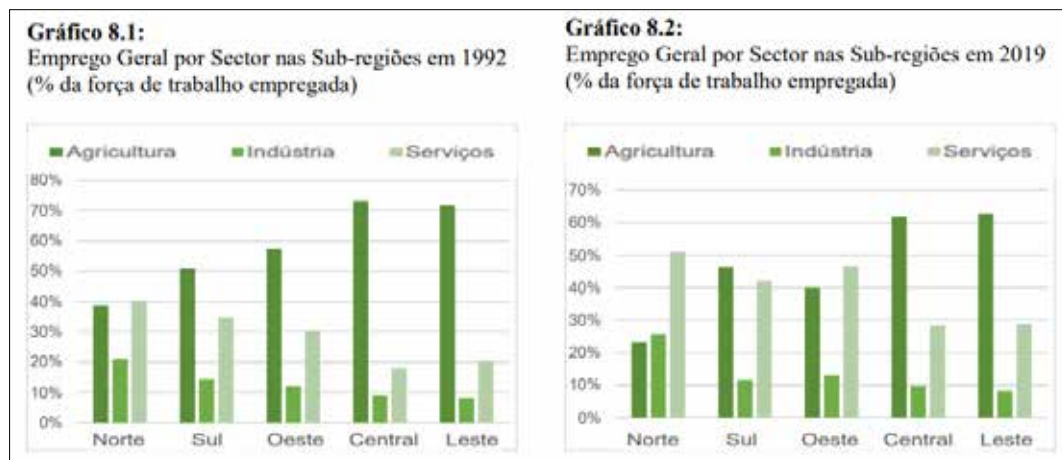


Fonte: ILO (2022).

Finalmente, a distribuição setorial do emprego entre as sub-regiões pode nos dar mais algumas pistas sobre a mudança nos padrões de acumulação (gráficos 8.1, 8.2). Em 1992, em todas as regiões, exceto no Norte da África, a agricultura era o setor de emprego dominante; apenas no Norte de África o setor de serviços era ligeiramente superior ao da agricultura em termos de emprego (mas ambos com cerca de 40%). O emprego na agricultura estava um pouco acima de 50% na África Austral e Ocidental, e acima de 70% na África Central e Oriental. O emprego em serviços na África do Norte, Austral, do Oeste, Central e do Leste situava-se em 40%, 35%, 30%, 18% e 20%, respectivamente. O emprego industrial na África do Norte, Austral, do Oeste, Central e do Leste era de 21%, 14%, 12%, 9% e 8%, respectivamente. Essa distribuição mudou drasticamente nos 30 anos seguintes, com o crescimento do setor de serviços, mas ainda de forma desigual. No Norte e Oeste da África, os serviços ultrapassaram a agricultura, atingindo 51% contra 23% no Norte da África e 47% contra 40% na África do Oeste. A África Austral parece estar se aproximando desse ponto,

dado que o emprego nos serviços, com 42%, está próximo ao emprego na agricultura, com 46%. Na África Central e Oriental, apesar do crescimento substancial do emprego nos serviços, até 28% e 29%, respectivamente, a agricultura continua a ser, de longe, o maior setor de emprego, com 62% e 63%, respectivamente. O emprego industrial cresceu principalmente no Norte da África, de 21% para 26%; diminuiu na África Austral, de 14% para 12%; aumentou marginalmente na África do Oeste e Central, de 12% para 13% e de 9% para 10%, respectivamente; e estagnou na África do Leste.

Emprego geral nas sub-regiões da África, por setor econômico — 1992-2019



Fonte: ILO (2022).

Em termos de distribuição setorial do emprego entre as regiões, portanto, podemos concluir que o Norte da África se destaca pelo nível mais alto de emprego industrial entre as regiões, o mais baixo na agricultura e, novamente, o mais alto em serviços. A África Austral e a do Oeste tornaram-se muito semelhantes na sua distribuição setorial do emprego, com níveis mais elevados e quase iguais de emprego na agricultura e serviços e níveis baixos e quase iguais na indústria. A África Central e a do Leste também têm uma distribuição setorial de emprego muito semelhante, com níveis mais altos e quase iguais de emprego na agricultura, seguidos por níveis mais baixos e iguais em serviços e níveis mais baixos e iguais na indústria.

5. OBSERVAÇÕES FINAIS ACERCA DOS DESAFIOS POLÍTICOS

Ainda há muito a dizer sobre essas tendências continentais e as comparações feitas com as demais regiões do Terceiro Mundo. O que se mostrou neste artigo é que a tendência à convergência estrutural na África, embora envolva diversas dimensões, ainda a serem verificadas, é fundamentalmente ligada ao crescimento maciço de reservas de trabalho, hoje coextensivas no continente. Os dados da OIT demonstram que todas as regiões, a despeito da sua formação colonial, tomaram o mesmo rumo no que tange a essas transformações no mundo do trabalho. Tal constatação não elimina as particularidades de cada macrorregião, porém aponta para um problema comum que se apresenta para a questão do desenvolvimento no continente no século XXI. Trata-se, de fato, de uma crise existencial que ademais

se soma às outras crises — ambientais, energéticas, alimentares — geradas pelo capitalismo monopolista nesta fase do colonialismo tardio.

Claramente, a urgência é de uma mudança radical de direção para a planificação soberana no interesse de absorver, estabilizar e melhorar o nível de reprodução social da força de trabalho, *no intervalo de uma geração*. Isso requer não *catching up*, mas “desconexão”, ou *delinking*, no sentido apresentado por Amin (1990), com o objetivo de estabelecer o equilíbrio rural-urbano de uma maneira sustentável sob as condições ambientais em transição. Isso significa o contrário de promover o êxodo rural; significa assegurar direito à terra para todos os povos rurais e urbanos e modernização da produção agrícola em pequena escala, juntamente com a industrialização rural e urbana. *A verdadeira questão para a próxima geração é como obter um planejamento central para uma economia que aposte na expansão da pequena burguesia — de micro, pequenas e médias empresas, as que mais absorvem mão de obra — juntamente com uma economia impulsionada por grandes investimentos públicos em apoio à acumulação por baixo em uma base social ampliada, e ademais com apoio cada vez maior ao cooperativismo para a aceleração da absorção da mão de obra e da tecnologia*. O crescimento do emprego industrial, em particular, teria de quintuplicar até 2050 em indústrias de pequeno, médio e maior porte capazes de absorver mão de obra, como aquelas ligadas à agricultura, que em geral continua sendo a maior empregadora em pequenas unidades de produção, bem como aquelas ligadas à transformação dos recursos minerais e à produção em larga escala de bens de consumo e de capital.

O desenvolvimento acelerado das forças produtivas levanta novamente a questão da acumulação original. Na medida em que é necessária uma força motriz para tal acumulação, a burguesia é incapaz de visão ou compromisso. Na melhor das hipóteses, frações da classe capitalista poderiam ser cooptadas por uma estratégia de acumulação introvertida em bases nacionais e regionais. Mas isso pressupõe uma forte autonomia e coordenação regional, planificação central e investimento público para uma estratégia de desenvolvimento das forças produtivas e utilidades públicas. E no que diz respeito à fonte de acumulação, não se trata mais de separar os produtores dos meios de produção — pois isso já está avançado — ou de espremer o campesinato, que não aguenta mais ser espremido. A resposta está precisamente na ruptura e na desconexão, que deve incluir autonomia monetária regional, moratória da dívida e nacionalização das finanças. Por mais doloroso que seja esse caminho no início, é o único que liberará recursos financeiros para investimentos públicos, em vez de perpetuar a transferência de riqueza, ou mesmo esperar que forças externas realizem a tarefa. A desconexão deve também incluir os setores de energia e mineração e oferecer melhores condições às economias concessionárias para viabilizar a apropriação e reversão da renda extrativista para fins de investimento público.

A força revolucionária que deve prevalecer para que tal planificação central seja obtida consiste em nada menos que as camponesas e os camponeses, as trabalhadoras e trabalhadores semiproletarizados e os povos oprimidos, especialmente as mulheres, que mais carregam o peso da semiproletarização generalizada (YEROS, 2021). Essas são as forças mais capazes de aderir à ideologia proletária e ao compromisso com a visão pan-africanista que deve orientar a planificação central e a coordenação regional para a próxima geração. A tarefa urgente para essa força política continua sendo a superação da “onguização” da política e da “pureza” ideológica, ambas patrocinadas por colonos e estrangeiros.

* Professor adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC) e membro dos bacharelados em Ciências Econômicas e Ciências & Humanidades e da pós-graduação em Economia Política Mundial. É pesquisador afiliado do Instituto Africano Sam Moyo para Estudos Agrários (Zimbábue) e editor da revista *Agrarian South: Journal of Political Economy* (SAGE-Índia). Coordena a Agrarian South Network (ASN), rede tricontinental de pesquisa, e o Coletivo Novo Bandung, sediado na UFABC. Sua pesquisa abrange temas em economia mundial e desenvolvimento, questão nacional, relações agrárias e de trabalho e África contemporânea. *E-mail*: paris.yeros@ufabc.edu.br

Agradecimentos: este artigo é resultado de um estudo iniciado durante o meu estágio de pós-doutoramento no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), a partir de 2001. As condições para esta pesquisa têm sido sustentadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), incluindo seu apoio à minha instituição de origem, o Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da UFABC. As ideias aqui apresentadas se desenvolveram nessas instituições brasileiras, em parceria com o Instituto Africano Sam Moyo, do qual sou pesquisador afiliado desde 2002, e através das pesquisas colaborativas conduzidas no âmbito da ASN em escala tricontinental. Este artigo é dedicado à professora UtsaPatnaik e ao professor Prabhat Patnaik, recém-aposentados da Universidade Jawaharlal Nehru, em Nova Déli, cuja liderança intelectual tem sido uma grande inspiração para todos nós da Rede. Agradeço também a colegas que leram versões anteriores deste artigo: Lincoln Secco, Praveen Jha, Archana Prasad, Lyn Ossome, Walter Chambati, FreedomMazwi e as (os) pareceristas da revista *Princípios*.

► Texto recebido em 30 de junho de 2022; aprovado em 15 de setembro de 2022.

AfDB; OECD; UNDP. **Perspectivas econômicas em África 2014**: as cadeias de valor globais e a industrialização de África. Abidjan: AfDB, 2014.

AMANOR, Kojo S. Global value chains and agribusiness in Africa: upgrading or capturing smallholder production?. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 8, n. 1-2, p. 30-63, 2019.

AMANOR, Kojo S.; MOYO, Sam (Ed.). **Land and sustainable development in Africa**. London; New York: Zed Books, 2008.

AMANOR-WILKS, Dede. Land, labour and gendered livelihoods in a “peasant” and a “settler” economy. **Feminist Africa**, v. 12, n. 2, p. 31-50, 2009.

AMIN, Samir. **Delinking**: towards a polycentric world. Tradução M. Wolfers. London; New Jersey: Zed Books, 1990.

_____. **Imperialism and unequal development**. New York: Monthly Review, 1977.

_____. Underdevelopment and dependence in black Africa: origins and contemporary forms, **The Journal of Modern African Studies**, v. 10, n. 4, p. 503-524, 1972.

_____. Understanding the political economy of contemporary Africa. **African Development**, v. 39, n. 1, p. 15-36, 2014.

_____. **The law of worldwide value**. Tradução B. Pierce e S. Mage. New York: Monthly Review Press, 2010.

_____. The new imperialist structure. **Monthly Review**, v. 71, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2019/07/01/the-new-imperialist-structure>>. Acesso em: 20 set. 2022.

_____. **Unequal development: an essay on the social formations of peripheral capitalism**. Tradução B. Pierce. Sussex: The Harvester Press, 1976.

ARRIGHI, Giovanni. Labour supplies in historical perspective: a study of the proletarianization of the African peasantry in Rhodesia. **Journal of Development Studies**, v. 6, n. 3, p. 197-234, 1970.

AU [African Union]. **Africa mining vision**. Addis Ababa: African Union, 2009.

BRYCESON, Deborah F.; GEENEN, Sara. Artisanal frontier mining of gold in Africa: occupational transformation in Tanzania and the Democratic Republic of Congo. **African Affairs**, v. 115, n. 459, p. 296-317, 2016.

BRYCESON, Deborah F.; JØNSEN, Jesper B. Gold digging careers in rural East Africa: small-scale miners' livelihood choices. **World Development**, v. 38, n. 3, p. 379-392, 2009.

BUSH, R. Undermining Africa. **Historical Materialism**, v. 12, n. 4, p. 173-201, 2004.

CABRAL, Amílcar. **Arma da teoria**: unidade e luta. 2. ed. Lisboa: Seara Nova, 1978. v. 1.

CARMODY, Pdraig. **The new scramble for Africa**. Cambridge; Malden: Polity Press, 2011.

CHAMBATI, Walter. **Trajectories of rural labour in Southern Africa**: revisiting the proletarianisation, semi-proletarianisation, de-agrarianisation and re-peasantisation theses. Mimeo, 2022.

_____; MAZWI, Freedom. Contract farming in Zimbabwe: review of issues, debates and practice with a special reference to cotton, tobacco and sugar. In: JHA, Praveen; YEROS, Paris; CHAMBATI, Walter; MAZWI, Freedom. (Org.). **Farming and working under contract**: peasants and workers in global agricultural value systems. New Delhi: Tulika Books, 2022. p. 127-157.

DEERE, Carmen D. Rural women's subsistence production in the capitalist periphery. **Review of Radical Political Economics**, v. 8, n. 9, p. 9-17, 1976.

DE JANVRY, Alain. **The agrarian question and reformism in Latin America**. Baltimore; London: Johns Hopkins University Press, 1981.

CORDELL, Dennis D.; GREGORY, Joel W.; PICHÉ, Victor. **Hoe and wage**: a social history of a circular migration system in West Africa. Boulder: Westview Press, 1998.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FIRST, Ruth. **Black gold**. Sussex: Harvester, 1983.

GEENEN, Sara. **African artisanal mining from inside out**: access, norms and power in Congo's gold sector. Abingdon: Routledge, 2015.

HALL, Ruth; SCOONES, Ian; TSİKATA, Dzodzi (Org.). **Africa's land rush**: rural livelihoods and agrarian change. Suffolk; Rochester: James Currey, 2015.

- ILO. **World economic and social outlook data finder**. Genève: ILO, 2022. Disponível em: <www.ilo.org/wesodata>. Acesso em: 17 maio 2022.
- JACOBS, Ricardo. An urban proletariat with peasant characteristics: land occupations and livestock raising in South Africa. **Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 5-6, p. 884-903, 2018.
- JHA, Praveen; CHAMBATI, Walter; OSSOME, Lyn (Org.). **Labour questions in the global South**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021.
- JHA, Praveen; YEROS, Paris; CHAMBATI, Walter; Mazwi, Freedom (Org.). **Farming and working under contract: peasants and workers in global agricultural value systems**. New Delhi: Tulika Books, 2022.
- JHA, Praveen; MOYO, Sam; YEROS, Paris. Capitalism and “labour reserves”: a note. In: CHANDRASEKHAR, C.P.; GHOSH, Jayati (Org.). **Interpreting the world to change it: essays for Prabhat Patnaik**. New Delhi: Tulika Books, 2017. p. 205-237.
- HILSON, Gavin; GARFORTH, Chris. “Agricultural poverty” and the expansion of artisanal mining in Sub-Saharan Africa: experiences from Southwest Mali and Southeast Ghana. **Population Research and Policy Review**, v. 31, n. 3, p. 435-464, 2012.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**, Tradução C. Iperioig. São Paulo: Proposta, 1980.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LI, Minqi. **The rise of China and the demise of the capitalist world economy**. London: Pluto Press, 2008.
- MABHENA, Clifford. Mining with a “vuvuzela”: reconfiguring artisanal mining in Southern Zimbabwe and its implications to rural livelihoods. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 30, n. 2, p. 219-233, 2012.
- MAFEJE, Archie. On the articulation of modes of production: review article. **Journal of Southern African Studies**, v. 8, n. 1, p. 123-138, 1981.
- _____. **Science, ideology and development: three essays on development theory**. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1978.
- _____. The agrarian question, access to land, and peasant responses in Sub-Saharan Africa. **Civil Society and Social Movements Programme Paper**, n. 6. Geneva: UNRISD, 2003.
- _____. **The theory and ethnography of African social formations: the case of the interlacustrine kingdoms**. Dakar: CODESRIA, 1991.
- MAMDANI, Mahmood. **Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism**. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- MANJI, Ambreena. **The politics of land reform in Africa: from communal tenure to free markets**. London; New York: Zed Books, 2006.
- MAO, Tsé-tung. Analysis of the classes in Chinese society (March 1926). **Marxists Internet Archive**, [s.d.]. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1_1.htm>. Acesso em: 20 set. 2022.
- MARTINIELLO, Giuliano; AZAMBUJA, Ricardo. Contracting sugarcane farming in global agricultural value chains in Eastern Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 8, n. 1-2, p. 208-231, 2019.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.
- MAZWI, Freedom; MUDIMU, George T.; HELLIKER, Kirk (Org.). **Capital penetration and the peasantry in Southern and Eastern Africa: neoliberal restructuring**. Cham: Springer, 2022.
- MBILINYI, Marjorie J. Agribusiness and women peasants in Tanzania. **Development and Change**, v. 19, n. 4, p. 549-583, 1988.
- MEAGHER, Kate. Working in chains: African informal workers and global value chains. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 8, n. 1-2, p. 64-92, 2019.
- MKODZONGI, Grasian. Primitive accumulation and exploitative labour relations in Zimbabwe’s artisanal and small-scale gold mining (ASGM) sector: the case of Mhondoro Ngezi. In: JHA, Praveen; CHAMBATI, Walter; OSSOME, Lyn (Org.). **Labour questions in the global South**. Singapura: Palgrave Macmillan, 2021. p. 205-224.
- MKODZONGI, Grasian; SPIEGEL, Samuel. Artisanal gold mining and farming: livelihood linkages and labour dynamics after land reforms in Zimbabwe. **Journal of Development Studies**, v. 55, p. 1-17, 2018.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.

MOYO, Sam. **African land questions, agrarian transitions and the State**: contradictions of neoliberal land reforms. Dakar: CODESRIA, 2008.

MOYO, Sam; JHA, Praveen; YEROS, Paris (Ed.). **Reclaiming Africa**: scramble and resistance in the 21st century. Singapore: Springer, 2019.

_____. The agrarian question and trajectories of economic transformation: a perspective from the South. In: REINERT, Erik S.; GHOSH, Jayati; KATTEL, Rainer (Org.). **Handbook of alternative theories of economic development**. Northampton: Edward Elgar, 2016. p. 487-503.

MOYO, Sam; JHA, Praveen; YEROS, Paris The classical agrarian question: myth, reality and relevance today. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 2, n. 1, p. 93-119, 2013.

MOYO, Sam; TSİKATA, Dzodzi; DIOP, Yakham (Ed.). **Land in the struggles for African citizenship**. Dakar: CODESRIA, 2015.

MOYO, Sam; YEROS, Paris. After Zimbabwe: State, nation and region in Africa. In: _____ (Org.). **Reclaiming the nation**: the return of the national question in Africa, Asia and Latin America. London: Pluto Press, 2011. p. 78-102.

_____. The resurgence of rural movements under neoliberalism. In: _____ (Org.). **Reclaiming the land**: the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America. London; Cape Town: Zed Books; David Philip, 2005. p. 8-64.

_____. The Zimbabwe model: radicalisation, reform and resistance. In: MOYO, Sam; CHAMBATI, Walter (Org.). **Land and agrarian reform in Zimbabwe**: beyond white-settler capitalism. Dakar: CODESRIA, 2013. p. 331-358.

MOYO, Sam; YEROS, Paris. The Zimbabwe question and the two lefts. **Historical Materialism**, n. 15, p. 171-204, 2007.

MOYO, Sam; YEROS, Paris; JHA, Praveen. Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

_____. Peasant farming in Sub-Saharan Africa: contemporary trajectories and prospects. In: BANERJEE, Arindam; CHANDRASEKHAR, C.P. (Org.). **Dispossession, deprivation and development**: essays for Utsa Patnaik. New Delhi: Tulika Books, 2018. p. 10-36.

NAIDU, Sirisha C.; OSSOME, Lyn. Social reproduction and the agrarian question of women's labour in India. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 5, n. 1, p. 50-76, 2016.

NKRUMAH, Kwame. **Class struggle in Africa**. New York: International Publishers, 1971.

OBI, Cyril. Transnationalism, Africa's resource curse and contested sovereignties: the struggle for Nigeria's Niger Delta. In: CORNELISSEN, Scarlett; CHERU, Fantu; SHAW, Timothy (Ed.). **Africa and international relations in the 21st Century**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

OBI, Cyril; RUSTAD, Siri A. (Org.). **Oil and insurgency in the Niger delta**: managing the complex politics of petro-violence. London; Uppsala: Zed Books; The Nordic Africa Institute, 2011.

O'LAUGHLIN, Bridget. Proletarianisation, agency and changing rural livelihoods: forced labour and resistance in colonial Mozambique. **ISS Working Paper Series**, n. 354, 2001.

OSSOME, Lyn. Introduction: the social reproductive question of land contestations in Africa, **African Affairs**, 2021. Disponível em: <<https://doi-org.eres.qnl.qa/10.1093/afraf/adab032>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

OSSOME, Lyn. Pedagogies of feminist resistance: agrarian movements in Africa. In: TSİKATA, Dzodzi; PRASAD, Archana; YEROS, Paris (Org.). **Gender in agrarian transitions**: liberation perspectives from the South. New Delhi: Tulika Books, 2023. No prelo.

OSSOME, Lyn; NAIDU, Sirisha. The agrarian question of gendered labour. In: JHA, Praveen; CHAMBATI, Walter; OSSOME, Lyn (Org.). **Labour questions in the global South**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021. p. 63-86.

PATNAIK, Prabhat. Capitalism and inequality. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 4, n. 2, p. 153-168, 2015.

_____. Contemporary capitalism and the world of work. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 8, n. 1-2, p. 303-316, 2019.

- _____. The concept of primitive accumulation of capital. **Marxist**, v. 33, n. 4, p. 1-9, 2017.
- _____. **The value of money**. New Delhi: Tulika Books, 2008.
- PATNAIK, Utsa; MOYO, Sam. **The agrarian question in the neoliberal era: primitive accumulation and the peasantry**. Cape Town; Dakar; Nairobi; Oxford; Dar es Salaam: Pambazuka Press; Mwalimu Nyerere Chair in Pan-African Studies; University of Dar es Salaam, 2011.
- PATNAIK, Utsa; PATNAIK, Patnaik. **A theory of imperialism**. New York: Columbia University Press, 2017.
- _____. **Capital and imperialism: theory, history and the present**. New York: Monthly Review Press, 2021.
- PRASAD, Archana. Adivasi women, agrarian change and forms of labour in neo-liberal India. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, n. 5, n. 1, p. 20-49, 2016.
- RODNEY, Walter. **How Europe underdeveloped Africa**. Dar es Salaam: Tanzanian Publishing House, 1972.
- _____. Plantation society in Guyana. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 4, n. 4, p. 643-666, 1981.
- SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis; Buenos Aires: Vozes; Clacso, 2000.
- SHIVJI, Issa G. **Accumulation in an African periphery: a theoretical framework**. Dar es Salaam: Mkukina Nyota Publishers, 2009.
- _____. **Class struggles in Tanzania**. New York; London: Monthly Review Press, 1976.
- TORVIKEY, Gertrude D. The boom and bust of industrial Cassava contract farming scheme in South-Eastern Ghana. In: JHA, P. et al. (Org.). **Farming and working under contract: peasants and workers in global agricultural value systems**. New Delhi: Tulika Books, 2022. p. 314-333.
- TSIKATA, Dsikata. Gender, land and labour relations and livelihoods in Sub-Saharan Africa in the era of economic liberalisation: towards a research agenda. **Feminist Africa**, v. 12, p. 11-30, 2009.
- _____. Gender, land tenure and agrarian production systems in Sub-Saharan-Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, n. 5, n. 1, p. 1-19, 2016.
- _____. The transmission of global norms and standards to sub-national spaces: a view of the coalface of contract farming in Ghana. In: JHA, P. et al. (Org.). **Farming and working under contract: peasants and workers in global agricultural value systems**. New Delhi: Tulika Books, 2022. p. 255-278.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Historical capitalism**. London: Verso, 1983.
- WHITEHEAD, Ann. The gendered impacts of liberalization policies on African agricultural economies and rural livelihoods. In: RAZAVI, S. (Org.). **The gendered impacts of liberalization**. London: Routledge; UNRISD, 2009. p. 37-62.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalism and slavery**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994.
- WISE, Timothy A. Failing Africa's farmers: an impact assessment of the alliance for a green revolution in Africa. **Global Development and Environment Institute Working Paper**, n. 20-01, p. 1-38, 2020.
- YATES, Douglas A. **The rentier State in Africa: oil rent dependency and neocolonialism in the Republic of Gabon**. Trenton: African World Press, 1996.
- YEROS, Paris. Elementos de um novo Bandung: para uma frente de solidariedade internacional. **ASN Research Bulletin**, n. 10, p. 26-40, Aug.-Sept. 2021. Disponível em: <www.agrariansouth.org/wp-content/uploads/2021/11/YEROS__Elementos-de-um-Novo-Bandung.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- YEROS, Paris; JHA, Praveen. Neocolonialismo tardio: capitalismo monopolista em permanente crise. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 9, n. 1, p. 78-93, 2020. Disponível em: <www.agrariansouth.org/2020/05/27/neocolonialismo-tardio-capitalismo-monopolista-em-permanente-crise>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- ZHAN, Shaohua; SCULLY, Ben. From South Africa to China: land, migrant labour and the semi-proletarian thesis revisited. **Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 5-6, p. 1018-1038, 2018.

Educação superior e América do Sul

Neodesenvolvimentismo, neoconservadorismo

Higher education and South America
New developmentalism, new conservatism

Máximo Augusto campos Masson*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.007>

Wikipedia/Creative Commons



“A educação não se vende”: financiamento estudantil e gratuidade da educação estão entre as principais bandeiras do movimento estudantil chileno, um dos mais ativos da América do Sul. Santiago, junho de 2011

RESUMO

O trabalho apresenta aspectos da trajetória da educação superior na América do Sul. Considera em sua análise a existência de demandas anteriores e atuais por ensino superior e o papel da educação superior para o desenvolvimento econômico, a superação de desigualdades sociais e a integração entre as sociedades da América do Sul. Discute iniciativas realizadas a partir das primeiras décadas do atual século e promovidas por governos de centro-esquerda eleitos após diversos governos implementarem políticas econômicas e educacionais de inspiração neoliberal. Analisa os possíveis efeitos sobre o cenário da educação superior no subcontinente decorrentes da emergência de governos ultraconservadores na região e suas tentativas de reversão de tendências de expansão do acesso ao ensino superior. Finaliza analisando potenciais desafios para a reocupação do poder governamental por partidos e frentes políticas de centro-esquerda e as ações que precisariam realizar na educação superior, em especial no caso da sociedade brasileira, dada a importância geopolítica do Brasil na América do Sul.

Palavras-chave: Educação superior. América do Sul. Política educacional.

ABSTRACT

This work describes aspects of higher education trajectory in South America. It analyzes the previous and current demands for higher education and also the role of higher education for economic development, for the overcoming of social inequalities and for integration in South America. It discusses initiatives carried out from the first decades of the current century and promoted by center-left governments elected after several governments which implemented neoliberal-inspired economic and educational policies. The possible effects on higher education caused by conservative governments are analyzed, mainly due to the reversal of higher education expansion in South America. The work ends by analyzing the challenges for new center-left governments in the educational field and the possible strategies to promote new expansion of higher education and integration between the countries of South America, considering mainly the trajectories of Brazil and its geopolitical importance in South America.

Keywords: Higher education. South America. Educational policy.

1. INTRODUÇÃO

Na conformação da modernidade — intrinsecamente vinculada à constituição do capitalismo como modo dominante de produção e fundamento ordenador das sociedades contemporâneas —, a geração e a disseminação de conhecimentos científicos e filosóficos ocuparam, progressivamente, papel de importância singular para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e para a instituição e legitimação das formas de sociabilidade e organização política predominantes a partir, sobretudo, do século XX.

As ciências, ininterrupta e ampliadamente, promoveram a exploração da natureza mediante novas tecnologias, a racionalização, sob lógica capitalista, dos processos de produção e circulação de mercadorias e a compreensão das relações sociais e do processo de individuação singulares da modernidade.

A produção e a disseminação de novos conhecimentos tornaram obrigatória a constituição de sistemas de ensino vinculados aos Estados modernos. Dado o papel desses sistemas no desenvolvimento econômico e na afirmação de dispositivos comportamentais (*habitus* de classe) do “viver moderno”, a eles foram incorporados agentes sociais de diversas classes, gêneros e etnias, de modo abrangente, porém desigual.

Não só, mas em especial, a educação superior veio a ser objeto de políticas públicas que impulsionaram as instituições por ela responsáveis. As universidades se tornaram os principais locais de formação de profissionais qualificados, se afirmando em vários países como espaços privilegiados de produção científica, filosófica e mesmo artística.

Nas sociedades capitalistas avançadas, as ciências — e suas aplicações tecnológicas e organizacionais — são cruciais para a acumulação de capital, a permanência desses países em posições centrais no sistema econômico mundial e a superação de crises conjunturais¹.

Já para as sociedades que romperam o estatuto colonial, mas permaneceram em posições dependentes e periféricas, empreender o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e ampliar a escolarização de suas populações em nível necessário à superação da condição subalterna se constituíram em dilemas, quase impossibilidades, por força das estruturas econômicas e políticas nelas configuradas.

De todo modo, independentemente do local de realização, qualquer projeto de desenvolvimento empreendido por um Estado não pode desconsiderar o caráter estratégico da educação superior, em virtude do significado econômico e político pertinente à formação de quadros qualificados que possam responder com sucesso — em particular no cenário atual — ao conjunto de problemas decorrentes das transformações e incertezas no contexto das relações internacionais.

Nesse sentido, apesar das adversidades estruturais que caracterizam a América do Sul, nela, ao longo do século XX, a educação superior foi objeto de esperanças significativas. O debate sobre as universidades como instrumento de desenvolvimento capitalista (ou de alternativas socialistas) e superação de desigualdades sociais e regionais acompanhou todo o processo de modernização da região.

¹ Após a crise econômica dos anos 1970, foi essencial na economia capitalista a reorganização dos processos de trabalho, só possível com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação.

Foto: luckybusiness/Depositphotos



Os ataques à pesquisa científica e tecnológica têm sido uma marca dos governos neoliberais

A presença do movimento estudantil nas sociedades sul-americanas — expressão dos anseios de camadas da pequena burguesia por mobilidade social e mudanças estruturais — e as recorrentes polêmicas sobre a “reforma do ensino superior” evidenciam a importância atribuída a este para o desenvolvimento da região.

2. O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sendo sempre relacionada à modernização e ao desenvolvimento, a educação superior se vincula, de alguma forma, ao tema da integração sul-americana. Se antes presente, a interseção entre desenvolvimento e integração regional contraposta à inserção subalterna no sistema internacional veio a ser ressaltada pela “globalização”.

Para não poucos, dadas as mudanças no capitalismo e no contexto mundial com o fim da URSS, essa contraposição perdeu totalmente o sentido, sobretudo quanto a efeitos no campo científico e na educação superior.

Isso implicaria a tendência à homogeneização dos sistemas e instituições da educação superior, devido à inevitabilidade da adoção de modelos “únicos”, motivada também pela velocidade inédita do internacionalizado “fluxo de conhecimentos”, devido às novas vias de comunicação. Estaria em curso há algumas décadas o sinalizado por Kerr (1990; 2005) sobre a conformação de um modelo “cosmopolita” de educação superior, implícito em iniciativas intergovernamentais de cooperação, como os pioneiros programas Erasmus, na Europa, e Umap, na Ásia, afora o polêmico Processo de Bolonha².

² O Processo de Bolonha permitia o estabelecimento de padrões comuns entre os países participantes com relação à estruturação de cursos superiores, em particular nos currículos. Acerca das principais polêmicas sobre cooperação na esfera da educação superior, veja-se Guadilla (2005).

Mas a mera transposição de formas organizacionais de ensino superior não é de todo possível. Isso se torna, de fato, inviável, pois se desconsideram os efeitos das especificidades de cada sociedade, de suas características estruturais singulares, da diversidade de interesses de classes e segmentos sociais, enfim, a história dessas sociedades. Minimizar, na proposição de políticas setoriais em uma sociedade, a importância da trajetória histórica constituinte de campos sociais, como o educacional ou o científico, é se submeter ao que Bourdieu (2004) denominou “domínio da razão imperialista”. Este tenta impor em todos os lugares do mundo modelos e paradigmas únicos de procedimentos analíticos e de políticas públicas. É também desconsiderar as observações de Ianni (2011) sobre a diversidade do mundo social em mutação.

Desde as últimas décadas do século XX, as mudanças na ordem econômica internacional repercutem diretamente no campo educacional, tanto nas sociedades capitalistas avançadas como nas situadas em posição periférica e subalterna. Os sistemas educacionais se confrontam com a necessidade de atender a demandas relacionadas diretamente a novos interesses dos capitalistas e aos mais imediatos, dos trabalhadores.

Da parte do empresariado, se demanda o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de processos de organização do trabalho, baseados em informações detalhadas e precisas, disponibilizáveis em tempo real. Quanto à força de trabalho, a princípio, demandam-se trabalhadores devidamente qualificados, disciplinados, habituados a processos avaliativos constantes e capazes de adequação ao ritmo das exigências do mercado.

A concretização desses objetivos empresariais exige, de gestores e trabalhadores, o domínio de instrumentos que lhes permitam agregar maior valor a bens e serviços. A ampliação da socialização escolar, inclusive sua extensão a níveis pós-secundários e superior, seria o elemento possibilitador desse domínio.

Os trabalhadores, de modo geral, esperam que os sistemas de ensino os instrumentalizem para poder se inserir e permanecer no mercado de trabalho. Dessa forma, teriam, ao menos em tese e de modo individual, maior capacidade de se contrapor à informalidade, à precarização do trabalho.

Essas demandas, de empresários ou de trabalhadores, aos sistemas educacionais devem ser analisadas tendo-se em conta o agravamento das instabilidades geradas desde que cenários incertos cada vez mais se fizeram presentes na realidade do “capitalismo globalizado”. Se este acentuou os desníveis entre alta concentração de capital e pauperização de amplas parcelas da população mundial, a emergência da pandemia agravou-os. Mas não só a pandemia é fator atual de intensificação da instabilidade econômica. Também contribuem decisivamente o acirramento dos conflitos internacionais, dada a confrontação da hegemonia dos EUA por distintos interesses divergentes na Ásia, Europa e Oriente Médio, e por permanecerem predominando, apesar de negadas pelas ações recentes de governos dos países capitalistas avançados, as proposições de políticas econômicas de efeitos recessivos. Esse conjunto de fatores amplia a anterior tendência ao empobrecimento de vários segmentos sociais. Concomitantemente, tendem a se tornar mais escassos os investimentos necessários ao atendimento das demandas educacionais.

Deve-se também observar que, na segunda década do século, cresceu a base de apoio a correntes políticas conservadoras, sobretudo aquelas de coloração fascista. Estas, em sua maioria, aglutinaram ao seu ideário elementos de inspiração religiosa. Notadamente, mas não exclusivamente, camadas da pequena burguesia (empobrecidas ou temerosas



Foto: Acervo Depositphotos

Os sistemas educacionais se confrontam com a necessidade de atender a demandas relacionadas a interesses dos capitalistas e também dos trabalhadores

de empobrecimento)³ se aproximaram do novo ativismo conservador, tornando os campos educacional e científico espaços de confrontação intensa e contínua. Particularmente na América do Sul, essas camadas pequeno-burguesas apoiam o conservadorismo mais estreito e antidesenvolvimentista, antinacional e antipopular⁴.

3. EDUCAÇÃO SUPERIOR, DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL

Para tentar compreender como sistemas de educação superior podem hoje atuar como elementos de desenvolvimento nas sociedades sul-americanas, deve-se ter em conta o contexto em que se entrecruzam efeitos advindos: das políticas locais de “flexibilização econômica” e “reforma do Estado” (renovadas nos últimos anos por governos conservadores); da pandemia; das possibilidades de cenário internacional multipolar; das ameaças neoconservadoras e das possibilidades de nova “onda progressista” na região. Ao mesmo tempo, é preciso considerar as problemáticas decorrentes dos processos de modernização, inclusive as provenientes da transição do “ciclo desenvolvimentista” para o “ciclo neoliberal”, o que abrange demandas provocadas pelas intervenções de novos atores no campo político e suas ações em favor da afirmação de suas identidades, inclusive as de matiz conservador.

Nesse sentido, pode-se formular uma agenda de debates sobre a educação superior que, embora de forma exclusiva, é pertinente a todos os países sul-americanos. Dela constariam os seguintes temas:

3 Momentos de instabilidade e recessão econômica podem ter consequências impensadas e catastróficas para indivíduos altamente escolarizados, levando-os a adotar posições políticas extremadas, inclusive as mais conservadoras e contraditoriamente contrárias à viabilização futura de seus próprios interesses.

4 As bases sociais de apoio ao conservadorismo de matiz fascista, predominantemente, mas não só em camadas da pequena burguesia, são encontradas em diversos locais da América do Sul, como na região boliviana de Santa Cruz de la Sierra, nas metrópoles brasileiras do Sudeste e do Sul do país, em Buenos Aires. Nesses locais predominam governos regionais direitistas.

- 1) aumento da “população universitária” para formalmente atender às demandas por quadros qualificados. Tema antigo, mas que permanece relevante, pois a América do Sul encontra-se em situação bastante contraditória. Se o número de ingressos (e egressos) em cursos superiores é proporcionalmente reduzido quando se o compara aos de outras regiões, não é incomum o desemprego, em níveis constantes e expressivos de graduados, que são instados a trabalhos menos qualificados, impulsionando a queda de valor da força de trabalho. Situação familiar até aos possuidores de titulação mais alta, como exemplifica a vida atualmente por inúmeros pós-graduados do Brasil (mesmo com pós-doutorado em instituições dos EUA e Europa);
- 2) democratização do acesso a instituições de ensino superior e viabilização da permanência nelas, objetivando a superação de obstáculos decorrentes de desigualdades sociais. Sendo grandes os contrastes entre as classes sociais, que se mesclam diferenciadamente com aspectos étnicos e de gênero, os segmentos sociais subalternos têm, na prática, o acesso ao ensino superior frequentemente vetado;
- 3) manutenção ou, principalmente, obtenção de padrões elevados de qualidade de ensino e pesquisa. Fator estratégico para o domínio e produção de tecnologia, o qual é, não raro, contraposto à expansão da educação superior ou pós-secundária;
- 4) ampliação dos investimentos na educação superior. Objeto de diversas polêmicas em virtude das possibilidades de disponibilidade de recursos públicos, da defesa da alocação destes prioritariamente na educação básica ou do financiamento condicionado à realização de metas definidas por órgãos distintos das instituições de ensino superior;
- 5) autonomia das instituições de educação superior quanto a ensino e pesquisa. Outro tema de dimensão polêmica, por envolver definição de currículos, processos de avaliação institucional e critérios de administração das instituições, inclusive escolha de dirigentes;
- 6) relação entre o setor público e o setor privado nos sistemas de educação superior e definição da situação e do papel do segundo. Tema particularmente caro a Brasil e Chile, devido ao quantitativo de suas instituições privadas;
- 7) contribuição dos sistemas de educação superior para a obtenção de condições de maior competitividade econômica. Tema também polêmico por se referir à presença direta de empresas no desenvolvimento da pesquisa científica, algo incomum na região;
- 8) intercâmbio institucional entre programas de pós-graduação e estágio de docentes e estudantes mediante a realização de acordos intergovernamentais para superar a tradição de convênios por iniciativa de interesses institucionais conjunturais;
- 9) padronização de currículos, especialmente nas áreas de engenharia, medicina e odontologia, e definição de procedimentos comuns para acreditação de diplomas;
- 10) internacionalização de cursos e instituições, inclusive sob o formato de educação a distância. Tema de grandes controvérsias, por para ele confluírem as propostas

Os cursos superiores afirmaram claramente seu papel de instrumento de ascensão social ou de conservação de posições pessoais na hierarquia social. Apesar do aumento da demanda em função da geral extensão dos percursos escolares, o ingresso na educação superior era tratado fundamentalmente como aspiração de indivíduos, e não como parte de projetos mais amplos de formação de quadros para impulsionar o desenvolvimento

de integração regional e as pressões por comercialização internacional da educação superior.

Os temas dessa agenda, presentes no todo ou em parte em programas de governos sul-americanos, são, desde os anos 1980, objeto de posicionamento de instituições inter-governamentais de grande influência, como a Unesco, o Banco Mundial, a OMC, a Cepal, entre outras, com perspectivas não raro antagônicas. Reiteradamente a Unesco sublinha a importância estratégica de investimentos diretos do Estado na educação superior, dadas as múltiplas condições da educação: ser bem público, direito de ordem individual, instrumento do exercício da cidadania e garantia de democracia. Em contrapartida, a OMC a classifica como serviço, o qual pode ser transacionado como mercadoria, inclusive internacionalmente, devendo sua oferta seguir a lógica do mercado econômico e as normas pactuadas entre governos relativas a serviços em geral.

Embora se deva observar com imprescindível atenção o debate mundial sobre a educação superior, isso não deve implicar quaisquer reducionismos que definam orientações de agências internacionais — em especial as mais representativas do grande capital — como maior fator determinante de ações de governo de países periféricos, mesmo quando estes assumem posturas explicitamente conservadoras. Agir de tal maneira seria classificar todos os agentes do campo de poder dessas sociedades como meros executores de forças externas dominantes. Esse procedimento secundariza a diversidade conflituosa dos interesses locais, que vem a ser elemento delineador final das políticas públicas⁵. Em suma, minimiza as relações locais entre as classes, as lutas de suas frações e camadas em campos como o econômico, o político, o científico e o educacional.

É nessa perspectiva que devemos atentar para a problemática implícita na agenda acima exposta e que aglutina todos os temas que a constituem. Essa problemática é a expansão

⁵ Como exemplo de tal modo de análise, podemos mencionar Leher (2004).

dos sistemas nacionais de educação superior, ou seja, a ampliação de vagas, instituições, cursos e modalidades de curso. As respostas que lhes são concernentes expressam proposições de variadas inspirações (nacional-desenvolvimentistas, neoliberais etc.), predominantes conforme as conjunturas que marcaram a América do Sul, sobretudo a partir de meados do século XX. Essas proposições definem a educação superior, seguindo-se a classificação de Tilak (2003), de modo antagônico, isto é, ou como bem público, a serviço de projeto gerido pelo Estado, ou como bem privado, de uso individual para a ascensão social ou outro desejo particular.

A modernização na América do Sul, especialmente na Argentina e Brasil, demandou quadros nas áreas de administração, planejamento e desenvolvimento tecnológico, alterando a tradição de formar advogados, médicos e, em menor escala, engenheiros, que atuavam como profissionais liberais ou na burocracia estatal.

A diversificação da oferta de cursos de graduação e as mudanças na legislação buscavam responder a demandas decorrentes dos processos de industrialização e urbanização. As principais propostas de “reforma universitária” se incluíam no rol das reformas estruturais elencadas pelo nacional-desenvolvimentismo.

Na perspectiva nacional-desenvolvimentista, não só nos países sul-americanos, mas em toda a América Latina, dada a condição frágil, subalterna e associada das burguesias locais, o Estado seria o principal indutor de desenvolvimento, centrado no mercado interno. A fragilidade dessas burguesias as impediria de ter maior envergadura econômica em termos nacionais ou internacionais.

As aspirações mais radicais de ruptura da dependência foram postas à margem nos anos 1960 e 1970 pelas ditaduras militares da região, com exceção da Venezuela e do Peru, no conturbado governo Alvarado. Como é sabido, os regimes ditatoriais privilegiaram formulações em que o capital internacional tinha proeminência, mas isso não impediu que setores empresariais, quando apoiados pelo Estado, assumissem posições expressivas em determinados setores, entre os quais o educacional. Os casos de Chile e Brasil são exemplos maiores do aumento da presença de instituições privadas na educação superior por estímulo governamental, situação mantida após o fim das ditaduras⁶.

Dado que as políticas educacionais não foram radicalmente alteradas pelos governos subsequentes à “redemocratização”, se consolidou a distinção, para não dizermos o hiato, entre escolas públicas e privadas, que se reproduziu de modo inverso na educação superior.

Estudantes das classes superiores, quase sempre mais dotados de capital econômico, cultural e social, tendem a se direcionar para cursos mais prestigiados das melhores instituições, em geral públicas e confessionais, ou para fora da região. Já os das classes subalternas costumam se encaminhar para os cursos de menor prestígio de instituições públicas, ou, como no Brasil, os oferecidos por estabelecimentos privados de baixa qualidade acadêmica.

Se a década de 1980 pareceu demonstrar os limites, sobretudo no viés da “modernização conservadora”, do nacional-desenvolvimentismo como projeto de “superação do atraso”, as tentativas de modernização por meio de estratégias neoliberais difundidas nos anos 1990 tampouco resolveram impasses históricos.

Integradas às propostas de reestruturação do Estado e redução proporcional de investimentos públicos, as “reformas da educação superior” neoliberais tiveram dois efeitos

⁶ Em outros países, como Argentina, perdurou, mesmo nos períodos ditatoriais, a predominância de instituições públicas. Mas, a partir do governo Menem (1989-1999), houve progressivo aumento de instituições particulares argentinas, conforme Azevedo (2004).



Alunos contemplados pelo sistema de cotas de acesso à universidade, importante instrumento de democratização do ensino superior

principais. Um deles já perceptível quando investimentos públicos em todos os setores se reduziram drasticamente por força da inflação crescente.

Primeiro, o favorecimento, mesmo de forma indireta, à maior presença de instituições privadas, tanto em países onde essa presença já era expressiva (casos de Brasil e Chile) como naqueles em que as instituições públicas eram quase as únicas ofertantes de ensino superior, como Argentina e Uruguai. O segundo aspecto é o diminuto papel que as instituições locais, mesmo em âmbito da pós-graduação, passaram a exercer como elemento complementar, senão do desenvolvimento, ao menos do crescimento econômico. Os cursos superiores afirmaram claramente seu papel de instrumento de ascensão social ou de conservação de posições pessoais na hierarquia social. Apesar do aumento da demanda em função da geral extensão dos percursos escolares, o ingresso na educação superior era tratado fundamentalmente como aspiração de indivíduos, e não como parte de projetos mais amplos de formação de quadros para impulsionar o desenvolvimento.

Com as eleições de Chávez (1999), Lula (2002), Kirchner (2003), Tabaré Vázquez (2005) e Morales (2006), a integração regional volta a ter efetiva relevância na pauta sul-americana⁷. Para esses governos, a criação de blocos regionais, como o Mercosul, seria estratégica para a retomada regional do crescimento econômico — mesmo diante do livre fluxo de capital em um sistema “desregulamentado” e “globalizado”⁸ — e para a obtenção de maior autonomia e capacidade de ação perante não só, mas em especial, a política externa estadunidense, estabelecendo contrapontos à tradição dos acordos bilaterais (sobretudo com os

⁷ Ainda que de forma inconstante e conjuntural, desde os anos 1930 ocorrem ações intergovernamentais na América do Sul que têm como objetivo estabelecer diálogos sobre a educação superior na região.

⁸ Amorim (2011) descreve estratégias brasileiras para alcançar um novo patamar de política externa na América do Sul.

EUA) e propostas de incorporação subalterna a blocos como o Nafta⁹. Similares seriam as ações nas esferas educacional e científica, ainda que em menor dimensão¹⁰.

É preciso observar que, embora houvesse fatores políticos favoráveis, em virtude do desgaste de governos neoliberais anteriores — especialmente no caso argentino —, e os novos governos de centro-esquerda fossem parcialmente herdeiros de visões nacional-desenvolvimentistas, não existiam, à exceção de, em parte, Venezuela e Bolívia, suficientes bases sociais politicamente preparadas para empreender processos de mudança social de maior radicalidade. Isso contribuiu para que nos dois países de maior expressão econômica da região se buscasse assegurar a governabilidade combinando a persistência parcial de princípios econômicos conservadores com políticas de combate à pobreza extrema, aumento de serviços de seguridade social, saúde e educação e elevação da remuneração da força de trabalho¹¹.

No tocante à educação superior, ainda que formalmente fosse a esta atribuída a condição de importante instrumento para desenvolvimento da soberania nacional, os novos governantes se deparavam com problemas que se opunham à concretização plena de postulações desenvolvimentistas.

O primeiro deles, em parte amenizado pela alta de preços internacionais de *commodities* na década de 2000, era a restrição, herdada de governos neoliberais, de recursos para investimentos em montante suficiente para vencer entraves ao desenvolvimento da educação superior e da pesquisa científica¹².

O segundo foi a confluência, aparentemente contraditória, do aumento das desigualdades sociais por consequência das políticas neoliberais¹³ e a extensão dos percursos escolares de segmentos das classes subalternas, os quais, passando a antever no acesso à educação superior um meio viável de mobilidade social, reivindicavam maior oferta de vagas e novas políticas relativas a ingresso e permanência no ensino superior.

Assim balizadas, as políticas de governos de centro-esquerda tenderam a responder prioritariamente às pressões diferenciadas por aumento de vagas. Pressões que, mesmo no Chile, não eram mais exclusiva ou majoritariamente de camadas mais empobrecidas da pequena burguesia, mas de segmentos urbanos proletarizados e de integrantes de povos originários — particularmente na Bolívia, no caso destes últimos —, afora as lutas pela instituição de políticas afirmativas para parcelas da população historicamente discriminadas, como os negros no Brasil.

Mesmo realizada uma maior inversão de recursos no setor público a fim de responder positivamente às novas demandas, o favorecimento do setor privado também veio a

9 O Nafta (Acordo de Livre-Comércio da América do Norte) tornou-se o símbolo da inserção subalterna e associada das economias periféricas na “nova” ordem econômica mundial, aberta com o fim da “era de Bretton Woods”.

10 Exemplos dessas ações: a Unasul e a reorientação das diretrizes da lisa e do próprio Mercosul. Um quadro das relações entre instituições educacionais e processo de integração na América do Sul até a primeira década do século XXI encontra-se em Lapsky, Schurster e Silva (2013).

11 Será significativa a inflexão na tendência histórica de desvalorização da remuneração mínima da força de trabalho ocorrida no Brasil na primeira década do século, conforme aponta Pochmann (2012).

12 Estatização de empresas estrangeiras e processos de reforma agrária de teor mais extremado não faziam parte de programas das coalizões vencedoras nos dois países mais industrializados e urbanizados da região: Brasil e Argentina. Ao contrário de situações vivenciadas na Venezuela e Bolívia.

13 Do fim dos anos 1980 até os primeiros anos do século XXI, ocorreram violentas manifestações populares em países da América do Sul, como o *caracazo* venezuelano, em 1989, e a revolta de 2001 na Argentina.

ocorrer, como exemplificam os programas brasileiros de financiamento estudantil para graduação em instituições particulares.

Em países onde os antigos sistemas partidários não foram mais capazes de construir o consenso político ou manter a dominação por vias autoritárias, emergiram movimentos sociais de base popular que respaldaram a ascensão, por via eleitoral, de governos de espectro mais à esquerda (Chávez, Morales, Correa). Estes buscaram promover processos de desenvolvimento nacional de matiz mais estatizante e de intensificação da integração regional, o que os contrapunha a forças políticas (dentro e fora de seus países) alinhadas com as diretrizes tradicionais da política externa dos EUA para a América do Sul¹⁴. Com relação à educação superior, os governos desses três países promoveram, inclusive mediante a criação ou reformulação de instituições de ensino superior¹⁵, a incorporação de segmentos sociais subalternos e historicamente discriminados, como as populações originárias do Altiplano Boliviano. Contudo, a ausência de processo de industrialização similar aos de Argentina ou Brasil foi elemento de maior dificuldade para o estabelecimento de relações mais estreitas entre instituições de educação superior e projetos governamentais de desenvolvimento. Esses descompassos levaram à intensificação de tensões com o corpo funcional das instituições universitárias, sendo a situação venezuelana exemplo significativo¹⁶.

Apesar de buscarem correlacionar democratização do acesso à educação superior e promoção da mobilidade social com desenvolvimento nacional, as iniciativas desses governos, como as de outros países do subcontinente, também se confrontaram com os efeitos da prevalência do objetivo de realização dos interesses mais imediatos de ascensão dos segmentos sociais que asseguraram as vitórias eleitorais das coalizões de centro-esquerda. Dada a posse minoritária de capital cultural dos integrantes desses segmentos, a tendência predominante foi a inserção deles em instituições ou cursos menos concorridos, em geral de ciências humanas.

Em virtude, portanto, dessas características conjunturais, os países governados por coalizões de centro-esquerda vivenciaram a permanência de dois aspectos históricos de seus sistemas de educação superior, os quais, embora distintos, se inter-relacionam.

Momentos de maior dinamismo econômico, como no final da primeira década deste século, explicitaram, como no Brasil, a escassez de graduados necessários à retomada do crescimento

¹⁴ Exceção entre esses países veio a ser o Equador, onde, após o governo de Correa, houve uma “virada à direita” sem a irrupção de golpes de Estado, mantendo-se as forças conservadoras (mas não explicitamente de extrema-direita) vitoriosas através de processos eleitorais.

¹⁵ Sobre experiências desenvolvidas na Venezuela e Bolívia, vejam-se, entre outros: Gómez (2010), Diamantino (2018) e Parra-Sandoval, Bornachera e Gonzalez (2019).

¹⁶ Tensões entre corpo docente universitário e órgãos governamentais são apresentadas em Rojas (2017).

Para o novo e extremado ativismo conservador, a educação superior nas sociedades periféricas é mercadoria de consumo individual, sem maior papel para o crescimento econômico. Demandas tecnológicas podem — e devem — ser sanadas por importação, não havendo motivos para o Estado planejar a formação de quadros ou o desenvolvimento científico

Um é a reprodução da distinção institucional que acompanha o processo de expansão da educação superior, de que é exemplo a situação brasileira¹⁷. Mesmo na Bolívia e na Venezuela, onde há instituições que priorizam determinados segmentos sociais, a valoração diferenciada de instituições e cursos termina por sobrepujar esforços institucionais ou governamentais em contrário. Igualmente, nos países como a Argentina, onde a concorrência por ingresso é minimizada, formas indiretas de seletividade discente, promotoras de evasão, contribuem para a distinção entre instituições e cursos¹⁸.

O outro é a permanência da escassez de quadros de áreas estratégicas para o desenvolvimento, como as engenharias, em virtude de fatores já mencionados. Conformam-se situações caracterizadas pelo maior número de cursos e graduados de ciências humanas. Momentos de maior dinamismo econômico, como no final da primeira década deste século, explicitaram, como no Brasil, a escassez de graduados necessários à retomada do crescimento com base no setor secundário. Por sua vez, o lento ritmo do crescimento econômico e, principalmente, a não reversão da desindustrialização, como na Argentina e Brasil, limitam a ampliação de cursos estratégicos para o desenvolvimento, gerando círculo vicioso em que os fatores se retroalimentam.

17 Por sua diversidade e extensão, as estratégias brasileiras devem ser mencionadas, inclusive o programa de apoio à expansão da pós-graduação Ciências sem Fronteiras. Porém, este, como as políticas de assistência estudantil, ampliação do sistema de bolsas para graduandos e aumento de vagas e instituições no sistema federal, para salientarmos as medidas de maior impacto, terminou sofrendo as consequências da atenção maior à mobilidade do que ao planejamento para o desenvolvimento.

18 Cursos em que a incidência de reprovação de alunos de formação escolar menos qualificada é maior (casos da Engenharia e Medicina, por exemplo) se tornam áreas em que os menos dotados de capital cultural institucionalizado (escolar) tendem a se candidatar em menor proporção, pois de antemão reconhecem as dificuldades de sucesso em suas pretensões acadêmicas. Para análises da evasão em países platinos após a reformulação de processos de ingresso em cursos superiores, veja-se Parrino (2010).

Mesmo limitadas, as perspectivas de novos rumos para a educação superior sul-americana se reduziram com a “crise dos governos progressistas” e a ascensão do conservadorismo, cuja expressão maior veio a ser Bolsonaro¹⁹. Interromperam-se as iniciativas de integração regional, revivendo-se as propostas de associação bilateral aos EUA. As aspirações desenvolvimentistas e a promoção de acesso à educação superior para os socialmente subalternos foram postergadas e ameaçadas, como no paradigmático caso brasileiro²⁰.

Para o novo e extremado ativismo conservador, a educação superior nas sociedades periféricas é mercadoria de consumo individual, sem maior papel para o crescimento econômico. Demandas tecnológicas podem — e devem — ser sanadas por importação, não havendo motivos para o Estado planejar a formação de quadros ou o desenvolvimento científico. A desconsideração para com a educação superior reafirma e intensifica as condições de dependência e seus efeitos negativos sobre as classes subalternas sul-americanas. A intenção política conservadora, contraditoriamente, ao primeiro olhar, encontra no senso comum um elemento de apoio: a persistente visão da educação superior como meio promotor de ascensão individual e, só bastante secundariamente, fator de modernização.

Em tal perspectiva, em termos econômicos, o Estado deve fomentar ou subsidiar indiretamente o setor privado. Eliminar entraves à livre ação do capital no campo educacional, mesmo a de grupos internacionais, e estimular a concorrência entre instituições, além de minimizar a oferta pública de serviços educacionais. Em termos mais estritamente políticos, reprimir, de toda maneira — com uso de forças policiais ou do Poder Judiciário —, ações passíveis de contrariar interesses do conservadorismo. O exercício do “controle ideológico” é intento a se empreender continuamente como “campanha cívica”, adotando-se, não raro, propaganda religiosa ou de “combate à corrupção”²¹.

A reversão, mesmo a médio prazo, dos efeitos do conservadorismo renovado na educação superior sul-americana é de baixa probabilidade. Mesmo que se confirmem mudanças no campo do poder no Brasil e se consolidem os novos governos de centro-esquerda no Chile, no Peru e na Bolívia, o cenário regional é obstáculo considerável. O contexto recessivo, agravado pela pandemia e por exponencial aumento das desigualdades sociais, ao contrário, contribui para que demandas imediatas de superação da pobreza extrema²² sejam postergadas em favor da resolução das provenientes de “instituições de elite” do campo educacional.

Mas nem por isso os porta-vozes dos interesses das classes subalternas estão desobrigados de equacionar formas de minimizar os danos causados pelos contínuos cortes de investimentos públicos e gerar recursos para implementar novas estratégias de desenvolvi-

19 Os golpes de Estado realizados no Paraguai, Brasil e Bolívia (este revertido, ao contrário do que ocorreu nos dois outros países), bem como a “virada à direita” de Lenín Moreno no Equador e a segunda eleição de Piñera e de Macri, indicam a provável intensidade das lutas de classe nos próximos anos na América do Sul e as consideráveis dificuldades que os agentes proponentes de projetos de superação da dependência deverão enfrentar diante de opositores locais e internacionais.

20 Expressando a menor atenção à educação superior das autoridades brasileiras após o golpe de 2016, o número de candidatos a cursos superiores no Brasil diminuiu continuamente, naturalizando-se a “opção” de jovens concluintes do ensino médio, em sua maioria das classes populares, pelo ingresso imediato no mercado de trabalho, cada vez mais informal, abandonando aspirações de inserção na educação superior.

21 Nesse sentido, são exemplares as ações policiais contra universidades públicas brasileiras e seus dirigentes, bem como contra entidades sindicais relacionadas à educação superior.

22 Segundo a Cepal (2022b), havia 52 milhões de pessoas extremamente pobres na América Latina em 2015, ano em que os governos conservadores voltam a ser constantes na região. Seis anos depois, chegou-se a 81 milhões em situação de extrema pobreza.

mento da educação superior. Por consequência, terão de delinear diretrizes que a norteiem (e, igualmente, ao desenvolvimento científico e tecnológico), possibilitando planejar ações que respondam positivamente tanto às históricas (e necessárias) aspirações de integração regional quanto, localmente, a questões peculiares a cada sociedade.

No que concerne à integração regional, novos esforços se exigirão para recuperar o Mercosul e a Unasul como espaços de definição de projetos comuns, possibilitando, afora pendências relativas à acreditação de diplomas, o intercâmbio institucional e de professores e estudantes, iniciativas compartilhadas em pesquisa, a formação de mais redes regionais e a intensificação do diálogo entre programas de pós-graduação, estabelecendo-se, inclusive, políticas de valorização de periódicos científicos da região. Também será preciso analisar, retomar e expandir experiências de criação de instituições cujo objetivo central seja o convívio internacional, como a Unila brasileira, promovendo “fluxos de conhecimento” na região não só no sentido “norte-sul”, mas também “sul-sul”.

Serão necessárias novas estratégias para assegurar a manutenção — e expansão — das instituições sob administração governamental direta; ampliação de quadros qualificados nas áreas em que estes são mais escassos — como as engenharias — e as demandas sociais, mais intensas, como a saúde; aumento de programas e projetos de pesquisa e asseguramento da permanência de estudantes em cursos de graduação e pós-graduação, atentando para particularidades de grupos étnicos específicos.

Mas, afora todos esses desafios, é preciso evitar a tendência, efeito de pressões pela satisfação de interesses historicamente desconsiderados, de ter como enfoque político maior o atendimento de objetivos imediatos das camadas de maior escolarização das classes subalternas e de interesses no campo político, igualmente mais imediatos, de parte da esquerda sul-americana, em geral de extração social-democrata.

Deve-se também ter em conta situações que escapam a anteriores análises de inspiração nacional-desenvolvimentista, inclusive aquelas análises em que emergiram visões mais críticas sobre os interesses e possibilidades de burguesias locais se confrontarem com o imperialismo, apontando-se como ideal delas o crescimento associado com manutenção da “superexploração da força de trabalho”, como salientava Marini (1977) em seu trabalho mais clássico.

Nesse sentido, é preciso observar que, contradizendo perspectiva mais reducionista e “homogeneizante” das burguesias do interior, desde meados dos anos 1990 empresas da região, sobretudo brasileiras, ampliaram investimentos diretos no exterior, fortalecendo-se como *players* no cenário internacional (BARROS; GIAMBIAGI, 2008)²³.

Apesar dos ataques, bem-sucedidos, do imperialismo estadunidense mediante ações de agentes locais alocados no Poder Judiciário²⁴, permanece ainda potencialmente importante a associação entre setores da burguesia do interior e o Estado para lutas por espaço, seja no mercado regional, seja fora da América do Sul. Embora domine e se reproduza há décadas, com objetivos empresariais, a inserção associada no cenário econômico mundial, e apesar de todos os efeitos em sentido contrário do processo de desindustrialização regional desencadeado a partir da década de 1990 e de toda a histórica tradição das meras adaptações

²³ Ao contrário da “fuga para paraísos fiscais”, disputavam posições no mercado internacional.

²⁴ São exemplos, além do caso Lava Jato no Brasil, ações semelhantes ocorridas em outros países (Equador, Argentina, Peru, Bolívia), sinalizando a presença de novos mecanismos de eliminação de concorrentes ou apropriação de recursos naturais, como, além de petróleo, o lítio.

A reprodução contínua da indefinição entre a educação superior ser prioritariamente instrumento de mobilidade social ou de desenvolvimento social tende a inibir projetos que tenham por objetivo primeiro a superação da condição dependente e periférica das sociedades sul-americanas

tecnológicas, não se podem descartar de antemão demandas, quando politicamente estimuladas, de parte do empresariado por conhecimentos científicos e tecnológicos que possam ser produzidos localmente, e não meramente adaptados.

Nessa perspectiva, há latentes possibilidades de que as instituições de educação superior, principalmente as universidades públicas, não sejam tão somente formadoras de profissionais adequados a economias de segundo plano ou fadadas a buscar inserir seus quadros de forma subalterna no campo científico internacional²⁵.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como em outras regiões, os sistemas de ensino superior dos países sul-americanos são resultantes, em última instância, das relações entre as diferentes classes sociais nos campos econômico, político e educacional. A construção de modelos institucionais ou a adaptação dos oriundos de outras sociedades sempre decorre de interesses de agentes sociais que se tornam, mesmo conjunturalmente, dominantes, notadamente no âmbito do campo político, podendo ou não exercerem diretamente o poder governamental.

Findas as ditaduras militares, conformadas democracias liberais em quase toda a América do Sul e, em especial, com a chegada ao poder de coalizões de centro-esquerda, se esperava o atendimento, ao menos minimamente, de aspirações e interesses das classes subalternas também quanto à educação superior, pois os percursos escolares de praticamente todos os segmentos sociais tinham se ampliado. Conforme a Cepal (s.d.), no início deste século, cerca de metade da população latino-americana em idade mais potencialmente demandante de ensino superior concluía a educação secundária.

²⁵ No Brasil, por décadas o país de maior expressão econômica na região, as instituições de educação superior, predominantemente privadas, oferecem majoritariamente graduação em ciências humanas, sinal da condição secundária da produção científica no país, o que foi reafirmado pela ação dos governos conservadores, em especial o de extrema-direita, que se constituíram após o golpe de 2016.

Contudo, em que pesem iniciativas promovidas, se manteve a condição subalterna do campo educacional²⁶. Contribuiu decisivamente para isso a predominância, após as ditaduras militares, de governos norteados pelo objetivo de assegurar a estabilidade monetária a partir de proposições neoliberais. Adotada como norma governamental, a contenção de investimentos frustrou expectativas de maior desenvolvimento econômico e menor desigualdade social. No intercurso entre os primeiros governos neoliberais e os da recente onda ultraconservadora, os governantes de centro-esquerda (na Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia), do ponto de vista qualitativo, não conseguiram reverter essa situação no que se refere à educação superior, apesar do aumento de ingressos ocorrido²⁷.

Em boa parte, essa não reversão pode ser atribuída ao conservadorismo acadêmico, mesmo quando este se transveste de elemento modernizador e tenta mimética e acriticamente reproduzir experiências internacionais. Mantêm-se, desse modo, fragilidades da educação superior sul-americana que obstam possibilidades de que esta venha a ser, como já assinalava Dias Sobrinho (2000), mecanismo produtor de efeitos de longo prazo.

A persistente incompreensão sobre a educação superior ser um bem público, e práticas institucionais que a tratam de fato como um bem privado, somadas, geram condições desfavoráveis para o planejamento de perspectivas de desenvolvimento da educação superior. Relegam esta última a um plano secundário diante de demandas que se afiguram ao senso comum como mais urgentes: a “segurança”, a saúde (entendida sob ótica curativa, e não preventiva), o desemprego etc.

A ausência de planos mais abrangentes, e não só orientados pela busca de respostas a problemáticas pontuais, contribui para que a oferta de cursos — e vagas — ou até mesmo a pesquisa científica venham a ser regidas por princípios tipicamente liberais, de “livre concorrência”. No campo da pesquisa, essa “lógica de mercado” se expressa na adoção acrítica do ensinar *start-ups*, em especial entre jovens recém-titulados.

A reprodução contínua da indefinição entre a educação superior ser prioritariamente instrumento de mobilidade social ou de desenvolvimento social tende a inibir projetos que tenham por objetivo primeiro a superação da condição dependente e periférica das sociedades sul-americanas e, por decorrência, das desigualdades entre as classes sociais, que as caracterizam historicamente.

Projetos com esses objetivos devem ter como orientação concomitante a associação de respostas às demandas populares por acesso à educação superior com o papel de impulsionador do desenvolvimento que esta última deveria cumprir. Para tanto, ao Estado, rompendo com todo o ideário minimalista e tendencialmente pró-recessivo sobre ações governamentais, cumpre efetivar medidas e recursos propiciadores de: crescimento planejado, quantitativo e qualitativo, dos sistemas públicos nacionais (articulando-os com os de educação básica), formando quadros qualificados sem que estes estejam sob o risco de constante ameaça de desemprego; regulação estatal dos sistemas educacionais (o que envolve diretrizes para os estabelecimentos privados hoje existentes em todos os países da região), e estreitamento das relações entre instituições de educação superior e empresas públicas, segmentos da burguesia do interior e representações — sindicais, associativas, artísticas — de trabalhadores urbanos e rurais.

²⁶ Em trabalho anterior, discutimos essa condição do campo educacional na sociedade brasileira (MASSON, 1997).

²⁷ A situação brasileira é exemplar. Em 2001, 9% da população brasileira apresentava 13 ou mais anos de escolaridade; em 2015, esse percentual tinha chegado a 17,5%, conforme dados da Cepal (2022a).

A realização desses objetivos se contrapõe à reprodução acrítica de normatizações e práticas existentes em sociedades capitalistas avançadas, desconsiderando diferenças históricas entre essas sociedades e as sul-americanas. No século XXI, não se justifica mais, em especial no tocante ao campo científico, o retorno a proposições funcionalistas da “teoria da modernização”. Segundo estas últimas, o desenvolvimento das sociedades periféricas ocorreria caso nestas se reproduzissem em diferentes campos sociais trajetórias similares às percorridas pelas sociedades capitalistas avançadas, omitindo-se os efeitos dos processos de subordinação incidentes sobre as primeiras e inexistentes nas segundas, cujo desenvolvimento se deu, entre outros meios, pela espoliação das primeiras.

A educação superior será um importante instrumento de desenvolvimento se seus pesquisadores forem também capazes de empreender trabalho investigativo integrado, mediante cooperação institucional internacional, tendo por foco principal a diversidade, em todas as suas dimensões, de demandas das sociedades em que se encontram e que possibilitam a realização de seus trabalhos.

O domínio político do neoconservadorismo favorece o isolamento das instituições de ensino, dos centros de pesquisa, de seus docentes e pesquisadores, obstruindo quase por completo o que Héglio Trindade, nos idos dos anos 1990, considerava como objetivo político nas esferas educacional e de pesquisa científica a ser permanentemente perseguido: a promoção do intercâmbio contínuo entre as instituições da região, em condições favoráveis de sustentabilidade financeira, concretizando um “*esforço de investigação cooperativo, que possa desvendar novas realidades*” (MOROSINI, 1994, p. 12).

Nessa perspectiva, é tarefa primeira a superação do neoconservadorismo e de seu ideário, que, sendo socialmente excludente, inviabiliza toda possibilidade de as sociedades sul-americanas empreenderem caminhos próprios de desenvolvimento, objetivando condições dignas de vida não exclusivamente para minorias plutocráticas. Para tal é fundamental a conformação e a consolidação de diversificado bloco de forças políticas regionais que articulem democracia, desenvolvimento e igualdade social.

* Bacharel, licenciado e mestre em Ciências Sociais e doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado de Sociologia da Educação da UFRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

► Texto recebido em 20 de junho de 2022; aprovado em 1º de julho de 2022.

- AMORIM, Celso. **Conversa com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio. Mendes. **Universidade e neoliberalismo: o Banco Mundial e a reforma universitária na Argentina (1989-1999)**. Londrina: Práxis, 2004.
- BARROS, Octavio de; GIAMBIAGI, Fábio. **Brasil globalizado**. São Paulo: Campus, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CEPAL. **Cepalstat Geoportal**. Santiago: Cepal, [s.d.]. Disponível em: <<https://statistics.cepal.org/geo/geo-cepalstat/?lang=es>>. Acesso em: 23 set. 2022.
- _____. **Cepalstat Geoportal**. Santiago: Cepal, 2022a. Disponível em: <<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html>>. Acesso em: 23 set. 2022.
- _____. Panorama social de América Latina 2021. **Claves de la Cepal para el Desarrollo**, n. 11, fev. 2022b.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GÓMEZ, Luiz Gomez et al. La educación desde los pueblos indígenas de Bolivia: análisis del proyecto de nueva ley de educación "Avelino Siñani y Elizardo Pérez", como resistencia frente a la educación para la globalización neoliberal. **Temas de Nuestra América**, São José, Universidad Nacional de Costa Rica, v. 26, n. 48, p. 117-136, 2010.
- GUADILLA, Carmen. Complejidades de la globalización e internacionalización de la educación superior: interrogantes para América Latina. **Cuadernos del Cendes**, v. 22, n. 58, enero-abril 2005, p. 1-22.
- IANNI, Octavio. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- KERR, Clark. **Os usos da universidade**. 15. ed. Brasília: Editora UnB, 2005.
- _____. The internalisation of learning and the nationalisations of the purposes of higher education: two laws of motion in conflict?. **European Journal of Education**, v. 25, n. 1, p. 5-22, 1990.
- LAPSKY, Igor; SCHURSTER, Karl; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Instituições na América do Sul: caminhos de integração**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.
- LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 867-891, out. 2004.
- LUIS, Elsy; CORTÁZAR, José Miguel; TORO, Luiz Fuenmayor. La admisión universitaria en Venezuela hasta 2007: comparación del proceso nacional CNU-OPUSU com los mecanismos universitarios de ingreso, en especial el de la UCV. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, Caracas, Universidad Central de Venezuela, v. 34, n. 1, p. 155-178, enero-junio, 2018.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. 3. ed. México-DF: Era, 1977.
- MASSON, Máximo Augusto Campos. **Campo educacional, magistério e modernidade: a situação dos professores na sociedade brasileira**. 1997. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- MOROSINI, Marília Costa. (Org). **Universidade no Mercosul**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- PARRA-SANDOVAL, Maria Cristina; BORNACHERA, Marisol Fucci; GONZALEZ, Ana Julia Romero. La inserción de la Universidad del Zulia em el proceso de internacionalización de la educación superior. **Revista Internacional de Educación Superior**, Campinas, v. 5, p. 1-19, 2019.
- PARRINO, Maria del Carmen. Deserción em el primer año universitario: dificultades y logros. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICA DEL SUR, 10., Mar del Plata, 2010. **Anais...** Mar del Plata: Universidad Nacional Mar del Plata; Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-19.
- POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ROJAS, Pedro Rodriguez; YÉPEZ, Janette Garcia. Retrospectiva de la política universitaria en Venezuela. **Voces de la Educación**. México-DF, v. 2, n. 4, p. 133-156, 2017.
- SANTOS, Diamantino. **El sentido de la educación indígena em el discurso estatal: una percepción desde las instituciones superiores**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Superior) — Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, 2018.
- TILAK, Jandhyala B. G. Ensino superior e desenvolvimento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL UNIVERSIDADE SÉCULO XXI, 1., 2003, Brasília. **Anais...** Brasília: MEC, 2003.
- TORRES, Carlos Alberto. Después de la tormenta liberal: la política educativa latino-americana entre la crítica y la utopía. In: TEODORO, Antonio (Org). **Tempos e andamentos nas políticas de educação**. Brasília: Liber Livro, 2008. p. 269-293.

A instrumentalidade do direito econômico e a reconstrução do Estado brasileiro

Dos choques neoliberais às perspectivas de um futuro soberano

The instrumentality of economic law and the reconstruction of the Brazilian State
From neoliberal shocks to perspectives for a sovereign future

MARIA BEATRIZ OLIVEIRA DA SILVA*

IGOR MENDES BUENO**

GIOVANO JOSÉ FELIPIN***

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.008>

Agência Senado



Aprovação, na Câmara dos Deputados (Brasília-DF), da Constituição de 1988, inspirada no modelo de “Constituições econômicas”, como a da República de Weimar

RESUMO

O tema central do presente artigo é a potencial instrumentalidade do direito econômico, crítico em sua origem, na afirmação de um projeto de superação do subdesenvolvimento brasileiro, no contexto dos choques neoliberais promovidos contra o Estado, buscando-se evidenciar sua historicidade e contribuições ao tema. Objetivou-se investigar sob que condições e aspectos pode o direito econômico, como disciplina jurídica da organização do espaço político econômico da acumulação, contribuir para a restauração do Estado brasileiro no atual momento histórico. Analisando o processo constituinte desde uma perspectiva materialista e dialética, visou-se desnudar as contradições situadas nesse campo em disputa a fim de apontar o enfrentamento, sem idealismos, das questões técnicas que envolvem o debate da reconstrução nacional. Entendeu-se que o resgate da perspectiva crítica do direito econômico e de sua *instrumentalidade* enquanto disciplina orientada para a transformação do espaço econômico pode contribuir de forma relevante para a reconstrução do Estado brasileiro. Para tanto, demonstrou-se quais são as tarefas preponderantes desse campo de estudo para o debate da soberania nacional e suas expressões democráticas e populares.

Palavras-chave: Direito econômico e marxismo. Reconstrução nacional. Choques neoliberais. Economia política jurídica.

ABSTRACT

The central point of this article is the potential instrumentality of economic law, critical in its origin, in the affirmation of a project to overcome Brazilian underdevelopment, in the context of neoliberal shocks promoted against the State, seeking to highlight its historicity and contributions to the theme. Our aim was to investigate under which conditions and aspects can economic law, as a legal discipline of the organization of the economic space of accumulation, contribute to the restoration of the Brazilian State in the current historical moment. Analyzing the constituent process from a materialist and dialectical perspective, the aim was to clarify the contradictions in this field in order to point out the necessity to face, without idealism, the technical issues involving the debate of national reconstruction. It was understood that the rescue of a critical perspective in economic law and its *instrumentality* as a discipline oriented to the transformation of the economic space can contribute in a relevant way to the reconstruction of the Brazilian State. In order to do so, the preponderant tasks of this field of study are demonstrated in the debate of national sovereignty and its democratic and popular expressions.

Keywords: Economic law and Marxism. National reconstruction. Neoliberal shock. Legal political economy.

1. INTRODUÇÃO

O artigo traduz algumas reflexões oriundas da linha de pesquisa “Marxismo e questão nacional”, da Rede de Pesquisadores Marxistas (RedeMarx), considerando as perspectivas advindas das teorias críticas do desenvolvimento, da crítica da economia política e do pensamento jurídico crítico. Trata-se de um esforço teórico inserido no plano jurídico, através do qual intentamos apontar contribuições ao debate sobre a reconstrução do Estado brasileiro a partir do direito econômico.

As recentes transformações estruturais do Estado brasileiro devem ser analisadas sob uma perspectiva materialista, que entenda o processo constituinte na sua dimensão de conflito político estabelecido entre as classes. Os recorrentes *choques neoliberais* direcionados contra o exercício da soberania nacional e suas afirmações democráticas e populares são fatores fundamentais dessa análise. Assim, um projeto voltado à superação do subdesenvolvimento deve enfrentar, sem ilusões, as questões técnicas: jurídicas, fiscais e administrativas. Buscamos, portanto, enfrentar a seguinte questão, dando-lhe resposta: sob que condições e aspectos pode o direito econômico, como disciplina jurídica da organização do espaço político-econômico da acumulação, contribuir para a restauração do Estado brasileiro no atual momento histórico?

O trabalho está estruturado em três partes, para além desta introdução e da conclusão. A princípio, objetiva compreender historicamente o novo choque neoliberal, suas relações com a desarticulação do Estado brasileiro e possíveis consequências quanto às condições estruturais de subdesenvolvimento e dependência. O próximo ponto do desenvolvimento se destina à observação do direito econômico enquanto disciplina jurídica da organização do espaço político-econômico da acumulação, sua caracterização e historicidade. No terceiro ponto, empreendemos um resgate da perspectiva crítica do direito econômico e discutimos sua contribuição para a reconstrução do Estado brasileiro no atual momento histórico.

Em termos de ferramental teórico e metodológico, para além do já destacado, utilizamos-nos das palavras de Kosik (2002, p.20): buscamos “desvendar, sob o mundo da aparência, o mundo real, visando à destruição da pseudoconcreticidade, para que se chegue à concreticidade”. Dessa forma, escolhemos a dialética de Marx, pois é essencialmente crítica, não se pretende falsamente neutra e, ao mesmo tempo, demonstra-se adequada, na medida em que a objetividade não é senão uma relação em que o sujeito está implicado no próprio objeto de pesquisa (LÖWY, 1978, p. 9-34). Na investigação, utilizamos fontes documentais e doutrinárias, prioritariamente.

2. OS CHOQUES NEOLIBERAIS E O DESMANCHE DO ESTADO (E DA CONSTITUIÇÃO) NO BRASIL

No campo do pensamento econômico, o que chamamos de *neoliberalismo* pode ser definido como a doutrina político-econômica militante e coerente que reafirma os valores e prescrições do liberalismo clássico, valoriza a desigualdade, funda a riqueza no mercado financeiro e indica uma série de medidas concretas para alcançar seus propósitos. Entre essas medidas, destacamos a abolição de qualquer forma de planificação econômica, a desregulamentação dos mercados, a atuação do Estado apenas em áreas mínimas e de “consenso” entre os indivíduos, a extinção de políticas de bem-estar social, a desregulamentação trabalhista e

a criação de desemprego estrutural para enfraquecer o poder sindical e baratear a produção, as privatizações maciças, o combate à inflação e o ajuste fiscal do Estado para a formação de superávits necessários ao pagamento de credores (SILVEIRA, 2009, p. 72).

Nas sintéticas palavras de Leda Paulani, o neoliberalismo se constitui em um “projeto de destruição”. Mais do que isso, resgatando a obra de Naomi Klein, Paulani bem recorda que a história do livre mercado contemporâneo foi escrita com *choques*, ou seja, com a exploração de momentos de crise para a tentativa de implementação de um “capitalismo puro”, auxiliada sempre por expedientes violentos (PAULANI, 2022, p. 357). De fato, o próprio surgimento do neoliberalismo enquanto força político-ideológica de relevância¹ se deu como resposta a um contexto de intensas e generalizadas crises estruturais e sistêmicas do capitalismo durante os anos 1970. Assim, as prescrições neoliberais foram inicialmente implementadas nos países centrais, pretendendo fazer ruir as políticas de inspiração keynesiana que nortearam as economias desses países durante a chamada “era de ouro do capitalismo” (SILVEIRA, 2009, p. 59-63).

Não tardou, todavia, para que o neoliberalismo passasse a ter influência em todos os continentes e a ser também disseminado nos países periféricos, como imposição dos países centrais na forma de condicionantes para a concessão de auxílios econômicos e políticos². Naqueles países, especialmente os latino-americanos, o receituário econômico neoliberal fez ruína das estratégias desenvolvimentistas que prevaleceram na região desde os anos 1930 e que tinham seu eixo principal no papel central do Estado enquanto agente econômico ativo, indutor e planejador do processo de desenvolvimento³.

Diante desse contexto, o caso brasileiro é emblemático. No plano político, o neoliberalismo entrou definitivamente no Brasil durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e foi aprofundado nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). A tônica desses governos era explícita — a estrutura do Estado brasileiro, tida por eles como “atrasada” e “ineficiente”, necessitava de uma profunda reforma para a “modernização” da economia sob os novos ventos liberalizantes. Nesse sentido, foi exemplar a manifestação de Cardoso, então recém-eleito presidente da República, em seu “Discurso de despedida do Senado Federal”: a transição a ser promovida pelo futuro governo representaria o “fim da era Vargas”, de seu “modelo de desenvolvimento autárquico e seu Estado intervencionista” (CARDOSO, 1995, p. 26).

Em seu conjunto, os governos neoliberais dos anos 1990 promoveram uma primeira onda de profundas reformas liberalizantes, desregulamentações, flexibilização de direitos

1 Embora se tenha convencionado que a história do neoliberalismo começa nos anos 1930, encontrando sua “certidão de batismo” na chamada Sociedade Mont Pèlerin, constituída em 1947, suas origens mais remotas podem ser encontradas já em 1836, com a criação “involuntária”, por John Stuart Mill, do constructo do *homo economicus* (PAULANI, 2022, p. 359). De todo modo, os teóricos neoliberais, dos quais os mais destacados são Friedrich von Hayek, Karl Popper, Ludwig von Mises e Milton Friedman, permaneceram relativamente marginalizados até o surgimento do contexto de crises que, a partir dos anos 1970, conformaram as condições objetivas para a implantação das suas prescrições nas economias nacionais (SILVEIRA, 2009, p. 59).

2 Para tanto, o chamado Consenso de Washington, conjunto de prescrições fruto de uma reunião de organismos financeiros internacionais ocorrida na capital estadunidense em novembro de 1989, foi fundamental para organizar o receituário básico de medidas liberalizantes a serem seguidas especialmente pelos países periféricos como condição para a renegociação de dívidas externas ou a concessão de novos empréstimos (SILVEIRA, 2009, p. 63-67).

3 Para um bom apanhado sobre o conceito de *desenvolvimentismo*, de *Estado desenvolvimentista* e de suas experiências históricas concretas, veja-se o estudo de Fonseca (2015).



Retrato de Washington Peluso Albino de Souza (1917-2011), jurista brasileiro disseminador dos estudos de direito econômico no Brasil, na galeria de diretores da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte

sociais e enxugamento do aparato de Estado elaborado para a construção dos projetos de desenvolvimento das décadas anteriores⁴. Entretanto, havia um óbice importante a ser superado para a implementação das medidas pretendidas por esses governos, sobretudo os de Cardoso: a Constituição de 1988.

Há muito temos defendido, no campo da teoria constitucional, a necessária leitura da Constituição sob uma perspectiva materialista e dialética⁵ do Estado e do próprio direito, em negação da típica postura idealista que ronda a disciplina. Somente assim podemos compreender a Constituição tanto como um elemento fundamental à estruturação da *forma jurídica* no capitalismo como também em sua íntima relação com as disputas concretas de poder que se dão no interior do Estado capitalista, entendido este como a *condensação material de uma correlação de forças*⁶.

A Constituição de 1988, nesse sentido, foi a resultante tanto de uma conjuntura específica dos conflitos de classes que se travavam no Brasil à época da redemocratização⁷, entre os anos 1970 e 1980, como também de um acúmulo histórico representado pelo modelo de Estado construído durante o ciclo de governos desenvolvimentistas. O quadro específico de conflitos estabelecidos no processo constituinte de 1986-1988, através da relativa inserção e unidade dos movimentos populares, grupos políticos e partidos de esquerda na Assembleia Nacional Constituinte, foi capaz de imprimir à Constituição uma série de avanços democráticos, materializados em direitos e garantias individuais e sociais (LIMA, 2009, p. 306). Ao final do processo constituinte, pode-se dizer que a Constituição promulgada em 1988 somou a uma vasta carta de direitos individuais e sociais as estruturas basilares do modelo de *Estado desenvolvimentista* construído durante as décadas anteriores.

⁴ O já citado trabalho de Silveira (2009) nos oferece uma boa síntese da amplitude e da profundidade das reformas liberais promovidas nesse período.

⁵ Veja-se, nesse sentido: Bueno e Silva (2014); Bueno (2018); e Palar, Bueno e Silva (2020).

⁶ O conceito é desenvolvido por Poulantzas (2000).

⁷ Sobre as forças políticas e a correlação de forças na Assembleia Nacional Constituinte de 1986-1988, veja-se o trabalho de Lima (2009).

Por sua redação original, a Constituição de 1988 prescreveu um modelo de Estado orientado para a transformação das estruturas sociais, o que já é destacado por seu artigo 3º, que estabelece como objetivos da República a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza, da marginalização e das desigualdades sociais e regionais. No título VII (“Da ordem econômica e financeira”), foram sistematizados importantes princípios, competências e instrumentos do Estado para o planejamento e a intervenção no domínio econômico, dispondo também sobre políticas de desenvolvimento urbano, política agrícola e reforma agrária, além da regulação do sistema financeiro nacional. O tema da ordem econômica não ficou, entretanto, restrito a esse título, compreendendo também diversas outras regras dispersas ao longo do texto. Nas palavras de Daniel Gelcer, há uma “clara ideologia desenvolvimentista adotada em nossa Constituição”, que identifica os problemas estruturais do Brasil (concentração de renda, pobreza, marginalização de boa parte da população, desigualdades sociais e regionais etc.), atribuindo ao Estado o objetivo de solucioná-los (GELCER, 2013, p. 108).

O desmonte dessa estrutura de Estado devia passar, portanto, pelo desmonte da própria Constituição. Um arsenal de emendas constitucionais foi forjado para atingir as disposições sobre a ordem econômica e permitir a intensificação do processo de privatizações, desregulamentações e abertura ao ingresso de capital estrangeiro no país. Além de outras medidas, o conjunto de emendas constitucionais de nºs 5 a 9, todas de 1995, rompeu com monopólios públicos estratégicos, como os dos serviços de gás canalizado e exploração de petróleo, gás e hidrocarbonetos fluidos; extinguiu o conceito jurídico de *empresa brasileira de capital nacional* e a previsão de tratamento favorecido a essas empresas; e extinguiu a reserva, em favor da União ou das empresas sob seu controle acionário, da exploração dos serviços de telecomunicação, permitindo a privatização do setor. Mais tarde o modelo de gestão pública foi atingido pela EC nº 19/1998, que implantou a chamada *reforma gerencial* do Estado, transplantando mecanismos da iniciativa privada para a administração pública, flexibilizando o regime jurídico de servidores públicos e criando as chamadas “agências reguladoras”.

O desmonte constitucional mencionado acima abriu portas para um processo até então sem precedentes de venda de empresas e outros ativos do Estado, através do Programa Nacional de Desestatização (PND)⁸, além de outras modalidades de privatização. Para além disso, todavia, a via da reforma constitucional também foi utilizada para a retirada de direitos sociais, como foi o caso da ampla reforma da Previdência promovida pela EC nº 20/1998. Ainda durante essa época foram tomadas as primeiras medidas com o objetivo de impor uma política de equilíbrio orçamentário a todos os entes da Federação, de modo a cristalizar as políticas de austeridade fiscal, com foi o caso da edição da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (lei complementar nº 101, de 2000).

Apesar da diversidade das medidas implantadas no Brasil durante os governos da década de 1990, sobretudo os de Cardoso, que no seu conjunto caracterizam a intensidade

⁸ Criado por medida provisória (MP nº 155, de 1990) editada por Fernando Collor de Mello, e posteriormente convertida na lei nº 8.031, de 1990. Mais tarde, o programa foi reeditado, também por medida provisória (MP nº 1.481-52, de 1997), convertida na lei nº 9.491, de 1997. Importa destacar a criação e reedição desse programa por medida provisória, instrumento legal que, por seu recorte constitucional, deveria se limitar a medidas de caráter excepcional e urgente, o que, por óbvio, nada tem a ver com a estruturação de uma base legal para permitir a alienação de ativos públicos estratégicos. A utilização enviesada desse instrumento legal para permitir o processo de privatizações demonstra também o caráter abrupto e antidemocrático da implementação das medidas neoliberais que caracterizam o *choque* neoliberal, como definido por Paulani.

Impõe-se, a par de uma agenda política e do acúmulo de forças sociais em torno da reconstrução de um projeto de desenvolvimento, também uma agenda de pesquisa que retome o debate sobre o desenvolvimento nacional e dê conta de fornecer bases sólidas para a restauração do Estado brasileiro com vistas à superação do subdesenvolvimento do país e de sua condição periférica e dependente

do avanço neoliberal do período, entendemos que os principais eixos do desmonte do Estado brasileiro concentravam-se, além da reforma administrativa que transformou a lógica de atuação estatal, no grande arcabouço de medidas para o aprofundamento do processo de privatizações e na imposição de um duradouro controle de gastos públicos. Estes últimos aspectos seriam ainda retomados e intensificados naquilo que podemos caracterizar como uma segunda onda neoliberal ou um *novo choque* neoliberal no Brasil, e que segue atualmente em pleno curso.

A deposição ilegal de Dilma Rousseff por meio do golpe parlamentar de 2016⁹ teve entre suas razões a imposição de um novo choque neoliberal, com o resgate de uma agenda neoliberal “puro-sangue”, inicialmente marcada pelo programa “Uma ponte para o futuro”, de Michel Temer (PMDB, 2015), e posteriormente aprofundada pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-). Assim, o período de relativo arrefecimento do neoliberalismo durante os governos petistas de Lula da Silva e Rousseff, entre 2003 e 2016, conhecido também como *neodesenvolvimentismo*¹⁰, deu lugar à retomada de uma onda de privatizações, de políticas de austeridade e de retirada de direitos sociais.

Esse novo choque neoliberal atualmente em marcha no Brasil consiste, assim, no restabelecimento e aprofundamento do processo de desmonte do Estado brasileiro que teve

⁹ Para uma boa caracterização do golpe parlamentar de 2016 e suas razões, veja-se a coletânea de textos reunidos em Jinkings, Doria e Cleto (2016) e a segunda parte da coletânea apresentada em Boito Jr. (2018, p. 211-302).

¹⁰ Sobre a caracterização do chamado *neodesenvolvimentismo* e do período neodesenvolvimentista no Brasil, veja-se a primeira parte da coletânea de textos reunidos em Boito Jr. (2018, p. 19-210).

curso nos anos 1990. O Programa Nacional de Desestatização foi revigorado através do chamado Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)¹¹, intensificando as privatizações e alienações de ativos públicos; empresas estatais altamente estratégicas, tais como a Petrobras e suas refinarias, a Eletrobrás, a Ceitec S.A. e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, entraram na pauta de desestatizações ou sofreram ameaça de privatização; a retirada de direitos sociais foi também intensificada, processo em que se destacam a “reforma” trabalhista, com profundas alterações na Consolidação das Leis do Trabalho¹², e uma nova e ampla reforma do sistema previdenciário, pela EC nº 103, de 2019. Outro grande destaque desse período foi a constitucionalização da austeridade fiscal através do chamado Novo Regime Fiscal, pela EC nº 95, de 2016, que estipulou um teto de gastos sociais e de investimentos públicos por 20 anos. Na prática, e como bem aponta Bercovici (2018, p. 52), esta última medida suspende a Constituição de 1988 no que diz respeito aos direitos sociais.

Como resultado das políticas neoliberais, o país passou desde os anos 1990 por um intenso processo de financeirização da economia, com favorecimento do rentismo em detrimento do investimento nos setores produtivos, o que foi acompanhado de uma maciça desindustrialização e estagnação econômica, com baixos níveis de investimento e crescimento, e do aumento do desemprego (SILVEIRA, 2009, p. 150-153). A par das consequências econômicas e sociais, o aparato de Estado brasileiro e sua capacidade de organização do espaço político-econômico e de indução do desenvolvimento foram aos poucos desmantelados junto com a Constituição da República de 1988, em sucessivos processos de “reformas”, privatizações, desregulamentações e, mais recentemente, ainda, pela constitucionalização de medidas ferrenhas de austeridade fiscal. Do ponto de vista da condição do Brasil como país periférico e dependente, o neoliberalismo promoveu nossa inserção subordinada no cenário internacional da chamada globalização, implicando a interrupção do processo de internalização dos centros de decisão e da autonomia do país para a tomada de decisões estratégicas, para utilizarmos os termos de Furtado (1999, p. 42).

Mesmo sem quaisquer pretensões de conceber o Estado e o direito como motor de processos revolucionários, concordamos com a economista Maria de Lourdes Mollo (MOLLO, 2015) ao compreendê-lo como um importante campo de disputa, um *locus* estratégico para a impressão de avanços e conquistas das classes subalternas, e ao julgarmos que as concepções desenvolvimentistas podem contribuir nesse processo. A história e a análise social demonstram que as lutas históricas das classes trabalhadoras e mesmo sua adesão pragmática a projetos políticos específicos conduzidos sob a hegemonia de frações de classe dominantes foram fundamentais para a conquista de direitos, para a maior inserção daquelas classes nas estruturas do Estado capitalista e, em último grau, para o seu favorecimento na relação capital-trabalho e a melhoria da organização de suas lutas. De outro lado, a agenda neoliberal carrega a marca da flexibilização de direitos, da piora na composição de forças entre capital e trabalho, da desorganização das classes subalternas e da contenção de suas demandas.

¹¹ Seguindo o padrão do Programa Nacional de Desestatização, o Programa de Parcerias de Investimentos foi criado por medida provisória (MP nº 727, de 2016), posteriormente convertida na lei nº 13.334, de 2016.

¹² Tal como apontado nas notas 8 e 11, acima, esse desmonte da legislação trabalhista foi também estabelecido por medida provisória (MP nº 808, de 2017), posteriormente convertida na lei nº 13.467, de 2017.

Portanto, diante deste cenário de verdadeiro desmanche¹³ das bases do Estado social e promotor do desenvolvimento, impõe-se, a par de uma agenda política e do acúmulo de forças sociais em torno da reconstrução de um projeto de desenvolvimento, também uma agenda de pesquisa que retome o debate sobre o desenvolvimento nacional e dê conta de fornecer bases sólidas para a restauração do Estado brasileiro com vistas à superação do subdesenvolvimento do país e de sua condição periférica e dependente. A retomada dessa agenda passa também pela reflexão sobre os instrumentos jurídicos adequados necessários a essa reconstrução com o objetivo de superação daquelas condições: e essa é a tarefa, na esfera jurídica, do campo de estudos do direito econômico.

3. AS DISPUTAS PELO SENTIDO DO DIREITO ECONÔMICO: CARACTERIZAÇÃO E HISTORICIDADE DA DISCIPLINA NO BRASIL

O direito econômico só pode ser compreendido no contexto em que surgiu e, nesse contexto, está vinculado também às transformações do constitucionalismo e da própria teoria jurídica durante o século XX. Assim, o direito econômico propriamente dito nasce na Europa no contexto da organização da chamada “economia de guerra” durante a Primeira Guerra Mundial, momento em que o direito foi demandado para cobrir zonas cada vez mais extensas da vida econômica, naquilo que ficou conhecido como “direito econômico da guerra”. Nesse período, o direito econômico foi inicialmente concebido como um direito excepcional, fruto do *dirigismo coativo* voltado para a mobilização das forças produtivas e agentes econômicos e a organização da economia necessária ao esforço de guerra (BERCOVICI, 2022b, p. 21-22; CARVALHOSA, 2013, p. 157-160).

Ao final do conflito, entretanto, o contexto político de ebulição social na Alemanha, com a vitória da esquerda social-democrata no processo constituinte, sob inspiração sobretudo das concepções de Rudolf Hilferding, causou uma alteração profunda nas estruturas constitucionais e estatais. A Constituição de Weimar (1919) somou-se à Constituição Mexicana (1917) como textos que desafiavam o campo da teoria constitucional à época. Essas constituições já não representavam mais a composição “pacífica” do modelo liberal do século XIX, mas um processo contínuo de busca pela concretização de suas prescrições, visando à emancipação política e à igualdade de direitos, incorporando também os trabalhadores ao Estado (BERCOVICI, 2022b, p. 24).

As constituições, a partir desse momento, já não eram mais documentos jurídicos “monolíticos e homogêneos”, representando unicamente as concepções da classe dominante, mas incorporavam a dimensão do conflito político no próprio texto constitucional, tornando-se também um espaço de disputas político-jurídicas. Nascia, assim, a concepção daquilo que os estudiosos do direito econômico denominam como “Constituição econômica”, entendida esta como a tendência, no campo do constitucionalismo, da internalização de questões econômicas nos textos constitucionais. De acordo com Bercovici, há ainda uma diferença fundamental que surge a partir do constitucionalismo social do século XX e que marca o debate sobre a Constituição econômica: “o fato de que as Constituições não pretendem mais receber a estrutura econômica existente, mas querem alterá-la”. Assim, uma Constituição

¹³ O termo, que nos remete a *sucata*, é utilizado por Kliass (2022) de modo muito apropriado para caracterizar o impulso no processo de destruição do Estado e de desmonte das políticas públicas durante o atual governo de Jair Bolsonaro.

econômica pretende “uma nova ordem econômica; quer alterar a ordem econômica existente, rejeitando o mito da autorregulação do mercado” (BERCOVICI, 2022a, p. 53).

A “Constituição econômica” de Weimar e seu “Estado econômico”, enquanto fenômenos sociais, abriram portas para a consolidação do direito econômico. A partir daí, seguiu-se um grande debate doutrinário sobre as concepções de direito econômico, seu objeto e sua caracterização ou não como um “ramo” do direito¹⁴. Para importante parcela dos juristas inseridos nesse debate, o direito econômico não pode ser caracterizado apenas ou simplesmente como um novo “ramo” do direito, seguindo a concepção positivista do “método exclusivamente jurídico” do século XIX. A nova concepção do papel do Estado e do direito em relação à economia exigiria entender a dimensão econômica como elemento de especificidade do direito contemporâneo, de modo que o direito econômico transcende a concepções jurídicas limitadas, sendo imprescindível para a compreensão do sistema jurídico como um todo (BERCOVICI, 2022b, p. 25). Compreender o direito econômico, portanto, exige a interpretação sistemática das normas jurídicas e a necessária integração do ordenamento jurídico. As questões que envolvem o direito econômico acabam sendo, dessa forma, muito mais complexas do que apenas a vinculação do direito à intervenção do Estado na economia, representando também um desafio à própria teoria jurídica tradicional.

Nesse contexto de compreensão do direito econômico para além da visão tradicionalista dos “ramos jurídicos”, Fábio Konder Comparato referia em clássico ensaio de 1965 que o novo direito econômico surge como o conjunto das técnicas jurídicas de que lança mão o Estado contemporâneo na realização de sua política econômica. Ele constitui assim a disciplina normativa da ação estatal sobre as estruturas do sistema econômico, seja este centralizado ou descentralizado (COMPARATO, 1978, p. 465).

Essa visão do direito econômico relacionada com a “realização da política econômica” do Estado é também base da definição da disciplina de outros importantes juristas, como Washington Peluso Albino de Souza, que foi o responsável pela introdução e difusão desse campo de estudos no Brasil já no final da década de 1940. Para ele, o direito econômico é o ramo do direito que tem por finalidade a “juridicização”, ou seja, o tratamento jurídico da política econômica e, por sujeito, o agente que dela participe. Como tal, é o conjunto de normas de conteúdo econômico que assegura a defesa e harmonia dos interesses individuais e coletivos, de acordo com a ideologia adotada na ordem jurídica. Para tanto, utiliza-se do “princípio da economicidade” (SOUZA, 1999, p. 27).

Ainda de acordo com Comparato, as técnicas de política econômica que conformariam o objeto do direito econômico compreendem tanto o tratamento jurídico do *plano* e os *organismos de planejamento* do Estado contemporâneo para o devido direcionamento da economia como também os *instrumentos de execução da política econômica*. Quanto a estes últimos, o objeto do direito econômico seria toda a gama de estruturas do Estado tanto na forma da *atuação direta* sobre o domínio econômico, por meio de normas impositivas regulamentares de toda sorte de atividades econômicas, como também *por intermédio de entidades públicas descentralizadas*, tais como empresas públicas e sociedades de economia

¹⁴ No Brasil, as distintas correntes que compõem esse debate teórico foram bem levantadas e sistematizadas por Modesto Carvalhosa em sua clássica obra *Direito econômico*, de 1973 (CARVALHOSA, 2013, p. 177-309).



Trabalhadores protestam contra o projeto de privatização dos Correios. Brasília, julho de 2021

mista (COMPARATO, 1978, p. 465-469). Nos termos de Venâncio Filho (1968), em sua clássica obra *A intervenção do Estado no domínio econômico*, a primeira forma corresponderia ao chamado “direito regulamentar econômico”, enquanto a segunda corresponderia ao chamado “direito institucional econômico”.

Bercovici (2022b, p. 30), interpretando o sentido dado por Comparato àquele “novo direito”, bem refere que *o direito econômico visa atingir as estruturas do sistema econômico, buscando seu aperfeiçoamento ou sua transformação* e que, no caso de países subdesenvolvidos e dependentes como o Brasil, a tarefa essencial do direito econômico seria a transformação das estruturas sociais *com o objetivo de superação do subdesenvolvimento*. Percebe-se, assim, a clara relação entre o direito econômico e sua “função” nos países subdesenvolvidos com o pensamento e as políticas de inspiração desenvolvimentista.

De fato, o direito econômico no Brasil não somente surge no contexto de ascensão e hegemonia do pensamento desenvolvimentista, mas também contribui grandemente para a consecução daquelas políticas. No entanto, a própria disciplina não ficou imune aos choques neoliberais que se seguiram desde os anos 1990, tal como caracterizamos acima.

Clark, Corrêa e Nascimento (2018), ao tratarem do desenvolvimento da disciplina no Brasil a partir do seu pioneiro, o jurista Washington Peluso Albino de Souza, demonstram como a expansão e a consolidação do direito econômico se relacionam diretamente com o modo como as ideias e narrativas sobre o desenvolvimento se perpetuam em determinada época histórica. Assim, os autores identificam o ápice da disciplina no Brasil entre os anos 1930 e 1980, em razão da centralidade da temática do desenvolvimento nacional sob inspiração da hegemonia do nacional-desenvolvimentismo.

Durante o período desenvolvimentista, os estudiosos do direito econômico tiveram uma profícua produção intelectual no sentido de dar subsídios jurídicos à intervenção do Estado no processo econômico, contribuindo para o trato de temas como estatutos e regimes jurídicos de empresas estatais, reflexões sobre preços e a possibilidade de tabelamento de preços públicos e privados pelo Estado, a nacionalização de setores da economia, monopólios públicos e normatização da exploração de setores estratégicos, como foi o caso da explo-

ração do petróleo. Ademais, nesse período também foram desenvolvidos os estudos sobre a questão do planejamento econômico sob a perspectiva jurídica, tornando-se tema central na doutrina do direito econômico e sendo importante objeto de estudo de Albino de Souza, que dedicou extensa obra sobre o assunto (SOUZA, 1977).

Outra contribuição particular dos estudos de direito econômico no Brasil durante o período de inspiração desenvolvimentista foi o tema da *ideologia constitucionalmente adotada*, categoria analítica desenvolvida por Albino de Souza durante os anos 1950 e que, nessa época, ganhou centralidade em sua obra. Pela chamada ideologia constitucionalmente adotada, resgata-se o contexto de disputa e conflitos ideológicos existentes na sociedade como elementos fundamentais de influência para a construção legislativa e interpretativa do fenômeno jurídico. Nas palavras do autor:

A ideologia a que nos referimos é aquela definida, em direito positivo, no Estado de direito, pela Constituição vigente, em cada época e em cada país. Por isso, a definimos como “ideologia constitucionalmente adotada”. Fica estabelecida, pois, a diferença entre esta e a que se possa entender por ideologia dos modelos teóricos tradicionais, ou seja, conjuntos de ideias, de princípios ou de teorias destinados a explicar, abstratamente, a organização social, a estrutura política e assim por diante (SOUZA, 1999, p. 32-33).

Assim, a ideologia constitucionalmente adotada — que se apresenta no mais das vezes como um “híbrido”, concreta e normativamente estabelecido a partir das “ideologias puras” — atua como categoria jurídica que, ao mesmo tempo, fundamenta a ordem econômica e impõe limites contra “voluntarismos hermenêuticos” dos aplicadores do direito (CLARK; CORRÊA; NASCIMENTO, 2018, p. 307-308).

Entretanto, como dissemos, o direito econômico não passou imune pelos choques neoliberais. Nesse sentido, todo o contexto das “reformas” do Estado, privatizações e desnacionalizações que delineamos na primeira seção, fruto dos primeiros choques neoliberais no Brasil a partir dos anos 1990, foi acompanhado também por uma deformação do direito econômico na academia. Segundo os autores citados, embora tenham restado alguns investigadores e professores preocupados com as questões atinentes à superação do subdesenvolvimento, a implementação da “regulação e dos ventos globalizantes” nos moldes neoliberais provocou uma verdadeira “mutilação” do direito econômico e de seus principais conteúdos. Do ponto de vista do objeto da disciplina, qual seja, o “tratamento jurídico da política econômica”, este se viu reduzido ao simples estudo do fenômeno da concorrência, a partir da investigação sobre a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Outro aspecto fundamental desse período foi a ascensão da chamada *análise econômica do direito* (também conhecida como *law and economics*), que adota pressupostos da economia neoclássica (racionalidade e equilíbrio dos mercados), numa pretensa garantia de cientificidade, objetividade e neutralidade como método interdisciplinar de análise jurídica¹⁵ (CLARK; CORRÊA; NASCIMENTO, 2018, p. 314).

No mesmo sentido, Gilberto Bercovici e Luís Fernando Massonetto também referem que a “morte da macroeconomia”, ou sua redução a uma única política econômica

¹⁵ Souza (1999, p. 97 ss.) resgata uma ampla e importante crítica sobre esse método, chamando a atenção sobre como sua construção se deu para “funcionar” no sistema norte-americano do *common law*, bem como sobre sua suposta “neutralidade”, revelando na verdade a influência dos valores da “ideologia capitalista” do modelo norte-americano”, e problematizando sua aplicação em sistemas jurídicos do direito escrito, como é o caso brasileiro.

científica e racional, causou impactos diretos no direito econômico. De acordo com os autores:

No lugar da disciplina crítica que surgira para suprir as insuficiências do direito público na organização do espaço político-econômico da acumulação, emergiu uma disciplina estéril, despida de qualquer potencial crítico, capaz de legitimar o padrão de dominação hegemônico no sistema mundial, mas incapaz de oferecer alternativas à dependência das nações periféricas (BERCOVICI; MASSO-NETTO, 2022, p. 36).

A perspectiva crítica do direito econômico, portanto, nas palavras de Bercovici, permite compreendê-lo como uma *economia política da forma jurídica*

Seguindo no trato histórico da disciplina no Brasil, Clark, Corrêa e Nascimento também assinalam o período que identificamos acima como do *neodesenvolvimentismo*, durante os governos petistas entre 2003 e 2016, denominado pelos autores de “reformismo fraco”. Durante esse período, embora a disciplina tenha alcançado alguns avanços pontuais, como uma faceta da regulação neodesenvolvimentista, que classificam de “crescimento modernizante”, o direito econômico não recuperou a centralidade alcançada no período anterior (CLARK; CORRÊA; NASCIMENTO, 2018, p. 315).

Se o direito econômico não pôde ser “resgatado” durante o período de relativo arrefecimento do neoliberalismo neste início de século XXI, seu desenvolvimento se vê novamente ameaçado perante o novo choque neoliberal atualmente em curso. Nesse sentido, os autores também definem o grave quadro de retomada do desmonte das estruturas do Estado após o golpe parlamentar de 2016, naquilo que chamam de *neoliberalismo de austeridade*, e que tem como principal característica a substituição da soberania popular pela soberania nos mercados, como uma “completa reconfiguração dos fins e objetivos estatais”. Para eles, o espaço para o debate teórico sobre o desenvolvimento no campo do direito econômico limita-se ainda mais diante desse quadro, de modo que o direito econômico deve se apresentar como uma disciplina apta a “denunciar os ataques aos fundamentos da Constituição econômica” (CLARK; CORRÊA; NASCIMENTO, 2018, p. 318-323). É sobre o necessário resgate dessa perspectiva crítica do direito econômico e sobre as contribuições dessa perspectiva de reconstrução do Estado brasileiro no atual momento histórico que dedicamos a seção seguinte.

4. A PERSPECTIVA CRÍTICA DO DIREITO ECONÔMICO E SUA INSTRUMENTALIDADE PARA A RECONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Compreender o desenvolvimento do campo de estudos do direito econômico, sua disciplina e sua historicidade no Brasil revela como os choques neoliberais foram decisivos

Apesar dos ataques sofridos, a Constituição de 1988 mantém a soberania econômica nacional do Estado brasileiro como princípio orientador

para a deformação do seu objeto e caracterização. Assim, as ondas liberalizantes também pretenderam fazer terra arrasada da disciplina que teve seu surgimento, no contexto dos países periféricos, ligado aos ideais de superação das condições históricas e estruturais do subdesenvolvimento e da dependência, contribuindo para a construção do Estado brasileiro enquanto agente ativo e indutor do desenvolvimento.

Perfilamo-nos, dessa forma, com aqueles autores que entendem que o problema da reconstrução do Estado e a retomada do debate sobre o desenvolvimento passam, no campo jurídico, também e necessariamente pelo resgate do potencial crítico da disciplina, de modo a restaurar seu objeto e revisitar seu caráter e suas principais categorias de análise. Nesta seção apresentamos e discutimos alguns desenvolvimentos teóricos da presente geração de pesquisadores do direito econômico que trilharam essa perspectiva crítica e que têm desenvolvido pesquisas que podem contribuir com a tarefa de restauração do Estado brasileiro no atual momento histórico.

Bercovici e Massonetto (2022), ao empreenderem a crítica ao chamado “novo direito público da economia”, entendido como o direito econômico sob influência do contexto neoliberal, fazem um importante esforço teórico no sentido de resgatar a perspectiva crítica e transformadora da disciplina. Nesse sentido, partem de um elemento que lhes parece comum a todas as definições de direito econômico: a *organização jurídica do espaço político-econômico da acumulação*. Bem lembram os autores que há um elemento “oculto”, ignorado pelas leituras de matriz liberal, que revela a natureza política e econômica dos processos de acumulação e que impacta o conceito de direito econômico: trata-se da noção de *excedente*.

A acumulação capitalista pressupõe necessariamente a formação de excedentes, traduzidos como o produto não consumido na sua própria reprodução, o que implica um problema de ordem política, ou seja, as possibilidades do que fazer com os recursos excedentários da acumulação. A existência do excedente abre, assim, um campo de conflitos sociais sobre a sua apropriação e destinação, o que diz respeito, em último grau, às formas de exercício da dominação social, da organização e da estratificação da sociedade de classes. De acordo com os autores, inspirados nas formulações de Celso Furtado sobre o problema do excedente, o direito econômico entendido como “a organização jurídica do espaço-político econômico da acumulação” acaba por incidir também nos planos analíticos da estratificação da sociedade, na distribuição do excedente e na possibilidade (ou não) de redução das desigualdades sociais e regionais a médio e longo prazo (BERCOVICI; MASSONETTO, 2022, p. 40-41).

Assim, ao refletir o problema da apropriação do excedente e da estratificação social, tal concepção de direito econômico permite desvelar o aspecto intrinsecamente político da



Fachada da Ceitec, empresa pública brasileira de semicondutores que o governo Bolsonaro tentou fechar

disciplina, ao mesmo tempo que permite também uma crítica franca àquele direito econômico “mutilado” e “esterilizado” pelo neoliberalismo de que falamos acima, produzido a partir do discurso regulatório, que toma a estratificação social e as formas de dominação decorrentes da apropriação do excedente como dados externos à disciplina. A perspectiva crítica do direito econômico, portanto, nas palavras de Bercovici, permite compreendê-lo como uma *economia política da forma jurídica*, ou seja, como a disciplina capaz de desvelar a origem social e teórica dos textos normativos e sua sistematização para a decidibilidade pela doutrina e da ação dos juristas práticos, os “operadores do direito” (BERCOVICI, 2022c, p. 90).

É nesse sentido que o direito econômico permite a reflexão sobre a necessária restauração do Estado no Brasil, com destaque para a sua instrumentalidade enquanto campo de estudos voltado à transformação da economia:

O desafio da reestruturação do Estado no Brasil envolve, assim, uma reflexão sobre os instrumentos jurídicos, fiscais, financeiros e administrativos necessários ou a disposição do Estado para a retomada do projeto nacional de superação do subdesenvolvimento. Ou seja, é tarefa preponderantemente do direito econômico, com sua característica, denominada por Robert Reich, da “dupla instrumentalidade” (*doppelte Instrumentalität des Wirtschaftsrechts*): ao mesmo tempo que oferece instrumentos para a organização do processo econômico, pode ser utilizado pelo Estado como um instrumento de influência, manipulação e transformação da economia, vinculado a objetivos sociais ou coletivos, incorporando, assim, os conflitos entre a política e a economia (BERCOVICI, 2022b, p. 32).

Resgatada a perspectiva crítica e esse caráter *instrumental* da disciplina, entendemos, não obstante e sem quaisquer pretensões de compreender o direito como um catalisador de profundas transformações sociais subversivas da lógica da reprodução do capital, que o próprio direito econômico se apresenta como um importante *campo de disputas* e de resistência, na esfera jurídica, ao fundamentalismo de mercado representado pelo neoliberalismo. Assim, resgatando ainda a dimensão do excedente e sua distribuição, Clark, Corrêa e

O papel dos juristas críticos na atualidade é sobretudo de resistência ao desmanche do Estado brasileiro e à retirada de direitos sociais, o que passa pela construção de um ferramental teórico que dê conta desse desafio e permita a criação de instrumentos técnico-jurídicos para dar concretude ao desígnio constitucional de superação do subdesenvolvimento e das amarras da dependência

Nascimento também referem que no atual momento histórico, de avanço do “neoliberalismo de austeridade”, o papel do direito econômico consiste em permanecer na sua “luta histórica pela afirmação da Constituição econômica, de uma redistribuição justa do excedente econômico, da redução das desigualdades regionais e sociais”, e que a tarefa dos estudiosos e pesquisadores do direito econômico no tempo presente é de “resistir e não padecer, em um permanente desafio equilibrista” (CLARK; CORRÊA; NASCIMENTO, 2018, p. 320-321). Também nesse sentido, Maria Luiza Feitosa refere que, diante do atual momento, “cabe aos estudiosos do direito econômico problematizar os destinos do Brasil, nos diversos setores da política econômica, para propor uma agenda de recuperação do país da condição de vulnerabilidade” (FEITOSA, 2022).

Essa tarefa, entendemos, passa também pelo resgate do ferramental teórico construído desde a época do desenvolvimento da disciplina e pelo revigoramento das categorias de análise que contribuíram para estruturar o Estado enquanto agente ativo e orientado para a superação do subdesenvolvimento. A leitura, na esfera jurídica, da Constituição econômica na perspectiva da “ideologia constitucionalmente adotada”, por exemplo, permite compreendermos que, no caso brasileiro, apesar dos ataques e deformações imprimidas na Constituição econômica de 1988 desde os primeiros choques neoliberais, esta não perdeu seu núcleo central enquanto instrumento normativo prescritor de um Estado capaz de ordenar e até mesmo dirigir o processo de reprodução do capital. Nesse sentido, Feitosa (2022) bem recorda que, apesar dos ataques sofridos, a Constituição de 1988 mantém a soberania econômica nacional do Estado brasileiro como princípio orientador (art. 170, I) a fundamentar o objetivo de promoção do desenvolvimento nacional (art. 3º, II), também inscrito constitucionalmente, integrando o mercado interno ao patrimônio nacional (art. 219) como corolário dessa soberania.

É a partir desse ferramental de análise, compreendida a *instrumentalidade* do direito econômico, que se abre um vasto campo de possibilidades aos juristas críticos para a

retomada de uma agenda de pesquisas que situe a temática do desenvolvimento como centro das preocupações em questões como as técnicas jurídicas do planejamento, a estrutura administrativa do Estado brasileiro, o regime jurídico das empresas estatais, a nacionalização e reestatização de serviços públicos e atividades econômicas, os instrumentos de financiamento de que dispõe o Estado etc. Não obstante, como mencionamos na primeira seção, apesar da diversidade de medidas que compõem os choques neoliberais desde os anos 1990, que vão do desmonte do aparato de Estado desenvolvimentista à flexibilização dos marcos regulatórios e a retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, entendemos que um dos aspectos centrais desse desmonte foi o profundo processo de desnacionalização da economia e de privatização de empresas e serviços públicos.

A recente obra do já citado professor Bercovici em coautoria com José Augusto Fontoura Costa, *Nacionalização: necessidade e possibilidades* (BERCOVICI; COSTA, 2021), é um dos principais exemplos do campo crítico do direito econômico a dar subsídios para a necessária restauração do Estado brasileiro no atual momento histórico. Através dela, e a partir de uma análise da Constituição econômica de 1988, os juristas estabelecem um objetivo claro: demonstrar não somente que a (re)nacionalização da economia brasileira é necessária, mas também que ela não encontra qualquer óbice, seja no direito brasileiro, seja no direito internacional.

Dessa forma, do ponto de vista do direito interno, resgatando o princípio da soberania econômica nacional inscrito na Constituição, os autores desafiam as tradicionais concepções privatistas da propriedade, da “segurança jurídica”, da estabilidade dos contratos ou da “subsidiariedade” da atuação do Estado na economia, geralmente utilizados como um obstáculo para a nacionalização, entendida esta como a transferência à coletividade de bens e atividades econômicas, que passam a ser utilizados no interesse coletivo. Contrapondo-se a essas concepções correntes do discurso jurídico tradicional, Bercovici e Costa demonstram que o regime constitucional de 1988 não somente autoriza, mas também exige a atuação do Estado em vários setores econômicos e sociais, podendo o Estado atuar de forma exclusiva (sob o regime de monopólios jurídicos) ou não, a depender das exigências constitucionais ou de decisão legislativa. A renacionalização do Estado brasileiro, nesse sentido, é um imperativo para a própria soberania popular:

A defesa da soberania nacional é decisiva para a construção de uma alternativa popular e democrática. A necessidade de recuperar a dimensão nacional, com a repolitização do mercado e a renacionalização da política econômica, é um pressuposto para a realização da soberania popular e o controle democrático sobre a economia. O exercício da soberania popular exige, além da liberdade, a igualdade substancial dos cidadãos, vinculada a um papel ativo do Estado na remoção dos obstáculos à sua realização, como a valorização do trabalho, a redistribuição de renda e a construção da democracia econômica, buscando o desenvolvimento de um contrapoder capaz de enfrentar efetivamente o poder do capital (BERCOVICI; COSTA, 2020, p. 99-100).

Portanto, o papel dos juristas críticos na atualidade é sobretudo de resistência ao desmanche do Estado brasileiro e à retirada de direitos sociais, o que passa pela construção de um ferramental teórico que dê conta desse desafio e permita a criação de instrumentos técnico-jurídicos para dar concretude ao desígnio constitucional de superação do subdesenvolvimento e das amarras da dependência. O resgate do direito econômico, com sua pers-

pectiva de análise crítica, considerada sobretudo a sua *instrumentalidade*, é condição *sine qua non* dessa tarefa histórica.

5. CONCLUSÃO

No início deste artigo recordamos como a hegemonização do pensamento neoliberal e sua aplicação nas formações sociais concretas se deu através de sucessivos *choques*. Longe da pretensa “neutralidade” dos métodos de análise “estritamente econômicos”, com base num constructo idealista do *homo economicus*, o objetivo sempre foi (e é) claro, expresso e militante: proclamar o reino dos livres mercados, da liberdade total do capital para o processo de acumulação e de valorização do valor. Para tanto, seria necessária a destruição abrupta das bases econômicas e sociais que sustentaram os *golden years* do capitalismo, para a qual os períodos de crise no final do século XX foram providenciais. No centro do capitalismo, o alvo foram as políticas keynesianas; na periferia, o pensamento e as estruturas sociais e políticas do nacional-desenvolvimentismo.

O fio condutor da nossa análise sobre o desmonte do Estado brasileiro desde os primeiros choques neoliberais passou também pelo desmonte da Constituição de 1988, entendida como uma Constituição econômica que prescreve a construção de um Estado ativo no plano econômico, com a tarefa fundamental de superação das estruturas do subdesenvolvimento e da dependência externa, visando à homogeneização social e à redução das desigualdades sociais e regionais. Mas, no campo jurídico, a difusão do pensamento neoliberal superou o plano da normatividade; promoveu uma deformação também na disciplina jurídica, que, na periferia do sistema, especificamente no Brasil, teve como pretensão primordial a construção de bases jurídicas sólidas para a estruturação do Estado desenvolvimentista.

O direito econômico, portanto, acabou também “mutilado”, “esterilizado” pelos sucessivos choques neoliberais, perdendo sua perspectiva crítica e sua *instrumentalidade* enquanto disciplina voltada não somente para a organização do espaço econômico, mas também para a transformação de suas estruturas. Daí por que entendemos que a premente retomada do debate sobre o desenvolvimento nacional e sobre a conseqüente reconstrução do Estado brasileiro também passa necessariamente, no campo jurídico, pela restauração dessa perspectiva crítica do direito econômico, entendendo-o e desenvolvendo-o como a “economia política da forma jurídica”, para lembrarmos a apropriada expressão de Bercovici.

Como já afirmamos, embora o direito deva ser entendido como um dos elementos fundadores da acumulação capitalista e da sociedade de classes, não se pode descuidar de seu caráter dialético, o que implica entendê-lo também como um espaço de disputa, onde também se desenvolvem os conflitos de classe e no qual as classes subalternas podem conquistar avanços significativos em suas lutas. Nesse sentido, a perspectiva crítica do direito econômico e sua *instrumentalidade* constituem importantes ferramentas teóricas para a atuação prática no sentido de reconstruir as bases do Estado social e desenvolvimentista, visando à redução das desigualdades, à ampliação dos direitos e à efetiva participação popular nos processos de decisão política.

Resgatado o potencial crítico do direito econômico, o papel dos juristas nesta quadra da história é “resistir e não padecer” ante o avanço neoliberal, desvelar o caráter da Constituição econômica de 1988 e contribuir com o fornecimento de instrumentos técnico-jurídicos adequados para dar concretude ao desígnio constitucional de superação do sub-



Ato da campanha "Lula presidente" em frente ao prédio da PUC-SP, na capital paulista, em outubro de 2022

desenvolvimento e das amarras da dependência. Isso, é claro, considerando o protagonismo da ação política para a concretização desse projeto. O atual momento no Brasil, diante das expectativas de mudança que trazem as eleições gerais, poderá significar a abertura de um promissor horizonte para o avanço desses debates e de uma agenda de pesquisas que dê conta dessa tarefa histórica.

* Professora aposentada do Programa de Pós-Graduação em Direito e do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora da RedeMarx (Rede de Pesquisadores Marxistas). Doutora em Direito pelo Crídeau (Centro de Pesquisa Interdisciplinar em Direito Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo) da Universidade de Limoges, França. *E-mail:* biabr@hotmail.fr

** Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSM. Membro da RedeMarx. Advogado. *E-mail:* igormendesbueno@outlook.com.br

*** Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSM. Membro da RedeMarx. Advogado. *E-mail:* giovanopf@gmail.com

► Texto recebido em 1º de julho de 2022; aprovado em 12 de agosto de 2022.

BERCOVICI, Gilberto. A Constituição econômica. In: _____. **Constituição econômica e desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2022a. p. 45-82.

_____. A Constituição na encruzilhada. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 31, p. 48-53, set. 2018.

_____. As origens do direito econômico: homenagem a Washington Peluso Albino de Souza. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. esp., p. 253-263, 2013.

_____. O ainda indispensável direito econômico. In: _____. **Constituição econômica e desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2022b. p. 15-32.

_____. Política econômica e direito econômico. In: _____. **Constituição econômica e desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2022c. p. 83-104.

_____; COSTA, José Augusto Fontoura. **Nacionalização: necessidade e possibilidades**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Luís Fernando. Limites da regulação: esboço para uma crítica metodológica do “novo direito público da economia”. In: BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2022. p. 33-45.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BUENO, Igor Mendes. Constituição, desenvolvimento e conflitos de classe no Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Oliveira da et al. (Org.). **Direito, marxismo e meio ambiente**. Curitiba: Prismas, 2018. p. 67-104.

BUENO, Igor Mendes; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. Constituinte e lutas populares: o materialismo da constituição e as lutas pela constituinte exclusiva. **Culturas Jurídicas**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 243-266, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45440>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo**. Brasília: Presidência da República; Secretaria de Comunicação Social, 1995. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-despedida-do-senado-federal-1994>. Acesso em: 23 jun. 2022.

CARVALHOSA, Modesto. Direito econômico (1973). In: _____. **Direito econômico: obras completas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 17-394.

CLARK, Giovanni; CORRÊA, Leonardo Alves; NASCIMENTO, Samuel Pontes do. O direito econômico, o pioneirismo de Washington Peluso Albino de Souza e o desafio equilibrista: a luta histórica de uma disciplina entre padecer e resistir. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, p. 301-324, n. 73, jul.-dez. 2018. Disponível em: <<https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1950/1842>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

COMPARATO, Fábio Konder. O indispensável direito econômico. In: _____. **Ensaios e pareceres de direito empresarial**. Rio de Janeiro: Forense, 1978. p. 453-472.

FEITOSA, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer. Desmonte do Estado desenvolvimentista brasileiro: como recuperar um país vulnerável?. **Fundação Brasileira de Direito Econômico — FBDF**, 31 jan. 2022. Disponível em: <<https://fbde.webnode.com.br/news/desmonte-do-estado-desenvolvimentista-brasileiro-como-recuperar-um-pais-vulneravel-autora-maria-luiza-pereira-de-alencar-mayer-feitosa>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2103). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

FURTADO, Celso. Os caminhos da reconstrução. In: _____. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 27-43.

GELCER, Daniel Monteiro. **Teoria furtadiana de desenvolvimento econômico e a ordem econômica constitucional brasileira**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-27082013-135141/pt-br.php>. Acesso em: 23 jun. 2022.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.) **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KLIASS, Paulo. Desmanche, a etapa superior da privatização. In: MARINGONI, Gilberto (Org.). **A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque**. São Paulo: Contracorrente, 2022. p. 383-399.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LELIS, Davi Augusto Santa de; CLARK, Giovani. O Estado brasileiro pode ser proprietário e gestor do sistema financeiro?. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 26, n. 1, p. 330-352, jan.-abr. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/17588>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

LIMA, Luziano Pereira Mendes de. **A atuação da esquerda no processo constituinte: 1986-1988**. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2009.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. O debate desenvolvimentista: reflexões sobre alternativas desenvolvimentistas marxistas. **Bresser-Pereira** [website], São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://bresserpereira.org.br/index.php/196-novo-desenvolvimentismo-contribuicoes-e-criticas-de-terceiros/9511-5586>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

PALAR, Juliana; BUENO, Igor Mendes; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. O primado da Constituição como fator de desenvolvimento das relações de produção capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 911-943, 2020. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/42290/30894>. Acesso em: 12 jun. 2022.

PAULANI, Leda Maria. Choque neoliberal, fascismo cultural e pandemia: a destruição do Estado no Brasil. In: MARINGONI, Gilberto (Org.). **A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque**. São Paulo: Contracorrente, 2022. p. 357-382.

PMDB — PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães; PMDB, 29 out. 2015. Disponível em: <www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVEIRA, Ramaís de Castro. **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil — de Sarney a FHC**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16218>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. Direito econômico do planejamento. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, v. 25, n. 18, p. 79-194, maio 1977. Disponível em: <www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/822>. Acesso em: 19 jun. 2022.

_____. **Primeiras linhas de direito econômico**. 4. ed. São Paulo: LTr, 1999.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **A intervenção do Estado no domínio econômico**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1968.

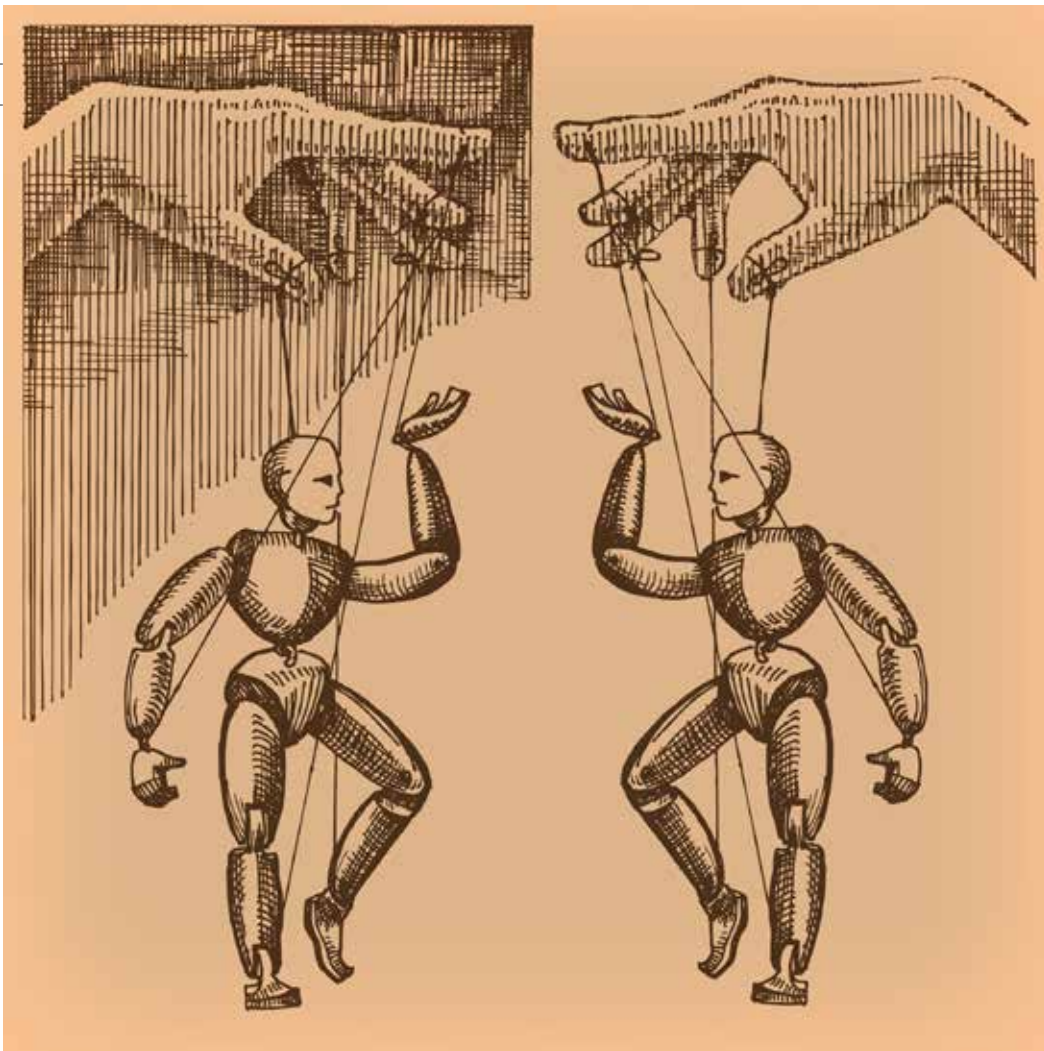
Dependência cultural e desenvolvimento

Cultural dependence and development

RUBENS R. SAWAYA*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.009>

Acervo Depositphotos



RESUMO

O artigo analisa a forma mais profunda de dependência: a dependência cultural. A cultura de uma sociedade é constituída historicamente a partir das relações sociais concretas. Aparece como valores, crenças, condutas sociais, a ideologia que organiza as próprias relações sociais. A dependência cultural é a importação de valores alheios à sociedade e se materializa como dependência acadêmica, científica e tecnológica, contrapondo o que seria o “atraso” periférico ao “moderno”, civilizado, dos países centrais. Assim, impõe critérios e valores estranhos às sociedades periféricas que as impedem de criar estratégias de desenvolvimento a partir de suas próprias características. Buscamos demonstrar que as estratégias de desenvolvimento só podem ser construídas a partir das relações sociais concretas que caracterizam uma determinada sociedade, a partir de sua realidade cultural concreta. Assim, o pensamento científico e acadêmico também não pode estar desvinculado da realidade concreta da periferia.

Palavras-chave: Dependência. Desenvolvimento. Países periféricos. Cultura. Estratégia de desenvolvimento.

ABSTRACT

The article analyses the most profound form of dependency: cultural dependency. The culture of a society is constituted historically from concrete social relations. It appears as values, beliefs, social conduct, the ideology that organises social relations themselves. Cultural dependence is the importation of values from outside society and it materialises as academic, scientific and technological dependence, contrasting what would be the peripheral “backwardness” against the “modern”, civilised, of the central countries. Thus, it imposes strange criteria and values to peripheral societies that prevent them from creating development strategies based on their own characteristics. It seeks to demonstrate that development strategies can only be built on the basis of the concrete social relations that characterize a given society, on the basis of its concrete cultural reality. Thus, scientific and academic thought cannot be detached from the concrete reality of the periphery.

Keywords: Dependence. Development. Peripheral countries. Culture. Development strategy.

1. INTRODUÇÃO

A dependência cultural talvez seja a mais profunda das dependências. Atinge o senso comum por meio da construção da subjetividade de uma sociedade e define, assim, ações e relações sociais, o lugar das pessoas na sociedade, seus valores. A cultura é constituída socialmente na história e funciona como o amálgama das relações sociais, embora seja constituída nas próprias relações sociais. A dependência cultural é uma espécie de subversão da cultura assim constituída, imposta ou não de fora, a partir de outras sociedades, para dentro. Essa transferência de valores e subjetividades tem por objetivo impor ou definir novas formas de conduta a partir de outras realidades, outra ideologia, outra conformação social com o mesmo objetivo de qualquer ideologia: conformar e definir formas de conduta e comportamento.

O capitalismo constitui uma forma de organização social e, portanto, as formas de conduta que estruturam sua ideologia. Assim, ao conformar as relações sociais como cultura, no seio da sua subjetividade, torna possível o funcionamento do próprio sistema pela determinação do lugar de cada um na sociedade, na estrutura de produção e reprodução social, bem como e principalmente a forma de produção e extração de valor, a própria acumulação.

A dependência cultural pode ser, assim, vista como o estabelecimento de formas de controle alheias a uma sociedade, mas que buscam se enraizar na subjetividade dela, tomando a aparência de, como cultura universal, local. Essa forma de dependência subliminar molda os outros tipos de dependência, como as dependências produtiva, tecnológica e científica. Ainda, considerada a cultura como universal, mesmo que externa, é assimilada nas sociedades dependentes, o que acaba por impedir a construção de formas de emancipação e desenvolvimento a partir da própria organização social e política local das forças políticas e ideológicas constituídas na sociedade específica.

A subordinação científica contribui ainda para impedir que essas relações específicas sejam compreendidas, tornando a dependência estrutural uma armadilha para a construção de estratégias de desenvolvimento específicas, uma vez que não há nem espaço acadêmico para pensá-las.

2. CULTURA CAPITALISTA

O capitalismo, nascido da violência na Europa (WALLERSTEIN, 2007; FRANKOPAN, 2019), é um sistema em expansão, que depende da ocupação dos espaços relevantes no mundo para a continuidade de seu processo de acumulação. Assim, necessita não apenas controlar novos mercados, mas levar sua estrutura produtiva para esses novos espaços que ocupa e desocupa, conforme suas estratégias de acumulação. Para isso, além dos tradicionais mecanismos, como a ocupação pela força e guerra, precisa de mecanismos subjetivos de controle capazes de abrir as portas e compor alianças com frações de classe da periferia, de modo a entrar com pouca violência, embora a violência seja sua forma histórica de expansão, pelo colonialismo, pelo imperialismo do século XIX, pelas novas formas de imperialismo a partir da internacionalização produtiva do capital no pós-Segunda Guerra, que industrializou a periferia e alimentou ditaduras, e agora pela globalização, que constitui talvez uma nova forma de imperialismo travestido de neoliberalismo sob o mantra de levar liberdade, direitos e democracia para os “povos atrasados”, ou levar-lhes a cultura da “civilização capitalista”, eurocêntrica.



Bandeiras dos países-membros adornam o grande salão da sede do Banco Mundial em Washington (EUA)

O capitalismo, como forma de organização social, possui seu sistema normativo e seu conjunto de valores, que constituem uma forma específica de subjetividade que aparece como “cultura da sociedade” e “define todas as relações sociais e todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Assim, é um sistema que organiza as relações sociais de determinada forma. Tem sua própria cultura, seu sistema de relações sociais que aparecem como valores naturais, mas que se constituem no âmbito das relações sociais concretas, que não são relações entre indivíduos iguais isolados, mas fundadas em relações de poder e controle, em frações de classe que têm seu lugar definido na hierarquia social capitalista pelo que possuem, pelo que controlam. Assim se estabelecem as próprias relações de controle que garantem a apropriação de valor da forma capitalista. A cultura capitalista funda-se como ideologia que organiza as relações sociais em determinada forma e com determinados objetivos, e define assim formas de conduta e valores socialmente aceitos. Busca, assim, justificar o capitalismo como sistema.

A ideologia capitalista e seus defensores tentam relacionar formas de conduta e valores à hipotética “natureza humana”, de modo a justificar o capitalismo como sistema fundado na liberdade individual de manifestar essa hipotética natureza. O homem europeu, individualista, utilitarista e racional seria o ser genérico universal que teria revolucionado as formas de produção atrasadas, rumo à sociedade civilizada. A naturalização desses valores torna-se a naturalização de determinada cultura, eurocêntrica, encobrendo o fato de que cultura e valores são historicamente constituídos nas relações sociais concretas, assim, como relações de poder.

O neoliberalismo é a forma última do processo de constituição, muitas vezes pela força, desses valores culturais, da lógica cultural do capitalismo, embora a ideia de desenvolvimento como evolução do sujeito individualista, utilitarista e racional seja muito antiga, de Bentham (1988), e já contaminava, como em Rostow (1978), a lógica do desenvolvimento como emancipação humana da escassez rumo a sociedade da abundância, para a “sociedade do consumo de massas”.

Como dizia Marx (2000), o cidadão imaginário é declarado “servo do homem egoísta” e é regido por um único verbo, *ter* (MARX, 2004), materializando-se assim o que seria a base da “cultura capitalista” fundada no burguês europeu. Essa ideologia se constitui como aparência de uma sociedade na realidade regida pelo movimento do capital enquanto sistema, que em seu processo sociometabólico subordina a liberdade humana à sua lógica, como uma máquina de moer seres humanos, revelando a verdadeira face do que vem a ser capitalismo.

O capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social — das relações de gênero e família até a produção material e a criação de obras de arte — à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico (MÉSZÁROS, 2002, p. 189).

O desenvolvimento visto assim é resultado de uma “cultura específica” que tem como referência a Europa. Só a “civilização europeia”, com suas raízes no mundo greco-romano antigo, poderia produzir a modernidade — palavra que abarca uma mistura de costumes, normas e práticas que florescem na economia-mundo capitalista, a encarnação dos verdadeiros valores universais (WALLERSTEIN, 2007, p. 66). A Europa é vista como base da cultura avançada, enquanto outros países, principalmente periféricos, são considerados atrasados, selvagens, países que carecem de valores modernos os quais se confundem com os valores do capitalismo imaginário, do individualismo no qual se fundam as modernas instituições que organizam o livre mercado. Ao levar esse “desenvolvimento”, por meio de intervenção, aos países atrasados, o colonialismo, o imperialismo, aparecem como formas avançadas de levar a cultura civilizada, mesmo que pela violência.

Dessa forma, o desenvolvimento tornou-se a construção de “instituições” capitalistas como cópia do centro, rumo à civilização europeia, que concentra os “valores universais” fundados na natureza desenvolvida do ser humano. Como aporte cultural, constitui e formata a ideologia e os mecanismos de controle, a forma de organização social, as regras de conduta que conformam a subjetividade coletiva como cultura, como ideias que unificam a sociedade em determinado sentido, para determinado fim (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Garante assim que o sistema de produção e extração de valor possa ocorrer sem violência, sob o véu da liberdade individual.

O subdesenvolvimento é visto como falta da “cultura capitalista” referida na cultura europeia, no capitalismo desenvolvido europeu. O próprio Cardoso já entendia o atraso cultural de nosso empresariado como a base estrutural do atraso econômico (CARDOSO, 1978). Nossa subordinação às grandes corporações transnacionais se explicaria pela ausência do empresário schumpeteriano (SCHUMPETER, 1961), pela ausência das instituições modernas (fundadas no neoliberalismo), que FHC buscará criar quando presidente, na década de 1990. De base weberiana na sociologia do homem capitalista, a ideia de “cultura capitalista” funda a existência de um indivíduo (empresário) investidor e inovador em sua função empreendedora de base individualista, maximizadora.

Assim, desenvolvimento passa a ser o resultado da construção do “ambiente” favorável ao florescimento da cultura capitalista, que faria parte da própria natureza humana,

Os modelos das ciências sociais — a literatura científica, principalmente na área de ciências econômicas — conectam-se diretamente e de forma subordinada aos centros hegemônicos onde são produzidas as ideias a serem reproduzidas nos países periféricos

mas que é impedida de entrar em movimento pelo atraso institucional. A transformação proposta como reforma das instituições (NORTH, 1993) e o fornecimento de condições de partida para os indivíduos abririam espaço para o florescimento do espírito empreendedor individual, para o “desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2000). As políticas sociais focadas e a criação de condições sociais básicas (educação) têm por objetivo criar essa cultura capitalista empreendedora.

Claramente exposto no *World development report* do Banco Mundial, o papel do Estado seria promover o “ambiente de negócios” para dar “confiança” às empresas para investir, garantindo os “direitos de propriedade”, uma “boa regulação”, combater a corrupção (do Estado), “remover as barreiras à competição” e garantir a “previsibilidade das políticas”, ou seja, oferecer elementos para fomentar a competitividade fundada na ação individual das empresas (THE WORLD BANK, 2005). A realização dessas “reformas” promoveria o ambiente para fazer prosperar o investimento e o desenvolvimento com base nesse hipotético capitalismo.

Nas teorias atuais, que focam apenas o crescimento econômico como resultado natural, desenvolvimento não seria mais uma questão de industrialização, mas de criação de “instituições modernas” que garantam liberdade para o empreendimento em sociedades atrasadas. Assim, na periferia, a cultura local é vista como um atraso a ser superado. A cultura civilizada, capitalista, deve ser implantada para o desenvolvimento.

3. SUBORDINAÇÃO CULTURAL COMO FORMA DE CONTROLE

O Brasil desenvolveu sua estrutura produtiva fundando-a na compra de tecnologia por via de investimento estrangeiro direto de empresas transnacionais. Desenvolveu sua atividade universitária trazendo pensadores estrangeiros e compôs seus currículos baseando-os na literatura importada do centro do sistema, europeia. Tornamo-nos especialistas em Europa.

A dependência real nada tem a ver com falta de cultura empreendedora. Não é ela que rege as relações verdadeiramente capitalistas no centro, mas determina a forma subordinada como o país constituiu sua estrutura industrial: “A burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para a integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical.” (MARINI, 2012, p. 62)

Nossos empresários, mesmo quando independentes da cadeia produtiva das transnacionais aqui instaladas (a não ser por efeitos multiplicadores da renda), principalmente os inovadores, costumam buscar em feiras no exterior os produtos novos e, muitas vezes, pela cópia, produzem equivalentes nacionais para o mercado interno. As empresas nacionais conectadas às cadeias de valor internamente construídas pelas transnacionais recebem as partes, peças e componentes que devem copiar para fornecer para as linhas de montagem dessas transnacionais aqui instaladas, e o fazem em seus laboratórios de “tropicalização” — processo por meio do qual as filiais de transnacionais que aqui produzem, em sua maioria, adaptam os produtos desenhados e criados no exterior às características nacionais. Isso é o que materialmente se define como desenvolvimento dependente e subordinado, processo que historicamente se repetiu a cada nova onda de inovação tecnológica, pelo menos até ser abandonado pela onda de liberalização iniciada na década de 1990, que acabou por destruir a estrutura industrial instalada no país. Claro, se a indústria trabalha com cópia, por que não importar diretamente o original, talvez mais simples e, a depender da taxa de câmbio, mais barato?

A mesma lógica serve para a pesquisa e para a formação intelectual. Os engenheiros daqui devem estar aptos a entender o que é desenvolvido no exterior. Os cientistas em geral subordinam-se assim às pesquisas dos países centrais e são formados com tal objetivo. A subordinação científica é materializada na exigência de publicações nas revistas acadêmicas internacionais, o que significa que a pesquisa e o desenvolvimento científico daqui devem ser julgados e validados nos países do centro hegemônico, tidos como detentores do saber científico.

Se essa lógica domina a pesquisa nas ciências “duras” conectadas à tecnologia necessária ao desenvolvimento industrial dependente, também invade as ciências sociais, só que atuando como fábrica de ideologias, ou de colonização cultural, com teorias que justificam a dependência concreta. Os modelos das ciências sociais — a literatura científica, principalmente na área de ciências econômicas — conectam-se diretamente e de forma subordinada aos centros hegemônicos onde são produzidas as ideias a serem reproduzidas nos países periféricos.

Na medida em que os estudos das ciências sociais também precisam obrigatoriamente passar pelo escrutínio das revistas acadêmicas estrangeiras, os temas, os modelos, as formas de abordagem normalmente desviam-se dos reais problemas concretos, mesmo em sua conexão com as questões mundiais que se impõem sobre a periferia. Claro, essa lógica justifica-se com a falsa ideia de que a ciência é universal, os problemas são universais e os modelos também seriam universais.

Desvia-se, portanto, dos problemas particulares, das relações sociais de cada lugar e em cada tempo que constituem o poder e a “cultura” local. Ou submetem-se ideias e pesquisas de caráter local à avaliação de pesquisadores sem conhecimento sobre as características específicas do país, ou a pesquisadores que raramente têm um conhecimento profundo sobre



A chinesa Shenzhen é considerada a cidade mais tecnológica do mundo. Em destaque, sede da prefeitura de Shenzhen, 2014

a realidade concreta local. Poder-se-ia dizer que não julgam os fatos e dados, mas utilizam-se dos modelos e da metodologia desenvolvida e criada no centro para problemas do centro, que acabam por definir a base de dados e as hipóteses iniciais, portanto, distantes da realidade concreta. O manual de macroeconomia que definiria o funcionamento da economia “em geral” seria válido e “verdadeiro” em qualquer lugar do planeta.

Assim, os modelos e a metodologia criada fora, resultado de paradigmas dos países centrais, devem ser aplicados na periferia e, como diz Kuhn (2006), claramente dirigem os resultados para certos padrões e conjuntos de axiomas e hipóteses específicas que pouca e às vezes nenhuma relação têm com a realidade concreta da periferia. Trata-se de subordinação intelectual, que, claro, tem fundamento cultural. Os cientistas da periferia são obrigados a escrever em inglês e a publicar em periódicos dos países centrais (mais bem qualificados no Qualis, conforme definido na própria periferia) para ter a aprovação “científica”, mesmo que os assuntos não interessem aos países centrais ou não digam respeito a problemas deles. Essa é a subordinação cultural ao eurocentrismo.

O cientificismo foi o modo mais sutil de justificativa dos poderosos. Afinal, apresenta o universalismo como ideologicamente neutro, desinteressado da cultura e até da arena política, e extrai sua justificativa principalmente do bem que pode oferecer à humanidade (WALLERSTEIN, 2007, p. 116).

A subordinação intelectual, que se reflete como subordinação científica e tecnológica, está diretamente conectada à subordinação cultural. Cultura pode ser genericamente entendida como o conjunto de crenças, regras, costumes, moral, elementos constituídos no âmbito das relações sociais históricas que constroem o amálgama social definindo comportamentos e atitudes socialmente aceitas. A cultura se manifesta como arte, como ciência. Garante a funcionalidade do sistema, sua coesão e a gestão de contradições mais estruturais e profundas, historicamente constituídas pelas próprias relações sociais. Assim, a análise científica da cultura deveria ser buscada nas próprias relações históricas que a constituem como tal. Claro, como a história das relações sociais é diferente em cada lugar e em cada tempo, não é possível encaixá-las em modelos, como tenta fazer determinada forma de pensar as

Em sociedades em que as grandes empresas são transnacionais estrangeiras, são estas que definem a dinâmica da acumulação e os gostos e padrões de consumo

ciências sociais, que encaixa os comportamentos em padrões, normalmente definidos por modelos de comportamento desenvolvidos nos países centrais.

Na periferia, a subordinação científica é histórica. O exemplo clássico é o abandono da construção teórica específica para pensar o desenvolvimento dependente, fundado nas teorias de Furtado, Marini e até mesmo Cardoso (CARDOSO; FALETO, 1981). O debate foi substituído por teorias do crescimento presentes nos manuais de economia produzidos no centro. Foram assim abandonadas as especificidades históricas, a materialidade concreta das relações de subordinação e de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” em favor de teorias sem qualquer relação com as especificidades da periferia.

Na verdade, o próprio desencaixe e o estranhamento em relação à realidade concreta dos modelos importados por via de manuais passaram a ser vistos como a causa do atraso. Instituições fracas (NORTH, 1993), com desrespeito aos contratos, governos “pouco democráticos” e corruptos, baixa governança tornam-se os elementos que impedem o melhor funcionamento dos mercados hipotéticos dos manuais e o desabrochar de um imaginário de “empreendedorismo” (SEN, 2000) ou da cultura empresarial. Esses são os motivos presentes nos modelos apresentados nos relatórios sobre subdesenvolvimento do Banco Mundial, como se tivessem sido esses os elementos centrais para o desenvolvimento do próprio capitalismo no centro, e não a real e histórica violência colonial, a concentração e centralização de capital, o imperialismo e a forma de transnacionalização do capital que subordina a periferia e a enreda em relações estruturais de dependência científica, tecnológica, cultural.

A história do sistema-mundo moderno tem sido, em grande parte, a história da expansão dos povos e dos Estados europeus pelo resto do mundo. Essa é a parte essencial da construção da economia-mundo capitalista. Na maioria das regiões do mundo essa expansão envolveu conquista militar, exploração econômica e injustiças em massa. Os que [a] lideraram, lucraram com ela,

embora o tenham feito sempre sob o argumento de que estavam levando a “civilização”, o desenvolvimento econômico e o progresso ao mundo atrasado (WALLERSTEIN, 2007, p. 29-30), levando “valores universais” para os selvagens atrasados, se poderia dizer, instituições modernas e modelos civilizados com justificativa científica e intelectual:

são quatro argumentos básicos que têm sido usados para justificar todas as intervenções subsequentes dos civilizados do mundo moderno em zonas não civilizadas: a barbárie dos outros, o fim de práticas que violam os valores [culturais] universais, a defesa de inocentes em meio aos cruéis, a disseminação dos valores universais [europeus] (WALLERSTEIN, 2007, p. 35).

Para isso utilizam-se do poder político e militar sem restrições, historicamente, contra a “barbárie” do atraso, em “missão civilizadora”. Dever civilizatório como implantação de uma “cultura civilizada”, claro, capitalista, conjunto de doutrinas e pontos de vista éticos que derivam do universalismo europeu, tido como berço dos valores “civilizados” universais.

Na verdade, como na periferia se sabe, esses argumentos ideológicos e culturais abriram espaço para a cooptação, pela força ou por acordo, das frações de classe hegemônicas na periferia, para a ocupação econômica pela violência, tanto colonial como do imperialismo clássico do século XIX, e em seu novo formato, a partir da transnacionalização do capital e da reestruturação promovida pelo neoliberalismo, ou mundialização do capital.

Assim, o atraso aparece como cultural, científico, tecnológico, e não resultante da subordinação mais estrutural, intelectual — que se reflete como política —, pela submissão a teorias e modelos alheios à realidade concreta das economias periféricas. Pela lógica avaliativa dos cursos superiores, subordinada aos centros hegemônicos, foi abandonada inclusive e principalmente a possibilidade de pensamento independente, de pensamento crítico, fundando toda a “ciência” na aplicação de modelos prontos construídos sobre outras realidades e momentos históricos, ou mesmo totalmente abstraídos de qualquer realidade concreta. Mais que dependência cultural, trata-se de subordinação cultural, ainda mais de forma subserviente e que, concretamente, impede a construção de estratégias próprias de desenvolvimento fundadas na realidade concreta da periferia em meio à realidade mundial. Nem a própria realidade concreta é respeitada nos chamados “estudos científicos”.

Na periferia, as instituições são de fato diferentes em relação às do centro, dado que as relações sociais são diferentes e as relações de poder e as formas de organização das frações de classe locais, bem como suas relações com o exterior, são específicas. Portanto, não se podem pensar as instituições a partir de modelos do centro, ou pior, de modelos construídos no âmbito abstrato acadêmico, que tampouco têm relação concreta com as economias que se pretende copiar, ainda mais diante da falsa ideia de que o desenvolvimento capitalista foi o resultado do movimento de indivíduos empreendedores racionais que puderam atuar livremente diante de governos que teriam respeitado os mercados e construído instituições que permitiram o desabrochar da ordem capitalista. Essas bases que compõem os modelos dos livros de macroeconomia transplantados para a periferia não têm sentido nem no centro do sistema, mas são aqui aplicadas como verdades incontestáveis, importadas sem qualquer crítica, e têm seus estudos publicados nas “melhores” revistas acadêmicas do centro.

A dependência estrutural está diretamente conectada à dependência cultural. Compõe suas bases também a propaganda (queremos carros europeus ou estadunidenses), ostenta-se o importado, mesmo porque o nacional é uma cópia que não atinge os níveis técnicos dos importados. Como os padrões de consumo importados são assim assimilados, constituiu-se uma classe de elite que se vangloria por usar produtos europeus ou estadunidenses. Essa lógica se converte em relação de classe e de poder, dado que só uma classe abastada pode ostentar esse tipo de consumo.

Essa dependência se fortalece nos métodos do que se denomina cultura de massa, que vende mercadorias como estilo de vida que conforma as relações de poder e dependência cultural internas — os próprios empresários nacionais só conseguirão vender seus produtos se copiarem os padrões do centro, materializando a dependência cultural em tecnológica. Como as mercadorias são cópias das do centro, o estilo de vida também o deve ser. Assim, trata-se da transposição de valores do centro para a periferia, que conforma as relações so-

ciais de classe e poder e que permite assim a reprodução da mesma lógica de subordinação, dado que ela está enraizada nas relações sociais.

No Brasil, nossa subordinação ao centro hegemônico não é apenas estrutural pela forma de inserção no capitalismo mundial, ora como país industrializado dependente do capital transnacional, ora como país primário-exportador, como foi antes, e agora volta a ser, fato que talvez até exclua o Brasil do conceito de Marini (SADER, 2000) de nação subimperialista, dado que gradativamente vem deixando de ser um “braço industrial” do centro.

Essas relações caracterizam não apenas a dependência estrutural, mas demonstram que ela se funda em uma dependência cultural, de fundo intelectual acadêmico e científico. O comportamento subordinado é adaptativo, para não dizer passivo, e, como diria Furtado (2008), sem criatividade, por isso sem capacidade de perceber o mundo real que o cerca ou as potencialidades estratégicas que poderia aproveitar. É o mundo reativo, e não ativo, portanto não é transformador. Configura-se um sistema econômico sem motor. Desenvolvimento é a transformação do mundo real concreto nas condições e relações concretas que impõem o atraso. Todos os países que se desenvolveram tardiamente tiveram em comum estratégias desenvolvidas pelo Estado. Mas o que é o Estado senão a composição de forças das frações de classe que disputam a hegemonia (POULANTZAS, 1985)? É no âmbito do Estado, como resultado da composição de classes em cada sociedade, como relação social, que se podem construir estratégias de desenvolvimento. O Estado é o amálgama das relações em disputa, inclusive é o lugar possível de participação dos trabalhadores, mesmo que não hegemônica. Não é a construção de consenso, mas os conflitos e as disputas constantes o que permite, em cada lugar e a partir de cada conjunto de relações, construir estratégias tomando-se por base a análise de relações concretas.

No capitalismo é a grande empresa que organiza a produção, as cadeias de valor, os gostos e hábitos de consumo. Ela subordina as relações à sua lógica de controle e poder sobre mercados e sobre outras empresas conectadas às cadeias de valor que controla. Em sociedades em que as grandes empresas são transnacionais estrangeiras, são estas que definem a dinâmica da acumulação e os gostos e padrões de consumo. Elas têm forte poder de definir a forma de organização social. “A grande empresa é um conjunto organizado hierarquicamente de relações sociais que é posto a serviço de uma vontade programada para condicionar o comportamento de segmentos da sociedade” (FURTADO, 2008, p. 44). Um país que tem na grande empresa transnacional seu eixo dinâmico está sujeito ao controle não apenas econômico, mas das próprias relações sociais, que se tornam subalternas a essa estrutura econômica e de poder e que se materializam como subordinação tecnológica e cultural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Países só tiveram sucesso com desenvolvimento, mesmo capitalista, ou só conseguiram se integrar no processo de produção industrial avançado por meio de estratégias próprias. Claro, grande parte deles utilizou a “engenharia reversa”, pela cópia, mas os bem-sucedidos sempre tiveram como estratégia superar a tecnologia vigente com criatividade e independência científica. Mesmo no âmbito da estratégia, nesses países não foram constituídas instituições sociais ou mesmo de Estado baseadas na lógica (mesmo que falsa) do neoinstitucionalismo ou do empreendedorismo individualista.

Como mostram Chang (2002), Amsden (2004), Mazzucato (2014) ou mesmo Fur-

tado em suas análises dos sucessos japoneses, alemão e russo, todos se deveram à construção de estratégias próprias, a partir de quadros institucionais próprios (FURTADO, 2008) sem seguir modelos prontos, porque isso não teria sentido diante das características peculiares de cada país. Partiram da análise concreta de suas relações sociais e políticas internas, das relações de força entre as frações de classe locais, estudadas e analisadas por seus acadêmicos, bem como do estudo do movimento do capital mundial em seu processo de expansão. Assim conseguiram criar estratégias próprias de desenvolvimento segundo as próprias estruturas institucionais e a sua classe de capitalistas.

Assim também foi com a economia chinesa em seu processo de industrialização e desenvolvimento. A China não se enquadra em nenhum dos modelos, nem em relação à sua estrutura institucional, muito menos na estratégia decorrente de suas características peculiares, bem como diante da fase do processo de acumulação de capital em que promoveu seu desenvolvimento, aproveitando-se do neoliberalismo nos países centrais e da própria globalização para atrair o capital transnacional sob seu total controle.

Sem a construção de estratégias próprias, a partir da própria estrutura produtiva, institucional e cultural que conforma a sociedade, não é possível o desenvolvimento. Como desenvolvimento dependente, tem-se apenas o desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1966). A dependência cultural é a forma mais profunda de dependência porque está enraizada na subjetividade que define o comportamento social. Mais grave ainda é essa dependência presente na academia, na construção das próprias ideias, sem qualquer autonomia.

* Doutor em Ciência Política, professor e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia Política do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Diretor da International Initiative for Promoting Political Economy (IIPPE) e coordenador do World Economy Working Group, na mesma instituição. Ex-presidente da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia (Ange) e ex-vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Autor de *Subordinated development: transnational capital in the process of accumulation of Latin America and Brazil* (Brill, 2018).

► Texto recebido em 27 de setembro de 2022; aprovado em 29 de setembro de 2022.

Sem a construção de estratégias próprias, a partir da própria estrutura produtiva, institucional e cultural que conforma a sociedade, não é possível o desenvolvimento

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AMSDEN, Alice H. **A ascensão do resto**: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BENTHAM, Jeremy. **The principles of morals and legislation**. Amherst; New York: Prometheus Books, 1988.
- CARDOSO, Fernando H. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____; FALETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRANK, André G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, set. 1966.
- FRANKOPAN, Peter. **O coração do mundo**: uma história universal a partir da Rota da Seda, o encontro do Oriente com o Ocidente. São Paulo: Planeta, 2019.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- MARINI, Ruy M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2000.
- _____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio; Penguin, 2014.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NORTH, Douglas. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: FCE, 1993.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma pesquisa sobre lucros, capital, crédito, juros e ciclo econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- THE WORLD BANK. **World development report 2005**: a better investment climate for everyone. Washington, D.C.: The World Bank, 2005.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

Da “guerra de todos contra todos” ao projeto nacional-civilizatório

From the “war of all against all”
to the national-civilizing project

Elias Jabbour*
Eduardo Costa Pinto**
Alexis Dantas***

Não basta dizer, como fazem os franceses, que a sua nação teria sido surpreendida. Nem a uma nação se perdoa o momento de distração em que o primeiro aventureiro que aparece consegue violentá-la. Expressões desse tipo não solucionam o enigma, mas apenas lhe conferem outra formulação.

Karl Marx, O 18 de brumário de Luís Bonaparte

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.010>

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Temer se atrapalha ao passar a faixa presidencial para Bolsonaro. Brasília (DF), 1º de janeiro de 2019. Desde 2015, o Brasil vive uma trajetória caótica, sem rumo, com a deterioração e a perda de legitimidade das instituições

RESUMO

O futuro do Brasil talvez seja um dos grandes temas a serem abordados durante este ano e os próximos. Neste artigo buscamos ir além do atual diagnóstico sobre os problemas brasileiros. Partindo do — e dissertando sobre o — pressuposto de que o Brasil passa por uma de suas mais agudas crises e que essa crise levou à inviabilização do capitalismo industrial brasileiro, tentamos neste artigo dar um passo além. Além de contar a história de nossa “guerra de todos contra todos”, propomos uma composição política capaz de iniciar o processo de reconstrução nacional. Amparados em nossa própria história nacional, nossas “notas sobre a reconstrução do Brasil” incluem medidas no sentido de retomar o desenvolvimento econômico do Brasil pela via da mudança qualitativa do papel do Estado, aproveitando as oportunidades abertas pela ascensão chinesa.

Palavras-chave: Capitalismo brasileiro. Crise. Nova maioria política. Reconstrução nacional. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The future of Brazil is perhaps one of the most important themes to be addressed during this and the coming years. In this paper we seek to go beyond the current diagnostics of Brazilian problems. Starting from, and talking about, the assumption that Brazil is going through one of its most acute crises and that this crisis led to the unfeasibility of Brazilian industrial capitalism, we try in this paper to go a step further. In addition to telling the story of our “war of all against all”, we propose a political composition capable of initiating the process of national reconstruction. Supported by our own national history, this paper includes purposes of measures to resume Brazil’s economic development through a qualitative change in the role of the State and taking advantage of the opportunities opened up by the Chinese rise.

Keywords: Brazilian capitalism. Crisis. New political majority. National reconstruction. Development.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, desde 2015, atravessa uma de suas maiores crises, em múltiplos planos da vida social (no econômico: de acumulação, emprego e renda; no político: de representação e cena política; no institucional: crise democrática; no sanitário: pandemia de covid-19), com intensidades e temporalidades diferentes ao longo desse período.

Essas questões formataram uma crise de caráter estrutural que os atuais instrumentos econômicos, políticos e institucionais disponíveis são incapazes de gerir e debelar. Trata-se do que podemos chamar de esgarçamento de nossa condição periférica. Parafraseando Guimarães Rosa, o Brasil está na rua, no meio do redemoinho, sendo que o redemoinho pode ser caracterizado como “a briga de ventos. Ou quando um esbarra com outro, e se enrolam, o doido espetáculo” (ROSA, 1994, p. 341). Desde 2015, a “briga de ventos” provocou a destruição de empresas e empregos, a deterioração da legitimidade das instituições e a redução da autonomia nacional.

Esse redemoinho, sob o governo Bolsonaro, foi formado por vários ventos, vindos de diversas direções e desenvolvendo-se em diferentes intensidades. O vento que veio dos quartéis, trazendo o capitão Bolsonaro, somente apareceu por volta de 2016/2017 e não pode ser responsabilizado exclusivamente pela profunda crise que o Brasil atravessa. Esse “doido espetáculo” foi impulsionado pelo vento vindo do imperialismo dos Estados Unidos, que fermentou a bactéria da operação Lava Jato, geradora de instabilidades institucionais para o corpo brasileiro. Mas a formação e a permanência desse redemoinho não conseguem ser compreendidos sem os ventos do desmanche (de Temer a Bolsonaro) gerados pela megaburguesia brasileira, que, desde 2016, com o golpe parlamentar, está implementando uma reconfiguração do padrão de acumulação do capitalismo brasileiro (“Ponte para o futuro” do capital), expressa no desmanche da Constituição de 1988 e das capacidades governamentais para: (i) abrir novos espaços de acumulação; (ii) recuperar e manter as taxas de lucros das maiores empresas (megaburguesia); e (iii) aumentar o grau de controle, coerção e exploração da massa trabalhadora cada vez mais despossuída¹.

Se, por um lado, esse “doido espetáculo” representa a destruição, a desorganização, a desconfiguração das demarcações que até então conhecíamos, permitindo o avanço do poder da megaburguesia brasileira em sua busca de mais lucro e espaços de acumulação de capital, por outro, ele explicitou as entranhas da formação social brasileira, estruturada pelo “jeitão” dos setores dominantes, nos termos de Oliveira (2012) — que possuem um caráter antirreformista social, escravocrata e autoritário —, que ficou escondido sob um suposto verniz de progresso e modernidade da burguesia brasileira e das camadas sociais médias.

Enxergar essas entranhas faz-se necessário para que seja possível adotar táticas e estratégias que possibilitem novas formas de luta para a configuração do novo, transformando o redemoinho numa travessia de refundação do Brasil, que incorpore social, política e institucionalmente a maior parte da população, que sempre esteve fora desse “suposto Estado de direito” implementado com a proclamação da República, em 1889.

A reconstrução não será feita por meio de desejos ou idealizações. Nem pelo convencimento de que tal teoria econômica é melhor do que outra para gerar crescimento. Nem com o retornar de uma harmonia social e racial que nunca existiu no Brasil, talvez apenas

¹ Cerca de 59% da população brasileira, no final de 2020, vivia com algum tipo de insegurança alimentar por falta de renda. Ver Galindo et al. (2021).

A reconstrução poderá, e deve, ser parte de um longo processo que poderá incluir a superação de nossa secular dependência

nos desejos freyrianos, mas que foi instrumento ideológico fundamental dos setores dominantes brasileiros diante do trabalho organizado e não organizado. A reconstrução poderá, e deve, ser parte de um longo processo que poderá incluir a superação de nossa secular dependência.

O Brasil foi forjado por meio de uma profunda exploração e repressão social de suas populações. Essas marcas permanecem até os dias atuais e são decorrência: 1) dos quase 400 anos de escravidão que, associada ao projeto de branqueamento, durante o Segundo Reinado e a República Velha, forjou o racismo estrutural; 2) do profundo antirreformismo social do conjunto das classes dominantes brasileiras, que tem sua

origem nas práticas e políticas dos grandes proprietários de terra (OLIVEIRA, 2009); 3) da repressão brutal, por meio do aparato estatal, aos que ousaram no campo — quilombos, Canudos, Contestado, Ligas Camponesas, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) etc. — ou na cidade — greves operárias, movimentos comunitários, reformas de base etc. — questionar a ordem brasileira, profundamente desigual.

Nesse sentido, os ventos da reconstrução/refundação não surgirão de forma espontânea, nem muito menos a partir da reconfiguração de uma reconciliação de classes, como observado ao longo dos governos federais do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), pois a megaburguesia brasileira, desde 2016, com o golpe parlamentar, está obtendo expressivos lucros.

Diante disso, o objetivo deste artigo é tratar, de forma sumária e estilizada, do processo histórico em andamento, com vistas a apontar alternativas no sentido da reconstrução do Brasil pós-Bolsonaro. Além desta introdução, o artigo terá outras quatro seções. A seção 2 apresenta as principais características da crise atual e seus desdobramentos. A terceira assinala a necessidade de uma nova maioria política no país, com convicções claras em torno de um projeto civilizacional (que incorpore as questões racial e de gênero como parte do fundamental da questão nacional) de reconstrução do país. A seção seguinte tratará do ambiente externo da reconstrução e, antes das conclusões, indicaremos o caminho para a reconstrução do capitalismo industrial brasileiro.

2. A CRISE EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES

O Brasil está na rua, no meio do redemoinho, sendo que este foi formado por vários cataclismas, vindos de diversas direções e com diferentes intensidades. O cataclisma dos quartéis, que trouxe o capitão Bolsonaro, somente apareceu com força entre 2016/2017 e não pode ser responsabilizado exclusivamente pela profunda crise que o Brasil atravessa. As bandeiras levantadas em 2018 pelo candidato Bolsonaro e pelos militares, de restabelecimento da ordem econômica, política, moral e psicossocial brasileira, vêm caindo uma a uma: desde a posse, em 2019, até a não punição do general da ativa Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, que participou de manifestação política com o presidente, ato proibido pelo regimento do Exército.



Faixas golpistas em atos pró-Bolsonaro. Brasília (DF), 7 de setembro de 2021

Apesar de não ser sua causa originária, a forma de governar de Bolsonaro amplia a crise na medida em que, por um lado, mina as instituições — sistema político, Supremo Tribunal Federal (STF) etc. —, que já estavam fragilizadas, e, por outro, concede benesses, em troca de apoio, para os militares, tais como tratamento especial no quadro da reforma da Previdência, ampliação do número de cargos ocupados no governo, reestruturação da carreira militar (que implicou aumento salarial nos níveis hierárquicos mais altos) e ampliação dos gastos e investimentos do Ministério da Defesa, mesmo com o teto de gastos.

Bolsonaro e os militares hoje no governo não são o fato gerador da crise brasileira, e sim uma infecção oportunista que se apropria de um corpo doente. O Brasil já se encontrava no meio do redemoinho, lançado em várias direções, retorcido e deslegitimado pelos ventos que sopravam de outras paragens. Esse novo vento, na verdade, ampliou o redemoinho que já tinha ganhado forma em 2015.

Esse redemoinho foi impulsionado pelo vento vindo dos Estados Unidos, que fermentou a bactéria geradora da instabilidade (a operação Lava Jato) para o corpo brasileiro. Após a descoberta do pré-sal, os órgãos de inteligência estadunidenses, sobretudo a Agência Nacional de Segurança — National Security Agency (NSA) —, vinham espionando a Petrobras e a presidenta Dilma Rousseff, conforme arquivos obtidos do ex-analista da NSA, Edward Snowden, em 2013. Mais recentemente, com o caso da Vaza Jato, ficou explícito que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos passou informações, de forma ilegal, para a operação Lava Jato. Para muitos analistas, as primeiras informações sobre a corrupção na Petrobras e suas conexões com as empresas líderes da construção civil nacional, obtidas pela Lava Jato em Curitiba, teriam vindo do Departamento de Justiça, repassadas provavelmente pela NSA.

Com essas informações, a força-tarefa de Curitiba passou a utilizar mecanismos de flexibilização ou quebra do regramento jurídico para alcançar seus fins por meio da geração de instabilidade política (um dos elementos centrais de sua estratégia) e de vazamentos ilegais para a imprensa, para pressionar os agentes políticos e as instâncias superiores do Judiciário a prosseguir no combate à corrupção.

Esse vento dos EUA, que se tornou devastador, provavelmente poderia ter sido contido, ainda em sua fase inicial de expansão, por mecanismos institucionais. No entanto, ele ganhou força e foi alimentado por diversas forças sociais nacionais (frações da burguesia, políticos, burocracia estatal, classes médias, STF etc.) que procuravam alcançar seus interesses num contexto de crise econômica e política.

Essas forças sociais achavam que, cada uma isoladamente, poderiam conter o vento ou direcioná-lo para destruir seus competidores, adversários e desafetos. Com isso, o redemoinho se formou e ganhou uma força inimaginável, e segue deixando um rastro de golpes institucionais (golpe de 2016 e exclusão da candidatura de Lula, em 2018), de desestruturação de bases produtivas e de degradação institucional.

A desestruturação das bases produtivas e institucionais interessa, sim, aos agentes externos, especialmente aos Estados Unidos, pois isso: (i) possibilitou a abertura da exploração do pré-sal para as empresas estrangeiras; (ii) contribuiu para a ampliação de vendas de equipamento para essa exploração por empresas estrangeiras, como a estadunidense Halliburton; (iii) desestabilizou o engajamento do Brasil nos arranjos configurados pelos Brics; (iv) reduziu a presença das empresas de construção civil nacional (Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa) na América Latina e África, abrindo espaço para novos entrantes; (v) permitiu a compra da Embraer pela empresa estadunidense Boeing; e (vi) possibilitou o acordo de uso da base de Alcântara pelos Estados Unidos.

Portanto, geopoliticamente é impossível não relacionar a operação Lava Jato e o golpe de 2016 com uma grande ofensiva do imperialismo na região, inaugurando e reinventando formas híbridas de desestabilização de países e de desintegração de sociedades com o claro objetivo estratégico de reinventar uma ordem mundial obsoleta, por isso pautada na violência. Nesse sentido, mais internacional e amplo, a reorganização da Rússia enquanto potência militar soberana e a transformação da China em grande potência ascendente, exportadora em massa de bens públicos e pautando uma possível globalização alternativa à neoliberal (VADELL; SECCHES; BURGER, 2019; VADELL, 2020), abrem possibilidades ao Brasil, ainda a serem elaboradas e mais bem exploradas.

Desde 2015, o Brasil vive uma trajetória caótica, sem rumo, com a deterioração e a perda de legitimidade das instituições.

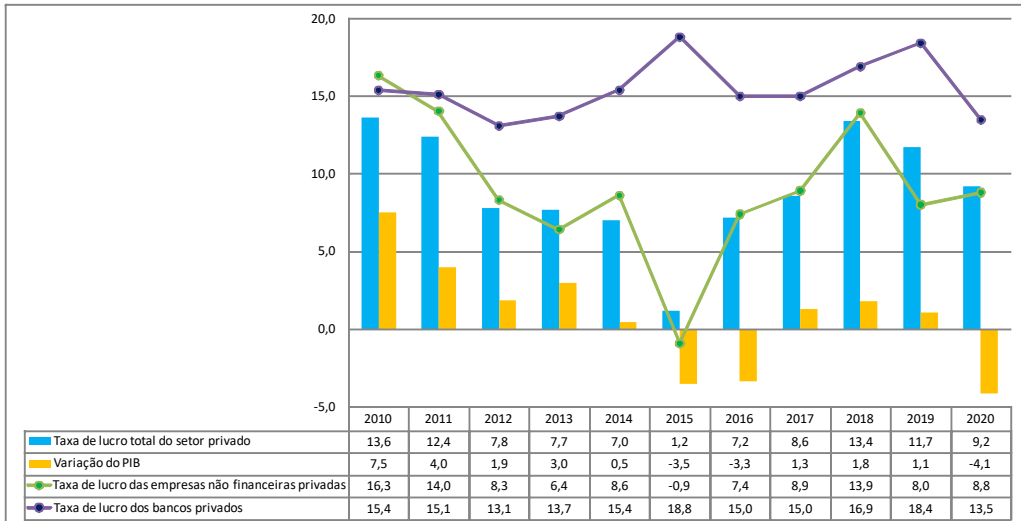
Pinto et al. (2019) relacionam esse processo de crise profunda com o chamado 18 de Brumário de Luís Bonaparte, aplicando o conceito de “guerra de todos contra todos” a um contexto cujo ponto de partida é a própria operação Lava Jato. Segundo Pinto et al. (2019, p. 110),

isso ocorre em virtude (i) da separação expressiva entre o “poder de classe” (bloco no poder) e o “poder de Estado”, conforme apontou Marx [2015] n’O *18 de brumário de Luís Bonaparte*, e da (ii) perda de legitimidade das instituições, que continuam existindo materialmente, mas perdem a capacidade de reduzir incertezas e incentivar os avanços das ações humanas econômicas, sociais e políticas coordenadas. Com isso, impede-se qualquer padrão de formação de expectativas econômicas e políticas a respeito do devir, criando um encurtamento das decisões e dificultando tanto os investimentos como a formação de consensos políticos mínimos.

Se, por um lado, essa crise impede o devir, por outro ela vem possibilitando uma profunda reconfiguração do capitalismo brasileiro, capitaneado, em boa parte, pela burguesia

sia em seu projeto de desmanche da Constituição de 1988 e das capacidades governamentais (contra empresas e bancos estatais, instrumentos de intervenção direta do Estado na economia, e mediante a criminalização das políticas públicas verticais), para abrir novos espaços de acumulação e recuperar as taxas de lucro das 500 maiores empresas não financeiras privadas de capital aberto que caíram entre 2011 e 2015.

Evolução da taxa de lucro das 500 maiores empresas privadas de capital aberto e variação do PIB (em %) — Brasil, 2010-2020



Fonte: Economática. Elaboração própria.

Para isso, os setores dominantes brasileiros se unificaram, desde o golpe parlamentar de 2016, passando pelo governo Temer, até o governo Bolsonaro, com seu ministro da Economia, Paulo Guedes, em torno do juízo de que a única alternativa para destravar a acumulação seriam as reformas neoliberais (previdenciária, trabalhista e administrativa, fixação do teto de gastos) e as privatizações (da Eletrobras, venda de ativos da Petrobras etc.), que repassavam os custos da crise de acumulação aos trabalhadores, pois, para o governo, os entraves ao crescimento seriam fruto das políticas de ganhos reais do salário, da ampliação das políticas de proteção e dos gastos públicos com as políticas universalizantes (saúde e educação) instituídas pela Constituição de 1988.

Não por acaso, a burguesia brasileira apoiou fortemente o candidato Bolsonaro e seu futuro ministro da Economia neoliberal, defensor das privatizações e das reformas pró-mercado. Nesse sentido, a redução da atuação do Estado brasileiro na economia, por meio da venda de ativos públicos e da privatização de suas empresas, tem sido alardeada pelo governo Bolsonaro, pelos setores dominantes brasileiros e pelos economistas de mercado como o caminho do nirvana para o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

O problema é que o nirvana nunca chega para todos numa ordem capitalista. Pelo contrário, o Brasil permanece no redemoinho, numa profunda crise econômica, social e institucional. O esgarçamento do tecido social brasileiro é um dado fatal da realidade. Os dados sobre desemprego, desalento, insegurança alimentar e precarização do trabalho estão disponíveis em *sites* especializados e apontam para uma situação de degradação da vida nacional e

A adoção desse projeto da burguesia dificilmente seria viável politicamente, da forma como vem sendo realizada, em condições institucionais normais. Portanto, os golpes foram funcionais para mudar o padrão de acumulação

social que se aproxima de uma “mexicanização”, com o Estado sendo substituído pelo crime organizado em amplas parcelas geográficas de grandes cidades como o Rio de Janeiro. O poder político expressa a base material, em grande medida: Jair Bolsonaro é um fiel representante e síntese de todas essas frações de classe reacionárias e de poderes criminosos locais. É indissociável a pessoa de seus elos políticos e de compromissos de classe.

A questão é que esse redemoinho tem sido funcional para a mega e a grande burguesias brasileiras (maiores empresas) aumentarem seus lucros desde 2016. Cabe observar que o bloco no poder do capitalismo brasileiro (frações da mega e grande burguesias), com a crise de 2015 e 2016 e com os efeitos destrutivos da Lava Jato, passou por importantes modificações, com o aumento do poder dos segmentos comerciais (varejo e serviços, sobretudo os médicos), com a manutenção do poder dos segmentos bancário-financeiros, com a forte redução dos segmentos industriais, exceto aqueles intensivos em capital baseado em *commodities* (petróleo e gás, siderurgia, papel e celulose, mineração, produtos alimentares etc.), e com o aumento do poder da burguesia agropecuária, que sempre teve um papel superdimensionado no que diz respeito à sua participação política no Congresso².

Esse aumento no poder das empresas (capital) diante dos trabalhadores, com a mudança do padrão de acumulação em curso, sob patrocínio da burguesia brasileira, tem sido funcional para a mega e grande burguesias brasileiras (maiores empresas) recuperarem sua lucratividade e criarem espaços de acumulação.

Como isso foi possível, mesmo com o PIB crescendo muito pouco entre 2016 e 2020? Isso aconteceu em virtude: 1) de um profundo processo de concentração e centralização de capital, sobretudo no setor de comércio e serviços — ou seja, as grandes empresas estão comprando ou ganhando mercado das pequenas e médias empresas; 2) da redução do custo da força de trabalho (direto e indireto, vinculado à reforma trabalhista), que tem implicado a redução dos salários diretos e indiretos dos trabalhadores; 3) da elevação dos preços das *commodities* desde 2017; 4) da desregulamentação ambiental e trabalhista, para facilitar a expansão da agropecuária e do extrativismo em novas fronteiras; e 5) do processo de privatização, que está abrindo novos espaços de acumulação.

² Esse processo ocorre em meio à formação, em grande medida, de pautas mínimas do capital comercial, que apeia do bloco de poder o capital industrial com o golpe de 2016, entre elas as reformas trabalhistas. Pelo lado do sistema financeiro, inovações institucionais são implementadas, como a criação de barreiras ao gasto público (criminalização da política fiscal), privatizações predatórias, a mudança da política de preços praticados pela Petrobras e o fatiamento da empresa. O capitalismo brasileiro submerge após um século XX caracterizado pelas maiores taxas de crescimento econômico do mundo.

Foto: Alan Santos/PR



Leilão de privatização da Eletrobras

No que tange à fração da burguesia agropecuária, chama a atenção a trajetória de crescimento das taxas de lucro das 40 maiores empresas do setor (com dados disponíveis) desde 2015, sobretudo em 2020, quando a taxa alcançou o patamar de 21%, muito superior à taxa do setor bancário-financeiro, que foi de 13,5%, sendo as mega e grandes empresas as que obtiveram as maiores taxas de lucro.

Essas taxas de lucro da mega e grande burguesias e suas frações (agropecuária, industrial intensiva em *commodities*, comercial e de serviços) reforçam o apoio dos setores dominantes brasileiros às reformas pró-mercado, mesmo que isso implique apoiar o governo Bolsonaro com todos os seus problemas e apesar da dificuldade de ser controlado pela burguesia.

Com Bolsonaro, a burguesia permanece no mando (projeto de desestruturação dos direitos sociais, de desmanche da Constituição de 1988, de privatizações e da constitucionalização do neoliberalismo), mas sem comando, em virtude do aumento dos conflitos num contexto de crise institucional em curso. Ou seja, as reformas e as privatizações seguem como rolo compressor, mas sem o controle de parte da burguesia, como visto no processo de privatização da Eletrobras.

Cabe observar que a adoção desse projeto da burguesia dificilmente seria viável politicamente, da forma como vem sendo realizada, em condições institucionais normais. Portanto, os golpes foram funcionais para mudar o padrão de acumulação. Nesse sentido, o vento mais intenso do redemoinho em que o Brasil se encontra é provocado pela sanha dos setores dominantes brasileiros.

Esse novo padrão de acumulação brasileiro tem reforçado o poder econômico e político dos segmentos primários, intensivos em *commodities*, do setor bancário-financeiro e do capital comercial, abrindo espaços para a intensificação da exploração dos recursos naturais e da força de trabalho. Setores dominantes brasileiros não recuaram em seu projeto de desmanche, o que impede a construção de uma conciliação política entre setores sociais amplos.

Nesse sentido, essa nova configuração do padrão de acumulação brasileiro removeu os germes de um possível bloco histórico capaz de direcionar o Brasil ao que Rangel (2005a)

chamaria de *quarta dualidade*, ou seja, a realização das capacidades do capitalismo brasileiro por via da fusão entre banco e indústria e a planificação do comércio exterior como uma das molas de nossa possível transição ao socialismo³.

3. UMA NOVA MAIORIA POLÍTICA

O bloco ou pacto de poder instalado no Brasil com a Revolução de 1930 construiu as bases institucionais e produtivas que tornaram nosso país um *case* de sucesso que o situou — ao lado da URSS e do Japão — entre os países que mais cresceram no mundo entre 1930 e 1980, puxado pelo processo de industrialização e urbanização. A era desenvolvimentista (1930-1980) resultou na formação de uma economia industrial moderna no Brasil no início dos anos 1980, provocando uma expansão e diversificação da estrutura industrial, ampliação do mercado interno e transformações positivas no padrão de comércio. O hiato produtivo e tecnológico entre o Brasil e os países desenvolvidos chegou aos seus menores níveis. Mesmo com esse avanço, o país encontrou enormes dificuldades para reduzir a sua vulnerabilidade externa estrutural, em virtude do endividamento externo utilizado para avançar na industrialização — notadamente durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do governo Geisel —, e sua vulnerabilidade social, marcada pela elevada concentração de renda e riqueza e pelo enorme contingente de pessoas vivendo na pobreza extrema.

Podemos discutir os termos desse processo; uma via prussiana violenta que deslocou do campo para a cidade dezenas de milhões de trabalhadores e trabalhadoras em um curto espaço de tempo. Um processo que não conseguiu enfrentar as contradições do profundo antirreformismo social do conjunto das classes dominantes brasileiras (OLIVEIRA, 2009), menos ainda no que diz respeito ao “racismo estrutural”, nos termos de Almeida (2018). Tais contradições, fruto do poder dos proprietários rurais (lógica da casa-grande, herdada pelas burguesias emergentes, que surgiram ao longo do século XX), dos quase 400 anos de escravidão e de um processo violento de urbanização, criaram profundos limites a um projeto nacional de caráter civilizatório, mesmo com o avanço da industrialização.

A partir do momento em que a ditadura militar — e seu aparato estatal desenvolvimentista — não conseguiu mais manter elevadas taxas de crescimento, muito menos arbitrar o conflito distributivo entre as frações dominantes, ocorreu sua perda de legitimidade como eixo de comando da “fuga para a frente”. Em 1985, assume a Presidência da República um governante civil, José Sarney, que recebe uma herança de baixo crescimento econômico, de deterioração do cenário internacional e de crise da dívida externa, que amplificou a vulnerabilidade externa do país. Com isso, reaparecem, com bastante virulência, as disputas entre frações dominantes pela apropriação dos lucros, fator que foi acentuado pela ampliação da

³ Sobre a *quarta dualidade*, Jabbour e Dantas (2016, p. 39) enfatizamos que sua proscricção é anterior aos governos Lula e Dilma, sendo estes últimos uma tentativa frustrada de formação de um bloco de poder análogo ao que propunha Rangel: “Retornando à dinâmica da economia brasileira, o ‘modelo’ se esgotou sob os auspícios da combinação entre hiperinflação e endividamento externo nos anos 1980. Se por um lado Rangel percebia, pioneiramente, o papel progressista da inflação como irmã siamesa de nosso desenvolvimento, também observara, e previra, o esgotamento do papel de imobilização do sistema pela inflação. A crise de financiamento da economia demandava mudanças no próprio papel do Estado e a tomada do leme do investimento pela iniciativa privada. A tarefa de institucionalização de um aparelho de intermediação financeira nacional, as concessões de serviços públicos a empresas privadas nacionais e regulação estatal do comércio exterior seria o passo adiante à consolidação do capitalismo nacional brasileiro pela via da internalização do centro dinâmico da economia internacional (capital financeiro). Mudanças institucionais qualitativas urgiam por implementação. Seria a inauguração da *quarta dualidade*.”

O novo bloco histórico das forças progressistas a ser gestado no fogo da luta deverá ter em mente a necessidade de “desbolsonarizar” a sociedade brasileira em moldes semelhantes ao ocorrido na Europa nos 30 anos gloriosos do capitalismo. O *welfare state* foi a base material da superação do nazismo enquanto fenômeno político e de massas na Europa

heterogeneidade do bloco no poder do capitalismo brasileiro, haja vista a manutenção das frações existentes (industriais nacionais, capital industrial estrangeiro, oligarquias fundiárias, capital comercial nacional) e a emergência e conformação de novos segmentos sociais, tanto nacionais quanto estrangeiros, atrelados às finanças e ao agronegócio.

A aliança entre as diversas frações dominantes, que se mantivera pela força do crescimento econômico durante a era desenvolvimentista, se desfez na década de 1980, criando uma grande instabilidade no âmbito econômico. O reflexo dessa disputa distributiva acirrada, num contexto de deterioração dos termos de troca e crise da dívida externa, foi a aceleração da inflação, que culminou com hiperinflação nos anos finais da década (OLIVEIRA, 2002, p. 20-21). Na verdade, aquele período foi marcado por uma forte disputa econômica, política e ideológica entre os segmentos sociais dominantes: segmentos industrialistas — com vestígios de perspectiva desenvolvimentista — e segmentos bancário-financeiros — articulados sob uma visão cosmopolita —, que vinham ganhando força com o processo de globalização atrelado às ideias neoliberais.

Ao longo da década de 1990, o processo de liberalização produtiva, comercial e financeira e as mudanças nos modos de intervenção do Estado, iniciadas no governo Collor e consolidadas durante o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), conformaram no Brasil o projeto neoliberal — do bloco no poder do capitalismo brasileiro em suas relações dependentes com o capital internacional. Nesse novo padrão de desenvolvimento, as frações dominantes bancário-financeiras nacionais (grandes grupos bancários, tais como Bradesco e Itaú, e fundos de pensão) e estrangeiras (fundos de pensão, fundos mútuos de investimento e os grandes bancos multinacionais) assumiram a hegemonia do bloco no poder do capitalismo brasileiro. A dívida pública tornou-se um importante instrumento de acumulação da burguesia financeira ou “financeirizada”, num contexto de abertura e desregulamentação dos mercados financeiros. As frações industriais nacionais, por seu turno, se inseriram de forma

subordinada nos movimentos da acumulação “financeirizada” e do capital internacional industrial (grandes empresas multinacionais).

Em linhas gerais, a entrada do país na crise da década de 1980, o advento do neoliberalismo na década de 1990 e as regressões institucionais ocorridas desde o golpe de 2016 tornaram explosivas as contradições em torno da questão da luta de classes e seus cruzos no que tange à questão racial. Daí o caráter civilizatório do projeto nacional a ser construído.

Aqui estamos tratando de questões agudas agravadas nos últimos oito anos, mais especificamente a crise de acumulação do capitalismo brasileiro, entre 2014 e 2015, e a saída da burguesia por meio da institucionalização de um neodarwinismo social de caráter medieval (ditadura da *mais-valia absoluta*).

Logo, quando tocamos no ponto da construção de outra maioria política no país, estamos tratando de um processo de acúmulo de forças na sociedade em torno da formação de uma maioria, heterogênea, que estabeleça o projeto nacional e civilizatório como meta. Porém, existe um ponto zero nesse processo: vencer as eleições presidenciais do presente ano. Essa possível vitória das forças progressistas deve ser compreendida como um passo inicial para a superação do atual estado de coisas.

O amálgama de uma grande frente para derrotar a extrema-direita poderá ser um passo fundamental para a liberação das chamadas “forças vivas da nação”, completamente dispersas, mas existentes, em torno da reconstrução de nosso país. Essas forças vivas nacionais tenderão a ser o núcleo forjador de convicções em torno de profundas reformas institucionais que desatem os nós que impedem nossa realização enquanto nacionalidade. A formação dessa nova maioria política não tem caráter exclusivamente eleitoral, pois a natureza das transformações que o país exige demanda sofisticada visão estratégica e percepção do caráter geracional da reconstrução nacional.

O novo bloco histórico das forças progressistas a ser gestado no fogo da luta deverá ter em mente a necessidade de “desbolsonarizar” a sociedade brasileira em moldes semelhantes ao ocorrido na Europa nos 30 anos gloriosos do capitalismo. O *welfare state* foi a base material da superação do nazismo enquanto fenômeno político e de massas na Europa. Por aqui, a retomada do crescimento econômico, com distribuição de renda e viabilização da mobilidade social, será a chave para o alcance desse objetivo estratégico.

É ilusão supor duas contradições-chave: uma que situa a economia à frente da política, estabelecendo-se, portanto, que o problema do Brasil seria de escolhas econômicas ruins em face dos marcos institucionais desconstruídos desde a abertura comercial na década de 1990, processo interrompido durante os governos populares de Lula e Dilma e retomado com toda a força após o golpe de 2016. Outra ilusão é crer que essa nova maioria política já terá em mãos, desde seu nascimento (neste exato momento, conforme as articulações do presidente Lula demonstram) um programa pronto e completo de reconstrução.

O conceito se manifesta no movimento real. Não serão imediatas a reversão das reformas trabalhistas, a retomada da Petrobras pelo povo brasileiro, a supressão do teto de gastos, a ativação completa de nosso sistema financeiro nacional para fins de desenvolvimento e a superação de uma arraigada subjetividade fiscalista que vive e se reproduz dentro do Estado nacional brasileiro. A cada tarefa a ser executada, a política deverá estar no comando, uma concentração de forças será necessária. Aprofundar-se-á a luta de classes, a sabotagem interna e o papel letal da imprensa comercial. Estamos, e estaremos, diante de uma batalha pela nação brasileira.



Pondo em prática sua proposta de constituir uma frente ampla, o candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, trouxe para seu palanque ex-presidenciais de várias correntes políticas. No foto, da esq. para a dir.: Geraldo Alckmin (PSB), Fernando Haddad (PT), Marina Silva (Rede), Guilherme Boulos (Psol), Cristovam Buarque (Cidadania), Luciana Genro (Psol), Lula (PT), João Goulart Filho (PCdoB) e Henrique Meirelles (União Brasil)

Tratar essa formação de maioria em meio à formação de convicções estratégicas no núcleo duro dessa frente não é uma saída diante da necessidade premente de propostas. As leis da política são diferentes das da economia. Caminhando se faz o caminho. Nesse aspecto, um objetivo fundamental a ser atingido por um possível governo progressista é mobilizar os setores organizados da sociedade em prol de determinados objetivos e atingir maioria absoluta e qualificada na Câmara dos Deputados, de forma que certas revogações sejam possíveis. Política e mobilização popular são as palavras de ordem. A falta de uma ou de outra pode significar a derrota da futura experiência.

Estamos a tratar de uma frente ampla que terá de lidar com a complexidade da política brasileira e com poderosos inimigos, ao menos quatro frações do grande capital: a mídia, o capital bancário-financeiro, o capital comercial e o agronegócio. Radicalidade e amplitude são ciência e arte. O núcleo nacional e progressista (PT, PSB, PDT, PCdoB e Psol)⁴ deverá ser o grande articulador do programa, dos passos políticos e da mobilização popular. Desse núcleo também se exigirá a paciência e a amplitude necessárias para a formação de uma maioria parlamentar capaz de suportar as demandas de mudanças institucionais necessárias diante do quadro de destruição que o país vive.

Vejamos: o Brasil possui 34 mil obras públicas paradas ou inacabadas (LEMOS, 2021). A retomada dessas obras demandará o fim do teto de gastos, e para isso será necessária uma maioria qualificada na Câmara dos Deputados. Além da imprensa, enfrentaremos uma guerra semiótica. A nosso favor: um pesado discurso em prol da geração de emprego e renda em um país onde 100 milhões de pessoas passam por problemas de insegurança alimentar.

⁴ Partido dos Trabalhadores (Workers' Party — PT), Partido Socialista Brasileiro (Brazilian Socialist Party — PSB), Partido Democrático Trabalhista (Democratic Labor Party — PDT), Partido Comunista do Brasil (Communist Party of Brazil — PCdoB) e Partido Socialismo e Liberdade (Socialism and Liberty Party — Psol).

O foco está na geração imediata de empregos, retomando as obras paradas. Uma tarefa política por vez. Terá de ser derrubada a proposta de emenda à constituição (PEC) do teto de gastos. E decretar estado de emergência, dada a fome que assola o país

Nessa batalha pelos destinos da nação brasileira não haverá espaço para pequenas questões no trato da grande política. O chamado Centrão é um dado da realidade política nacional desde a Independência, em 1822. São quadros políticos com pés fincados em realidades as mais distintas. Deverão ser tratados como a grande política demanda: respeito, sem arrogância, buscando convergências e consensos no programa estabelecido pelo núcleo nacional e progressista.

Sabemos que a formação de uma nova maioria política é a maior e mais difícil de nossas tarefas. A que exigirá força e paciência.

4. RECONSTRUINDO O BRASIL

Como dito anteriormente, desde 2015, o redemoinho em que se encontra o Brasil provocou a destruição de empresas e empregos relacionados às indústrias pesada e de engenharia mecânica pesada, a deterioração da legitimidade das instituições (Executivo, Legislativo e sistema político, Judiciário e Forças Armadas), a privatização da Eletrobras, o fatiamento da Petrobras e a forte redução da autonomia nacional. Na verdade, do nacional-desenvolvimentismo retornamos à pré-Revolução de 1930 e à implantação de uma ditadura da *mais-valia absoluta* com a reforma trabalhista.

O grande desafio é reconstruir o que foi destruído; tarefa geracional para cujo cumprimento um possível governo progressista eleito dará apenas um pequeno passo. A nova maioria política é uma construção processual, não cabendo idealismos e sim análise concreta da situação concreta. O ambiente internacional é propício a escolhas inteligentes visando ao interesse nacional.

Vamos a partir daqui propor uma estratégia de desenvolvimento com apenas alguns pontos que achamos essenciais, mas que não vêm comparecendo ao debate. Ortodoxia e heterodoxia no Brasil estão fechadas em copas, discutindo “regras fiscais”, quando o centro do debate deveria ser a definição de quais as mudanças institucionais a serem implementadas com a finalidade de reindustrializar o Brasil, quais setores devem ser impulsionados e



Plenário da Câmara dos Deputados, Brasília (DF), 2022. O chamado Centrão é um dado da realidade política nacional desde a Independência, em 1822

quantos milhões de empregos deverão ser gerados *imediatamente*. Sairemos do usual, não discutiremos questões relacionadas a macroeconomia; o ambiente está poluído por esse tipo de debate. Vamos às propostas concretas.

4.1. A INFRAESTRUTURA URBANA E OS GRANDES COMPLEXOS PÚBLICO-PRIVADOS

Rangel (2005b) expôs com muita clareza a mudança da natureza de nosso processo de industrialização, que passou, com o II PND, a ser poupador de mão de obra com o surgimento de um “departamento I novo”⁵ na economia nacional. Diante da *transformação da crise de superpopulação agrária em crise de superpopulação urbana*, o economista maranhense propunha (RANGEL, 2005b) um salto à frente em relação a uma nova união entre ortodoxos e heterodoxos em torno do “combate à inflação”⁶: inovações institucionais que induzissem a abertura de novos campos de acumulação nas cidades. A crise urbana, presente até os dias de hoje, demandava (e demanda): 1) a utilização de toda a capacidade instalada construída nos 50 anos de nacional-desenvolvimentismo; 2) o surgimento de um imenso aparelho de intermediação financeira para transferir recursos de um setor a outro da economia; 3) a institucionalização de reserva de mercado para o capital privado nacional; e 4) a planificação do comércio exterior.

Foram as condições proporcionadas às inovações institucionais e às capacidades produtivas citadas que o neoliberalismo, a operação Lava Jato e o golpe de 2016 trataram de destruir. Qual a solução para esse imenso impasse histórico, além da formação de uma

⁵ “Departamento I novo” é o setor da economia responsável pela chamada “indústria mecânica pesada”. Em outros termos, é o setor que entrega a um país a independência tecnológica necessária à construção de usinas hidrelétricas, ferrovias modernas etc.

⁶ Desde o Plano Trienal de Furtado até os “choques heterodoxos”, como o Plano Cruzado e as malsucedidas tentativas de Lula e Dilma de casar estabilidade monetária com políticas desenvolvimentistas pontuais, marca-se essa tragédia. Trata-se de um interessante caso de estudo.

outra maioria política *currente calamo*? A explosão da crise urbana está diante de nossos olhos e tem na criminalidade, popular e dos ricos, crescimento em proporção inversa ao da taxa de investimentos em relação ao PIB (RANGEL, 1981). A estratégia passa pela releitura das propostas rangelianas à luz de nosso tempo. Nesse sentido, a recomposição dos setores destruídos pela operação Lava Jato é fundamental. Como proceder? Parênteses necessários para pontuarmos o conselho de Sagan (2006, p. 45), que resume o grande desafio intelectual aos interessados em elaborar a reconstrução do Brasil:

O modo científico de pensar é ao mesmo tempo imaginativo e disciplinado. Isso é fundamental para o seu sucesso. A ciência nos convida a acolher os fatos, mesmo quando eles não se ajustem às nossas concepções. Aconselha-nos a guardar hipóteses alternativas em nossas mentes, para ver qual se adapta melhor à realidade. Impõe-se um equilíbrio delicado entre uma abertura sem barreira para ideias novas.

A ousadia do pensar científico hoje é ir além de pontos como o papel do Brasil nas cadeias globais de valor ou o papel da ciência, tecnologia e inovação no próximo governo. A reconstrução do capitalismo brasileiro, assentado num novo bloco histórico, vai demandar pensarmos grande, e nesse sentido não existe outra solução para os nossos dilemas. Precisamos reconstruir, uma a uma, as cadeias produtivas destruídas pela operação Lava Jato e recompor completamente o papel do sistema financeiro nacional e da Petrobras em um projeto de aplicação imediata à geração de milhões de empregos. O campo de debate e de discussão precisa *urgentemente* ser deslocado.

O foco está na geração imediata de empregos, retomando as obras paradas. Uma tarefa política por vez. Terá de ser derrubada a proposta de emenda à constituição (PEC) do teto de gastos. E decretar estado de emergência, dada a fome que assola o país. Mas essas obras precisam ser reabertas, gerando uma boa massa de salários e efeitos de encadeamento sobre a economia. O efeito será imediato a essa postura. Esse é um ponto imediato que deverá pautar nossa atitude no debate, desviando o foco da questão fiscal e da macroeconomia pura e simples⁷.

A retomada dessas obras é um sinal de algo maior, que demandará de nós elaboração fina e prévia das mudanças institucionais e do acúmulo de forças políticas necessários para enfrentar o debate e a execução desta grande operação que servirá de base à reconstrução do capitalismo brasileiro: reabrir todas as cadeias produtivas destruídas pela operação Lava Jato. Para tal, o grau de mudanças institucionais é alto. Daí a cautela política.

Propomos que parta do Estado a tarefa política de reconstituição do tecido empresarial brasileiro. Já existem formas jurídicas que contemplam isso, como os acordos de leniência, mas é pouco. O Estado deverá rearranjar esses conglomerados, com entrega de demanda a eles. Aí entram outros elementos institucionais, pois o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros bancos públicos deverão se voltar às tarefas em torno da institucionalização da demanda fundamental à reconstrução dessas empresas.

O plano deverá ser ousado e inteligente. A infraestrutura urbana deverá ser pautada. Ampliação dos metrô do Rio de Janeiro e São Paulo, inauguração de linhas em todas as capitais e grandes cidades que ainda não dispõem desse meio de transporte. Retorno de pro-

7 Não podemos ignorar a macroeconomia. Tudo se relaciona. Em algum momento terá de ser revista a política de metas de inflação e a temporalidade do cumprimento das metas.

Foto: Roberto Stuckert Filho/PR



Presidenta Dilma Rousseff entrega unidade habitacional do programa Minha Casa Minha Vida para família de Presidente Prudente (SP), 16/09/2015. Iniciado em 2009, o programa foi uma das várias iniciativas das gestões de Lula e Dilma para alavancar o setor de construção civil e diminuir o déficit habitacional do país

jetos como o Minha Casa Minha Vida. Pontes, túneis, viadutos. A apresentação desse plano de reconstrução das cidades é fundamental para o país e a vida do povo.

A reserva de mercado deverá ser amplamente utilizada, com a criação de grandes consórcios público-privados formados pelas empresas recuperadas e o Estado. Uma nova forma de propriedade que poderá ir ao mercado de valores se financiar para os fins desses empreendimentos. O modelo Petrobras, assim como o utilizado para construir grandes obras na China, como a hidrelétrica de Três Gargantas, podem servir de exemplo (JABBOUR, 2006)⁸.

Batalhas políticas de grande porte serão travadas à luz dessa iniciativa. Mas não temos mais escolha. Inteligência e ousadia são dois atributos fundamentais para enfrentarmos o atual momento. Se não temos uma burguesia nacional capaz de enfrentar esse desafio juntamente com o Estado, tratemos de deixar de buscar bodes expiatórios e construir essa burguesia.

4.2. UTILIZAR AS TENDÊNCIAS EXTERNAS PARA A PLANIFICAÇÃO DE NOSSA ECONOMIA

Por incrível que pareça, a história demonstra que quanto mais polarizado e instável o mundo se encontra, maiores são as possibilidades do Brasil diante da chamada “transição hegemônica”, mesmo que não seja esse exatamente o processo que está em andamento no mundo. Mas as possibilidades abertas para a manutenção de equidistância em relação a China e Estados Unidos devem ser levadas às últimas consequências. O exemplo de Getúlio, no que diz respeito a suas contradições na relação com a Alemanha nazista e os EUA, traduzidas na fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e na tolerância do im-

⁸ O Estado chinês constituiu a chamada Corporação para o Desenvolvimento do Vale do Rio Yangtsé, que ficou encarregada de construir a obra e apresentar planos de desenvolvimento da região.

perialismo ao nosso pleno desenvolvimento durante boa parte do século XX, deve estar gravado em nossa memória. O Brasil é grande demais para caber no quintal de alguém (BATISTA JR., 2019).

Nesse tocante, uma das chamadas “leis gerais” do processo de desenvolvimento está no fato de o Brasil, assim como outras economias periféricas, não ter condições de criar tendências próprias para a planificação da economia, já que, no geral, isso ocorre pelo fato de essas economias não terem as condições para isso, a saber: 1) uma revolução socialista capaz de centralizar os recursos estratégicos sob controle do Estado; ou 2) um capitalismo maduro, em que o banco e a indústria estejam fundidos e contem com capacidade de operar na fronteira das novas e novíssimas tecnologias. É sobre esse pano de fundo que devemos observar o passado e o futuro de nosso processo de desenvolvimento. Antes da Revolução de 1930, o Brasil não tinha um mercado nacional unificado, e sim ilhas (*hinterlands*), “portos-empório” que se relacionavam somente com seu “polo externo”, ou seja, seu mercado. O sistema ferroviário refletia esse estado de coisas ao unir o porto-empório ao mercado próximo.

Um sistema dessa natureza impedia a unificação do território econômico nacional, algo a que as estradas — refletindo a tendência lançada pelos EUA no pós-guerra — se propunham como solução mais prática e plástica aos desígnios de unificação do território econômico nacional e consolidação da revolução burguesa no Brasil. As possibilidades foram amplamente aproveitadas com a instalação das multinacionais automobilísticas no Brasil, com Juscelino Kubitschek (JK) e suas cerca de 2 mil empresas nacionais de autopeças. Na década de 1980, o Brasil tinha o maior parque “metalmecânico” do mundo.

Mas a dialética se impõe à análise do processo de desenvolvimento. À medida que a industrialização brasileira avançasse e os fluxos regionais de mercadorias fossem se expandindo, o próprio modal rodoviário iria se tornando obsoleto e a tendência à ferrovia deveria se impor. O Brasil, por incrível que pareça, construiu as bases dessa transição com a já citada implantação de um departamento I novo na economia, “devidamente” destruído pelo neoliberalismo desde a década de 1990. Bom lembrar que a cidade de São Paulo inaugurou o metrô mais moderno do mundo em 1975 com engenheiros, locomotivas, trilhos e escadas rolantes produzidos no Brasil. O nó infraestrutural brasileiro é conhecido e reconhecido por todos, mas a falta de visão estratégica e o fiscalismo atrapalham sobremaneira a solução dessa questão.

O que propomos é simples, sem ser simplista. Percebermos a tendência chinesa de exportar bens públicos, entrarmos no projeto Cinturão e Rota oferecido pelos chineses, prepararmos nosso território para receber ao menos US\$ 200 bilhões em infraestruturas como trens de alta velocidade, modernização portuária e aeroportuária⁹. Como nação independente e com visão de projeto nacional, devemos impor aos chineses condições de acesso ao nosso mercado de infraestruturas: instalação de cadeias produtivas relativas a esses itens e garantia de transferência de tecnologia. Algo muito semelhante ao grande acordo que os chineses fizeram com a República Islâmica do Irã (WATKINS, 2020).

⁹ Nos últimos anos a China transformou-se na maior credora líquida do mundo, passando o FMI e o Banco Mundial. Entre 2000 e 2017, a título de ilustração, a China forneceu créditos e financiamento para 13.847 projetos, da ordem de US\$ 843 bilhões, para 165 países (SMITH, 2021). Somente na América Latina, entre 2005 e 2019 esses financiamentos de infraestrutura e empréstimos alcançaram US\$ 140 bilhões (CANUTO, 2019). Uma grande onda de propaganda em relação a esses empréstimos refundou um velho conceito de “armadilha da dívida”, facilmente refutado pelos estudos de Brautigam, dentre eles: Brautigam e Rithmire (2021).

Foto: Registro de vistoria/MEC



Construção paralisada de creche em Florai (PR), 2021. De acordo com a CGU (Controladoria-Geral da União), a obra era uma das quase 9 mil abandonadas pelo MEC no país

Não podemos nos esquecer. A ponta externa se fecha com o lançamento do programa de infraestruturas (“Reconstruir um mundo melhor”), que pelo menos no papel tenta enfrentar a Iniciativa Cinturão e Rota chinesa. Internamente, o “trilionário” Plano Biden tenta fazer frente às demandas por infraestruturas do país e repor o país em condições de liderar a corrida em tecnologias sensíveis envolvendo comunicações, *smart cities*, informação e inteligência artificial¹⁰.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, de forma direta e simples, expôs uma visão que busca ir além das saídas da crise brasileira já propostas. Vencer as eleições, construir uma maioria política em meio ao processo de luta fratricida contra a mídia e o grande capital. Rever privatizações e desfazer mudanças institucionais regressivas (teto de gastos, reforma trabalhista etc). Para cada tarefa, um grau de concentração e estratégia política. A tarefa de reconstrução do país é geracional, não se encerrará com um ou dois mandatos progressistas.

Ousadia e inteligência para enfrentar as grandes questões, como a fome, o desemprego, demandam uma visão de conjunto sobre a reconstrução do capitalismo brasileiro. Não basta reconhecer os males da operação Lava Jato contra o país, pois é necessário partirmos desse ponto de destruição para a construção de uma nova agenda voltada à formação de grandes conglomerados público-privados, com a finalidade de desatar o nó das infraestruturas urbanas no país, construir uma engenharia institucional e financeira para essa gigantesca finalidade. Pensar grande.

Por fim, aprendamos com nossa história e percebamos as possibilidades que a China oferece, como exportadora de bens públicos, à reconstrução de nossas conexões físicas

¹⁰ Pelo lado dos chineses, é importante notar que, em todos os indicadores relacionados ao que se convencionou chamar de sistema nacional de inovação, a China tem diminuído sua distância em relação aos EUA.

nacionais. Devemos aproveitar essa tendência criada pela China, planejar nossa economia e preparar nosso território para receber bilhões de dólares de investimentos em infraestrutura por parte da China. Em um grande acordo entre dois grandes projetos nacionais, envolvendo transferência de tecnologia, por exemplo.

Um acordo desse tipo não necessariamente demanda utilização de “poupança externa”. O acordo China-Irã prevê a troca de petróleo por obras e cadeias produtivas por 25 anos e valores da ordem de US\$ 400 bilhões. O Brasil e o restante da América do Sul poderiam reunir-se em torno de um gigantesco projeto de integração regional, fechando um acordo semelhante de troca de *commodities* por obras e tecnologia. Trata-se de planificação do comércio exterior em nível elevado. Além de viável, seria um ponto de viragem para a América do Sul.

* Professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-Uerj).

** Professor associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ).

*** Professor titular da FCE-Uerj.

► Texto recebido em 15 de julho de 2022; aprovado em 18 de julho de 2022.

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2018.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém**. São Paulo: Leya, 2019.
- BRAUTIGAM, Deborah; RITHMIRE, Meg. The Chinese debt trap is a myth: the narrative wrongfully portrays both Beijing and the developing countries it deals with. **The Atlantic**, February 6, 2021. Disponível em: <www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=59720>. Acesso em: 4 nov. 2021.
- CANUTO, Otaviano. How Chinese investment in Latin America is changing. **Americas Quarterly**, March 12, 2019. Disponível em: <www.americasquarterly.org/article/how-chinese-investment-in-latin-america-is-changing>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- FIORI, José Luís. A síndrome de Babel e a nova doutrina de segurança dos Estados Unidos. **Tempo do Mundo**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 49-58, 2018.
- GALINDO, Eryka et al. Working paper 4: efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice**, April 13, 2021. Disponível em: <www.lai.fu-berlin.de/en/forschung/food-for-justice/publications/Publikationsliste_Working-Paper-Series/Working-Paper-4/index.html>. Acesso em: 16 dez. 2021.
- JABBOUR, Elias. **China: infraestruturas e crescimento econômico**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Transformações regressivas e a presente transição brasileira em Ignácio Rangel. **Geosul**, v. 31, n. 61, p. 33-66, 2016.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos. China and market socialism: a new socioeconomic formation. **International Critical Thought**, v. 11, n. 1, p. 20-36, 2021.
- JABBOUR, Elias; GABRIELLE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- LE MOS, Davi. Brasil possui 34 mil obras federais paralisadas, diz Paulo Azi. **Política Livre**, 1 out. 2021. Disponível em: <<https://politicalivre.com.br/2021/10/brasil-possui-34-mil-obras-federais-paralisadas-diz-paulo-azi/#gsc.tab=0>>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- OLIVEIRA, Francisco de. Jeitinho e jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. **Piauí**, n. 73, out. 2012. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/jeitinho-e-jeitao>>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- OLIVEIRA, Nelson. Um país privado, os dilemas conjunturais de uma oposição. **Cadernos do Ceas**, Salvador, v. 200, p. 9-25, 2002.
- _____. Antirreformismo, estabilidade e desarticulação social: espectros de um republicanismo oligárquico. In: GOMES, Fábio Guedes; PINTO, Eduardo Costa (Org.). **(Des)Ordem e regresso: o ajustamento neoliberal no Brasil (1990-2000)**. São Paulo: Hucitec; Mandacaru, 2009. p. 80-125.
- PINTO, Eduardo Costa et al. A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 54, p. 108-147, set.-dez. 2019.
- RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. v. 2, p. 655-686.
- _____. Criminalidade e crise econômica. **Ensaio FEE**, v. 1, n. 1, p. 95-107, 1981.
- _____. Economia: milagre e antimilagre. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. v.1, p. 681-762.
- ROSA, Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Biblioteca Luso-Brasileira, 1994.
- SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

SMITH, Elliot. Chinese loans leave developing countries with \$385 billion in hidden debts, study says. **CNBC**, September 30, 2021. Disponível em: <www.cnbc.com/2021/09/30/study-chinese-loans-leave-developing-countries-with-385-billion-in-hidden-debts.html>. Acesso em: 15 dez. 2021.

VADELL, Javier. Globalización e interconectividad en sistema mundial moderno: transformaciones globales, Belt & Road Initiative y sistema sino-céntrico. In: CARIA, Sara; GIUNTA, Isabella (Coord.). **Pasado y presente de la cooperación internacional**: una perspectiva crítica desde las teorías del sistema mundo. Quito: IaeN, 2020. p. 117-138.

VADELL, Javier; SECCHES, Daniela; BURGER, Mariana. De la globalización a la interconectividad: reconfiguración espacial em la iniciativa Belt & Road e implicaciones para el Sur Global. **Revista Transporte y Territorio**, n. 21, p. 44-67, 2019.

WATKINS, Simon. China inks military deal with Iran under secretive 25-year plan. **Global Research**, July 20, 2020. Disponível em: <www.globalresearch.ca/china-inks-military-deal-iran-under-secretive-25-year-plan/5718940>. Acesso em: 3 nov. 2021.

Farsa, tragédia e notícias

Considerações sobre a conjuntura política do Brasil em 1964 e 2016

Farce, tragedy, and news
 Considerations on the political situation of Brazil
 in 1964 and 2016

Roberto Radünz*

Jeann Vorpapel Portalete**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.011>

Reprodução



Golpe de Estado do 18 de brumário (1840), de François Bouchot. Em O 18 de brumário de Luís Bonaparte, Marx reflete sobre a célebre ideia hegeliana de que os grandes fatos históricos ocorrem duas vezes — “a primeira como tragédia, a segunda como farsa”, complementa o autor do Manifesto comunista

RESUMO

A vida política do Brasil tem sido marcada por recorrentes processos de ruptura institucional. Essas conjunturas são complexas e se tornam temas especialmente sensíveis quando mais próximas do tempo presente. Este artigo tem como objetivo cotejar o golpe civil-militar de 1964 com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, vasculhando as semelhanças e as diferenças a partir da abordagem proposta por dois jornais: a *Folha de S.Paulo* e o *Pioneiro*. O periódico paulista tem uma circulação nacional e um prestígio incontestável. O *Pioneiro*, jornal de circulação restrita ao âmbito regional da Serra Gaúcha, tem um lugar de destaque por ser seguidor da linha editorial do Grupo RBS, ligado ao sistema Globo de telecomunicações. O artigo faz uma abordagem da história do tempo presente e vale-se de pressupostos da história comparada. Essas interpeleções têm no materialismo histórico o seu ponto de interseção. Este texto busca pontuar alguns aspectos relativos ao papel dos jornais em questão na construção de uma narrativa sobre os processos ocorridos em 1964 e 2016 no Brasil. Ambas as linhas editoriais, em momentos distintos, elaboraram um discurso de rejeição, de crítica, de contestação tanto a Goulart quanto a Rousseff, deixando que se evidenciassem determinados posicionamentos políticos de oposição aos governos legitimamente eleitos.

Palavras-chave: Golpe civil-militar. Impeachment. *Folha de S.Paulo*. *Jornal Pioneiro*.

ABSTRACT

Brazil's political life has been marked by recurring processes of institutional ruptures. These situations are complex and become especially sensible themes while closer to the present time. This paper aims to make a comparison between the civil-military coup in 1964 and the impeachment of Dilma Rousseff in 2016, scrutinizing the similarities and differences through the approach proposed by two newspapers: *Folha de S.Paulo* and *Pioneiro*. The newspaper from São Paulo has a national circulation and an unquestionable reputation. *Pioneiro*, newspaper that has a restrict circulation in the regional scope of the Serra Gaúcha, has an outstanding position for being to the editorial line of the RBS Group, connected to the Globo system of telecommunications. The paper is situated in an approach of the history of the present time and uses assumptions from the comparative history. Those interpellations have in the historical materialism their intersection point. This text attempts to highlight some aspects concerning the role of the newspapers in question in the construction of a narrative on the processes occurred in 1964 and 2016. Both editorial lines, in distinct moments, produced a discourse of rejection, criticizing and contesting both Goulart and Rousseff, evidencing certain political positions of opposition to the legitimately elected governments.

Keywords: Civil-military coup. Impeachment. *Folha de S.Paulo*. *Pioneiro* newspaper.

1. A PROBLEMATIZAÇÃO DE ALGUNS EVENTOS POLÍTICOS

Na metade do século XIX, no contexto da Primavera dos Povos, a França passou por uma instabilidade política que pôs fim à monarquia e estabeleceu a III República. Nessa virada política, foi eleito presidente Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho do famoso imperador Napoleão, que, meio século antes, havia dominado praticamente toda a Europa continental. O Pequeno Corso, como Napoleão Bonaparte também era conhecido, chegou ao poder em 1799, depois de um golpe conhecido como o 18 de Brumário. No início, ele ocupou o cargo de cônsul, e mais tarde tornou-se imperador, governando até 1814.

A existência de duas figuras políticas semelhantes e com nomes muito próximos pode sugerir a observadores menos atentos uma espécie de “repetição da história”. Aliás, há muitos pontos de aproximação entre esses parentes no que se refere à sua escalada política. Ambos se valem de artimanhas políticas, golpes, plebiscitos para colocar na cabeça a coroa de imperador.

Nesse contexto de uma aparente repetição da história, Karl Marx publicou, na forma de artigos, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*.

Também escrito “sob a pressão imediata dos acontecimentos”, o texto de *O dezoito brumário* constituiu originalmente um conjunto de artigos — sobre os eventos que ocorreram na França até o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 — preparados para um semanário político a ser publicado em Nova York por Joseph Weydemeyer, a partir de 1º de janeiro de 1852. Todavia, a história do golpe descrita por Marx terminou integrando o primeiro número de uma publicação mensal lançada em pequena tiragem, ainda em 1852 — de título *Die Revolution* —, que substituiu o projeto original de Weydemeyer (MARSON, 2005, p. 143).

A obra tem um recado inicial que direciona toda a análise que Marx faz a respeito dessa instabilidade política:

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1845-1851 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do *Dezoito brumário!* (MARX, 2011, p. 6)

Essas considerações iniciais pretendem apenas sugerir a problematização de alguns elementos que fazem parte do escopo de análise deste artigo. Através do debate do século XIX na França, envolvendo o 18 de Brumário, são ressignificados conceitos e aparatos metodológicos que podem ser usados na investigação da fragilidade política do Brasil do tempo presente e da respectiva abordagem nos jornais *Folha de S.Paulo* e *Pioneiro*. Conceitos como *farsa*, *tragédia* e *golpe*, de um lado, e, no campo metodológico, o balanço da instabilidade política “sob a pressão imediata dos acontecimentos”, podem ser utilizados, a partir da leitura crítica dos periódicos citados, com recorte cronológico na década de 1960 e na primeira década do século XXI.

Dois jornais compõem a base empírica deste artigo: a *Folha de S.Paulo*¹, de circulação nacional, e o *Pioneiro*², periódico regional do Sul do Brasil. De forma genérica, é preciso considerar uma diferença editorial marcante entre as publicações jornalísticas do século XIX e início do XX e as do tempo presente. O jornal no qual Marx começou a publicar os artigos de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* não tinha nenhuma pretensão de ser neutro, tratava-se de um “semanário político”. Aliás, aquilo que se pode chamar de imprensa desde o século XIX se constituiu com posicionamentos políticos claramente definidos editorialmente.

Na segunda metade do século XX, houve uma guinada ideológica nas empresas jornalísticas, no sentido de se descolarem dos posicionamentos políticos editoriais e passarem a imagem de que as notícias, as manchetes e os seus respectivos desdobramentos são síntese de uma narrativa neutra e sem interesses. No entanto,

Em primeiro lugar, a constatação corrente, mas necessária, de que o texto de um jornal “não é neutro”. Como lembra Bourdieu, o jornalismo é um dos campos de produção de bens simbólicos com o menor grau de autonomia, na medida em que depende da ação dos “poderes públicos” (legislação, financiamento), da interferência dos “poderes econômicos” (notadamente anunciantes e financiadores e/ou acionistas) e, por fim, mas não por último, da pressão do público leitor, tanto [sic] ou mais influente na composição da mensagem final do que os demais “poderes” (MARTINS, 2018, p. 15).

Essa relação imbricada, politizada, entre a imprensa e os grupos hegemônicos faz parte da história do Brasil.

A história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional (LUCA; MARTINS, 2013, p. 6).

Este artigo tem como objetivo analisar dois momentos de instabilidade política no Brasil: o golpe civil-militar de 1964 e o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, identificando semelhanças e diferenças entre esses processos. Como base empírica de análise, além da revisão da literatura, serão focados dois jornais com circulação distinta — *Folha de S.Paulo* e *Pioneiro*, com especial destaque para o segundo, objetivando perceber como o semanário caxiense dimensiona na sua cobertura jornalística essa instabilidade. A pes-

1 Jornal paulista diário em circulação, com esse nome, desde o início da década de 1960. Foi precedido por outros três jornais, lançados entre 1921 e 1925, todos pertencentes à empresa Folha da Manhã S.A., denominados *Folha da Noite*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã* (FOLHA..., s.d.).

2 O jornal *Pioneiro* foi fundado em 1948, em Caxias do Sul (RS), por membros da antiga Ação Integralista Brasileira, que se reuniram após a redemocratização no Partido de Representação Popular (PRP) (POZENATO; GIRON, 2004).

A deposição de João Goulart e a consumação do golpe contra ele não foram responsabilidade apenas de uma parcela dos militares brasileiros, já que contaram com a contribuição de uma gama de setores da sociedade brasileira e estrangeira, mesmo que a materialização da destituição tenha sido dada pelos militares brasileiros. Com efeito, para que fosse possível tal ação, foi necessária toda uma construção de narrativa para legitimar a operação, que passava por uma rede de financiamentos da burguesia nacional e estrangeira e pelas narrativas na grande mídia, tendo como desfecho a ação dos militares

quisa situa-se no campo da história do tempo presente³ e utiliza a metodologia da história comparada (TELES, 2018)⁴.

2. CONTRA ISSO SE FEZ UMA REVOLUÇÃO — 1964

A polarização e o aumento da tensão na política brasileira não se iniciaram com as reformas de base de Goulart. Desde o primeiro momento em que João Goulart assumiu a Presidência da República, ele sofreu com uma forte desestabilização do seu governo, seja pelas limitações impostas pelo regime parlamentarista, seja por atos de oposição. Nas palavras de Bandeira (1983, p. 65), a desestabilização tinha o “esforço de corrupção e intrigas, para influir nas eleições, impor diretrizes ao Congresso, carcomer os alicerces do governo e derrocar o regime democrático”. Além disso, João Goulart não era bem-visto pelo empresariado, pela grande mídia e por uma parcela dos militares e outros setores conservadores

3 A história do tempo presente consiste no recorte temporal em que os testemunhos vivos podem contestar as produções do pesquisador, pois estiveram presentes no momento dos acontecimentos. De acordo com Fico (2012, p. 43), sobre a questão do testemunho: “Trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais, embora muitos autores tenham tentado destacar outras singularidades do ponto de vista metodológico ou mesmo teórico”.

4 A comparação tem a função de fazer analogias, identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, dar a perceber variações de um mesmo modelo, “confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum” (BARROS, 2007, p. 5).

da sociedade que objetivavam conter qualquer possibilidade de se manter o projeto que ele representava.

João Goulart, a princípio, não tinha pretensões de dar continuidade ao governo para além do mandato presidencial. Em outras palavras, ele não almejava dar um golpe na democracia vigente, mas sim fazer as “reformas de base” que se mostravam, segundo determinados setores, necessárias ao desenvolvimento do Brasil naquele momento. Portanto, segundo Fico (2008, p. 73), “não há nenhuma evidência empírica de que Goulart planejasse um golpe, e todos sabemos que um golpe era planejado contra ele”. Tal fundamento contribuiu para desconstruir a visão de contragolpe dos militares, ou melhor, de um suposto “golpe preventivo” articulado pelos militares e demais setores dominantes brasileiros.

Enfraquecer o governo, bloquear quaisquer pretensões continuístas do presidente e torná-lo um “eleitor fraco” na campanha presidencial de 1965, essas eram alternativas admissíveis para personagens que, depois, optariam definitivamente pelo golpe (FICO, 2008, p. 76).

A deposição de João Goulart e a consumação do golpe contra ele não foram responsabilidades apenas de uma parcela dos militares brasileiros, já que contaram com a contribuição de uma gama de setores da sociedade brasileira e estrangeira, mesmo que a materialização da destituição tenha sido dada pelos militares brasileiros. Com efeito, para que fosse possível tal ação, foi necessária toda uma construção de narrativa para legitimar a operação, que passava por uma rede de financiamentos da burguesia nacional e estrangeira e pelas narrativas na grande mídia, tendo como desfecho a ação dos militares.

Reverberando o posicionamento da maioria do empresariado brasileiro, a grande mídia se sentiu no direito de cobrar e reivindicar alterações no quadro político brasileiro:

A *Folha de S.Paulo* demonstra como uma imprensa formadora de opinião, liberal e voltada para o crescimento econômico atuou durante o primeiro período da ditadura militar, até a promulgação do segundo ato institucional, vendendo a seus leitores um discurso pronto, em que se colocou como porta-voz desse mesmo leitor, característica essa que está presente tanto nos discursos editoriais quanto nas charges, que pretendem convencer o leitor das posições mais acertadas a serem tomadas com relação à política. Também demonstrou como, a partir da construção de inimigos ideais, se defende um governo golpista, [e] que, apesar de passar por cima da Constituição para institucionizar um golpe, é justificável sua atuação, em prol do que se chamou de bem comum (UBINSKI, 2014, p. 115).

Os jornais se revelam “fontes traiçoeiras” para o historiador (ELMIR, 2012, p. 77), mas são material de inquérito imprescindível para a pesquisa histórica. Dependendo do espaço ocupado pela matéria, ela tem maior ou menor destaque. Os editoriais são por excelência a voz do veículo de informação. A respeito dos editoriais da *Folha de S.Paulo*, é oportuno citar a forma com que o jornal atuou ao longo de sua trajetória, isto é, de que maneira costumava se comunicar com seus leitores e, ao mesmo tempo, interpretar e apresentar as notícias em nível nacional. Sobre a perspectiva editorial do jornal, Ubinski (2014, p. 87) afirma que:

A *Folha* manteve-se na linha editorial fiscalista, que constituía-se [sic] assim desde a década de 1950, a partir da direção de Nabantino Ramos, em que [sic] sempre procurava denunciar as ações governamentais, podemos perceber isso principalmente com os úl-



Na noite do dia 13 de março de 1964, o presidente João Goulart subiu no palanque montado nas imediações da estação ferroviária Central do Brasil (Rio de Janeiro - RJ) e falou para cerca de 150 mil pessoas reunidas naquele que ficou conhecido como o Comício da Central ou Comício das Reformas



timos meses do governo de João Goulart. Porém, quando do sucesso do golpe militar, a postura de observadora do governo é mantida, mas com uma característica que nem de longe era mantida durante o governo de João Goulart. Seus editoriais e charges vão dar lugar a uma fiscalização mais branda, que procura sugerir, auxiliar e elogiar as ações do governo, quase como um porta-voz das ações e um conselheiro de plantão, pronto para dar o suporte público ao governo golpista.

Com a materialização do golpe e a tomada de poder por parte dos militares, a *Folha de S.Paulo* redimensiona a forma de fazer o jornalismo, relativizando atos dos militares em prol de uma caça aos comunistas do país. Esse suporte midiático auxiliou na normalização da violência empregada pelos militares, sugerindo que era para um bem maior, para um bem patriótico, conforme o ponto de vista do jornal.

Dois temas sensíveis foram especialmente alvo da propaganda anti-Goulart nos jornais: o esgotamento do governo e o discurso contra os comunistas. O posicionamento contra o presidente evidencia uma disputa política que remete a projetos distintos: o primeiro deles, ligado à tradição varguista que Goulart havia herdado, e o segundo ligado ao capitalismo internacional, de alinhamento aos interesses dos EUA.

A forma com que a *Folha de S.Paulo* atuou contra a figura de João Goulart não gera surpresa se levarmos em consideração a construção ideológica desse jornal:

Podemos determinar que a desconstrução política que foi efetivada pela *Folha de S.Paulo* contra a figura de João Goulart é determinada pela própria postura ideológica assumida

pelos seus editores, uma postura liberal, em defesa dos valores democráticos. Ao que [sic] João Goulart era considerado antidemocrático, e, muitas vezes, defensor dos ideais comunistas, contrariando as ideologias inerentes ao jornal (UBINSKI, 2014, p. 32).

Essa postura contrária a João Goulart também é vista em editoriais do *Pioneiro*, principalmente no que tange à esfera econômica do país e da cidade. Na primeira edição do ano de 1964, ambos os jornais reforçam esse viés crítico. “Dessa falta de orientação, ligada à constante agitação e à repetida paralisação de portos e serviços essenciais, outra coisa não se poderia esperar se não o crescimento da inflação, que é hoje um verdadeiro martírio para o povo brasileiro” (PARA QUÊ?, 1964). Na mesma perspectiva, no editorial do *Pioneiro* lê-se: “Tenho medo de 1964. Pode ele mandar-nos uma revolução, ou ainda a mais estúpida radicalização política.” (EM NOME..., 1964, p. 2)

“O medo de 1964” foi superestimado após o comício de 13 de março, alvo de questionamento dos dois jornais. A *Folha de S.Paulo* proferiu críticas diretas e abertas a Goulart, assim como aos demais participantes do ato, sem rodeios, acusando-os de “comunistas”. A *Folha de S.Paulo* também indagou a motivação para a realização do ato, não entendendo a ação radicalizante do grupo ligado a Goulart.

Figura 1 — Editorial da *Folha de S.Paulo* de 14 de março de 1964



Fonte: Para quê? (1964).



Reprodução das capas da *Folha de S. Paulo* e do extinto jornal *Pioneiro*, de Caxias do Sul (RS), anunciando o golpe de 1964

Em contrapartida, o *Pioneiro* construiu um editorial sem se posicionar claramente sobre o comício, porém, ao trazer argumentos contrários à manifestação, usou expressões como “elementos da oposição entendem”, “afirma-se ainda que”, “segundo propalou a imprensa ontem” e “acredita-se que”. Portanto, ao usar esses termos, omite-se de assumir um posicionamento, ao mesmo tempo que elenca suposições duvidosas com teor negativo no que dizia respeito à ação de João Goulart. Contudo, no final do editorial do jornal *Pioneiro*, referindo-se à situação política nacional, diz-se que o “horizonte é sombrio”, e acrescentam-se críticas negativas a respeito da situação econômica do país, que teria piorado por consequência do presidente João Goulart (VIVA..., 1964).

Outro ponto importante que está presente nesse editorial é a forma pela qual o *Pioneiro* divide os argumentos contrários e favoráveis às reformas de base, classificando-os em quatro grupos: dois posicionados à esquerda, dois posicionados à direita. No campo da direita, estaria o grupo dos que defendem a necessidade de reformas, desde que essas reformas sejam realizadas de acordo com a Constituição, sem alterar a Carta Magna brasileira. O segundo grupo era contra qualquer tipo de reforma e, para isso, buscava o impeachment de Goulart, acusando-o de planejar um golpe e tentar impor uma ditadura. O primeiro grupo à esquerda é denominado “esquerda radical”, em que atuaria, por exemplo, o trabalhista Leonel Brizola. Os participantes desse grupo eram considerados antidemocráticos e estariam buscando a dissolução do Congresso e uma nova Constituição, por intermédio de um plebiscito. Por último, a parte da esquerda que “se choca” com o posicionamento de Brizola, e busca as reformas por meios persuasivos, menos inoportunos. Em outras palavras, o *Pioneiro* isola o campo da esquerda representada por Leonel Brizola e João Goulart, situando-os em embate, inclusive, contra parte da própria esquerda. Ao mesmo tempo, culpabiliza os integrantes da esquerda pelo tensionamento e pelo risco de guerra civil no país e relativiza o ímpeto dos defensores da direita em buscar o impeachment de Goulart, eximindo-os de culpabilidade pela radicalização do país.

A *Folha de S.Paulo* tem um posicionamento categórico em contraponto ao comício da Central, utilizando seu alcance para difundir fortes insultos e insinuações contra Goulart. Já o *Pioneiro*, mesmo recorrendo a citações de terceiros, evidencia o seu ponto de vista e usa, assim como a *Folha de S.Paulo*, o seu alcance para condenar a atitude supostamente antidemocrática de João Goulart. De forma diferente, ambos criminalizando o comício da Central de 13 de março de 1964.

Outro ponto de consonância entre os dois veículos e com repercussão municipal e nacional é o conceito usado para definir a deposição de João Goulart. Ambos usam o conceito de *revolução* e um tom positivo ao discorrerem sobre os acontecimentos em nível nacional. O editorial da *Folha de S.Paulo* de 12 de abril de 1964 destoa do padrão estético adotado pelo jornal no que se refere a sua dimensão. O texto aborda esse conteúdo celebrando a “revolução”, isto é, a tomada de poder por parte dos militares com o propósito de eliminar o comunismo no país (GUERRA,2018).

Figura 2 — Editorial da *Folha de S.Paulo* de 12 de abril de 1964



Figura 4 — Assaíes Diversas — FOLHA DE S. PAULO — Domingo, 12 de abril de 1964

Fonte: Revolução... (1964).



Mobilização do Exército brasileiro no golpe civil-militar. Rio de Janeiro - RJ, 1º de abril de 1964

Outra conformidade entre os discursos dos dois jornais é a forma de se dirigir às Forças Armadas brasileiras, tendo em vista a glorificação e os elogios a sua atuação. Em uma publicação de 14 de março de 1964, isto é, logo após o comício da Central e antes da consumação do golpe, a *Folha de S.Paulo* indaga os militares sobre seu posicionamento, considerando a fricção entre o governo, a Constituição e a pátria: “Por sua tradição, eles não haverão de permitir essa burla” (PARA QUÊ?, 1964). Na mesma esteira, o *Pioneiro*, em 4 de abril de 1964, constrói inúmeros elogios à atuação dos militares caxienses, pois eles estariam, “desde o início, unidos no combate ao comunismo” (EM NOME... 1964, p. 4). Em nome da “revolução”, o jornal mostra satisfação com a suposta limpeza e não mede elogios às Forças Armadas brasileiras.

Como já referido anteriormente, ambos os editoriais, ao se concluir o ano de 1963, fazem críticas ao momento político enfrentado pelo país, principalmente a *Folha de S.Paulo*, que usou um tom mais forte e ofensivo perante o governo de João Goulart. Na *Folha de S.Paulo*, a questão política do país é ressaltada, distintamente do *Pioneiro*, que explora várias temáticas e, próximo de finalizar o texto, faz uma crítica pontual do momento político brasileiro. No editorial publicado no início do ano, isto é, em janeiro de 1965, a *Folha de S.Paulo* traz um balanço sobre 1964 e aponta uma melhora em relação ao ano anterior:

Se cotejarmos esta época com a mesma do ano passado, veremos que a situação do país melhorou. Iniciamos 1964 sob o signo de um governo que já destruirá toda ilusão que se pudesse alimentar quanto a sua capacidade de promover o bem-estar social, a recuperação econômica e a pacificação política do país. Nos meses que se seguiram, radicalizaram-se os antagonismos que separavam os brasileiros, sob a égide e o influxo do próprio governo. Em princípios de março estavam evidentes, de um lado, a extrema fraqueza de quem deveria encarnar a autoridade do país e, de outro, paradoxalmente, os esforços desenvolvidos para tentar restaurá-la por meios espúrios, como a agitação das massas, a mobilização de sindicatos controlados por pelegos, a divisão das Forças Armadas, a subversão e a desordem — de onde, talvez, se contava, pudesse emergir um governo totalitário de esquerda. Contra isso se fez uma revolução. Iniciada nas ruas, por grandes parcelas do povo, incontaminadas da pregação demagógica do governo depositado, tomou forma e chegou a vitória por obra e graça das Forças Armadas, que, fiéis à sua vocação patriótica e democrática, em tempo reagiram aos que a queriam desunir. Rea-

lizaram assim os militares aquilo que a maioria da população brasileira, cristã, ordeira e visceralmente contrária ao comunismo, estava desejando (ANO..., 1965).

“Iniciada nas ruas, por grande parcela do povo” (ANO..., 1965), a conjuntura política de 1964 pode ser aproximada à de 2016, que levou à deposição e ao golpe sofridos por Dilma Rousseff. O exercício que se segue neste artigo busca fazer analogias a partir das narrativas jornalísticas, buscando identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, e perceber variações de um mesmo modelo, ou seja,

confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum (BARROS, 2007, p. 5).

3. POUCAS ESPERANÇAS: O ANO COMEÇA SEM BOAS PERSPECTIVAS — 2016

A conjuntura de 1964, assim como a de 2016, apontava para uma crise política e econômica intensa, que ocupava as manchetes dos principais jornais brasileiros. Nessa narrativa, a responsabilidade por não retirar o país da crise no campo econômico recaía sobre a presidente Dilma Rousseff, o que resultava no aumento da inflação e da taxa de desemprego.

O segundo mandato, interrompido, da presidente Dilma Rousseff (2014–2016) não foi uma simples continuidade de seus quatro primeiros anos. Segundo Bastos (2017, p. 3), neste primeiro período no poder, o “objetivo do governo Rousseff era imenso: eliminar o rentismo com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital [...] e, assim, forçar a ampliação do investimento produtivo e em infraestrutura”. Essa proposta vinha na contramão da realizada no chamado “pacto lulista”, o que não foi bem recebido pelo mercado financeiro.

Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da Presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava (BRAZ, 2017, p. 87).

O mercado financeiro já fazia uma ofensiva oposicionista contra Dilma Rousseff, chamando-a de irresponsável e incapaz. Além disso, parte da grande burguesia nacional já se encontrava descontente com as políticas sociais e trabalhistas vigentes. A pauta trabalhista unificava segmentos importantes da burguesia nacional:

Isso ajuda a explicar por que os candidatos de oposição a Dilma em 2014, que prometiam a austeridade para conter os “excessos” trabalhistas do governo e defendiam as propostas da frente neoliberal, tiveram apoio ou, ao menos, a “inação conivente” de frações da burguesia que ganharam com as políticas desenvolvimentistas de proteção do espaço nacional e regional de acumulação de capital contra a concorrência das corporações multinacionais. De fato, a questão salarial, os gastos sociais e a regulação trabalhista

tendiam a alinhar as diferentes frações da burguesia contra os trabalhadores, mesmo que estes fossem a base social e eleitoral que apoiou a frente neodesenvolvimentista em sua fase de consolidação (BASTOS, 2017, p. 33).

Para o empresariado, o pacto lulista não servia mais, era insuficiente. Nas palavras de Braz (2017, p. 94):

O derrube de Dilma e do PT significa mais que um atentado à democracia: significa, para as classes dominantes, que é hora de uma nova hegemonia que crie condições ideais para a reprodução dos interesses capitalistas num cenário novo que substitua a forma hegemônica que até então serviu. Ou seja, se a forma anterior já não é mais eficaz, trata-se de construir um novo bloco de poder para criar as condições ideais.

Essa construção do novo bloco de poder contou com um largo aparato, com uma rede de sustentação. Teve apoio na Câmara e no Senado, com políticos insatisfeitos e preocupados com o apoio e o incentivo de Dilma Rousseff ao combate à corrupção. O empresariado patrocinou manifestações, caso da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que “pagou o pato” contra o governo. Contou também com a chancela da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dando legitimidade a todo o processo. Houve apoio incalculável dos meios de comunicação, a grande mídia, usando um discurso técnico e apolítico em prol de seus objetivos. O conluio entre Legislativo, Judiciário, Polícia Federal (PF), mídia e organizações empresariais, como a Fiesp, foi explícito (BRAZ, 2017).

Diante desse cenário, tinha-se a convicção de que o governo Dilma Rousseff e, conseqüentemente, o Partido dos Trabalhadores (PT) no poder não dariam mais as condições de acumulação de que o capital precisava. A partir disso, buscava-se um motivo para a deposição da presidente.

Outros três pontos nessa articulação tiveram um importante papel na legitimação do processo. O primeiro dizia respeito às camadas médias da população brasileira, que se sentiam ameaçadas pelo avanço das classes populares através de programas de inclusão social. No que se refere ao ensino superior, conforme Bastos (2017, p. 35), “em 2002, 468 mil alunos completaram as atividades de graduação, mas em dezembro de 2013 o número de formandos de ensino superior chegava a 1,05 milhão, ou seja, um aumento de 124%”. Para além da esfera educacional, é possível destacar outras medidas, tais como as adotadas no setor habitacional, na distribuição de renda para populações de baixo poder aquisitivo e na área trabalhista, entre outras. Portanto, parte significativa da classe média, contrária a esses programas, foi às ruas protestar, com estímulo e incentivo dos grupos citados acima. Eis o segundo ponto. Por último, cabe ressaltar o terceiro ponto, que diz respeito ao papel importante ocupado pelas redes sociais nesse processo, principalmente através de articulações como o Movimento Brasil Livre, o Endireita Brasil e o Vem pra Rua.

A cobertura jornalística hegemônica dada a essa conjuntura estimulou e incentivou o processo de ruptura política que levou ao impeachment de Rousseff. Assim como ocorreu no início do ano de 1964, em 2016 também houve uma visão melancólica do ano que se encerrava. Um editorial da *Folha de S.Paulo* é focado na crise econômica, atribuindo-a a Dilma Rousseff (POUCAS..., 2016). Já no *Pioneiro*, é dito que “é um ano que termina com a presidente ameaçada de impeachment” (BEM-VINDO..., 2015), sem proferir quaisquer outros juízos.

Figura 4 — Editorial da *Folha de S.Paulo* de 1º de janeiro de 2016

A2 opinião ★ ★ ★ SEXTA-FEIRA, 1º DE JANEIRO DE 2016

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO
Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO
Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA
Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, LINDO DE FREITAS, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)
Diretoria-executiva: MARCELO BENEZ (comercial), MURILO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (banca) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS editoriais@grupofolha.com.br

Poucas esperanças

O ano começa sem boas perspectivas para a economia, que só deixará o estado de crise se houver soluções no campo político

Pelo menos no que diz respeito à economia, o ano que ora começa carrega poucas esperanças de renovação. A crise de 2015, infelizmente, continuará presente em 2016, e não se imagina que as dificuldades nessa área possam ser superadas sem que se resolva antes o enorme impasse no hoje infértil campo da política.

Há, a rigor, um aspecto novo, talvez até auspicioso: é cada vez mais claro a um número crescente de pessoas que acabou o dinheiro para irresponsabilidades do poder público. O próprio governo da presidente Dilma Rousseff (PT), campeão dos desatinos administrativos, parece ter-se dado conta disso.

Iniciou-se sob a tutela de Joaquim Levy uma inflexão, ainda que caótica, na política econômica. Se ainda não mostra resultados palpáveis é porque, além do legado de erros acumulados, existem dúvidas de que a conversão do governo ao novo rumo seja permanente.

Dilma, com sua notória incompetência política e administrativa, alimenta incertezas e não encampa as reformas necessárias.

Em algumas frentes até houve sucesso, como no realinhamento das tarifas públicas e do câmbio. Na mais essencial, porém, houve tímido progresso: o ajuste das con-

tas públicas não tocou no tema do controle de gastos obrigatórios, em especial com a Previdência.

Em meio a esse rearranjo claudicante, o país amarga profunda recessão. Projeções recentes apontam para queda do PIB de quase 4% em 2015 e de pelo menos 2% em 2016. Com isso, Dilma terá ficado seis anos no Planalto sem que a economia tenha saído do lugar.

Essa é a dimensão da tragédia que se anuncia para os brasileiros.

Ao contrário das crises históricas, entretanto, desta vez não há insolvência em moeda estrangeira causada por dívida externa alta. O país dispõe de reservas.

O colapso do PIB deriva diretamente da paralisia decisória do setor privado, que por sua vez advém da percepção de que o governo não conseguirá estabilizar o crescimento da dívida. A questão, portanto, é puramente doméstica.

Caso Dilma Rousseff se mostre capaz de implementar uma agenda de reformas que façam as despesas crescerem menos que o PIB nos próximos anos, a confiança poderá voltar gradualmente, possibilitando novos investimentos e estabilização do câmbio e da inflação, além de cortes dos juros.

A continuidade da paralisia política, todavia, aprofundará a recessão e provocará uma contínua fuga de investimentos, com desvalorização adicional do real, juros ainda mais altos e a permanência do fantasma da inflação.

Mais do que nunca, em 2016 só a política poderá salvar a economia.

Fonte: Poucas... (2016).

A *Folha de S.Paulo*, no editorial “Poucas esperanças”, como é possível perceber na figura 4, atribuiu a crise econômica à incapacidade política da presidente: “Dilma, com sua notória incompetência política e administrativa, alimenta incertezas e não encampa as reformas necessárias.” Enquanto isso, em um editorial também pouco esperançoso do *Pioneiro* é feita uma seleção de fatores que teriam contribuído para esse sentimento, sendo que a crise do Estado estava entre eles, conforme demonstra a figura 5.

Figura 5 — Editorial do *Pioneiro* de 31 de dezembro de 2015/1º de janeiro de 2016



Fonte: Bem-vindo... (2015).

Com uma pauta mais genérica a respeito da crise que envolveu déficit público, desemprego e Lava Jato, entre outros fatores, a possibilidade do impeachment de Dilma Rousseff é uma perspectiva comum aos dois jornais. Com certa regularidade, a *Folha de S.Paulo* apresenta a presidente sozinha, até mesmo perante o seu partido. A frase “Saindo do isolamento” representa o momento em que a presidente buscou se aproximar da oposição para pôr em prática a agenda de austeridade, como a fixação do teto de gastos públicos, o controle das contas públicas e a reforma da previdência.

Figura 6 — Editorial do *Pioneiro* de 3 de fevereiro de 2016



Fonte: Saindo... (2016).

Um terceiro aspecto em comum entre editoriais dos jornais, já no correr do processo de impedimento, foi a legitimação do rito, com ambos afirmando que todo o procedimento do impeachment corria de acordo com a Constituição e, caso não houvesse crime de responsabilidade, o Judiciário, o Ministério Público Federal (MPF) e a PF iriam interceder, pois todos estariam agindo conforme a Constituição brasileira. Os jornais uniam a legitimação desse processo à urgência de uma mudança no país, sugerindo que isso seria essencial para o Brasil sair da crise, ao passo que consideravam que Dilma e seu governo não possuíam competência para isso, afinal, faziam uma péssima gestão, não governavam, e por isso o Brasil continuava em crise. Portanto, os dois editoriais buscavam, desde 2015 e cada vez com maior ofensividade, a saída de Dilma Rousseff, indiferentemente se através de sua renúncia, da impugnação da chapa pela qual Dilma se elegera ou do impeachment, como acabou acontecendo. Em um primeiro momento, os editoriais pediam a cassação da chapa, porém logo mudaram de posição e passaram a instigar a renúncia de Dilma. A presidente respondeu ao editorial redigido pela *Folha de S.Paulo* afirmando que não renunciaria.

Figura 7 — Trecho de editorial da *Folha de S.Paulo* de 4 de abril de 2016



Fonte: Em resposta... (2016).

A essa altura, com uma tensão estabelecida entre presidente e vice, o processo avançou com uma disputa que chegou às ruas instigada não só pela mídia jornalística, mas também pelas redes sociais, cada vez mais presentes. A própria presidente respondeu ao editorial acima utilizando as redes sociais. Movimentos liberais e conservadores, como o Movimento Brasil Livre, o Endireita Brasil, o Vem pra Rua e o multifacetado movimento dos caminhoneiros, entre outros, passaram a usar exponencialmente essa via de comunicação, com interesses políticos.

O editorial “O Brasil nas ruas, por seu futuro” atribui um verniz democrático ao processo em curso, viciado por interesses, sugerindo que

todas as pessoas, independentemente de suas posições políticas e ideológicas, possam se expressar livremente e em segurança [...] direcionando suas ações e suas demandas para os interesses maiores do país e para soluções que assegurem a construção de um futuro digno para as próximas gerações (O BRASIL..., 2016).

Figura 8 — Editorial do *Pioneiro* de 12 de março de 2016

EDITORIAL DA RBS

O Brasil nas ruas, por seu futuro

Considerando a gravidade do momento político, o Grupo RBS expõe neste editorial sua posição sobre as manifestações públicas programadas para este domingo em dezenas de cidades brasileiras. Em primeiro lugar, conclamamos autoridades e lideranças dos movimentos envolvidos para que adotem providências no sentido de que os atos sejam ordeiros e pacíficos, a fim de que todas as pessoas, independentemente de suas visões políticas e ideológicas, possam se expressar livremente e em segurança. Também dirigimos este apelo aos manifestantes, para que evitem provocações e revidas, direcionando suas ações e suas demandas para os interesses maiores do país e para soluções que assegurem a construção de um futuro digno para as próximas gerações.

Ninguém ignora que o Brasil atravessa um momento triste de sua história. Uma crise econômica sem precedente, gerada por equívocos de um governo que ignorou os fundamentos da estabilidade alcançada com o Plano Real, e uma crise política inquietante, potencializada pela investigação do maior esquema de corrupção já descoberto no país, resultam num ambiente de desesperança e desânimo. Os brasileiros estão revoltados, indignados e descrentes nos seus representantes políticos. E parcela expressiva da população vê o impeachment da presidente da República como saída imediata do impasse em que o país se encontra.

Essas pessoas têm todo o direito de pedir o impedimento presidencial, que é um instituto legal e democrático previsto pela Constituição Federal. Da mesma forma, outros brasileiros devem ter o direito de discordar, ou por achar que não estão presentes todos os pressupostos para a aplicação da impactante medida, ou mesmo pela fidelidade ideológica ou interesseira aos atuais dirigentes do país. Todos têm que ser respeitados no direito de manifestar suas posições.

Só assim poderemos manter a fé e a confiança nas instituições democráticas, que estão sólidas e podem, sim, funcionar adequadamente em favor do país, como vêm demonstrando os integrantes da força-tarefa que promove a Operação Lava-Jato. Com Judiciário atuante, Ministério Público responsável, Polícia Federal eficiente, imprensa independente e sociedade mobilizada, o Brasil está instrumentalizado para melhorar a qualidade de seus dirigentes políticos, para corrigir as deformações e para construir um futuro mais promissor. Basta que cada brasileiro faça a sua parte com consciência cívica e humanidade.



Fonte: O Brasil... (2016).

“O Brasil nas ruas, por seu futuro” foi o melhor editorial, segundo juízo de valor não acadêmico, que os movimentos liberais conservadores e outros com orientações antipetistas poderiam almejar. O direito das ruas como algo sagrado, já vivenciado em 1964 com a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, foi reeditado e ressignificado para o século XXI. Alguns fantasmas da Guerra Fria reeditados e reformatados discursivamente vêm recheando o imaginário de amplos setores que compõem o tecido social brasileiro.

4. A PRIMEIRA COMO TRAGÉDIA, A SEGUNDA COMO FARSA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O primeiro ponto de consonância dessas duas rupturas na política brasileira é o ambiente instável e de forte crise econômica, com impasses quanto às ações a serem realizadas pelo governo federal. Com isso, uma polarização contundente se fez presente nas duas conjunturas. Discordâncias em relação aos planos de governo fizeram parte das polarizações. Enquanto com Goulart a contrariedade da oposição era com as “reformas de base”, em 2016 a oposição esteve contrária às medidas do período dos governos nacional-desenvolvimentistas no poder, isto é, programas sociais criados para a diminuição da desigualdade social.

Uma segunda semelhança, que também pode ser considerada consequência da crise econômica posta, foi a articulação para a deposição dos presidentes, contando com amplo apoio do segmento empresarial. Em 1964, instituições como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) fomentaram forte campanha de desestabilização do governo, com enorme volume de dinheiro financiando,

Enquanto com Goulart a contrariedade da oposição era com as “reformas de base”, em 2016 a oposição esteve contrária às medidas do período dos governos nacional-desenvolvimentistas no poder, isto é, programas sociais criados para a diminuição da desigualdade social

entre outras, essas duas instituições. Em 2016, essa articulação se repetiu no Brasil e teve grande participação nos protestos, com destaque para a atuação da Fiesp, conhecida pelo uso de patos infláveis nas manifestações de rua. Se as reformas de base contribuíram fortemente para a unificação da burguesia nacional em 1964, em 2016 a flexibilização das leis trabalhistas e a crítica às políticas de enfrentamento da desigualdade social formaram o cimento que deu liga ao processo de impeachment.

Outro elemento comum aos dois processos e que é fortemente marcado no impeachment da presidente em 2016 foi a busca por legitimidade. Por ter sido conduzido conforme a Constituição, isto é, respeitando aparentemente os procedimentos legais, há uma concepção previsível de legitimidade. Portanto, com aval do Judiciário e da OAB, foi criado um verniz democrático e de legitimidade para a deposição de Rousseff. Por outro lado, mesmo com forte evidência antidemocrática, houve uma tentativa de legitimização também em 1964. Fico (2008, p.103) define a “declaração de vacância da Presidência da República pelo presidente do Congresso Nacional” como uma “espécie de ‘versão parlamentar’ do golpe de 64”. Além disso, o historiador sinaliza que, “apesar das irregularidades, a posse de Mazzilli sugeria algum respeito pela Constituição, já que o presidente da Câmara era realmente o próximo na lista de sucessão” (FICO, 2008, p. 128). Com isso, mesmo que de forma ineficiente, buscou-se um ar de legitimidade na deposição de João Goulart.

Também é preciso marcar as distinções entre os dois eventos:

Muitas são as diferenças entre os dois contextos, mas devemos destacar duas principais: (1) o contexto internacional da Guerra Fria e a onda de intervenções armadas comandadas pelo imperialismo norte-americano em todo o continente latino-americano; (2) e o caráter das reformas de base do governo João Goulart. Estes dois fatores implicavam em [sic] uma conjuntura extremamente dramática [...]; o segmento militar não entraria em



Zeca Ribeiro/Brasil de Fato

Com um discurso anticorrupção em voga, a oposição teve sucesso ao afastar Dilma Rousseff, sendo que uma parcela considerável dos políticos envolvidos, entre eles Eduardo Cunha e Michel Temer, tinha seus nomes ligados a atos ilícitos. (Câmara dos Deputados, DF, 17/04/2016)

cena como um acidente ou casualidade, mas respondendo ao caráter do capitalismo dependente e à forma como acabou por se impor a ordem capitalista em nosso país. Hoje vivemos um cenário muito distinto. Um momento mundial de derrota da perspectiva revolucionária, e mesmo de iniciativas reformistas dignas deste nome, que se refletiu no Brasil em um longo percurso de conciliação de classes que não ameaçou a ordem capitalista. Esses fatores marcam diferenças que podem explicar a forma que assumiu o desfecho que interrompeu o mandato da presidente eleita (IASI, 2016).

Um ponto que destoa dos citados até aqui é a presença dos militares. Se em 1964 houve a efetivação do golpe pelos coturnos dos militares, em 2016 não se pode dizer o mesmo. Na ala dos militares, não há registros de uma articulação tal qual ocorreu com a mídia e o empresariado. Ao mesmo tempo, conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 557), “a ação dos militares, na maioria dos casos, é levada a cabo por um grupo militar ou pelas Forças Armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das Forças Armadas é de neutralidade-cumplicidade”. Portanto, mesmo que não haja uma ação direta na deposição, há uma aceitação da condução estabelecida no cenário político brasileiro: “neutralidade-cumplicidade”.

Como considerações complementares, cabe ainda pontuar alguns aspectos relativos ao papel dos jornais, objeto desta reflexão, na construção de uma narrativa sobre os processos. Ambas as linhas editoriais, em momentos distintos, elaboraram um discurso de rejeição ao governo de Goulart e de Rousseff. Entretanto, verificou-se que a intensidade e a forma com que isso foi realizado foram por vezes semelhantes, contudo, com algumas diferenças. Em 1964, havia um discurso anticomunista expressivo, aliado a uma oposição ao sindicalismo. Ao mesmo tempo, em relação aos mandatários da nação, termos como *irresponsável* faziam parte do discurso dos editoriais, principalmente da *Folha de S. Paulo*. Em contrapartida, em 2016, houve um investimento na construção de uma imagem negativa de Dilma Rousseff com outros elementos, mas que lembram, em última instância, a tensão da Guerra Fria. A bandeira nacional, o verde-amarelo em contraposição aos “vermelhos” e outros discursos ideológicos vão povoar aquilo que efetivamente era uma novidade — as redes sociais.

No que tange à articulação das deposições, similitudes surgem também. Os dois processos contaram com o apoio expressivo da grande mídia, usando seu papel de formadora de opinião para pressionar o governo e cobrar uma saída dos respectivos presidentes. Pedidos de

renúncia ocorreram tanto em 1964 quanto em 2016. O diferencial é que, enquanto a mídia cobrava das Forças Armadas uma resposta às ações “não patrióticas” de Goulart, com Rouseff houve pedidos de cassação da chapa pela qual ela se elegera, caso não houvesse como apenas destituir a presidente. Outra dessemelhança foi a atuação das Forças Armadas, que tiveram um papel determinante no golpe contra Goulart, assumindo posteriormente o poder, mas que agiram com um silêncio articulador na deposição de Rouseff, consentindo com a movimentação feita pela oposição. Uma terceira categoria presente nas deposições é o empresariado. Diferentemente dos militares no segundo caso, os empresários tiveram uma contribuição efetiva nos dois processos, financiando manifestações e pressionando o governo. Não se pode esquecer também, como referido anteriormente, que recentemente o papel das redes sociais desencadeou informação (ou desinformação) relativa aos processos em questão.

No que diz respeito à deposição de João Goulart, do ponto de vista historiográfico, há uma produção bastante consolidada para conceituar o processo como golpe, isto é, a deposição forçada de um presidente, por meio de imposição militar. Independentemente da tentativa de legitimar o golpe por via do parlamento, através da declaração de vacância da cadeira de presidente e, depois, com o presidente da Câmara assumindo temporariamente o cargo, não restam dúvidas sobre o caráter antidemocrático da operação realizada. Em contrapartida, o processo de deposição da presidente Dilma Rouseff carece de novas investigações e análises, até pelo curto período de tempo decorrido desde então.

Por fim, é possível identificar contradições no processo, sendo representativo desse debate o papel do MPF, que emitiu, recentemente, um parecer afirmando que as ditas pedaladas fiscais não configuraram operação de crédito, desmentindo, portanto, a acusação principal da peça do impeachment. No plano político, com um discurso anticorrupção em voga, a oposição teve sucesso ao afastar Dilma Rouseff, sendo que uma parcela considerável dos políticos envolvidos, entre eles Eduardo Cunha e Michel Temer, têm seus nomes ligados a atos ilícitos, alguns já julgados pela Justiça. Cabe ainda citar, mesmo que empiricamente possa ser complexo evidenciar, uma tendência política absolutamente conservadora, tipificada de extrema-direita, presente no cenário nacional e internacional, segundo a qual são retomadas bandeiras como, por exemplo, “Deus, pátria e família”, “Ordem e progresso”, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”... Essa tendência sugere uma reflexão mais aprofundada, que ultrapassa o escopo deste artigo.

* Professor titular de História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-doutor em Ciências Humanas pela Universidade de Varsóvia, Polônia. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado – na UCS. *E-mail*: rradunz@ucs.br

** Graduado em História pela UCS. Pesquisador voluntário do projeto “Narrativas presentes no jornal *Pioneiro* (1994-2018) – análise e uso no ensino de História”, coordenado pela dra. Eliana G. Xerri. *E-mail*: jvportalete@ucs.br

► Texto recebido em 14 de janeiro de 2022; aprovado em 25 de julho de 2022.

ANO novo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. 4, 1 jan. 1965. Editorial. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=1716&anchor=4413895&origem=busca&originURL>>. Acesso em: 30 out. 2020.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BARROS, José D'Assunção. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/144/13>>. Acesso em: 23out.2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-63, dez. 2017. Disponível em: <www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVRrYS4mD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2020.

BEM-VINDO sejam, 2016. **Pioneiro**, Caxias do Sul, p. 3, 31 dez. 2015. Editorial. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49234&p=0>>. Acesso em: 30 out. 2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.128, p. 85-103, jan.-abr. 2017. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100085&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago.2020.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. **Anos 90**, Porto Alegre, v.19, n.36, p. 67-90, dez.2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/31063/25773>>. Acesso em: 31out. 2020.

EM NOME da revolução. **Pioneiro**, Caxias do Sul, p. 2-4, 4 abr.1964. Editorial. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49234&p=0>>. Acesso em: 30 out. 2020.

EM RESPOSTA a editorial, Dilma diz que não renunciará. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. A5, abr. 2016. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=04%2F04%2F2016&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=04&month=04&year=2016&jornais=>>>. Acesso em: 30 out. 2020.

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. In: **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan. 2012.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo — o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOLHA de S.Paulo. In: DICIONÁRIOS histórico-biográficos. CPDOC, s.d. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>. Acesso em: 13 jul. 2021.

GUERRA, Laura Ferreira. **Da deposição de João Goulart ao impeachment de Dilma Rousseff: um estudo comparativo de editoriais dos jornais Folha de S.Paulo e O Globo**. 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

IASI, Mauro Luis. O caminho da ditadura. **Blog da Boitempo**, 24 nov. 2016. Disponível em: <<https://blogda-boitempo.com.br/2016/11/24/o-caminho-da-ditadura>>. Acesso em: 24 nov.2016.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARSON, Izabel Andrade. História e revolução: O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte, de Karl Marx, e Napoleão, o Pequeno, de Victor Hugo — um contraponto. **Proj. História**, São Paulo, n. 30, p. 137-150, jun. 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2258/1351>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: ANGELI, Douglas Souza; BATISTELLA, Alessandro; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado (Org.). **Capítulos de história política: fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 53-57

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels.)

O BRASIL nas ruas, por seu futuro. **Pioneiro**, Caxias do Sul, p. 6, 12 mar. 2016. Editorial. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2016/03/o-brasil-nas-ruas-por-seu-futuro-5101969.html>>. Acesso em: 30 out. 2020.

PARA QUÊ?. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. 4, 14 mar. 1964. Editorial. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=1423&anchor=4419869&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em: 30 out. 2020.

POUCAS esperanças. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 1 jan. 2016. Editorial. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=01%2F01%2F2016&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=01&month=01&year=2016&jornais=>>. Acesso em: 30 out. 2020.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional: 1897-1997**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

REVOLUÇÃO definida. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 12 abr. 1964. Editorial. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=12%2F04%2F1964&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=12&month=04&year=1964&jornais=>>. Acesso em: 30 out. 2020.

SAINDO do isolamento. **Pioneiro**, Caxias do Sul, p. 4, 3 fev. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49234&p=0>>. Acesso em: 30 out. 2020.

TELES, Paulo Roberto Alves. Comparar para compreender: a história comparada como ferramenta metodológica para a compreensão do tempo presente e os seus traumas coletivos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL; ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: HISTÓRIA E PARCERIAS, 18., 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2018. p. 1-11.

UBINSKI, André Gustavo. **A charge na imprensa: o jornal Folha de S. Paulo e o humor político (1964-1965)**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

VIVA a revolução. **Pioneiro**, Caxias do Sul, p. 5, 11 abr. 1964. Editorial. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=49234&p=0>>. Acesso em: 30 out. 2020.

Comercialização de crianças escravizadas na freguesia de São Gonçalo dos Campos, Bahia (1860-1888)

Commercialization of enslaved children in the parish of São Gonçalo dos Campos, Bahia (1860-1888)

*maria cristina machado de carvalho**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.012>

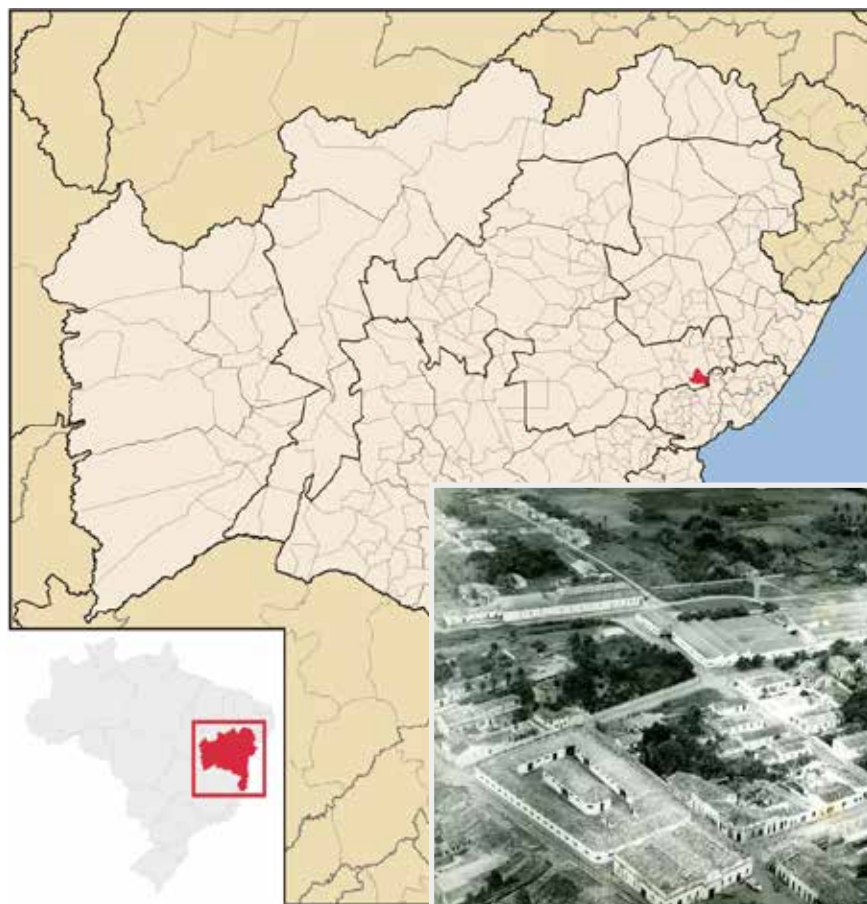


Foto: Acervo IBGE

RESUMO

É propósito deste artigo refletir sobre a venda e tráfico de crianças que, no século XIX, foram escravizadas pelos fazendeiros de tabaco na freguesia de São Gonçalo dos Campos (BA). O tema é singular, à medida que os estudos relativos à dinâmica do comércio de crianças escravizadas ainda são escassos. Não obstante, resgatamos a discussão bibliográfica que, cruzada com os indícios detectados em escrituras de compra e venda de escravizados e procurações, nos permitiu conhecer o comércio de crianças entre 1860 e 1888. Para construir as narrativas foram utilizadas 287 escrituras de compra e venda, bem como 120 procurações, nas quais foi possível perceber que muitas crianças seguiram o caminho do tráfico interprovincial. Do comércio participavam fazendeiros, advogados e traficantes, que movimentavam o comércio de escravos no local, dentro e fora da província.

Palavras-chave: Crianças escravizadas. Século XIX. Comercialização. São Gonçalo dos Campos. Tráfico interprovincial.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the sale and trafficking of children who, in the 19th century, were enslaved by tobacco farmers in the parish of São Gonçalo dos Campos, located in the Brazilian state of Bahia. The theme is unique insofar as studies on the dynamics of the trade of enslaved children are still scarce. Nevertheless, we rescued the bibliographical discussion that, crossed with the evidence detected in documents relating the purchase and sale of slaves, allowed us to know children's trade between 1860 and 1888. To elaborate the narratives, we used 287 deeds of purchase and sale, as well as 120 powers of attorney, in which we found that many children were subjected to the interprovincial traffic. The trade involved farmers, lawyers and traffickers, who operated the slave trade in the area, inside and outside the province.

Keywords: Enslaved children. 19th century. Commercialization. São Gonçalo dos Campos. Interprovincial traffic.

1. INTRODUÇÃO

Com base na análise de documentos cartoriais, neste artigo estudamos a venda e o tráfico de crianças que, no século XIX, foram escravizadas por fazendeiros de tabaco na freguesia de São Gonçalo dos Campos, na Bahia.

A freguesia de São Gonçalo dos Campos pertencia à comarca de Nossa Senhora do Porto da Cachoeira. Nessa região, desde o século XVII se desenvolveu a produção de tabaco, consorciada à agricultura de subsistência e integrante da franja da economia açucareira do Recôncavo da Bahia. Conforme Schwartz (1998, p. 84-85), o cultivo se deu nos campos de confluência dos rios Paraguaçu e Jacuípe, em terras “impróprias ao cultivo da cana”, sobretudo em decorrência de sua ligação com o sertão da Bahia, sendo rota feita pelos colonizadores portugueses que buscavam desbravar o continente, capturar indígenas e encontrar metais preciosos. Historicamente, a região foi lugar de movimentos humanos e de interesses econômicos que se inseriam nas conexões agroexportadoras do mundo atlântico e do abastecimento interno (SCHWARTZ, 1998; BARICKMAN, 2003).

Os interesses vinculados ao tabaco e à agricultura de subsistência, que estavam em jogo no Recôncavo da Bahia desde as últimas décadas do século XVIII, possibilitaram formar uma comunidade escrava crioula, compondo os braços necessários para o desenvolvimento da economia naquela região. Em 1835 a população escravizada já era formada quase completamente por escravizados nascidos no Brasil, com aproximadamente 90% dos escravizados registrados na *Relação de número de fogos e moradores do distrito da freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira* (APEB, s.d.). Além da particularidade de uma população escravizada formada por nascidos na freguesia, 30 anos depois outro aspecto pode ser observado nas escrituras de compra e venda e procurações das décadas de 1860 e 1870. Nesses documentos descobrimos indícios da marcha ascendente da comercialização dos escravizados nascidos na região entre os lavradores de fumo, para repor mais apressadamente o braço escravo em falta, ou entre os lavradores e procuradores, estes últimos comerciantes que, através de procuração, recebiam plenos poderes para comercializar homens, mulheres e crianças em outras regiões da província ou fora dela, preferencialmente nas regiões cafeeiras do Sudeste do Brasil.

Alguns autores realçam a fumicultura como economia de pobres, que empregava majoritariamente a mão de obra familiar. Em contraste com essa argumentação, porém, nos inventários encontrei sinais do cultivo de fumo realizado por grandes proprietários de escravos. Com efeito, o historiador estadunidense Stuart B. Schwartz, na obra *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial* (SCHWARTZ, 1998), faz alusão à produção de fumo aproximando seu grau de importância econômica ao do açúcar. Considerando-se que a atividade fumageira dividiu espaço com outras culturas econômicas, é preciso não generalizar na avaliação do gênero. Antes, é possível compreender que, de alguma maneira, a cultura fumageira influenciou na dinâmica social, cultural, populacional, territorial e econômica da província da Bahia, de modo especial ao nos referirmos ao uso de crianças, nascidas nas fazendas fumageiras, como mão de obra no plantio e beneficiamento do fumo, bem como à sua presença nas negociações feitas por aqueles fazendeiros e comerciantes de escravos, tanto em nível intra como interprovincial.

Assim, conforme os dados extraídos dos inventários *post-mortem* no período de 1845 a 1871, pudemos considerar as diferentes faixas de riqueza em que se distribuíam os

proprietários da freguesia. Os valores deduzidos do “monte mor”¹ bruto dos inventários variavam de 300 mil-réis a mais de 100 milhões de réis. Assim, segue a amostra na tabela abaixo:

Tabela 1 — Faixas de riqueza e estrutura de posse de escravos nos inventários *post-mortem* da freguesia de São Gonçalo dos Campos (BA) — 1845-1871

Faixas de riqueza (mil-réis)	Números de escravizados	Dimensão da propriedade
0 a 1.000	0 a 4	Muito baixa
1.001 a 5.000	5 a 10	Baixa
5.001 a 10.000	11 a 15	Média
10.001 a 50.000	16 a 25	Média alta
50.001 a 100.000	26 a 55	Alta
Acima de 100.000	Acima de 55	Muito Alta

Fonte: APMC (s.d.[e]).

Todavia, deve-se considerar que se trata de uma amostra restrita, já que aqueles que confeccionavam os inventários eram os que acumularam bens ao longo da vida ou aqueles que quiseram inventariar os bens deixados. Barickman (2003, p. 34) afirma que “os inventários são, por natureza, uma fonte tendenciosa”. Omitem diversas informações, como as mentalidades e os valores morais daquele mundo, mas, de qualquer maneira, quando apresentamos questões sobre a realidade socioeconômica, os inventários permitem detectar ricos indícios e revelar, entre outros detalhes, o patrimônio dos senhores e o perfil da população escravizada.

A partir dessa amostra foi possível estabelecer comparações com outras regiões do Recôncavo e do sertão da Bahia. Dessa maneira, Santana (2014, p. 31) estabeleceu para o Recôncavo seis intervalos de riqueza, mensurados em mil-réis: “Até 1.000 (muito baixa); 1.001 a 5.000 (baixa); 5.001 a 10.000 (média); 10.001 a 50.000 (média alta); 50.001 a 100.000 (alta); acima de 100.001 (muito alta)”. Freire (2007, p. 111), em Feira de Santana, entre 1850 e 1888, destacou oito faixas de riqueza, sendo a menor de 615 réis a 5.000 réis, e as muito altas, acima de 100.000.000 de réis. Pires (2009, p. 140-142), nos sertões de Caetité, e Oliveira (2000, p. 103) e Costa (2009, p. 39), no Recôncavo, também apontam a diversidade de faixas de riqueza entre os proprietários de terras e escravos das localidades que estudaram. Portanto, os dados retirados das fontes nos permitem afirmar que a economia escravista da região fumageira foi alimentada, principalmente, pela reprodução endógena e o comércio local, e que, depois da extinção do tráfico transatlântico de escravos, em 1850, irrompeu das fontes cartoriais um volume de escrituras de compra e venda e procurações dedicadas a comércio de crianças escravizadas. Significativa parte desses documentos apresenta indícios de deslocamento de crianças do Recôncavo da Bahia para as prósperas zonas cafeeiras do Sudeste do Império.

¹ Monte mor é a soma de todos os bens existentes quando o inventário é aberto. Trata-se de um valor calculado antes do pagamento de eventuais dívidas e despesas relacionadas ao inventário.

2. A INFÂNCIA ESCRAVIZADA

É correto dizer que crianças foram escravizadas no século XIX? Qual período da vida é definido como infância? Existia infância para os filhos de uma mulher escravizada? Como a sociedade da época percebia as crianças filhas de escravas? Existiam infâncias distintas na sociedade do século XIX?

Para responder a essas questões é importante dizer que estamos definindo como criança a pessoa com até 14 anos de idade. Isso se justifica, primeiramente, com base em pesquisas anteriores que indicam a passagem dos escravizados para a vida adulta após os 14 anos completos. Também percebemos que nas fontes documentais as categorias raciais eram descritas no diminutivo para os escravizados que tinham idade igual ou inferior a 14 anos. Observamos que, no caso das designações *crioulinha*, *cabrinha*, *pardinho*, mesmo se referindo sempre aos escravos menores de 15 anos, foi declarada a idade aproximada ou “exata”, a exemplo de Prufícia, crioulinha, com idade de 2 anos incompletos, e Sotermina, crioulinha, com 8 anos de idade. Essas designações de idade estabelecidas nos documentos admitem comparação com a classificação destacada por Gondra e Garcia (2004, p. 70): infância, adolescência, idade viril e velhice.

As Ordenações Filipinas, que até princípios do século XIX coligiam a legislação civil e parte da criminal no Brasil, pouco se referem às crianças escravizadas. Juridicamente, a existência da criança pode ser inferida do uso dos termos *menor*, *órfão* e *enjetado* (GUTIÉRREZ; LEWKOWICZ, 1999, p. 11; VENÂNCIO, 1999, p. 22-23). Todos aqueles e aquelas que não tinham 25 anos completos eram considerados menores. Depois de 1825, a menoridade passa a ser até 21 anos de idade (VENÂNCIO, 1999).

O termo *infância* só passou a ser observado no *Dicionário da língua brasileira*, de 1832. Conforme Mauad (2002, p. 140-141), a infância representava “a primeira idade da vida e delimitava-se pela ausência de fala ou pela fala imperfeita, envolvendo o período que vai do nascimento aos 3 anos. Era seguida pela puerícia, fase de vida que ia dos 3 ou 4 anos de idade até os 10 ou 12 anos”.

Fazendo referência às crianças escravizadas, Maria de Fátima Neves adverte que,

costumeiramente, as idades da criança escrava aparecem assim escalonadas, conforme atestam alguns autores: as crias de peito eram os bebês até 1 ano de idade, enquanto as crias de pé eram crianças muito novas, mas que já sabiam andar. Menino e menina eram termos usados para designar as crianças até aproximadamente 8 anos de idade, e moleque e moleca indicavam que a criança tinha entre 13 e 14 anos (NEVES, 1993, p. 56).

Cria se referia aos filhos da escrava, significando a condição social de cativos, ou seja, eles eram nomeados, avaliados e inventariados entre os bens semoventes dos detentores de riqueza, que confeccionavam um inventário a fim de repartir os bens.

Gutiérrez (1989), ao estudar as listas de escravos transportados do porto de Luanda para o Brasil, entre 1734 e 1769, observou, a partir da análise dos decretos de impostos de 1758, a existência de crianças enquadradas nas categorias denominadas *cria de pé*, referindo-se às que já caminhavam e que mediam até 4 palmos — conforme Lewkowicz, Gutiérrez e Florentino (2008), isso correspondia às crianças de mais ou menos 1 metro de altura —, e *cria de peito*, aludindo aos bebês de colo que eram traficados com suas mães.

Fotos: Theivoice.com/Matthew Brady Studio



Segundo Teixeira (2010), o termo *cria de peito* foi usado até os primórdios do século XIX, aludindo à criança em geral. Já Araújo (2001), em suas análises de inventários *post-mortem*, observou que o termo *cria* foi usado até o final do século XIX para designar os filhos livres das escravas. Na perspectiva de Katia Mattoso, o termo *cria da casa* nomeia o filho de escrava que é “protegido privilegiado do senhor que o tem em sua casa” (MATTOSO, 1991, p. 128).

Tais categorias tinham como princípio os atributos físicos: capacidade de fala, dentição, tamanho, características do gênero masculino ou feminino. Igualmente, Ana Maria Mauad percebeu que “o período de desenvolvimento intelectual da criança era denominado *meninice*, cujo significado relacionava-se às ações próprias do menino ou, ainda, à falta de juízo numa pessoa adulta” (MAUAD, 2002, p. 141).

Destacamos ainda que, na regulamentação da assistência aos enjeitados, as Ordenações Filipinas estabeleciam que as instituições, ou aqueles que cuidassem do órfão, poderiam dispor de seu trabalho até que ele completasse 14 anos. Assim, essas crianças começavam a aprender um ofício geralmente aos 7 anos, como advertiu Venâncio (1999) em sua investigação sobre crianças abandonadas.

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, criou legalmente a figura jurídica do “filho livre da mulher escrava” (SOUSA, 2006) — o *ingênuo* — e deliberou sobre o uso de sua mão de obra, indicando que, na idade entre 7 e 14 anos, o senhor de sua mãe poderia usufruir de seus serviços, como alternativa para minimizar os custos de sua criação. Dos 14 aos 21 anos de idade, os *ingênuos* seriam entregues ao governo, mediante indenização. Todavia, a maior parte dos senhores e senhoras optou por não entregá-los e garantir a sua tutela, argumentando que seria para lhes ensinar os bons costumes e valores (SOUSA, 2015, p. 189-210; TEIXEIRA, 2001; 2008).

Essas crianças, além de entrar muito cedo no roteiro da escravidão, enfrentavam o impacto de ser retiradas dos braços de suas mães

Desse modo, no cotidiano, a criança escrava, em seus primeiros anos de vida, nos engenhos ou nas fazendas, aprendia a viver em um mundo que opunha o senhor ao escravizado, dialogando com restrições e contradições, igualmente, no período de “iniciação aos comportamentos sociais no seu relacionamento com a sociedade dos senhores” (MATTOSO, 1988, p. 52). Gilberto Freyre relata a perversidade com que as crianças brancas tratavam as escravizadas: “Beliscão medroso por parte das crias; doloroso e forte quando dado pelos meninos brancos.” (FREYRE, 1952, p. 617) As crianças escravas “eram bois de carro, eram cavalos de montaria, eram bestas de almanjarras, eram burros de liteiras e cargas as mais pesadas” (FREYRE, 1952, p. 658). Dessa forma, na infância os filhos dos senhores e das escravizadas cresciam juntos, sendo companheiros de brincadeiras e travessuras, todavia a relação era mediada pelo sentimento de posse, perversidade, agressividade e pelos caprichos dos meninos brancos e subserviência e obediência dos escravizados. Assim, estes últimos adquiriam comportamentos, saberes e artimanhas que os tornavam úteis e produtivos. Como suas mães, essas crianças eram propriedade de homens e mulheres escravagistas, e usadas como braços nas lavouras de fumo e mandioca, bem como podiam ser objeto de transações comerciais.

3. A PRESENÇA DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE NO COMÉRCIO DE ESCRAVIZADOS

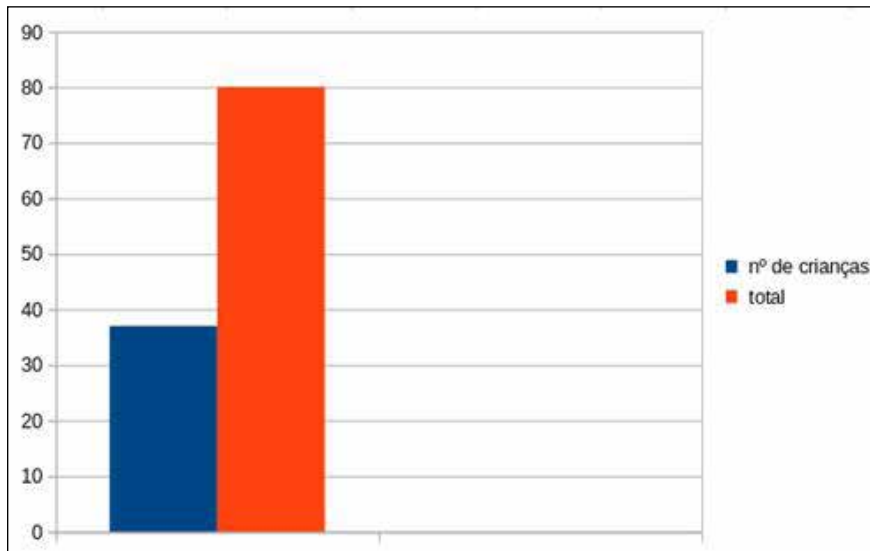
Uma das primeiras percepções identificadas nas escrituras de compra e venda é a filiação das crianças negociadas. O perfil matrilinear das famílias escravizadas na freguesia se fez presente nas diferentes fontes por nós investigadas. A exemplo do crioulinho Eusébio, filho da escrava Alexandrina, que com apenas 1 ano de idade foi entregue pelo proprietário de sua mãe, João Pedreira de Souza, ao comprador Manoel Alves Ribeiro (APMC, s.d.[a]). Toda vez que se tratava de uma criança oriunda da capacidade procriadora das escravas do vendedor, o nome da mãe era revelado, e existiam casos em que as crianças eram vendidas sem identificação das respectivas mães, indicando que tais crianças não faziam parte da reprodução do vendedor. Como, por exemplo, Manoel, cabrinha de 10 anos de idade que foi vendido por Maria Felismina Encarnação pela quantia de 400 mil-réis, com a finalidade de pagar os impostos derivados do inventário (APMC, s.d.[c]). Não existem informações adicionais sobre a vendedora, Maria Felismina Encarnação, do mesmo modo que não se informa de quem seria o inventário. As interpretações desses indícios indicam que Manoel não fazia parte da reprodução endógena empreendida por Maria Felismina Encarnação, mas que fazia parte da herança deixada por algum de seus parentes.

Portanto, essas crianças, além de entrar muito cedo no roteiro da escravidão, enfrentavam o impacto de ser retiradas dos braços de suas mães, como foi o caso de Jacintho, crioulinho de 7 anos de idade, Eusébio, de 1 ano de idade, e Militão, crioulinho de 4 meses (APMC, s.d.[b]). Os dois últimos foram vendidos por seus proprietários em 1866. Em 12 de março de 1866, Maria Theolina de Jesus vendeu a Manoel Alves Gomes o crioulinho de nome Marcos, de 4 anos de idade, filho de sua escrava Maria, que pertencia à sua filha Ermiliana, pelo valor de 300 réis (APMC, s.d.[d]).

A cada 10 crianças comercializadas, 7 foram geradas por uma escrava do próprio vendedor. Um índice bastante expressivo, 70% das crianças nascidas nas propriedades fuma-geiras da freguesia foram negociadas nas transações comerciais localmente e na região. Isso demonstra que na década de 1860, exatamente em 1866, os proprietários estavam ávidos em explorar a reprodução endógena com finalidade comercial, especialmente de crianças

recém-nascidas e de tenra idade. O gráfico a seguir é demonstrativo do total de 80 escrituras de compra e venda no período de 1866 a 1867, demonstrando quantas crianças menores de 7 anos foram comercializadas na própria freguesia.

Gráfico 1 — Crianças menores de 7 anos de idade comercializadas e total de escravizados comercializados na freguesia de São Gonçalo dos Campos (BA) — 1866-1867



Fonte: APMC (s.d.[f]).

Levando-se em consideração o período de um ano, o índice de crianças pequenas comercializadas é muito alto em relação ao total de vendas realizadas na freguesia. As idades que aparecem na documentação analisada vão dos 3 até os 6 anos, e a maioria dessas crianças são filhas de escravas do vendedor e foram separadas de suas mães quando da partilha dos bens inventariados.

Na década de 1860, em comparação aos anos posteriores, foi negociado um maior contingente de crianças menores de 5 anos de idade. Com relação ao tráfico interno de escravizados na idade adulta, em Mariana (MG), Camila Carolina Flausino constatou que o período em que se concentrou o maior número de negociações foi nas décadas de 1860 e 1870. Nesses anos o percentual chegou a 88,4% do total de 403 escravizados negociados. Na década de 1860 houve uma concentração de negociações, representando 46,3% do total, envolvendo escravizados crioulos e africanos. Segundo a autora, na década de 1860 foi observado um percentual maior de negociações do que na década anterior, isto é, 4,8%, e na década de 1880 o percentual encontrado pela autora foi de 6,8% (FLAUSINO, 2006, p. 80).

Na década de 1860 as mudanças decorrentes do fim do tráfico transatlântico se consolidaram, havendo a necessidade da comercialização interna. Uma significativa parcela de proprietários decidiu não só formar uma comunidade escrava para alimentar a mão de obra em sua propriedade, mas também manter um fluxo interno de cativos. Essa comercialização e o fluxo de cativos serviram, dessa forma, para que o sistema escravista ganhasse corpo, bem como prolongasse os seus anos de vida.

A participação de crianças pequenas na economia do México, no período colonial, também foi observada por León (2014, p. 12). A autora destaca que é equivocado esquecer a contribuição econômica das crianças menores de 4 anos, pois desempenhavam atividades no mundo do trabalho. Porém, aqui havia bebês que dependiam exclusivamente de outro indivíduo para suprir suas necessidades básicas, como se alimentar. No entanto, mesmo em meio às necessidades dessas crianças pequeninas, a procura e venda delas foi algo que chamou a atenção na década de 1860. O que teria levado os senhores a adquirir crianças em tão tenra idade nesse período?

Pensando nesse movimento e na compra de crianças ainda em fase de amamentação, é possível seguir os argumentos de Mott (1989) com relação ao intuito do comércio infantil. Segundo a autora:

A criança escrava tem sido vista, em geral, como um futuro trabalhador. Aquele ou aquela que vai substituir, repor a mão de obra adulta. Gostaria de chamar aqui a atenção para a especificidade da situação da criança escrava, seja como mercadoria, seja como trabalhador, e tentar desvincular um pouco a criança da sua imagem de trabalhador do futuro (MOTT, 1989, p. 87).

A idade tenra da mercadoria — criança escravizada — possibilitava que os pequenos proprietários a adquirissem por menor preço. Ao mesmo tempo, as transações de crianças menores em idade na qual já pudessem trabalhar na lavoura ou em outro serviço permitiam que novas negociações fossem feitas por aqueles proprietários. Nesse sentido, podemos levantar a hipótese de que os negociantes e proprietários da freguesia de São Gonçalo dos Campos tinham interesse em manter uma comercialização de escravos, como sugerimos em relação à experiência de Possibruio, um dos três filhos da escravizada Senhoraia, que faziam parte do rol de escravos de Joaquim Simões de Araújo. O decréscimo da população escravizada de Joaquim Simões de Araújo pode ser compreendido a partir da reprodução endógena voltada para alimentar o comércio de escravizados mantido entre os proprietários da freguesia.

Por que eram retiradas tão prematuramente dos braços de suas mães? Uma explicação plausível é o seu potencial produtivo. É possível observar nessas negociações o olhar visionário do comprador, bem como o vislumbre especulativo dos vendedores. Maria Inês Côrtes de Oliveira advertiu que ser proprietário de pelo menos um escravizado, mesmo que fosse criança ou idoso, representava investimento ambicionado por todos, até por libertos e outros escravizados (OLIVEIRA, 1988, p. 35). Maria Cristina Pinheiro observa a diversidade de especialidades das crianças escravizadas na cidade de Salvador, desfazendo a ideia de que as crianças seriam um fardo para seus proprietários. Segundo a autora,

as fontes consultadas (escrituras) nos apontam 797 crianças cativas exercendo diversas atividades, o que significa, em números relativos, 36% de um universo de 2.216 crianças. Se somarmos [...] faixas etárias [...] de] 10, 11 e 12 [anos], vamos encontrar 423 menores ocupados em alguma atividade, o que corresponde a 53,1% do total daquelas crianças escravas. Ao se proceder à análise da outra fonte (inventários), vamos encontrar, nos 47 inventários contendo o registro de ofícios para as crianças escravas, um total de 140 crianças. Desse contingente, 54 (38,6%) menores tinham uma ocupação e a concentração estava voltada para as faixas etárias acima de 10 anos, perfazendo um total de 45 (83,3%) crianças. Esses dados vão de encontro à ideia da criança escrava como improdutiva ou como um fardo pesado para os senhores, que não lhe dispensavam proteção e cuidado (PINHEIRO, 2003, p. 129).

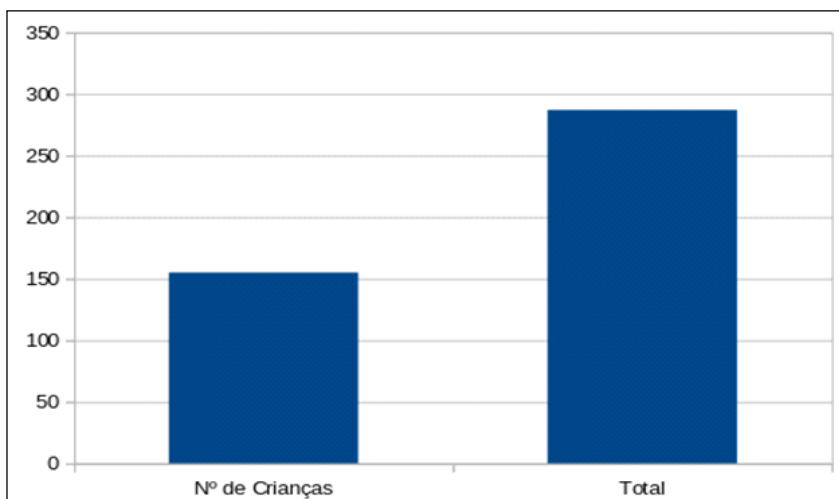
Pensando nas questões comerciais, podemos sugerir que as crianças vivenciaram as especulações do mercado escravocrata. Contando com os altos riscos de morte de escravizados, para um proprietário era mais interessante adquirir crianças em tenra idade, pagando menos por isso, do que comprar escravos adultos ou crianças maiores de 8 anos, que já apareciam no mercado com designação de especialidade de trabalho.

“Essas crianças escravas estavam sendo preparadas para um mercado em crescimento”, como advertiu Pinheiro (2003, p. 128), ao observar que os senhores, ao ensinar ofícios aos seus escravos, preparavam-nos para executarem atividades laborais. Conforme a autora, a qualificação de ofício das crianças, para disputar com a mão de obra livre e fazer trabalhos urbanos, poderia trazer aos senhores lucros maiores e imediatos. De acordo com Barickman (2003), a freguesia não era considerada uma região de grandes propriedades, como a região açucareira do Iguape, mas a reposição da população escrava se dava, desde o século XVIII, pela reprodução endógena, em razão da qual crianças desde cedo participavam do processo produtivo nas roças policultoras. Desse modo, a concentração de crianças recém-nascidas e em tenra idade negociadas indica como elas não só tinham valor comercial como traziam considerável retorno financeiro nas futuras negociações. Claro estava que os proprietários — vendedores e compradores — vislumbravam o potencial das crianças na execução de tarefas no serviço da lavoura.

4. A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS DE 7 A 14 ANOS DE IDADE NO COMÉRCIO INTERNO DE CATIVOS PARA AS ATIVIDADES CAFEEIRAS

Não apenas crianças menores de 7 anos foram objeto de comercialização desenvolvida na freguesia de São Gonçalo dos Campos. Das 287 escrituras analisadas, 54,23% do total eram de crianças entre 8 e 14 anos de idade (AFMJM, s.d.[a]; s.d.[b]).

Gráfico 2 — Número de crianças de 8 a 14 anos de idade comercializadas e total de escravizados comercializados na freguesia de São Gonçalo dos Campos (BA) — 1866-1867, 1877-1881



Fonte: APMC (s.d.[f]).

No conjunto dos casos examinados, sobressai a experiência de Luísa, cabrinha de 7 anos e meio de idade, que primeiramente foi registrada no dia 5 de setembro de 1877 em procuração feita por João Alves da Silva, que dava plenos poderes ao capitão Antônio Cerqueira d'Araújo e a Manoel Pedreira de Carvalho para vendê-la. A negociação se efetuou em 13 de dezembro de 1877, ocasião em que o procurador nomeado por Joaquim da Silva Ruas, Manoel Pedreira de Couto Ferraz, assinou em cartório a escritura de compra e venda de Luísa. Dadas as referidas limitações das fontes, não foi possível acompanhar o destino de Luísa, já que os nomes citados não foram identificados em outros documentos que nos dessem sinais da localização das propriedades, nem mesmo constando se eram moradores da freguesia de São Gonçalo dos Campos.

Sobre a procedência de Luísa, sabemos que sua mãe se chamava Florzinha e era liberta. A fonte apresenta informações limitadas, e não é possível afirmar como se deu o processo de libertação de Florzinha, apenas sabemos que na época da comercialização de sua filha ela se encontrava liberta, como consta na escritura de compra e venda. De acordo com a evidência na escritura, ambas eram escravas de Manoel Alves Ferreira e sua mulher. Quem teria sido Manoel Alves Ferreira? Por que Florzinha conseguiu sua liberdade e não a de sua filha Luísa? Será que Luísa teria sido submetida a negociações, como as crianças recém-nascidas, ou será que se tratava de uma doação ou herança recebida por João Alves da Silva na partilha de bens?

Antônia Florinda, cabra de 7 anos de idade, escrava natural da freguesia de São Gonçalo, foi vendida pelo negociante (proprietário) João Ferreira de Oliveira a José Joaquim de Santa Anna por 600 mil-réis², na vila de Feira de Santana, em 24 de outubro de 1863. Na época da negociação de Florinda, outras crianças e escravos na idade adulta foram comercializados. Nessa negociação, a naturalidade dos negociantes é um fator diferencial: ambos eram moradores da vila de Feira. A interpretação mais contundente para esses indícios é que aquela não seria a primeira negociação na qual Antônia Florinda se envolvera. Através dessa escritura, comprova-se que a comercialização de crianças era empreendida em diferentes regiões do Recôncavo Baiano, mantendo-se com isso um fluxo e movimentação de crianças naturais de diversas freguesias da redondeza: Conceição da Feira, Humildes, Nossa Senhora da Olivença³, Iguape, Camisão⁴ e Feira de Santana. Outro exemplo, para melhor ilustrar esse fluxo de crianças, é visto na escritura de doação feita por Francisco Gomes Vieira, morador da Fazenda Lagoa, na freguesia de São Gonçalo dos Campos, a dona Guilhermina Maria de Jesus, filha legítima de Manoel José Marques, moradores da freguesia de São Gonçalo dos Campos. A doação se referia à pardinha Zeferina, de 10 anos de idade, filha da escrava Ana, crioula, no valor de 100 mil-réis⁵.

Esse fluxo de comercialização de crianças maiores de 8 anos, em diferentes freguesias, pode ser compreendido a partir das atividades laborais que elas já desempenhavam nessa idade. Já as de tenra idade, necessitavam de maior cuidado e estrutura por parte daqueles que as compravam, além de significarem investimento sem retorno até o momento em que comessem a desempenhar os serviços designados. Maria Cristina Luz Pinheiro adverte que após 1850 muitos proprietários perceberam que qualificar as crianças escravizadas era mais lucrativo, e assim lançaram mão dessa possibilidade:

² Cedoc, Vila da Feira, 24 out. 1863, fls. 58-59.

³ Pertencente ao município de Santo Amaro.

⁴ Atualmente Ipirá.

⁵ Cedoc, Vila da Feira, 20 ago. 1866, fls. 246-247.



Ser proprietário de pelo menos um escravizado, mesmo que fosse criança ou idoso, representava investimento ambicionado por todos, até por libertos e outros escravizados

O período em tela, os últimos 38 anos da escravidão, foi caracterizado por intenso debate sobre a escassez de mão de obra no país. Essa condição trazia como consequência a necessidade de treinar não somente a população livre, mas também a escrava e, depois da Lei do Ventre Livre (1871), os ingênuos. Os proprietários de escravos perceberam que qualificar essas crianças escravas, em um momento de transição do trabalho escravo para o livre, poderia lhes render mais lucros que deixá-los no exercício de atividades sem qualificação (PINHEIRO, 2003, p. 129).

A partir dos 7 anos de idade as crianças executavam diversas atividades laborais. Em tenra idade, crioulinhas, pardinhos, moleques e negrinhos eram iniciados nos comportamentos sociais voltados para o mundo do trabalho. Nas fazendas fumageiras as crianças assimilavam atividades direcionadas aos serviços da lavoura. Seguindo os relatos do comerciante francês Expilly, que esteve no Rio de Janeiro em 1853, Mott (1989, p. 88) afirma “que os moleques e os negrinhos eram muitas vezes enviados a aprender algum ofício, segundo a sua aptidão, o que posteriormente trazia um bom lucro ao senhor”. Por conseguinte, as crianças cativas na idade de 8 a 14 anos eram designadas para os diversos serviços na lavoura, participando de variadas transações comerciais, e constituíam-se em riquezas e rendimentos para os proprietários. Do ponto de vista de Flausino: “Também o investimento em mão de obra escrava infantil significava a garantia de acesso ao trabalho escravo a longo prazo, e ainda possibilitaria um maior equilíbrio entre os sexos” (FLAUSINO, 2006, p. 84).

Seguindo os vestígios deixados na documentação, posso sugerir que as crianças comercializadas em São Gonçalo dos Campos traziam retorno financeiro para os negociantes e proprietários. Prova disso é o elevado número de procurações legando poderes aos outorgados para vender seus escravos e escravas em diversos locais do Império.

5. O TRÁFICO INTERPROVINCIAL EM SÃO GONÇALO DOS CAMPOS

Em julho de 1879, por exemplo, observamos que Leonardo Lourenço Borges, residente na freguesia de São Gonçalo, fez uma procuração que legitimava a outorga de poderes a Bernardino da Silva Capella, João Motta Bastos de Lima e outros para venderem seu escravo Cornélio, crioulo, de 14 anos de idade incompletos, da lavoura, natural da mesma freguesia que o proprietário. Na procuração, Leonardo Lourenço Borges identifica os locais em que Cornélio poderia ser comercializado: na cidade de Cachoeira, na cidade da Bahia e na província do Rio de Janeiro (AFMJM, s.d.[b]). É possível dizer que os diferentes procuradores assinaram um conjunto de procurações e substabelecimentos em apenas um documento. De fato, as procurações assinadas por um ou mais procuradores possibilitaram a criação das diversas redes comerciais que circundavam as experiências das crianças escravizadas naturais da freguesia de São Gonçalo dos Campos. Conforme Scheffer (2012, p. 84), as procurações permitiam fornecer escravos ao mercado nacional de cativos sem que o negociante ou o comprador nas províncias exportadoras de mão de obra precisassem se preocupar com as atividades quotidianas do negociante ou vendedor nas regiões importadoras. Sobre o tráfico de escravos interprovincial de Caetité, Erivaldo Fagundes Neves afirma ter aumentado a partir da década de 1850, depois da oficialização no Brasil do fim do tráfico atlântico de pessoas:

O comércio intra-regional de cativos e a demanda crescente da expansão cafeeira no Sudeste brasileiro despertaram o tráfico interprovincial, revelando seu potencial mercantil e dinamizando essa atividade em Caetité e sertão da serra Geral, como em todo [o] Nordeste brasileiro. No decênio 1850-1859, sob efeito do fim do tráfico externo, o número de escrituras de compra e venda de escravos declinou 23% em relação aos dez anos anteriores, enquanto nas duas décadas seguintes, estimulado pelo tráfico interno, expandiu[-se] respectivamente 40% e 52% em relação aos períodos precedentes. Entretanto, em meados da década de 1870, para burlar o fisco imperial, não pagando a meia cisa das transações comerciais determinada pela legislação, os traficantes transferiram escravos apenas com procurações dos vendedores, lhes outorgando poderes para comercializá-los, podendo substabelecer em sucessivos negócios (NEVES, 2000, p. 99).

As procurações, que constituem a principal fonte de estudo do comércio interprovincial na freguesia de São Gonçalo dos Campos, informam sobre os possíveis locais em que as crianças escravizadas poderiam ser comercializadas, mas não indicam onde ocorreu a comercialização. Diferentemente das circunstâncias do estudo feito por Neves, como foi demonstrado acima, em São Gonçalo não encontramos documentos cartoriais anteriores ao fim do tráfico atlântico, o que torna difícil fazermos uma comparação entre os períodos. Podemos comparar apenas as décadas de 1860 e 1870. Nesta última década, observamos a elevada incidência de procurações (29%) em comparação à de 1860, que não teve nenhuma procuração registrada.

Esses documentos demonstram que os senhores de escravos da freguesia de São Gonçalo dos Campos não se contentaram em manter o comércio escravista no plano local e regional, em efervescência, mas impulsionaram o tráfico interprovincial. Na escritura de compra e venda confeccionada pela coletoria de Feira de Santana, encontra-se a experiência

As discussões sobre as questões raciais, o racismo e os assassinatos de crianças pelos representantes da segurança pública revelam carência de estudos sobre a história da escravidão de crianças no Brasil

de Laurintina, parda, de 13 anos de idade, natural de São Gonçalo, filha da escrava Maria da Conceição, vendida pelo preço de 400 mil-réis⁶. A escritura de compra e venda, feita em 1878, evidencia as negociações e o deslocamento de crianças escravizadas para outros locais da região. Os negociantes, capitão João Pedreira de Cerqueira e Salustiano José de Faria, eram ambos moradores da cidade de Feira de Santana. Como a naturalidade de Laurintina era diferente da de ambos os negociantes, torna-se possível sugerir que essa não deve ter sido a primeira negociação de que participaram os negociantes.

As escrituras e procurações confeccionadas na freguesia e em Feira de Santana atestam que os proprietários de escravos se dedicaram à venda de crianças escravas, gerando circulação de mão de obra através do comércio intra e interprovincial de escravos. Provavelmente muitos proprietários aumentaram suas riquezas e adquiriram prestígio e respeito social por serem os responsáveis, entre seus pares, pela sustentação da mão de obra escrava através da reprodução endógena. Por exemplo, a proprietária dona Maria Madalena de Jesus, em 6 de junho de 1879, confeccionou uma procuração dando poderes a José Lopes de Menezes e a João Ribeiro de Lacerda para vender, na Bahia em geral ou em qualquer parte do Império, os escravos: Marciana, preta, solteira, da lavoura, com 27 anos; Nicomedes, preto, solteiro, da lavoura, 10 anos incompletos, filho natural de Benedita, falecida; Joaquim, preto, solteiro, serviço da lavoura, 11 anos de idade incompletos, filho de Marciana; todos naturais daquela freguesia (AFMJM, s.d.[b]).

A procuração feita por dona Maria Madalena de Jesus, cedendo poderes aos procuradores José Lopes de Menezes e João Ribeiro de Lacerda para venderem uma família escravizada em companhia de mais uma criança com mãe falecida, demonstra que a proprietária praticava a reprodução endógena em sua população escrava e que cumpria o dispositivo legal que proibia a separação dos cônjuges e dos filhos menores de 12 anos do pai ou mãe, sob pena de nulidade da venda (BRASIL, 1875). Todavia, em relação a Nicomedes, cabem mais investigações para detectar se sua mãe realmente era Benedita e se era falecida no momento da confecção da procuração. Neves (2000) lembra que muitos senhores de escravizados, com finalidades comerciais, depois da lei que proibia a separação da família escravizada, usavam a justificativa de que a mãe era falecida ou desconhecida.

Não foi possível seguir os nomes de todos os proprietários em outros documentos. Entretanto, alguns negociantes eram abastados proprietários de escravos e terras. A exemplo do tenente-coronel Antônio Carlos da Silva, que assinou muitas procurações e escrituras de compra e venda de crianças escravizadas e cujo nome aparece em documentos de terras e

⁶ Cedoc, Vila da Feira, 10 ago. 1878, fl. 82.

registro de batismo de crianças escravizadas. É importante destacar que nas fontes encontramos algumas das famílias de médios proprietários de terras e escravos que levam o sobrenome Machado da Silva.

Nesse caso, além de o tenente-coronel Antônio Carlos da Silva pertencer a uma família que tradicionalmente fazia parte dos lavradores de fumo, que utilizavam o braço escravo nas roças fumageiras, ele também estava no rol dos proprietários que incentivavam a reprodução endógena de suas escravas, bem como comercializava as “crias de suas escravas”, ou então aparecia como procurador, sendo responsável pela negociação de crianças cativas, na freguesia e em qualquer lugar da província, como designavam as procurações.

No dia 7 de maio de 1878, o tenente-coronel Antônio Carlos da Silva redigiu a escritura de doação, a Antônio Evangelista do Nascimento, de Severino, preto, 12 anos de idade, solteiro, do serviço da lavoura, filho natural de Severina, natural da freguesia de São Gonçalo (AFMJM, s.d.[a]). Em 1879, o tenente-coronel comprou o escravo Januário, preto, de 22 anos de idade, solteiro, da lavoura, natural daquela freguesia, pelo preço de 1 conto de réis (AFMJM, s.d.[b]). Como o tenente-coronel, entre os compradores e vendedores podemos encontrar integrantes da média e baixa faixas de riqueza.

A prevalência de médios e pequenos proprietários entre os negociantes de escravizados na freguesia pode ser explicada através da menor necessidade de terras e mão de obra para a produção fumageira, conforme sugerido por Bert Barickman. Já os grandes proprietários de engenho do Recôncavo da Bahia utilizavam da mão de obra escravizada até a véspera da Abolição (BARICKMAN, 1998-1999). Sobre esse assunto, Richard Graham relata que,

pelo fato de que a exportação nordestina de açúcar não estava mais em expansão, há a falsa convicção de que eram os senhores de engenho que vendiam seus escravos para o Sul, mas não foi usualmente esse o caso. A mais importante fonte, a longo prazo, para o novo tráfico de escravos foram as pequenas e médias propriedades agrícolas (GRAHAM, 2002, p. 130-131).

Embora eu não tenha indícios suficientes para sugerir que as negociações na freguesia de São Gonçalo dos Campos eram feitas especialmente por pequenos e médios proprietários, é possível que isso acontecesse, ainda mais em se tratando de crianças que, para os grandes proprietários, poderiam representar prejuízos.

Além de tudo isso, o principal gênero econômico da freguesia era o fumo, que na década de 1850 revelava sua crescente importância na pauta das exportações baianas. Seu cultivo, diferentemente da produção de açúcar, não necessitava de grandes investimentos nem de uma elevada quantidade de mão de obra escravizada, e assim o fumo era largamente produzido por pequenos e médios proprietários e até mesmo pelos considerados “pobres”.

De acordo com Katia Mattoso, no século XIX “o fumo continuou sendo uma cultura de homens livres, o que evitava o dispêndio na compra de escravos, cujos preços elevaram-se constantemente ao longo do século. Muitas vezes plantava-se em terra alugada e, entre os empregados, havia escravos alforriados” (MATTOSO, 1992, p. 464). Por conseguinte, os lavradores de fumo tinham a vantagem de não necessitar de grande número de escravos para o trabalho na lavoura; além disso, consorciavam a mão de obra livre com a mão de obra escravizada, tanto familiar, de agregados, como de adjutórios, fator que favoreceu a comercialização e o tráfico interprovincial de crianças escravizadas.

que as crianças ingênuas foram desejadas de outra maneira, inaugurando novas experiências em suas vidas, tal qual na vida de suas mães, oriundas da vida em cativeiro. Embora o limite temporal da pesquisa seja 1871, é importante lembrar as pesquisas sobre as crianças filhas de escravas posteriores à promulgação da Lei do Ventre Livre e as táticas dos senhores e senhoras com relação às tutelas e soldadas.

As crianças escravizadas não tiveram nenhuma regalia do mundo infantil. Atualmente, presenciando as discussões que dizem respeito à formulação e implementação de políticas públicas com cunho social sobre a maioria legal, assim como o quadro de exclusão social, do direito à educação, das questões raciais, da proteção à infância e das diversas violências a que estão expostas as crianças e adolescentes no Brasil, é possível constatar a carência do debate e do conhecimento sobre a temática, especificamente pensando nas experiências das crianças no contexto da escravidão e, posteriormente, em sua atuação na sociedade pós-Abolição. Do mesmo modo, as discussões sobre as questões raciais, o racismo e os assassinatos de crianças pelos representantes da segurança pública revelam carência de estudos sobre a história da escravidão de crianças no Brasil.

* Pós-doutoranda em Educação Básica pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). Pós-doutora em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle (Unilasalle). Doutora em História Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Ciências Sociais: cultura, desigualdade e desenvolvimento pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Especialista em Didática e Metodologia do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Anhanguera. Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs). Complementação em Pedagogia pela Faculdade Anhanguera. Professora extensionista do Curso de Formação Quilombola pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Sócia-proprietária, assessora na área de Educação do Campo e coordenadora pedagógica da instituição de ensino Campos do Saber. Atuante em associações e movimentos sociais e quilombolas no município de São Gonçalo dos Campos (BA).

► Texto recebido em 16 de junho de 2022; aprovado em 29 de setembro de 2022.

- AFMJM. **Livro de notas nº 1 (1877-1878)**. [S.l.]: AFMJM, [s.d.(a)].
- _____. **Livro de notas nº 2 (1879-1881)**. [S.l.]: AFMJM, [s.d.(b)].
- APEB. **Relação de número de fogos e moradores do distrito da freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira**. Maço 5683. Salvador: Apeb, [s.d.].
- APMC. **Escritura de compra e venda de João Pedreira Souza (10/2/1866)**. Cachoeira: APMC, [s.d.(a)].
- _____. **Escritura de compra e venda de Manoel Lourenço de Souza (3/3/1866)**. Cachoeira: APMC, [s.d.(b)].
- _____. **Escritura de compra e venda de Maria Felismina Encarnação (20/2/1866)**. Cachoeira: APMC, [s.d.(c)].
- _____. **Escritura de compra e venda de Maria Theolina de Jesus de 12/03/1866**. Cachoeira: APMC, [s.d.(d)].
- _____. **Inventários post-mortem (1840-1871)**. Cachoeira: APMC, [s.d.(e)].
- _____. **Livro de notas 1866-1867**. Cachoeira: APMC, [s.d.(f)].
- ARAÚJO, Nancy de Almeida. **Filhos livres de mulheres escravas**: Cuiabá, 1871-1888. 2001. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BARICKMAN, Bert Jude. “Até a véspera”: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.
- _____. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRASIL. **Coleção das leis do Império do Brasil de 1871**. Parte 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. p. 147-151.
- COSTA, Alex Andrade. **Arranjos de sobrevivência**: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888). 2009. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.
- FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da escravidão**: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos e vadios na Bahia do século XIX**. 1994. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.
- FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra**: pecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- GONDRA, José; GARCIA, Inára. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p. 70, maio-ago. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a05.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez?: o comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, p. 121-160, 2002. Disponível em: <www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002704>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 59-72, jul. 1989. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/290004237_O_trafico_de_crianças_escravas_para_o_Brasil_durante_o_século_XVIII>. Acesso em: 1 ago. 2016.
- _____; LEWKOWICZ, Ida. Trabalho infantil em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. **Locus**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 9-21, 1999.
- LEWKOWICZ, Ida; GUTIÉRREZ, Horácio; FLORENTINO, Manolo. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

MASFERRER LEÓN, Cristina V. Mulatillas y negritos: una mirada a la vida cotidiana de los niños esclavizados durante el periodo virreinal. **Antropología**, n. 98, p. 3-15, 2014. Disponível em: <www.academica.org/cristina.masferrer/5>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia, século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. O filho da escrava. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 76-98.

_____. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 137-176.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 85-96, jan.-jul. 1989.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. In: **Afro-Ásia**, n. 24, 2000.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. **Infância de faces negras**: a criança escrava brasileira no século XIX. 1993. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. **Recôncavo sul**: terra, homens, economia e poder no século XIX. 2000. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O liberto, seu mundo e os outros** (Salvador, 1790-1890). São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. **Das cambalhotas ao trabalho**: a criança escrava em Salvador, 1850-1888. 2003. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida**: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima-BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: _____ (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 84-106.

SANTANA, Clissio Santos. **Ele queria viver como se fosse homem livre**: escravidão e liberdade no termo de Cachoeira (1850-1888). 2014. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste (1850-1888)**: economias micro-regionais, redes de negociantes e experiência cativa. 2012. 342 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Escolas ao povo**: experiências de escolarização de pobres na Bahia (1870 a 1890). 2006. 390 f. Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. "Por que um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios": tutelas e soldadas e o trabalho de ingênuos na Bahia (1870 a 1900). In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso (Org.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **A não infância**: crianças como mão de obra em Mariana. 2008. 302 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 11, n. 15, jul.-dez. 2010.

_____. **Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)**. 2001. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: a assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador (séculos XVIII e XIX). Campinas: Papyrus, 1999.

A cultura privatizada

O caso brasileiro

The privatized culture
The Brazilian case

sara freitas*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.013>

Divulgação



Foto: Andre Seiti



Acima, em primeiro plano, obra sem título conhecida como *Manto da apresentação*, de Arthur Bispo do Rosario (costura, bordado e escrita, 118,5 x 141,2 cm). A peça fez parte da exposição "Bispo do Rosario — eu vim: aparição, impregnação e impacto", realizada na sede do Itaú Cultural (esq.). São Paulo (SP), 2022

RESUMO

Este artigo é resultante de um estudo sobre as ações sociais dos empresários com base na chamada responsabilidade social empresarial. Como referencial teórico, nos utilizamos de Karl Polanyi e seu argumento do duplo movimento. O objetivo geral foi compreender a ação socialmente responsável do setor empresarial no Brasil. E, como objetivo específico, compreender como o setor privado desenvolve suas ações no campo das políticas sociais. Como objeto específico de análise, temos as ações do Instituto Itaú Cultural, instituição vinculada ao banco Itaú, à época desta pesquisa o maior banco privado do país. Como método, utilizamos entrevistas semiestruturadas com dirigentes do Itaú Cultural, bem como pesquisamos os materiais disponíveis no *site* do Itaú Cultural e do Ministério da Cultura. Como resultado, destacamos que a política cultural no Brasil, desde o seu planejamento até a execução, tem caráter privado, de privatização das políticas culturais, apesar de contar com recursos públicos para sua plena execução.

Palavras-chave: Política cultural. Itaú Cultural. Ação social dos empresários. Responsabilidade social. Duplo movimento.

ABSTRACT

This article is the result of a study on the social actions of entrepreneurs through the so-called corporate social accountability. As a theoretical framework we use Karl Polanyi and his double movement argument. The general objective was to understand the socially responsible action of the business sector in Brazil. And as a specific objective we tried to understand how the private sector develops its actions in the field of social policies. Thus, as a specific object of analysis we have the actions of Itaú Cultural Institute, an institution linked to Itaú Bank, at the time of this research the largest private bank in the country. Our research method is based upon interviews with corporative rulers of Itaú Cultural, as well as upon documents available in Itaú Cultural and Ministry of Culture websites. As a result, we emphasize that cultural policy in Brazil, from its planning to its execution, has a private character, of privatization of cultural policies, despite having public resources for its full execution.

Keywords: Cultural policy. Itaú Cultural. Social action of entrepreneurs. Social responsibility. Double movement.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa sobre a responsabilidade social dos empresários, focalizando as ações do empresariado por meio de seus institutos e fundações. Como estudo de caso, escolhemos as ações do banco Itaú na área cultural, tendo como foco o Instituto Itaú Cultural.

A pesquisa aqui apresentada traz dados do setor empresarial, em especial do Instituto Itaú Cultural, que correspondem a um período de governos federais petistas, entre 2011 e 2016. Contudo, observamos que na história recente do Brasil, tendo na Presidência Jair Bolsonaro, todas as políticas relacionadas ao campo social, em especial de cultura, sofreram medidas de forte desmonte. A primeira medida do então presidente no campo da cultura foi a extinção do Ministério da Cultura. Nosso trabalho não se debruçará sobre essas questões do presente, não objetivamos aqui examinar as políticas culturais do Estado, mas sim a ação do setor privado na área social, no nosso caso, na área cultural. Contudo, isso não quer dizer que não utilizaremos dados disponibilizados pelo Estado, como os do extinto Ministério da Cultura, ou mesmo as leis existentes, como a Lei Rouanet, para qualificar nosso campo pesquisado.

Assim, trazemos ao leitor um debate sobre a atuação do empresariado no campo das políticas sociais, com foco em política cultural nos anos recentes no Brasil.

O leitor encontrará no tópico 3 um breve panorama sobre a política cultural anterior ao período por nós abordado. Assim, os dados desse prévio levantamento histórico poderão nos ajudar na compreensão do cenário atual, como o de desmonte das políticas sociais, tendo como atores representantes do capital e do poder público envolvidos no discurso de responsabilidade social.

Este artigo se delinea em seis partes codependentes. Para iniciar, discorreremos sobre o método, seguido da discussão do período histórico que vai dos anos 1930 até a era Lula, tendo como foco a política cultural. Na sequência discutimos a responsabilidade social. Em seguida, o debate sobre o campo privado, com destaque para o Itaú Cultural, seguido do debate sobre o duplo movimento empresarial. Por fim, antes das considerações finais, e para aprofundamento dessas questões elencadas por meio do trabalho de campo, apresentamos um levantamento sobre aquilo que denomino *cultura privatizada*. Ali se busca, por meio de dados empíricos e reflexões teóricas, pensar a ação de segmentos privados no âmbito da política cultural; apesar de o trabalho de campo ter focado o Itaú Cultural, chamo a atenção para os dados expostos nas tabelas, que demonstram, a partir do levantamento de informações sobre uma década de política cultural no Brasil, que os principais agentes na promoção, planejamento e execução da área cultural foram os agentes privados.

2. METODOLOGIA

A metodologia é qualitativa e consiste em análise documental (relatórios das entidades pesquisadas, documentos, cartilhas, notícias em jornais, dentre outras fontes) e levantamento bibliográfico, que compreende trabalhos que se debruçaram sobre a questão da

participação da sociedade civil¹ e a democracia no Brasil, de meados dos anos 1990 até 2016, ano de conclusão de parte desta pesquisa. Além do estudo bibliográfico, foram realizadas entrevistas com dirigentes do Instituto Ethos, Gifê, Fundação Itaú Social e Instituto Itaú Cultural, todos com sede em São Paulo.

Foram realizadas 15 entrevistas com diferentes atores e grupos sociais. É importante destacar que as entrevistas foram realizadas com gerentes e coordenadores de área das instituições; nesse sentido, as falas são institucionais. Tivemos interlocução com aproximadamente 30 atores sociais que atuam no campo pesquisado como funcionários dessas entidades.

3. PERPASSANDO O HISTÓRICO DA POLÍTICA CULTURAL: DE 1930 À ERA LULA

Conforme mencionado na introdução do presente trabalho, buscar-se-á nesta seção efetuar um histórico acerca de como a administração federal tratou da questão cultural, no intuito de situar num contexto mais amplo a discussão proposta.

O primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio no Brasil foi criado em 1933, como uma entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional. Era a Inspeção de Monumentos Nacionais, instituída pelo decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, e tinha como principais finalidades impedir que objetos antigos, referentes à história nacional, fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, a pretexto de modernização das cidades.

Nesse período é importante destacar as mudanças na administração pública federal implementadas no governo de Vargas. No referido governo, foram implementadas formas modernas de administração cultural, impulsionadas pelo movimento modernista e pela obra de Gilberto Freyre, que ganhava o debate público com a matriz da formação do povo brasileiro baseada no tripé das três raças: a indígena, a negra e a branca. Assim, o mestiço passa a ser valorizado, bem como a cultura popular, que passa a ter alguns aspectos considerados como símbolos da nação e adotados pelos artistas modernistas (SANTOS, 2009).

O Ministério da Cultura foi criado no governo Sarney, em 15 de março de 1985, pelo decreto nº 91.144. Antes, as atribuições dessa pasta eram do Ministério da Educação, que, de 1953 a 1985, chamava-se Ministério da Educação e Cultura. Ainda no governo de José Sarney, é criada a lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que cria incentivos fiscais à implementação de recursos em diversas áreas de atividade cultural. A lei discriminava diferentes tipos e níveis de participação das pessoas físicas e jurídicas. Além disso, havia o fundo de promoção cultural, que era vinculado ao Ministério da Cultura, gestor do fundo e responsável por um cadastro de entidades não beneficiadas por ação particular (FURTADO, 2012). Podemos dizer que aqui se desenha aquilo que veio a formar a maior fonte de recursos para financiamento da política cultural no Brasil, a Lei Rouanet.

Em 1990, no governo de Fernando Collor de Melo, o referido ministério foi transformado em Secretaria da Cultura, vinculada diretamente à Presidência da República². Foi

¹ Nossa concepção de sociedade civil é aquela pensada por Antonio Gramsci, ou seja, o espaço do registro de um conjunto de aparelhos privados de hegemonia, que tem por finalidade a articulação do consenso, seja na vida social ou mesmo nas atividades econômicas. A separação entre a sociedade civil e a sociedade política, para esse autor, é de caráter metodológico: em Gramsci, é a constituição dessas duas partes que configura o Estado integral ou ampliado.

² Essa situação de Secretaria da Cultura vinculada à Presidência da República durou pouco mais de dois anos, porque no governo seguinte, de Itamar Franco, a pasta restabelece-se como ministério.



Acompanhado de Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU e Nobel da Paz, o então ministro da Cultura de Lula, Gilberto Gil, toca “Toda menina baiana” na sede da ONU, em Nova York (EUA), setembro de 2003

no governo Collor que se criou a lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a chamada Lei Federal de Incentivo à Cultura, ou Lei Rouanet, outro mecanismo de investimento em cultura que, para alguns atores que participavam do processo de produção cultural, era a própria “política cultural”. A referida norma é a que institui políticas públicas para a cultura nacional, como, por exemplo, o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Uma das grandes críticas à Lei Rouanet volta-se justamente contra o fato de que os investimentos em políticas culturais são definidos pelo setor privado, não tendo o Estado um papel protagonista, ficando produtores culturais à deriva da boa vontade dos grandes grupos empresariais.

É, contudo, no governo de Fernando Henrique Cardoso que houve um crescimento de investimentos em políticas culturais, e uma nova legislação foi estabelecida. Trata-se da lei nº 9.649, aprovada em 27 de maio de 1998. Desde então, o Ministério da Cultura apresentou-se como um ator central na motivação e no patrocínio de diversos projetos culturais no país. Nesse período é acionado e consolidado fortemente o recurso de que dispõe a Lei Rouanet para o fomento da cultura, possibilitando a empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) aplicar em ações culturais uma parte do Imposto de Renda (IR) devido. O percentual de 6% do IR para pessoas físicas e de 4% para pessoas jurídicas, ainda que relativamente baixo, permitiu, por exemplo, que em 2017 fosse investido em cultura, segundo o Ministério da Cultura, mais de R\$ 1,1 bilhão³.

A Lei Rouanet tem um papel importante, ela pulveriza o número de atores que investem em cultura. Você não precisa, naturalmente, só ir ao Estado. Isso foi um grande avanço, ela vem muito na [sic] égide da Constituição Cidadã, onde [sic] mais protagonistas podem estar presentes na sociedade. Acho que de certa forma a Lei Rouanet representa isso (Marcos, em entrevista realizada em setembro de 2015).

Seja como ministério, seja como secretaria, durante os anos 1990 a pasta da Cultura sempre contou com recursos escassos, se comparados aos das demais instâncias administrativas federais. Foi na campanha presidencial de 2002 que o então candidato Lula da Silva esboçou um programa de “políticas públicas para a cultura” (CALABRE, 2014). Com a vitória, o presidente eleito convida o músico Gilberto Gil para ser o ministro que iria transformar a política de cultura do país.

3 O site que poderia nos dar maiores detalhes, o do Ministério da Cultura, por conta da recente extinção deste, quando funciona, não disponibiliza os dados pesquisados. Há só uma primeira página de apresentação ainda na web, mas sem detalhamento das políticas passadas.

Entidades como a Abrinq, que reúne empresários da indústria de brinquedos, passaram a desenvolver ações sociais quase sempre utilizando verbas públicas



A reforma começou no próprio Ministério da Cultura, cujas secretarias passaram a ser organizadas por uma lógica de implementação das políticas, ficando assim organizadas: Articulação Institucional; Políticas Culturais; Programas e Projetos Culturais (que mudou de nome algumas vezes); Identidade e Diversidade Cultural; Fomento e Incentivo Culturais (que cuida da Lei de Incentivo); sendo mantida a de Audiovisual. A reformulação ministerial foi aprovada em 12 de agosto de 2003, através do decreto nº 4.805 (CALABRE, 2014, p. 143). A ideia era que cada atividade fosse gerida, no âmbito do ministério, pelo órgão compatível, por exemplo, a política de patrimônio seria gerida pelo Iphan, a do livro, pela Biblioteca Nacional, e a das artes, pela Funarte (CALABRE, 2014).

Apesar dos avanços privados na captação de recursos no governo Lula, há que se destacar uma revolução impressa por esse governo nos anos de sua administração no que se refere à política cultural. Criou-se uma política perene, e não sazonal, como vinha sendo nos governos anteriores, vários programas foram implementados e vários coletivos foram fortalecidos, por via da esfera pública e da esfera privada.

Nesse sentido, focaremos em nossas análises, em especial, a esfera privada, tendo à frente o maior banco privado à época desta pesquisa, o banco Itaú, bem como a sua política de responsabilidade social e as suas ações no campo da política cultural.

4. A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A responsabilidade social empresarial se originou no fim dos anos 1960 nos Estados Unidos, período em que o papel ético e social das empresas passou a ser questionado. Nesse período, o modelo econômico capitalista sofria críticas ferrenhas, e com isso surgiram três escolas de pensamento: *business ethics* (ética empresarial); *business and society* (mercado e sociedade); e *social issues management* (gestão de questões sociais) (KREITLON, 2004).

No Brasil, a ideia de responsabilidade social ganhou ênfase nacional na década de 1990. Um dos trabalhos pioneiros é o de Paoli (2002), que, em seu artigo *Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil*, avalia a criação de um “espaço filantrópico” organizado tanto por empresários brasileiros como por multinacionais. Tal es-

paço se propõe a exercer uma ação civil e voluntária com vista a criar uma nova percepção da responsabilidade social das empresas diante da pobreza e da desigualdade social que impera na sociedade brasileira.

No entanto, Paoli (2002) critica essas ações filantrópicas do empresariado nacional e estrangeiro, pois tais ações se dão longe do debate público descrito em qualquer teoria política moderna, que gera, por meio de posições antagônicas e dialogantes, decisões políticas democráticas sobre a alocação dos recursos materiais e investimentos públicos para a ampliação dos direitos sociais dos membros de uma sociedade.

No caso brasileiro, destacamos a “especificidade da lógica neoliberal” e observamos que, tal como Paoli (2002) sinalizou, essa singularidade aponta para um mercado cada vez mais autônomo, dado por um processo de autorregulação e em disputa com a sociedade por hegemonia e controle. Como exemplo dessa atuação, visualizamos a atuação em políticas culturais, sendo o setor privado o que mais executa tais políticas. E se utiliza das leis Rouanet e da Inovação Tecnológica para a sua realização. Portanto, o setor privado investe na cultura com recursos estatais.

Nos anos 1990 ocorre a criação da Fundação Abrinq, organização que passou a reunir empresários do setor de brinquedos, no mesmo período em que foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em 1995, é criado o selo Abrinq, do Programa Empresa Amiga da Criança, mobilizando o setor empresarial para ações na área social, em especial em políticas para crianças e adolescentes.

No Brasil, como entidade representativa da responsabilidade social empresarial temos o Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), de 1989 — à época desta pesquisa, os institutos e fundações vinculados ao Gife correspondiam a empresas que concentravam 40% do PIB nacional —, e também o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que constitui uma organização não governamental caracterizada como Oscip. Criado em 1998 por um grupo de empresários, tem como missão sensibilizar os empresários a gerir suas empresas de forma responsável e socialmente sustentável. O instituto funciona como um polo de articulação e de conhecimento, viabilizando a construção de redes entre as empresas, por meio das quais se trocam experiências e se desenvolvem ferramentas para analisar a gestão das empresas e aprofundar seus compromissos com a responsabilidade social empresarial (RSE).

No período de criação desses institutos eclodia no país o ideário neoliberal, o que direcionou a preocupação dessas entidades às questões voltadas para a área social. Podemos analisar esses institutos como “aparelhos privados de hegemonia do empresariado nacional” (MACHADO, 2012, p. 58). Recorrendo a Torres, podemos mais bem especificá-los como “corporações orgânicas do capital” (TORRES, 2012), pois, segundo esse autor, o conceito de *aparelho privado de hegemonia* não parece ter precisão quando remontamos à lógica do capitalismo orgânico e sua atuação no social, uma vez que é por via da organicidade que ele formula e dissemina as medidas do setor privado em sua atuação no social. Contudo, é certo que tais corporações, ou, como apontou MACHADO (2012), aparelhos privados de hegemonia, são organizadoras de determinados discursos no campo da responsabilidade social:

No momento em que se desenha um novo pacto social, o setor privado é desafiado a ter uma participação social mais efetiva no sentido de cooperar com o Estado em sua tarefa de oferecer educação de qualidade a todos, uma vez que a rede pública de educação atende a cerca de 90% de nossas crianças e jovens (INSTITUTO ETHOS, 1999, p. 5).

A ação socialmente responsável dos empresários ganha terreno simultaneamente à mudança do papel do Estado diante da questão social. No novo contexto de privatizações e desregulamentação público-estatal do mercado, surge um movimento chamado “responsabilidade social”, que consiste na contrapartida dada por estratos da sociedade civil capitaneados pelo empresariado

A ação socialmente responsável dos empresários ganha terreno simultaneamente à mudança do papel do Estado diante da questão social. No novo contexto de privatizações e desregulamentação público-estatal do mercado, surge um movimento chamado “responsabilidade social”, que consiste na contrapartida dada por estratos da sociedade civil capitaneados pelo empresariado. A esse movimento nascente, junto com o movimento de abertura do Estado brasileiro ao capital, à luz de Polanyi, chamaremos duplo movimento empresarial, que abordaremos mais à frente neste texto.

5. O INSTITUTO ITAÚ CULTURAL

O Instituto Itaú Cultural foi criado em 1987 pelo presidente do Grupo Itaú, Olavo Egydio Setúbal. O surgimento do instituto é decorrência da atuação do banco Itaú na organização e na manutenção de um dos maiores acervos brasileiros de obras de arte, iniciado com o surgimento das Itaugalerias em vários pontos do país, a partir de 1971. O acervo conta com mais de 3,6 mil obras. No ano de 2008, o instituto organizou 299 eventos culturais em várias regiões do país, sendo que somente na sua sede, no município de São Paulo, as atividades concentraram aproximadamente 273 mil pessoas, além das iniciativas internacionais, realizadas na Argentina, no Chile, no México e no Uruguai.

Desde sua criação, já passaram pelo Itaú Cultural mais de 6 milhões de pessoas, que visitaram as exposições e eventos organizados, sendo que, no ano de 2012, 4.803 pessoas assistiram a shows, peças de teatro, espetáculos de dança, palestras, seminários, cursos, exposições de arte virtual etc. Ao total, foram 273 *eventos* e 856 *exposições ao longo de sua trajetória*, sendo 20 no ano de 2012 ocorridos em São Paulo e em outros municípios do Brasil, bem como no restante da América do Sul; 37 exposições itinerantes do acervo do Itaú Cultural, sendo 15 em 2012; 707 produtos lançados, entre CDs, DVDs, vídeos, livros e enciclopé-

O filósofo húngaro Karl Polanyi, em seu livro *A grande transformação*, desenvolveu uma análise profunda, com base em documentos históricos, acerca da Revolução Industrial e os esforços para se estabelecer e difundir uma sociedade de mercado, autorregulável



Reprodução

dia, sendo, em 2012, 21 produtos; sobre o material distribuído gratuitamente, tem-se um total de 890 mil unidades, sendo que em 2012 foram 11.530.

Por meio da Lei Rouanet, no ano de 2011 o Itaú Cultural recebeu R\$ 29,5 milhões, além dos R\$ 23,6 milhões provenientes de recursos sem incentivos, alcançando dessa forma R\$ 53,1 milhões. No ano de 2012 esse valor total saltou para R\$ 57,7 milhões. Ainda em 2011, o Itaú Cultural assumiu a gestão do Auditório Ibirapuera através de uma parceria público-privada. Foi inicialmente previsto que o instituto, nos cinco anos seguintes, utilizaria o auditório para realizar programas artísticos. Dada a sua experiência em gestão de cultura, o Itaú Cultural é o responsável pela administração da escola de música do auditório, oferecendo curso para aproximadamente 160 alunos.

Contudo, o Itaú assumiu a gestão do auditório de 2011 a 2020, com o objetivo de democratizar o acesso à cultura e desenvolvendo atividades sem utilizar leis de incentivo. De 2011 a 2019, 1.322 atividades foram realizadas. Em 2012, 170 mil pessoas assistiram a 185 apresentações no auditório.

Em 2012, o Itaú Cultural, ao completar 25 anos, preparou uma série de lançamentos, criando um *site* comemorativo enfatizando as ações do projeto Novos Rumos, que tem como objetivo apoiar a produção artística nacional. Ainda no ano de 2012 o Itaú Cultural captou, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, R\$ 29.898.227,71 por meio da Lei Rouanet, valor parecido com o obtido em 2011. Ainda que os valores sejam aproximados, o importante a destacar é que são dos mais altos entre os que constam na listagem de 2012, e foram obtidos por uma instituição vinculada ao maior banco privado nacional.

Dados mais atualizados comprovam que desde 2017 o Itaú Cultural não faz mais uso de leis de incentivo para fomentar a sua política cultural. Contudo, em 2019, o Itaú Unibanco patrocinou 148 projetos culturais em 156 municípios de 12 estados do país por meio da Lei de Incentivo à Cultura, sendo investido em cultura o equivalente a R\$ 248 milhões; desse valor, R\$ 121 milhões seriam por meio da lei de incentivo.

6. O DUPLO MOVIMENTO EMPRESARIAL

Polanyi (2000), em seu livro *A grande transformação*, desenvolveu uma análise profunda, com base em documentos históricos, acerca da Revolução Industrial e os esforços

Seria possível falar, na perspectiva aqui desenvolvida, em um mercado do social, no qual organizações as mais diversas do campo societal e, mais especificamente, do campo das instituições empresariais, se apresentam como protagonistas não só da defesa dos direitos sociais, mas da consecução destes, influenciando muitas vezes na realização das políticas públicas

para se estabelecer e difundir um novo mercado, uma sociedade de mercado, autorregulável.

Antes da Revolução Industrial, os mercados eram vistos como acessórios da vida econômica social, sendo o sistema econômico absorvido pelo sistema social. Atualmente, ao contrário, “em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 77).

Nesse sentido, o autor utiliza-se das pesquisas antropológicas sobre a função e o papel da economia nas sociedades primeiras. Afirmando que a história e as etnografias conhecem vários tipos de economia, alega que nenhuma sociedade seria controlada e regulada pelo mercado. Assim, reafirma que a descoberta mais importante dessas pesquisas é que a economia do homem está enraizada nas relações sociais. O interesse individual econômico nessas sociedades não dominadas pela economia de mercado raramente é predominante. Há a ausência de motivação pelo lucro, a ausência do princípio do menor esforço e, em especial, segundo Polanyi (2000), verifica-se “a ausência de qualquer instituição separada e distinta baseada em motivações econômicas” (POLANYI, 2000, p.67). Para comprovar seu argumento, utiliza-se dos exemplos das sociedades tribais, os princípios da reciprocidade e de redistribuição (POLANYI, 2000, p. 67).

A redistribuição e a reciprocidade permitiam a coesão social, a produção, os serviços prestados, ou seja, as pessoas ajudavam-se umas às outras, davam e recebiam livremente. Claro que havia uma autoridade central capaz de garantir ajuda aos excluídos, aos doentes etc., funcionando assim como o agente de redistribuição.

Além da redistribuição e da reciprocidade, havia uma terceira atividade econômica, a qual Polanyi denominava domesticidade, que consistiria na produção para uso próprio (POLANYI, 2000, p.73). O que Polanyi apresenta com base nesses estudos antropológicos é a não existência de um mercado, divergindo assim dos economistas e filósofos liberais que afirmavam que os homens sempre foram negociantes e que o mercado fora o local primeiro da instituição econômica. A base dessas sociedades era a solidariedade, princípios morais, éticos, cooperação e confiança. Polanyi (2000) afirmava que esses princípios existiram e sempre existirão em todas as sociedades, em graus diferenciados.

Um dos argumentos importantes do autor que destacamos é o do duplo movimento, segundo o qual a dinâmica da sociedade é a expansão contínua do mercado, ao mesmo tempo que essa expansão é enfrentada por um contramovimento vital para a defesa e proteção da sociedade. Sendo, segundo o autor, esse contramovimento incompatível com o mercado autorregulável e com o próprio sistema de mercado.

Esse duplo movimento pode ser entendido como a ação de dois princípios organizadores da sociedade. O primeiro é o princípio do liberalismo econômico, que teria como meta estabelecer um mercado autorregulável e o livre-comércio. O outro é o princípio da proteção social, que dependeria do apoio àqueles que são afetados pela ação do mercado.

Essa problemática se torna pertinente e atual quando observada no contexto brasileiro no período pós-redemocratização de 1988. É importante observar que, no Brasil dos anos pós-redemocratização, observamos um duplo movimento de parcelas do empresariado, o que parece nos aproximar das argumentações de Polanyi.

O primeiro estaria ligado ao processo de privatização⁴, dirigido pelo Estado, de suas maiores estatais, e à compra destas por parte do empresariado nacional e internacional. Seria esta, a meu ver, uma forma de dominar a economia, antes controlada pelo Estado, impulsionando o mercado autorregulável, ganhando espaço e poder sobre os demais caminhos da vida econômica e política no país. Importante observar que tais privatizações foram, em certa medida, financiadas pela esfera estatal: “Para construir-se o pretense mercado autorregulado, que dispensaria tudo o mais a não ser os próprios critérios de lucratividade, faz-se necessário muito Estado, muitos recursos públicos.” (OLIVEIRA, 1998, p. 13)

Já o segundo movimento estaria ligado à criação das fundações e institutos empresariais, muitos dos quais nascidos no mesmo período das privatizações, logo após a redemocratização. O *boom* dessas organizações se dá concomitantemente à abertura do mercado brasileiro.

Isso, contudo, não quer dizer que esse duplo movimento, no segundo caso em específico (o surgimento de fundações e institutos empresariais), signifique necessariamente um contramovimento como aquele descrito por Polanyi (2000), de proteção social. Parece-nos a criação de uma nova mercadoria fictícia, qual seja, o social. É nessa confluência com as políticas sociais que o mercado se encontra com os direitos.

Seria possível falar, na perspectiva aqui desenvolvida, em um mercado do social, no qual organizações as mais diversas do campo societal e, mais especificamente, do campo das instituições empresariais, se apresentam como protagonistas não só da defesa dos direitos sociais, mas da consecução destes, influenciando muitas vezes na realização das políticas públicas.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Polanyi (2000), o social não é produzido para a venda. No entanto, a nosso ver, assume atualmente a função de mercadoria fictícia, visto que a ficção que ele representa por meio dessas organizações é, em certa medida, o padrão e o modo de ser da sociedade, são as relações de troca pessoais, as disputas por projetos

⁴ No que se refere ao período pesquisado, 2002 a 2012, os projetos de desestatização se concentraram majoritariamente na área de energia, transporte e infraestrutura, dentre os quais cito o Programa Nacional de Desestatização (PND) aplicado à rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 2007, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deu continuidade à outorga de concessões para a exploração de empreendimentos de transmissão incluídos no PND. Em 10 de dezembro, a Aneel realizou o leilão da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, a primeira do complexo do rio Madeira. Também foi incluído no SIN o leilão da Usina Hidrelétrica Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. Houve também concessão de aeroportos, de rodovias e do trem de alta velocidade (TAV). Sobre isso, veja BNDES (s.d.).

e editais etc. Aqui, a face mais perversa: a economia, em vez de ser a descrita por esse autor como um acessório da sociedade, agora tem esta como seu acessório.

Constatamos, na atualidade, que o setor empresarial financia a política partidária, os movimentos sociais, a Igreja, as ONGs, ou seja, tem financiado tudo o que se refere à política e aos cargos públicos da República. Financiam a República, financiam a sociedade, qual o sentido dessa ação? Tratar-se-ia, aqui, da atuação do mercado autorregulável, a busca incessante por ganhos, rompendo assim todos os laços em nossa sociedade? Tal configuração expressa, de acordo com Oliveira (2005, p. 17), que as “empresas são, agora, o poder político e, na clássica divisão de poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, assaltam e preenchem todos os lugares”.

A perversidade reside em que, no caso brasileiro, à medida que se desenvolve um movimento de proteção social, é o setor capitalista que também assume em certa medida a tarefa de proteger. A função do capital é dupla, pois, além da alegada atuação em defesa da sociedade, envolve a espoliação.

7. A CULTURA PRIVATIZADA

Segnini (2011), referindo-se aos trabalhos de Debord (1996), enfatiza que o aumento das atividades em cultura possibilita, no mundo contemporâneo, o crescimento e o desenvolvimento da vida econômica. Contudo, em especial no caso brasileiro, o Estado representa o principal agente de financiamento de tais atividades. Mas tal processo só pode ser compreendido se reconhecemos, tal como nos diz Segnini, a relevância da dimensão mercadológica que passa a ter o processo de criação artística. Tal processo se intensifica no contexto de mundialização das maiores corporações globais e seu envolvimento com o mundo das artes, como apontou Wu (2006).

Ainda segundo Segnini (2011), as políticas públicas de cultura no Brasil seguiram as análises de Wu (2006), contemplando a intensa participação do capital privado na implementação das políticas públicas culturais, nas palavras da autora:

A participação do capital privado na implementação das políticas culturais é observada pela crescente relevância econômica do mecenato, sobretudo nas artes. Essa questão é regulada por meio da lei federal de incentivo à cultura (lei nº 8.813/91). Conhecida como Lei Rouanet, no âmbito federal ela define as bases da política de relações entre o Estado e o capital privado, fundada na renúncia fiscal para investimento em cultura (SEGNINI, 2011, p. 74).

O trabalho de Segnini (2011) foca a interferência do campo empresarial no mundo das artes, nos contratos de trabalho e nos trabalhadores de orquestras sinfônicas, alguns oriundos de outros países. A autora demonstra a precariedade e vulnerabilidade no universo dos trabalhadores no mundo artístico. Embora ela não se restrinja ao conceito de responsabilidade social empresarial, visualizamos a forte presença do setor empresarial nessas ações, que contribuem para agravar o caráter precário do universo trabalhista das artes e evidenciam o processo de privatização do Estado.

Com base em nosso levantamento de campo, discutimos em que medida a cultura transformada em política pública passa logo ao domínio do privado. É importante destacar a experiência positiva na administração Luiz Inácio Lula da Silva, tendo Gilberto Gil à

A política cultural brasileira, à medida que vai ganhando corpo como política pública, também vai se tornando moeda de troca e, em muitos casos, recai no que denomino privatização, na medida em que tal política é gerida por alguns gestores (sejam eles do setor privado ou público) como negócio. Este é operado a partir da gestão do próprio orçamento público, que, por meio das leis de incentivo, promove a cultura intermediada por organizações privadas

frente do ministério, e suas medidas, que se pautaram por transformar a cultura em política pública com dotação orçamentária específica. No entanto, na mesma velocidade em que as medidas de Gil foram implementadas, a iniciativa privada passava a dominar o cenário, seja por meio de pessoas do mundo artístico ou das empresas.

Uma das críticas que assolam o cenário sobre investimento em cultura se refere à Lei Rouanet. *Grosso modo*, todas as ações, ou ao menos as tentativas referentes a essa lei, passaram a ser implementadas a partir de Gil.

O Instituto Itaú Cultural, utilizando essa lei, poderia trabalhar com 100% de isenção. No entanto, não tem sido essa a prática política da instituição, segundo o relato a seguir:

A cada ano, na verdade, vem diminuindo a quantidade do total do valor do orçamento do Itaú Cultural que é dependente da Lei Rouanet. Então, pode-se dizer que o banco está caminhando para uma diminuição do uso da Lei Rouanet com relação ao Itaú Cultural, destinando esse valor da Lei Rouanet diretamente para projetos que o banco apoia, independentemente da gente. Poderia trabalhar com 100% de isenção, trabalha com 70%, 30%, e sempre põe mais que 30%. Tem [*sic*] ano que chega a pôr mais de 40%, às vezes [o investimento] beira os 50%, dependendo do ano. Então isso é uma coisa legal. Outra coisa: poderia cobrar entrada e não cobra, porque tem instituto que trabalha com 100% e ainda cobra entrada. São essas coisas da Lei Rouanet que eu digo que são muito problemáticas. Então isso é outra coisa que eu acho muito legal (Luzia, em entrevista realizada em julho de 2013).

Muitas iniciativas no Brasil têm resultado da parceria entre o Estado e o setor privado. O discurso e as ações da chamada responsabilidade social dos empresários se concentram na área da cultura (62%), segundo o último relatório do Gife (2015), atrás apenas da

educação (85%) e da formação dos jovens para o mercado de trabalho ou para a cidadania, que ficou com 63%.

Nas últimas décadas, o Brasil praticou políticas públicas na área de cultura, antes abandonada, como algo importante e para o qual a maioria dos atores envolvidos, públicos e privados, querem dar sua contribuição, como tentativa de reparar os malefícios dos anos durante os quais a cultura havia ficado em segundo plano.

Segundo relatório de Barbosa (2015), os gastos do Ministério da Cultura responderam por 92% dos recursos na área de cultura em 1995, e no ano de 2010, apesar do aumento dos valores, reduziram-se a 46,5%. Já os incentivos, que representavam, em 1995, 7,9%, em 2010 chegaram a 53,5%. Como se pode observar, há um aumento global tanto daquilo que denominamos recursos diretos como dos recursos indiretos, que se apresentam na forma de incentivos fiscais.

Constatamos, nesse cenário de maior incidência de investimento público administrado pelo meio privado, aquilo que venho denominando de privatização da cultura. Como apontou Wu (2006), a partir dos anos 1980 se assiste na Grã-Bretanha e nos EUA a uma forte intervenção corporativa nas artes. A autora, por meio de uma cartografia, nos mostra o peso das empresas e de seus principais dirigentes nos conselhos curadores e no controle de instituições como a Tate Gallery, importante galeria de artes, pública, sediada na capital inglesa. Como descreve ainda a autora, importantes obras de arte estariam em poder das próprias empresas.

A política cultural brasileira, à medida que vai ganhando corpo como política pública, também vai se tornando moeda de troca e, em muitos casos, recai no que denomino privatização, na medida em que tal política é gerida por alguns gestores (sejam eles do setor privado ou público) como negócio. Este é operado a partir da gestão do próprio orçamento público, que, por meio das leis de incentivo, promove a cultura intermediada por organizações privadas.

Tais organizações disputam e controlam o orçamento, criando grupos e corretores de projetos que sabem como lidar especificamente com as leis de incentivo. São esses grupos que, em certa medida, controlam esse orçamento, diga-se, um orçamento público. Então, verificamos já na operação de acesso à lei de incentivo pequenos grupos de agentes privados que operam na captura de recursos por meio da Lei Rouanet. Eis um dos primeiros processos de privatização, visto que, apesar de tais operadores lidarem com dinheiro público, são pessoas jurídicas privadas.

Uma outra constatação desse processo de privatização, ou melhor, da incorporação dos valores do universo privado ao público, encontra-se na forma como os gestores públicos em cultura são formados.

Uma das formações se dá por meio do curso de especialização em gestão cultural oferecido pelo Itaú Cultural. É um curso extremamente concorrido e tem entre a maioria dos seus alunos funcionários e secretários municipais de Cultura dos mais diversos municípios do país. É um curso importante, realizado em parceria com uma universidade espanhola, que discute políticas e ações culturais, dentre outros temas. Não entraremos no mérito da sua qualidade. Apenas queremos chamar a atenção para quem está formando e realizando esse curso, que são agentes do setor privado. Esse setor é que tem formado os agentes públicos, os operadores da política cultural. E o que isso significa? Tal proposta inovadora deveria, a nosso ver, ser ministrada por instituições públicas. No entanto, a preocupação

O mecenato e o mundo da cultura foram dominados pela lógica da “catraca, espetacularização e público”

com a cultura parte da iniciativa privada, e o Estado tem delegado para a iniciativa privada a execução de várias políticas sociais, públicas, e com a cultura não seria diferente. O problema reside, a nosso ver, nas ideias que são passadas aos agentes públicos. São ideias de uma política pública, ou daquilo que um dos nossos entrevistados denominou “CEP”. Em certa medida, é essa a forma como as políticas em cultura estão sendo desenvolvidas nos municípios e estados brasileiros, sob a lógica da “CEP”.

Segundo um dos nossos entrevistados, com cuja ideia compartilho, o mecenato e o mundo da cultura foram dominados pela lógica da “catraca, espetacularização e público”, eis o significado de *CEP*. Para nosso entrevistado, a lógica da catraca afasta o fomento e o risco, e, como a arte e a cultura têm de levar em consideração o risco e o fomento, não necessariamente geram público. A fase da espetacularização trava a produção e o pensamento artístico, na medida em que tudo se transforma em um grande espetáculo.

Se você vai fazer um evento, tem de ter lá fogos de artifício, luzes, muita pompa e circunstância. E [considerada a] atividade em si, o objetivo em si acaba ficando em segundo plano. Então tudo é um grande evento, um grande espetáculo. E, evento e espetáculo, tudo vai ao vento, e para a cultura, a perspectiva tem de ser a perenidade e o legado (Carlos, em entrevista realizada em setembro de 2015).

Se há um avanço e um fazer da cultura a partir do campo privado, é porque, a nosso ver, nesse quesito o Estado age com insuficiência e delega ao setor privado a maioria das ações. O Itaú Cultural, por exemplo, existe há 35 anos, três anos antes do próprio Ministério da Cultura. Imaginamos o universo cultural hoje sem o Itaú Cultural? É uma organização privada que no campo cultural proporciona importante contribuição, como tantas outras existentes no país, pelo *know-how* que acumulou nesses mais de 30 anos. Há que se considerar que o Itaú financia inclusive associações e grupos culturais independentes. O Itaú promove o projeto Rumos e financia várias outras atividades de grupos independentes, associações menores e que têm menor poder de captação sobre o fundo público. É como se o banco, por via de seu instituto, terceirizasse o fundo público. Primeiro, o banco captura os recursos do fundo público, na sequência elabora os editais e, *a posteriori*, destina os recursos a outros grupos independentes, que participam da seleção promovida por esses editais lançados pelo Itaú.

Outros exemplos de ação cultural que reforçam a forte presença do setor privado é o conjunto de Sescs, principalmente no estado de São Paulo, onde há 38 unidades ativas entre a capital e a Grande São Paulo, assumindo, por vezes, ações de um ministério. Seu orçamento no ano de 2015 foi de quase R\$ 1,5 bilhão, enquanto o orçamento do Ministério da Cultura para o mesmo período foi de R\$ 2,5 bilhões.

O Sesc faz parte do chamado Sistema S, que, para operar, também recebe recursos da União, de forma diferenciada se o compararmos ao Itaú Cultural. Contudo, com esse exemplo, demonstro que ambos recebem recursos do fundo público para executar um tipo de política social que sempre teve uma execução de caráter sazonal por parte do Estado.

Dados coletados do Itaú Cultural mostram que este teve um orçamento no ano de 2015 em torno de R\$ 600 milhões. Interessante observar que na entrevista realizada o entrevistado enfatizou por algumas vezes que o instituto dispunha praticamente do mesmo orçamento que o Ministério da Cultura, no entanto, não obtivemos maiores detalhes para a conferência desses dados. O que se pode concluir daí é o peso e a importância que o entrevistado quis atribuir ao Itaú Cultural. A instituição imprimiu na cultura e nas artes um modo de fazer, valores e ideias muito importantes para o debate atual sobre as políticas e ações culturais no país. No entanto, é importante observar que boa parte desse orçamento se constitui por meio da Lei Rouanet, ou de recursos de *marketing* de que o banco usualmente já faria uso. Vejamos:

No caso do Itaú Cultural, a gente tem um orçamento de R\$ 80 milhões, dos quais R\$ 20 milhões é [*sic*] Lei Rouanet. Ainda é artigo 26 [segundo o qual o doador poderá deduzir do Imposto de Renda os valores contribuídos em projetos culturais], ou seja, ainda tem contrapartida. Os outros R\$ 60 milhões é [*sic*] sem incentivo da Lei Rouanet. É aplicação direta do banco, ele deduz das despesas operacionais. A única parte que o banco deduz do IR são esses R\$ 20 milhões. Fora isso, o banco tem um comitê para fazer gestão dos recursos da Lei Rouanet [...]. Além desses R\$ 80 milhões, dos quais vamos lembrar [que] R\$ 20 é [*sic*] só [da] Lei Rouanet, os outros R\$ 60 [milhões] é [*sic*] sem incentivo da Lei Rouanet, a gente opera [com] mais uns R\$ 100 milhões, aí sim de Lei Rouanet, para projetos que são avaliados por um comitê. Esse comitê tem a presença de vários *players*, e quem o organiza é o Itaú Cultural. Esses R\$ 100 milhões, fora os R\$ 80 milhões, são ainda recursos que o banco investe em cultura, via Lei Rouanet. Todo o investimento que o banco faz em cultura é muito mais que R\$ 180 milhões, pois, veja, Itaú: R\$ 80 milhões; R\$ 100 milhões operados pelo comitê de incentivo fiscal, Lei Rouanet. E tem [*sic*] mais ações que estão fora desses dois universos. O Espaço Itaú de Cinema é [operado com] dinheiro de *marketing*, o Rock in Rio [também], não é [dependente da] Lei Rouanet. Então o conjunto dessas ações (Itaú Social, Cultural e Mobilidade) está girando em torno de R\$ 220 milhões de investimentos na cultura por ano. Para você ter uma ideia, o investimento que o Itaú faz em cultura, em social, está girando em torno de R\$ 600 milhões (Carlos, em entrevista realizada em setembro de 2015).

As ações do Itaú Cultural que se apresentam como gratuitas embutem um custo, não percebido pelo usuário, que é pago pelo fundo público. Já as ações do Sesc, por exemplo, não são necessariamente gratuitas para pessoas que não tenham vínculo com o Sistema S — estas, em muitos dos casos, pagam entrada. Mas há atividades gratuitas, e uma parcela significativa de investimento público em suas ações. O exemplo do Sesc aqui é para ilustrar a complexidade do tema e das políticas culturais desenvolvidas no país, tendo o segmento empresarial à frente.

Quanto ao banco Itaú e seu conjunto de ações promovidas em nome da responsabilidade social, é interessante observar, para além do *marketing*, que há em todas as suas atividades, desenvolvidas por meio de um conjunto de atividades culturais, uma preocu-

Não há amplitude nem democratização nesse tipo de política, e as próprias empresas podem criar institutos sem fins lucrativos e destinar uma parcela do seu IR para financiar projetos na área de cultura. Assim, ao mesmo tempo que fazem *marketing*, também atuam direcionando políticas públicas na área

pação com a formação pública do gestor cultural, do educador, com a escola pública, mas, efetivamente, em termos estruturais, não nos parece que se operou alguma mudança. O que o banco pretende, a nosso ver, com toda essa preocupação e atuação é ser a direção moral da sociedade (GRAMSCI, 1978), ou seja, construir uma hegemonia. Observamos, contudo, que todas as suas ações encontram, em certa medida, no poder de Estado, apoio e suporte, seja por meio de parcerias, de projetos comuns ou mesmo de debates.

A crítica da “CEP” feita por um dos nossos entrevistados reside na observação de que o mundo empresarial, o Estado brasileiro e a Lei Rouanet têm funcionado como uma terceirização da política pública em cultura, voltando-se ao mercado, transformando-se em um balcão de negócios. E a não reformulação da Lei Rouanet, do modo de financiar a política cultural, tem dificultado o maior acesso aos recursos e uma maior democratização dessas políticas para aquelas pessoas que não são conhecidas da grande mídia, do grande público. Essa questão precisa ser debatida, mas para além dos muros das entidades privadas que capturam por meio da Lei Rouanet recursos públicos e os operam no âmbito do privado, ou melhor, para um público de pessoas privadas.

O Estado deveria ser mais propositivo, atuante na defesa dos interesses da sociedade, para que os recursos não fiquem centralizados nas mãos da Coca-Cola, Ambev, Bradesco, Itaú e empresas de cartão de crédito, por exemplo, como vem ocorrendo desde os anos de FHC, passando pelo governo Lula, quando então se começou a desenhar uma política pública de cultura. No entanto, certos vícios da lei continuaram, e pouco se avançou nessa questão. Se assim seguir, continuaremos no círculo vicioso em que o dinheiro que, a princípio, diz-se, vem da iniciativa privada, na realidade vem do Estado, por via da lei de incentivos. Parece-nos tratar-se de um processo que envolve “a cooptação e a apropriação de realizações culturais sociais preexistentes” (HARVEY, 2011, p. 122). Sendo assim, a nosso ver, o Estado brasileiro processa no seu desenvolvimento capitalista uma forma de espoliação.

A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades). A corporativização

e a privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações [...] indicam uma nova onda de “expropriação de terras comuns” (HARVEY, 2011, p. 123).

Vejamos as tabelas a seguir, com a relação dos proponentes de projetos culturais ao Ministério da Cultura entre 2002 e 2012:

Tabela 1 — Maiores proponentes em projetos culturais — Brasil, 2002-2006 (em R\$)

Entidades proponentes	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Instituto Itai Cultural	23.775.989,06	17.447.289,60	6.500.000,00	19.700.000,00	21.560.000,00	88.983.278,66
Associação Cultural da Funarte	-	-	-	21.196.571,81	22.914.892,11	44.111.463,92
Associação Orquestra Pró Música do Rio de Janeiro	-	-	5.646.444,00	15.838.129,98	-	21.484.573,98
Fundação Roberto Marinho	-	10.883.309,57	8.536.462,41	-	-	19.419.771,98
Fundação Iberê Camargo	-	-	9.461.372,85	9.718.506,00	-	19.179.878,85
Fundação Padre Anchieta Centro Paulista de Rádio e TV Educativas	-	-	6.805.282,44	-	12.199.357,12	19.004.639,56
Associação Cultural do Arquivo Nacional	10.905.864,76	7.123.756,42	-	-	-	18.029.621,18
Associação de Amigos do Centro Cultural Banco do Brasil	8.104.507,32	7.611.145,54	-	-	-	15.715.652,86
T4F Entretenimento	-	-	-	-	14.042.812,50	14.042.812,50
Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira	-	-	-	-	10.694.482,00	10.694.482,00
Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social	-	-	-	9.315.000,00	-	9.315.000,00
Corpo	-	7.378.376,30	-	-	-	7.378.376,30
Mitra da Arquidiocese de São Paulo	4.150.000,00	-	-	-	-	4.150.000,00
Backstage Rio Empreendimentos e Produções Artísticas e Culturais	3.939.899,60	-	-	-	-	3.939.899,60
Total	50.876.260,74	50.443.877,43	36.949.561,70	75.768.207,79	81.411.543,73	295.449.451,39

Fonte: elaboração própria, com base em Brasil (2004).

Tabela 2 — Maiores proponentes de projetos culturais — Brasil, 2007-2012 (em R\$)

Entidades proponentes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Instituto Itaú Cultural	27.000.000,00	29.500.000,00	30.660.000,00	26.600.000,00	29.500.000,00	22.000.000,00	165.260.000,00
Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira	17.386.460,00	14.757.435,00	16.975.835,01		21.940.551,51	16.782.550,01	87.842.831,53
Fundação Roberto Marinho	9.957.758,94	–	–	–	35.222.344,59	15.411.231,67	60.591.335,20
Associação de Amigos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro	–	14.344.277,57	32.830.770,04	12.361.006,71	–	–	59.536.054,32
H Melillo Comunicação e Marketing	–	12.352.417,41	15.383.412,65	17.335.933,01	–	–	45.071.763,07
Fundação Bienal de São Paulo	–	–	–	16.996.314,07	19.429.500,00	–	36.425.814,07
Danças Marketing Comunicações	11.548.348,94	17.106.322,48	–	–	–	–	28.654.671,42
Aventura Entretenimento	–	–	–	–	–	20.501.046,20	20.501.046,20
Instituto Agires	–	–	–	–	15.045.493,12	–	15.045.493,12
Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo	–	–	–	–	–	14.109.904,58	14.109.904,58
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand	–	–	–	12.771.500,00	–	–	12.771.500,00
Associação Cultural da Funarte	–	–	12.332.904,13	–	–	–	12.332.904,13
Fundação Padre Anchieta Centro Paulista de Rádio e TV Educativas	11.836.845,25	–	–	–	–	–	11.836.845,25
Total	77.729.413,13	88.060.452,46	108.182.921,83	86.064.753,79	121.137.889,22	88.804.732,46	569.980.162,89

Fonte: elaboração própria, com base em Brasil (2004).

Em dez anos (2002-2012), o Itaú Cultural desponta, dentre os proponentes, como aquele que mais recebeu por meio da Lei Rouanet recursos públicos para a execução de projetos, ou melhor, para a execução de seus planos de atividades referentes aos anos descritos. Não conseguimos da própria instituição o detalhamento dos seus relatórios de atividades, de suas ações desenvolvidas no período destacado nas tabelas. Entretanto, por meio dos dados disponíveis no Ministério da Cultura, visualizamos os recursos, ou ao menos parte deles, recebidos pela instituição. Apesar de constarem suas atividades, não há uma sistematização dessas atividades no período 2002-2010, o que só veio a existir a partir de 2011. Chama-nos a atenção que todo o conjunto da obra do Itaú Cultural encontrou nesse período dinheiro público para sua execução. E encontrou de duas formas, que são os mecanismos que as grandes empresas, ou os grupos privados que atuam em cultura, vêm desenvolvendo para ter financiamento para os seus projetos.

A primeira diz respeito a esse modelo descrito nas tabelas anteriores. O grupo ou instituição pode concorrer a um edital já aberto, que conta com uma dotação orçamentária específica, ou pode ela mesma submeter um projeto para buscar obter aprovação de recursos da Lei Rouanet, evocando, nessa mesma lei, o artigo 18 (que financia 100% do projeto), ou o artigo 26 (que financia entre 30% e 40% do projeto para pessoas jurídicas). Além do uso desses

artigos por organizações que pleiteiam recursos diretamente no Ministério da Cultura, tais organizações podem procurar investidores para apoiarem seus projetos, e aqui há outra forma de financiamento: os investidores privados, que podem usar até 4% do seu Imposto de Renda para financiar projetos culturais. Nos levantamentos verificamos que todos os investidores fazem uso do artigo 18 da Lei Rouanet. No caso do Itaú Cultural, ele faz uso das duas formas de financiamento e das duas formas da lei, trabalhando tanto com o artigo 18 quanto com o artigo 26. No entanto, para o instituto tem maior peso no momento presente o artigo 26, enquanto o banco e suas empresas, que atuam como patrocinadores, usam mais o artigo 18.

Segundo o levantamento que fizemos no *site* do Ministério da Cultura, dentre os maiores investidores estão instituições públicas como a Petrobras, distribuidora de petróleo, uma subsidiária da Petrobras, o Banco do Brasil, o BNDES, a Caixa Econômica Federal, a Eletrobrás e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Além delas, estão empresas privadas como Cielo, Redecard, Vivo, Vale, Ambev, Credicard. e as empresas que compõem as *holdings* dos bancos Bradesco (Banco Bradesco, Bradesco Seguros, Bradesco Saúde, Bradesco Vida e Previdência) e Itaú (Banco Itaú, Itauleasing de Arrendamento Mercantil, Itaú Vida e Previdência e Unibanco).

Com efeito, fizemos um mapeamento para comparar os anos do período 2002-2012. Cruzamos os dados referentes ao que o banco Itaú incentivou em políticas culturais com o que esse banco, por meio de seu instituto cultural, capturou em recursos através da Lei Rouanet. Dos valores relacionados a seguir, constatamos, em pesquisa no *site* do Ministério da Cultura, que na parte de patrocínios (mecenato) o banco pôde doar recursos diretamente para suas instituições. O Itaú Cultural recebeu R\$ 87.939.209,83 dos R\$ 177.000.451 gastos em patrocínio pelas empresas vinculadas à *holding* Itaú, além dos recursos obtidos por meio dos projetos que ele encaminhou diretamente ao Ministério.

Dentre os vários financiamentos que o banco Itaú fez em cultura, estão eventos como apoio às bienais em São Paulo, festivais em Curitiba, Paraty, publicação de livros, apoio a peças de teatro etc. Chama-nos a atenção nos levantamentos desses dados o montante de recursos que o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) recebeu da instituição bancária, registrando um valor aproximado de R\$ 10,7 milhões. O MAM tem como presidente de honra Milu Villela, que é uma das herdeiras do banco Itaú, bem como diretora-presidente do Itaú Cultural. Então se justifica, por meio de laços, que Milu acione a família, ou mesmo, por redes, que ela envolva todo o circuito da cultura, e isso justifica, a nosso ver, toda essa proximidade do agente patrocinador, a *holding* Itaú.

Ainda para pensar sobre essas conexões e redes que mantêm os empresários, buscamos nas análises de Lazzarini (2011) uma explicação possível de como pouco mudou a estrutura da propriedade no Brasil. Nesse sentido, o autor vai demonstrar como se constroem as redes de relação entre as empresas, sobretudo nos anos 1990, com as privatizações. A Vale do Rio Doce, por exemplo, poderia ser tomada como uma empresa privada, mas, na prática, por via de “laços”, o Estado é seu maior acionista. O capitalismo de laços tem como base o uso das relações, pelos agentes, para aproveitar e explorar oportunidades de mercado ou para influenciar determinadas decisões de interesse dos grupos envolvidos. Ou seja, é um emaranhado de estratégias, contatos, alianças em torno de interesses políticos e econômicos (LAZZARINI, 2011). “Laços” podem significar intimidade, relações próximas e duradoras ou uma rede de “relações sociais valiosas”. E podem ser construídos por pessoas estranhas ao circuito inserido. Ou seja, novas pessoas podem entrar no circuito desses laços, visto que eles não são definidos

pelas relações biológicas, mas sim pela forma como podem agregar ganhos: por intermédio do “amigo do amigo do amigo” (LAZZARINI, 2011).

Tabela 3 — Comparativo entre banco Itaú e Itaú Cultural — Brasil, 2002-2007 (em R\$)

Entidade proponente	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Instituto Itaú Cultural	23.775.989,06	17.447.289,60	6.500.000,00	19.700.000,00	21.560.000,00	27.000.000,00
Entidade incentivadora						
Banco Itaú BBA	15.973.333,35	5.085.322,40	-	-	-	-
Banco Itaú	7.980.323,89	5.679.795,52	-	-	-	9.526.685,52
Itaú Vida e Previdência	-	-	-	6.300.000,00	6.750.000,00	-
Total	47.729.646,30	28.212.407,52	6.500.000,00	26.000.000,00	28.310.000,00	36.526.685,52

Fonte: elaboração própria.

Tabela 4 — Comparativo entre banco Itaú e Itaú Cultural — Brasil, 2008-2012 (em R\$)

Entidade proponente	2008	2009	2010	2011	2012
Instituto Itaú Cultural	29.500.000,00	30.660.000,00	26.600.000,00	29.500.000,00	22.000.000,00
Entidade incentivadora					
Banco Itaú BBA		10.257.959,80	-	-	-
Banco Itaú		22.400.008,00	-	-	-
Itaú Vida e Previdência	-	-	10.565.000,00	-	10.845.000,00
Itaú Securitizadora de Créditos Financeiros		8.853.907,00	-	-	-
Unibanco	-	-	-	23.800.000,00	-
Itauleasing de Arrendamento Mercantil		-	-	10.284.045,21	22.699.070,48
Total	29.500.000,00	72.171.874,80	37.165.000,00	63.584.045,21	55.544.070,48

Fonte: elaboração própria.

Tabela 5 — Comparativo entre banco Itaú e Itaú Cultural — Brasil, 2002-2012 (total, em R\$)

Entidade proponente	Total
Instituto Itaú Cultural	254.243.278,66
Entidade incentivadora	
Banco Itaú BBA	31.316.615,55
Banco Itaú	45.586.812,93
Itaú Vida e Previdência	34.460.000,00
Itaú Securitizadora de Créditos Financeiros	8.853.907,00
Unibanco	23.800.000,00
Itauleasing de Arrecadamento Mercantil	32.983.115,69

Fonte: elaboração própria.

Essas empresas podem, como investidoras, realizar doações e patrocínios para seus institutos ou fundações, todos amparados pela lei, já que, segundo o artigo 27 da Lei Rouanet: “Não se consideram vinculadas as instituições culturais sem fins lucrativos, criadas pelo doador ou patrocinador, desde que devidamente constituídas e em funcionamento, na forma da legislação em vigor (redação dada pela lei nº 9.874, de 1999).” Além do *marketing* que se agrega a tal dispositivo disponível na lei, também se cria um circuito entre os mesmos agentes

culturais. Não há amplitude nem democratização nesse tipo de política, e as próprias empresas podem criar institutos sem fins lucrativos e destinar uma parcela do seu IR para financiar projetos na área de cultura. Assim, ao mesmo tempo que fazem *marketing*, também atuam direcionando políticas públicas na área.

Cabe mencionar ainda aquelas empresas que captam recursos por meio da Lei Rouanet e cobram pelo espetáculo ou show — o que dizer das várias peças de teatro, das turnês do Ballet Bolshoi ou do Cirque du Soleil? Elas têm como patrocinadores, além do Ministério da Cultura, empresas como a Vale ou bancos (Bradesco, Itaú, Brasil, CEF). Contudo, os financiamentos para esses eventos ou são advindos da renúncia fiscal da empresa ou de dinheiro do próprio ministério (de fomento à cultura). No entanto, todos os espetáculos são pagos. Esse é um diferencial com relação ao Itaú Cultural. Seus espetáculos, seus cursos e suas exposições são tidos como gratuitos, e nesse sentido o instituto mantém coerência, não cobrando pela exposição ou atividade que desenvolve, visto que, se há um patrocínio, este é do próprio fundo público, por meio das leis de incentivo fiscal de que tal instituição faz uso.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Focamos em nossa pesquisa o Instituto Itaú Cultural, por consideramos suas ações de grande impacto não só em São Paulo, mas em todo o país, assim como em alguns outros países da América do Sul. O que verificamos no discurso do Itaú Cultural é que todas as suas ações são gratuitas, e que o banco assume metade dos custos do instituto. Entretanto, percebemos no levantamento por nós realizado no extinto Ministério da Cultura que o financiamento desse processo é distinto. Ainda há, sim, um peso do Estado no financiamento das ações em cultura do Itaú Cultural, e mesmo quando o banco as patrocina, como incentivador que é da cultura, ele pode deduzir tais gastos do seu IR. Apesar de as ações do Itaú serem gratuitas, este imprimiu um modo de fazer cultura. Longe de definirmos se esse modo é certo ou não, o fato é o imperativo da lógica privada. Segue tratando-se de um instituto vinculado a um banco, que tem como interlocutora Milu Vilella, que presidiu por 24 anos o MAM, sendo hoje sua presidente de honra. E que, por suas relações e laços, tem conseguido atrair investimento e dar, em certa medida, as diretrizes de como a política cultural deve ser realizada. Além do mais, essa mesma instituição tem formado grande parte dos gestores municipais de cultura do país. O que percebemos, ao analisar esse conjunto de ações de um conglomerado como o Itaú, é que existe um duplo movimento: um que visa inserir a empresa mais fortemente nas políticas sociais (dando-lhes diretrizes, formulando políticas públicas, mas sem que estas tenham um perfil mais universal; antes, se orientam pelo mercado), e outro que é a captura do Estado. E essa captura, em certa medida, acontece na formação que o Itaú Cultural dá aos agentes executores da política cultural das prefeituras.

Por fim, longe de esgotar o debate, este estudo, que classifico como inicial, pretendeu, além de diagnosticar esse cenário no campo das políticas sociais, em especial da cultura, propor que se abram agendas de pesquisa em diversas frentes e vertentes para um melhor entendimento do problema exposto.

* Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-doutora pelo Institute of Education da University College London (Inglaterra) e em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail*: sarafs77@yahoo.com.br

O título deste artigo pode soar abrangente se o leitor olhar apenas para o objeto escolhido para pesquisa, o Banco Itaú. Contudo, chamo a atenção do leitor para os exemplos citados, como o caso do Sesc, ou mesmo a extensa tabela em que se fez o levantamento de uma década, e, nesse cenário descrito pela tabela, observa-se que as dez maiores fontes de planejamento e execução da política cultural são do setor privado, dos mais diversos ramos, como bancos, empresas, associações etc. Sendo que o banco Itaú figura sempre nas primeiras colocações nesse levantamento, de acordo com a tabela, trazemos neste texto os dados dessa instituição em especial.

► Texto recebido em 2 de junho de 2022; aprovado em 25 de agosto de 2022.

BARBOSA, Frederico; FREITAS FILHO, Roberto. **Financiamento cultural**: uma visão de princípios. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2083).

BNDES. **Histórico** [Mais sobre processos encerrados de desestatização]. [S.l.], [s.d]. Disponível em: <www.bnades.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Historico>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Salicnet**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>. Acesso: 16 jan. 2015.

CALABRE, Lia. Política cultural em tempos de democracia: a era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p. 137-156, 2014.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

_____. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: _____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-15.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: Faces; Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DAGNINO, Evelina; ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FAGNANI, Eduardo. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Ser Social**, Brasília, v. 13, n. 28 p. 41-80, 2011.

FURTADO, Rosa F. A. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura/Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GIFE. **Relatório de atividades**. São Paulo: Gife, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

INSTITUTO ETHOS. **O que as empresas podem fazer pela educação**. São Paulo: Cenpec; Instituto Ethos, 1999.

KREITLON, Maria P. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2004.

LAZZARINI, Sérgio. **Capitalismo de laços**: os donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MACHADO, Raphael A. **O desenvolvimento do Instituto Ethos e o campo da responsabilidade social empresarial no Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MINELLA, Ary C. **Banqueiros**: organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Anpocs, 1988.

_____. O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 505-546, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. O capital contra a democracia. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. p. 13-21.

_____. **Os direitos do antivalor**: economia política da hegemonia imperfeita. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 371-418.

_____. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele.

- A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007. p. 221-256.
- REIS, Carlos N. A responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado?. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 279-305, ago. 2007.
- RIVERA, Alberto J. O. El concepto de sociedad civil en una perspectiva habermasiana: hacia um nuevo proyecto de democratización. **Sociedad Civil**, México, DF, n. 1, v. 1, 1996.
- RUBIM, Antônio. A. C. As políticas culturais e o governo Lula. **Brasil em Debate**, São Paulo, v. 5, 2011.
- SANTOS, Fernando B. P. Política cultural no Brasil: histórico de retrocessos e avanços institucionais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpad, 2009.
- SEGNINI, Líliliana. O que permanece quando tudo muda?: precariedade e vulnerabilidade do trabalho na perspectiva sociológica. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 69-86, 2011.
- STARLING, Mônica; SOUZA, Nícia R. M.; PESSOA, Sylvana. Incentivo fiscal à cultura mineira: limites e possibilidades. In: ENECULT, 1., 2004. **Anais...** Salvador: UFBA, 2004.
- TORRES, Michelangelo M. **Cidadania do capital?:** a intervenção social das corporações empresariais no Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- URBINI, Lia F. **Educação integral e capital financeiro:** a participação do Itaú Unibanco nas políticas públicas de educação entre 2002 e 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WU, Chin-tao. **Privatização da cultura:** a intervenção corporativa nas artes desde os anos 1980. São Paulo: Boitempo, 2006.

GRANATO, Leonardo
**O Estado latino-americano:
 teoria e história**
 Editora: Expressão Popular
 Formato: 14 x 21 cm
 1ª edição, 2021
 136 páginas



Estado capitalista e América Latina

Capitalist State and Latin America

MOISÉS JOÃO RECH*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.014>

A partir da metade do século XX, a teoria social latino-americana tem buscado identificar no Estado um agente modernizador capaz de conduzir as economias periféricas para além da condição da dependência. Nesse período, a agenda de pesquisas se volta para os padrões de intervenção do Estado na modernização capitalista, em vista do “atraso” em que se encontravam as economias nacionais. O embate entre os diferentes modelos de intervenção — ortodoxos liberais, heterodoxos keynesianos ou estruturalistas e marxistas — se desenvolveu sob a disputa pelo papel do Estado nesse processo, em especial a respeito da eficácia da intervenção estatal para a aceleração do crescimento econômico; mas, apesar disso, o saldo do debate pouco contribuiu para uma análise crítica do Estado na periferia do capitalismo, que permaneceu concebido como uma entidade neutra e a-histórica.

É possível afirmar que o Estado na América Latina se constitui de uma estrutura heterônoma, que o impede de determinar seu próprio destino de forma autônoma

As diversas abordagens teóricas do período reforçam essa visão de um Estado desconectado de qualquer elemento de classe, caso da matriz weberiana e sua versão da teoria da modernização, centrada na aplicação descontextualizada das estratégias europeias e estadunidenses; foi o caso também da matriz estruturalista, centrada nas categorias “centro-periferia” e “intercâmbio desigual”, que, embora estivesse voltada para a situação específica da América Latina, não avançou numa teorização do Estado que levasse em consideração suas especificidades históricas e de classes; por fim, a abordagem marxista, oriunda de círculos intelectuais dissidentes das propostas cepalinas, propunha uma revolução democrático-burguesa (PCB) ou revolução socialista (teoria da dependência), mas, ambas as abordagens eram desprovidas de uma análise sofisticada do Estado e das particularidades nacionais. Ao fim e ao cabo, a totalidade das abordagens teóricas comunga de estratégias de desenvolvimento que creem em um Estado racional, homogêneo e a-histórico, isento de divisões ou conflitos internos e capaz de conduzir o desenvolvimento econômico, a depender apenas dos mecanismos e instrumentos utilizados para tal finalidade. Mesmo após o período de redemocratização, o debate transitou da teoria do desenvolvimentismo para a do neoliberalismo, e o Estado deixou, definitivamente, de ser objeto de qualquer reflexão por parte da teoria social.

Nesse contexto, a pouca literatura marxista acerca do Estado latino-americano foi solenemente desconsiderada. Desenvolvidas durante as décadas de 70 e 80 do século passado, as contribuições de Zavaleta, Lechner, Cueva, Evers, Kaplan, entre outros, ficaram restritas a círculos muito especializados ou foram praticamente esquecidas pela teoria social e, em especial, pela ciência política — que estava preocupada com estudos sobre democracia, instituições políticas e cultura política, os quais eram desprovidos de qualquer determinação de classe. Assim, a obra de Leonardo Granato *O Estado latino-americano: teoria e história* busca suprir essa lacuna nas pesquisas em ciência política: o Estado capitalista na América Latina.

A obra conta com três capítulos, e busca resgatar o debate realizado entre intelectuais marxistas a respeito das especificidades do Estado latino-americano. O primeiro capítulo, “O Estado moderno: percurso histórico”, faz uma reconstrução das principais matrizes de análise do Estado moderno, de Hegel a Weber, passando por Marx, Gramsci, Althusser e Poulantzas — sem, contudo, apresentar as contribuições da escola derivacionista alemã. Nesse itinerário, apresenta as diferenças que separam os teóricos liberais do contratualismo da

posição aristotélica defendida por Hegel, para em seguida apresentar a visão do jovem Marx e de seus textos da maturidade.

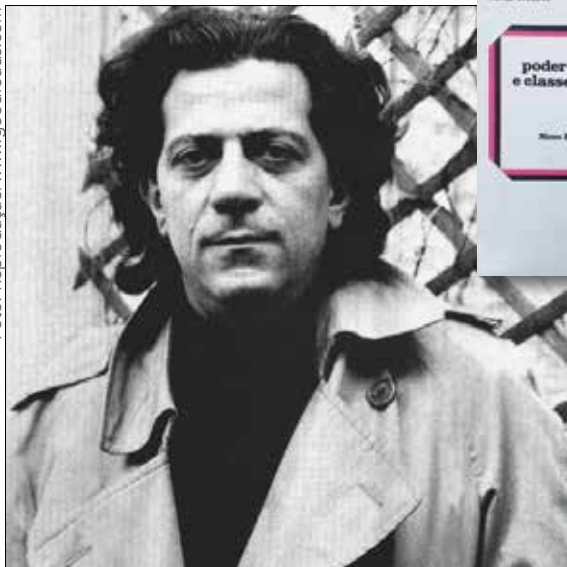
Um dos pontos centrais destacados por Granato consiste na crítica das visões idealistas do Estado, as quais buscavam projetar uma entidade racional e essencialmente voltada ao bem comum, acima da sociedade civil e sem qualquer elemento de classe. Hegel foi o responsável direto pela divisão entre sociedade civil e Estado: a primeira, caracterizada pelos interesses individuais e egoísticos; o segundo, marcado pela classe universal: a burocracia. Essa divisão será objeto de crítica por parte do jovem Marx, que, embora se utilizasse de categorias como a de alienação para retratar essa cisão fundamental do homem moderno, buscou, em seus textos da maturidade, realizar uma crítica do Estado a partir de categorias como as de modo de produção, luta de classes e trabalho abstrato, conectando a análise da crítica da economia política às formas políticas da sociedade burguesa. Em outras palavras, Marx chama a atenção para o caráter de classe do Estado capitalista, na qualidade de comitê dos interesses da burguesia (*Manifesto comunista*) e, posteriormente, para sua autonomia relativa (*O 18 de brumário*).

Apesar dos escritos de Marx a respeito da conjuntura política de seu tempo, pouco há de sistemático sobre o Estado. Coube a Lênin desenvolver, sob suas condições históricas, uma estratégia de análise e de luta contra o Estado czarista. Em *Estado e a revolução*, Lênin postulou a destruição do Estado capitalista mediante a revolução violenta, coordenada pelo proletariado; para Gramsci, contudo, essa estratégia deveria ser modificada devido às características do Estado integral do Ocidente, ou seja, não mais guerra de movimento — ataque frontal —, mas guerra de posição — construção da contra-hegemonia. Essa arquitetura do Estado integral para Gramsci será posteriormente absorvida por Louis Althusser, ao tratar dos aparelhos ideológicos e repressivos de Estado no contexto da reprodução das relações de produção. Porém, foi apenas com um dos alunos de Althusser, Nicos Poulantzas, que a teoria política marxista atingiu um desenvolvimento significativo — não por outro motivo, Granato dedica maior espaço para tratar das páginas de *Poder político e classes sociais*.

Para Poulantzas, o Estado capitalista tem como função a manutenção da unidade da formação social, ou seja, atua como fator de coesão das classes dominantes, ao mesmo tempo que assegura a reprodução das relações de produção. A esse respeito, Granato destaca a diferença entre a concepção de Estado como estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista e a de aparelho em uma formação social determinada, cujos objetivos são a desorganização política das classes dominadas e a organização política da classe dominante. Para isso, o Estado capitalista lança mão do que Poulantzas chamou de efeito de isolamento e efeito de representação da unidade, ou seja, a constituição do trabalhador assalariado na condição de sujeito de direito e cidadão. Por outro lado, o Estado capitalista se caracteriza por sua autonomia relativa, que, segundo Granato, remete a dois níveis de análise: o primeiro vincula-se à situação particular da França analisada em *O 18 de brumário*, cuja característica era a incapacidade de qualquer das classes apresentar-se como hegemônica e detentora do poder de Estado; o segundo nível, por outro lado, remete a uma característica em geral do Estado capitalista de autonomizar-se das classes dominantes, em vista de elas não governarem diretamente, mas por meio dos corpos legislativo-burocráticos.

O segundo capítulo, “O Estado latino-americano: debate teórico”, resgata as contribuições de intelectuais marxistas a respeito das condições constitutivas do Estado na América Latina, cujas análises buscaram se opor à visão liberal em voga e igualmente às visões

Foto: Reprodução/www.goodreads.com



Foi com Nicos Poulantzas, filósofo e sociólogo grego e aluno de Althusser, que a teoria política marxista atingiu um desenvolvimento significativo — não por outro motivo, Granato dedica maior espaço para tratar das páginas de *Poder político e classes sociais*.

marxistas instrumentalistas do Estado. Em linhas gerais, o debate a respeito do Estado latino-americano inicia-se com as contribuições liberal-constitucionais no campo da filosofia do direito e do direito constitucional; no campo marxista ortodoxo, as contribuições adotaram uma perspectiva instrumental e reducionista, por meio da qual o Estado é tratado como um aparelho a serviço dos interesses das oligarquias dominantes. A concepção instrumental do Estado capitalista permanece, no campo marxista, até a década de 1960, no contexto do desenvolvimentismo e do surgimento da teoria da dependência, cuja referência maior nos estudos sobre o Estado eram os textos de Lênin sobre o Estado czarista.

A renovação das reflexões sobre o Estado, destaca Granato, surge a partir dos influxos do pensamento althusseriano e poulantzasiano na América Latina, em especial nas décadas de 1970 e 1980, quando a questão da particularidade do Estado latino-americano foi apresentada. Nesse cenário, surgem os primeiros estudos preocupados em relacionar o Estado com as estruturas socioeconômicas da periferia do capitalismo, em especial com a condição pela qual se constituiu o capitalismo periférico e, por consequência, o Estado latino-americano, qual seja, sua “gênese histórica derivada”. Enquanto o capitalismo surge na Europa e a partir dela se expande, ele aparece de forma derivada na América Latina, articulado a uma forma específica de divisão internacional do trabalho com o objetivo de acumulação de capital nos países centrais. A referida gênese histórica derivada, sob certo aspecto, determinou o destino da região ao propiciar as condições de inserção dependente no mercado mundial e a heterogeneidade estrutural da sociedade latino-americana.

A exportação de matérias-primas e a importação de produtos manufaturados são a base da inserção subordinada das economias periféricas no mercado mundial, o que implica uma dependência econômica para com o capitalismo central e, igualmente, uma vulnerabilidade perante as oscilações do mercado mundial. Em outras palavras, tudo se passa como se a base do sistema produtivo não estivesse integrada apenas pelo território nacional, mas por elementos estrangeiros, alheios aos interesses nacionais, e, por esse motivo, não correspondentes. As determinações do Estado latino-americano levam em consideração uma base socioeconômica alienada, como se não houvesse uma sociedade integralmente própria. Assim como para o jovem Marx o homem moderno era alienado, ou para o Marx da maturidade as

categorias econômicas eram fetichizadas, é possível afirmar que o Estado na América Latina se constitui de uma estrutura heterônoma, que o impede de determinar seu próprio destino de forma autônoma. Além disso, igualmente, a heterogeneidade estrutural das sociedades do continente tem relação direta com a constituição do Estado, pois a mesclagem de arranjos produtivos modernos e tradicionais, o baixo grau de integração econômica territorial e a estrutura social desequilibrada contribuem para a falta de correspondência entre base e superestrutura, ou seja, trata-se de um Estado apartado da sociedade, de uma instância política separada das classes sociais. Não por outro motivo, a pouca coerência orgânica das sociedades latino-americanas é compensada pelo fortalecimento do Estado latino-americano, ou seja, a fragilidade na constituição da hegemonia na sociedade civil exige que Estado capitalista intensifique seu aparelho coercitivo mediante formas autoritárias de governo, como o caudilhismo, o populismo e a ditadura militar — no Brasil, o Poder Moderador durante o período imperial.

O terceiro capítulo do livro, “O Estado latino-americano: perpassar histórico”, tem como objetivo construir uma periodização do Estado capitalista, demonstrando suas origens e correlações de força ao longo das fases colonial, oligárquica, desenvolvimentista e neoliberal. Na fase colonial, destaca Granato, a formação da sociedade latino-americana foi marcada pela dependência e pelo subdesenvolvimento, em razão das características da acumulação primitiva de capital realizada através da exploração do trabalho escravo africano e indígena; por outro lado, a estrutura do modo de produção colonial deu forma a uma fragmentação de classes, a um mosaico populacional composto pela aristocracia, proprietários de terras, comerciantes, classe média urbana e classes populares. Todo esse arranjo socioeconômico se desenvolveu sob a égide do aparelho administrativo colonial, cujo objetivo era controlar a exploração interna, além de garantir a monopolização comercial e a centralização administrativa mediante a ocupação territorial e a aplicação da legislação da metrópole. Mas, apesar do aparelho administrativo colonial, a mudança de regime do capitalismo mercantil para o industrial exerceu pressão comercial sob as colônias, desencadeando processos de independência nacional e inaugurando a fase imperialista do capitalismo.

A fase oligárquica — periodizada entre as independências e a Primeira Guerra Mundial — é caracterizada por Granato como a combinação de instituições coloniais com formas de organização decorrentes da inserção dependente no mercado mundial. Nessa fase, a economia se organiza a partir do modo de acumulação de capital para fora, ou seja, voltado para a exportação de bens primários para o mercado internacional, em benefício de empresas estrangeiras e aliados internacionais oriundos do centro dinâmico do capitalismo. A aliança de grupos e empresas internacionais com o latifúndio era a expressão de uma economia agroexportadora mantida pelo Estado, em que qualquer forma de organização liberal-progressista era neutralizada por meios militares ou pactos e alianças. Assim, o Estado, na fase oligárquica, favorecia o fluxo de bens, capitais e pessoas, além de criar a infraestrutura necessária à exploração da riqueza, não sobrecarregar com impostos a riqueza privada e, por fim, garantir a livre iniciativa empresarial para as classes superiores, ao mesmo tempo que impedia a ascensão da classe trabalhadora.

Nesse contexto, o Estado desenvolvimentista, do final da Primeira Guerra Mundial até meados dos anos 1950, buscou reverter o tradicional modo de acumulação para fora. Granato destaca que, nesse período — por não haver acumulação primitiva de capital, mas apenas acumulação subsidiária da exportação —, o capital nacional necessário para a indus-

Os rumos da região são incertos. A ascensão de governos de extrema-direita, populistas e neoliberais perpetua a condição de dependência e subdesenvolvimento, e eles utilizam o aparelho de Estado para impedir a formação de uma alternativa popular

rialização foi adquirido mediante a transferência de capital da agricultura e da exportação para a indústria, buscando a substituição de importações. Por outro lado, a mudança da hegemonia do mercado mundial em favor dos Estados Unidos da América impactou a forma de relação entre centro e periferia, pois a relação de troca desigual sob a hegemonia britânica foi substituída pelo controle da produção sob a hegemonia estadunidense. Essa nova correlação de forças reconfigurou as economias latino-americanas, e, na ausência de uma burguesia industrial capaz de conduzir um processo de industrialização, coube ao Estado assumir essa função mediante a criação de estatais com capacidade de conduzir os rumos da acumulação.

Ao mesmo tempo que o Estado conduzia o processo de industrialização, o aparelho de Estado foi reforçado em todos os seus níveis. No Brasil, o Estado Novo e a Constituição de 1937 foram a expressão maior desse período. Coube ao Estado a organização e reprodução do capital, mediante o planejamento da acumulação industrial, além de procurar novos meios de exportação de matérias-primas para o mercado mundial e de, por fim, fornecer apoio jurídico e material à implantação do capital estrangeiro nos países. Somando-se a todos esses eventos, coube ainda ao Estado a neutralização de qualquer movimento popular que pudesse interromper o processo de acumulação. O saldo desse processo foi, segundo Granato, a perda de controle do aparelho produtivo por parte das burguesias locais, ao mesmo tempo que se privilegiava o consumo dos segmentos de elevado poder aquisitivo em detrimento de amplas camadas da população, o que conferiu um caráter estrutural à dependência e desembocou nas ditaduras militares da região.

Apesar do processo de redemocratização nos anos 1990, o projeto de desenvolvimento político-econômico autônomo da região não se efetivou. Ao contrário, a crise capitalista da década de 1970 exigiu um novo regime de acumulação centrado no enfraquecimento da classe trabalhadora, com corte de políticas públicas, ataque aos sindicatos, desregulamentação trabalhista, privatização de empresas estatais, abertura comercial, financeirização, disciplina fiscal e, elemento mais importante, estabilidade financeira — fundada na teoria

econômica marginalista e na teoria política liberal. Por meio dessas medidas, foi implementado o Estado neoliberal, o que, segundo Granato, aprofundou a dependência e o subdesenvolvimento da região. Ainda assim, nos primeiros anos da década de 2000, governos progressistas de centro-esquerda foram eleitos nos países sul-americanos, mas, apesar disso, com a exceção do governo Chávez, não houve rupturas profundas com o modelo neoliberal. A título de exemplo, no caso brasileiro, os governos lulistas mantiveram o chamado tripé macroeconômico — câmbio flutuante, metas de inflação e responsabilidade fiscal —, e, a despeito de seu reformismo fraco e caráter conciliatório, sua continuação foi interrompida pelo processo de impeachment.

Os rumos da região são incertos. A ascensão de governos de extrema-direita, populistas e neoliberais perpetua a condição de dependência e subdesenvolvimento, e eles utilizam o aparelho de Estado para impedir a formação de uma alternativa popular. O Estado capitalista latino-americano permanece marcado pela sua dupla alienação, isto é, por uma heteronomia da estrutura econômica e social, sendo incapaz, portanto, de conduzir um desenvolvimento autônomo da região. Sob essas condições, seu autoritarismo latente pode se revelar necessário, mais uma vez, para a desorganização de qualquer alternativa popular.

O livro de Granato é uma inestimável contribuição ao pensamento político marxista latino-americano. Busca reativar o debate em torno do Estado capitalista na América Latina, há muito esquecido pela ciência política, mas fundamental para o desenvolvimento de alternativas ao capitalismo neoliberal. Seu mérito é fixar os pontos do debate, trazer uma profunda revisão bibliográfica da intelectualidade marxista latino-americana e organizar pesquisas futuras. Trata-se de uma obra incontornável para todos aqueles que buscam aprofundar os estudos sobre o Estado capitalista na América Latina.

* Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre e graduado em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor de Direito pela UCS. Membro do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (Nepec-UFRGS/CNPq). *E-mail*: mjrech7@gmail.com

► Texto recebido em 16 de agosto de 2022; aprovado em 22 de setembro de 2022.

LIVROS QUE RECOMENDAMOS



Lula e a política da astúcia: de metalúrgico a presidente do Brasil

John D. French

Editoras: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo

Dimensões: 23 x 16 cm

1ª edição, 2022

Preço: R\$ 80

688 páginas

Esta biografia, baseada em fontes até agora não utilizadas, como agências de inteligência, tenta responder a uma pergunta básica: como o agora mundialmente conhecido Lula ascendeu de seu status como migrante rural pobre em São Paulo para virar um metalúrgico, um líder de greve sindical e uma importante liderança para a esquerda brasileira antes de finalmente chegar à presidência?

O autor aborda as ações extraordinárias dos metalúrgicos do ABC Paulista e de seus sindicatos durante a década de 1970. Diferentemente de outros que discutiram a vida do presidente Lula, o autor aborda como questão analítica essencial a insurgência massiva de trabalhadores que emergiu na indústria metalúrgica do ABC, um mundo de homens – e de algumas mulheres, que compunham 10% da mão-de-obra – que não se identificavam coletivamente como trabalhadores fabris e que, carecendo de unidade de ação e de consciência comum coletiva, não pareciam de forma alguma um terreno fértil para organização. Para além do simbólico, o autor investiga as ações de Lula durante aqueles anos e o legado por elas deixado, em termos tanto do que Lula aprendeu quanto do que ele veio a significar para aqueles que cruzaram seu caminho – seja diretamente ou pela mídia.

O livro apresenta uma interpretação biográfica da origem, das raízes e da evolução da visão, dos valores e das práticas de liderança de Lula e de como esses fatores se desenrolaram à medida que Lula obtinha poder e estatura.



O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet

Marcos Dantas, Denise Moura, Gabriela Raulino e Larissa Ormay

Editora: Boitempo

Dimensões: 21 x 14 cm

1ª edição, 2022

Preço: R\$ 73

312 páginas

O livro examina três grandes processos em curso na sociedade capitalista contemporânea: a apropriação do conhecimento pelos direitos de propriedade intelectual; a geração de valor em função do trabalho não pago dos usuários nas plataformas e redes sociais da internet, e a produção e apropriação de renda informacional por meio do espetáculo audiovisual.

Na atualidade, sustentam os autores, a informação tornou-se mercadoria. São enfocados os grandes conglomerados empresariais, sustentados pelo capital financeiro, que comandam o trabalho de artistas, cientistas e da sociedade em geral, por meio da apropriação do mais-valor gerado pela constante troca de informações.



Introdução ao imperialismo tardio

Luís Eduardo Fernandes (Org.)

Editora: Ruptura

Dimensões: 23 x 15,5 cm

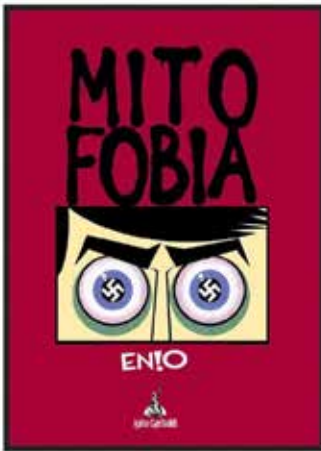
1ª edição, 2022

Preço: R\$ 55 (promocional)

312 páginas

Recorrendo a artigos de intelectuais marxistas consagrados e jovens pesquisadores, o livro trata de questões como a atualidade do imperialismo no século XXI, os atuais retrocessos em curso no Brasil motivados por essa lógica e a importância das lutas anti-imperialistas.

Os textos refletem também sobre a teoria do valor de Marx, a crítica leninista ao capitalismo monopolista e as continuidades e mudanças do imperialismo no século XXI, sob a hegemonia da transnacionalização produtiva e do capitalismo financeirizado.



Mitofobia

Enio Lins de Oliveira

Editora: Anita Garibaldi

Formato: 21 x 15 cm

1ª edição, 2022

Preço: R\$ 50

194 páginas

Resultado de um exaustivo trabalho de quatro anos, o livro reúne cerca de 190 charges críticas ao presidente Bolsonaro.

Combinando jornalismo, humor e artes visuais, Enio, atuante nas redes sociais, dá aqui continuidade à sua luta em favor da liberdade e da democracia através dos traços inconfundíveis de suas charges.

É ler, se divertir e se vingar. Afinal, o humor é uma arma letal contra aqueles que nos fazem tão mal.



A política externa brasileira e a Unasul: geopolítica e expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul

Tiago Nery

Editora: Eduerj

Dimensões: 21 x 14 cm

1ª edição, 2021

Preço: R\$ 39 (impresso) / gratuito (ePUB)

380 páginas

Nesta obra, o autor reflete sobre o papel do Brasil na criação da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e a atuação das empresas brasileiras na região, destacando as contradições entre a concepção geopolítica da diplomacia brasileira e a dinâmica dos investimentos privados do país no subcontinente.

Para Nery, os governos federais petistas buscaram uma inserção soberana do Brasil com base na unidade da América do Sul, concebida como importante ator geopolítico em uma ordem internacional em transformação.

A obra trata ainda do momento atual de ruptura com a trajetória da política externa brasileira e de desconstrução da arquitetura institucional sul-americana.



Comentários a um delírio militarista

Manuel Domingos Neto (Org.)

Editora: Gabinete de Leitura

1ª edição, 2022

Preço: R\$ 60

372 páginas

Buscando interpretar o papel dos militares no Brasil e o projeto que defendem para o país, o livro apresenta análises críticas acerca do documento “Projeto de nação: o Brasil em 2035”, lançado em maio pelos institutos General Villas Bôas, Sagres e Federalista.

A obra, cujo intuito central é compreender os desafios para derrotar a extrema-direita brasileira, traz contribuições de 41 professores, jornalistas e figuras de destaque na vida política brasileira, como Marcio Pochmann, Gilberto Maringoni, Cristina Serra, João Quartim de Moraes, João Pedro Stédile, Adriana Marques e José Genoino.



Educação para abolição: charges e histórias em quadrinhos no Segundo Reinado do Brasil

Thiago Modenesi

Editoras: Quadriculando e Anita Garibaldi

Dimensões: 21 x 15 cm

3ª edição, 2022

Preço: R\$ 30 (promocional)

180 páginas

Esta terceira edição da obra apresenta um novo tratamento de imagens e um anexo com material inédito, incluindo ilustrações adicionais de Angelo Agostini, um dos precursores dos quadrinhos no país.

O livro é fruto da pesquisa de Modenesi sobre o potencial educacional dos desenhos de Agostini, contestador do Império e crítico mordaz de Dom Pedro II, na formação da corrente abolicionista durante o Segundo Reinado (1840-1889).

O livro se baseia em um trabalho acadêmico graças ao qual o autor recebeu o Troféu HQMix de melhor dissertação de mestrado em 2013.



Emergências sistêmicas: civilizações transitórias em diálogos transculturais

Valéria Sanchez e Volmer Silva do Rêgo (Org., Coord.)

Editora: Anita Garibaldi

Dimensões: 21 x 15 cm

1ª edição, 2022

Preço: R\$ 59

312 páginas

Nesta coletânea, os autores questionam os atuais processos civilizatórios e propõem diálogos transculturais como meio de trazer luz a estes tempos sombrios.

Entre os temas explorados no trabalho, encontram-se: o saber mítico de matriz africana; o arquétipo do “esperançar”; o conceito de saúde única alinhado com a cosmologia dos povos tradicionais; o saber interconectado da ecopsicologia como ferramenta vital; as práticas de regeneração do solo e educação ambiental; a crise sistêmica do patriarcado; a proposição de símbolos como pharmakon; o desmonte da educação democrática, e o legado de Edgar Morin para o projeto de uma educação sob nova ética, com base na religação dos saberes.

Norteados pela psicologia analítica e investigando a questão da alteridade, os autores inserem aspectos psicológicos, sociais, políticos e ambientais e apresentam ao leitor informações, críticas, senhas e desafios.

Princípios é uma publicação quadrimestral da Editora e Livraria Anita Ltda.

Registrada no ISSN sob o nº 1415-7888 e no E-ISSN 2675-6609

URL: www.revistaprincipios.com.br

Open Journal System (OJS):

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br>

E-mail: principios@revistaprincipios.com.br

Jornalista responsável: Fábio Palácio

Gestão do portal Open Journal System: Nilson Weisheimer

Preparação e revisão de originais: Ramiro Torres

Projeto gráfico: Vandré Fernandes e Cláudio Gonzalez

Diagramação: Cláudio Gonzalez e Laécio D'Angelo Ribeiro

Editora e Livraria Anita Ltda.
CNPJ: 96.337.019/0001-05
End. Adm.: Rua Rego Freitas, 249 - República
São Paulo - SP - CEP: 01220-010
Tel.: (11) 3129-4586 WhatsApp: (11) 92012-3581
E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br
www.anitagaribaldi.com.br
Vendas: www.livrariaanita.com.br



Fundador

► João Amazonas (1912-2002)

Editores

► Júlio Vellozo e Fábio Palácio

Editor-executivo

► Nilson Weisheimer

Comissão Editorial

► Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes e Cláudio Gonzalez

Secretário de redação

► Ramiro Torres

Conselho Editorial

Analúcia Danilevicz Pereira (História e RRII/UFRGS); Andréia Galvão (Ciência Política/Unicamp); Antonio Liberac C. Simões Pires (História/UFRB); Armen Mamigonian (Geografia/UFSC); Atilio Boron (Ciência Política e RRII/Universidades de Buenos Aires e Avellaneda); Boaventura de Sousa Santos (Economia e Ciências Sociais/Universidades de Coimbra e Wisconsin-Madison); Carol Proner (Direito/UFRJ); Celso Frederico (Comunicação/Fisica/USP); Cícero Péricles de Carvalho (Geografia e Economia/Ufal/Unifesp); Cristhiano Duarte (Matemática e Física/University of Leeds); Dermeval Saviani (Educação/Unicamp); Elias Jabbour (Economia/Uerj); Enzo Bello (Direito/UFRJ); Fábio Guedes Gomes (Economia/Ufal); Fábio Palácio (Comunicação/UFMA); Frederico Mazzucchelli (Economia e História/Unicamp); Gabriel Becerra Yañez (Ciências Sociais/Universidad Cooperativa de Colombia); Gilberto Bercovi (Direito/USP); Gilberto Maringoni (RRII/UFABC); Ilka Bichara (Psicologia/UFBA); João Quartim de Moraes (Filosofia/Unicamp); José Carlos Braga (Economia/Unicamp); José Claudinei Lombardi (Educação/Unicamp); José Luís Fiori (Economia/UFRJ); Júlio Vellozo (Direito/Fadisp); Luís Fernandes (RRII e Ciência Política/PUC-RJ/UFRJ); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Luiz Fernando de Paula (Economia/UFRJ); Luiz Gonzaga Belluzzo (Economia/Unicamp); Madalena Guasco (Filosofia/PUC-SP); Manuel Domingos Neto (História/Casa de Rui Barbosa e UFC); Marcos Dantas (Comunicação/UFRJ); Maria Lygia Quartim de Moraes (Sociologia e Serv. Social/Unicamp e Unifesp); Marly Vianna (História/UFSCar); Mary Garcia Castro (Sociologia/UFBA/UFRJ); Maryse Farhi (Economia/Unicamp); Miguel Bruno (Economia/Ence-IBGE/Uerj); Nereide Saviani (Educação/UniSantos); Nilson Araújo (Unila); Olival Freire Junior (Hist. das Ciências/UFBA); Paris Yeros (Economia e RRII/UFABC); Sergio Schneider (Sociologia e Economia/UFRGS); Sidarta Ribeiro (Neurociências/UFRN); Sílvio Almeida (Administração/FGV); Tâki Cordás (Psiquiatria/USP); Volnei Garrafa (Bioética/UnB).

Conselho Consultivo

Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes, Cláudio González, Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aloísio Sérgio Barroso, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Augusto César Buonicore (*in memoriam*), Bernardo Joffily, Dilermando Toni, Edvar Bonotto (*in memoriam*), Fernando Garcia de Faria, Flávio Dino, Haroldo Lima, Jô Morais, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy (*in memoriam*), Lécio Morais, Leocir Costa Rosa, Luciana Santos, Manuela D'Ávila, Mariana de Rossi Venturini, Nádia Campeão, Olívia Rangel, Orlando Silva, Osvaldo Bertolino, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Renato Rabelo, Ricardo Abreu de Melo, Rita Coitinho, Rosanita Campos, Rubens Diniz, Sérgio Rubens, Walter Sorrentino.

Corpo de pareceristas

Alexandre Pilati (Literatura/UnB); Allan Kardec Barros (Eng. Elétrica/UFMA); Américo Alves de Lyra Junior (RRII/UFRR); Antônio Guedes Rangel Júnior (Educação e Psicologia/UEPB); Antonio Luiz Caldas Junior (Saúde Coletiva/Unesp); Caio Bugiati (Ciência Política e RRII/UFRRJ); Cássia Damiani (Políticas Públicas e Educação/UFC); Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo (Ciência Política/UFT); Cristiano Capovilla (Filosofia/UFMA); Dalton José Alves (Educação/Unirio); Dalton Macambira (História/UFPI); Daniela Borges Pavani (Astronomia/IF-UFRGS); Diego Pautasso (Geografia/Colégio Militar de P. Alegre); Dimitri Toledo (Administração Pública/Unifal-MG); Edileusa Pena da Silva (Biblioteconomia/UFMT); Edsaura Maria Pereira (Saúde Coletiva/UFG); Eduardo Corrêa (Matemática/Uerj); Edwiges C. Carvalho Corrêa (Direito/PUC-GO); Elisângela Lizardo de Oliveira (Educação/IFSP); Ernesto Valença (Teatro/Ufop); Francisco Wellington Duarte (Economia/UFRN); Gianni Fresu (Filosofia/UFU); Haroldo de Mayo Bernardes (Engenharia Civil/Unesp); Hélio de Mattos Alves (Farmácia/UFRJ); Hugo Valadares (Eng. Elétrica e Computação/UTFPR); José Ricardo Moreno Pinho (História/UnB); José Luiz Alves (Economia/UPE); Júlia Lemos Vieira (PhD Ciências Sociais/Uerj); Juliana Alves de Araújo Bottechia (Química e Educação/UnB); Lígia Maria Ávila Chiarelli (PG Arquitetura/UFPE); Luciano Moreira Rezende (Ciências Agrárias/IFDF); Maelda Barros (Geografia/UFPE); Mara Franco de Sá (Ciências Sociais e Educação/UFPI); Marcelo Pereira Fernandes (Economia/UFRRJ); Marcio Florentino Pereira (B.I. Saúde/UFSE); Maria das Graças de Oliveira (Ciência da Informação/IFMG); Maria do Carmo L. C. Leite (Educação/Unisantos); Maria Luiza Nogueira Rangel (Educação, Políticas Públicas e Filosofia/UEG/UCB); Máximo Augusto Campos Masson (Sociologia e Educação/UFRJ/UFRRJ); Meire Rose dos Anjos Oliveira (Geografia/UFMT); Neusa Valadares (Direito/PUC-GO); Nilson Weisheimer (Sociologia/UFRB); Olgamir Amancia Ferreira (Educação/UnB); Patrícia Simone Nogueira (Nutrição e Educação/UFMT); Paulo Bretas Vilarinho Junior (Psicologia/Faeterj Duque de Caxias); Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Ciências Ambientais/IFMG); Reinaldo de Lima Reis Jr. (Educação/IFG); Renildo Sousa (Economia e RRII/UFBA); Robson Câmara (Eape/SEEDF); Romualdo Pessoa Campos Filho (Geografia/Iesa-UFG); Sérgio Mário Lins Galdino (Ciência da Computação/UPE); Sheler Martins de Souza (Ciências Biológicas/IFF); Sílvio Costa (História/PUC-GO); Socorro Rangel (Matemática Aplicada/Unesp S. J. do Rio Preto); Tanara Lauschner (Computação/Ufam); Theófilo Rodrigues (PhD Ciências Sociais/Uerj); Thiago Modenesi (Educação e Políticas e Gestão Pública/UNIFG-PE); Wellington Pinheiro dos Santos (Engenharia Biomédica/UFPE); Wladimir Vinycius de Moraes Camargos (Direito/UFG).

REVISTA

princípios

teoria, política e cultura

41 ANOS

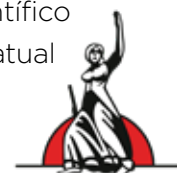
1981 - 2022



A revista *Princípios* inaugurou, com sua edição 159, uma transição para um novo projeto editorial. Nascida em 1981, sob a coordenação de João Amazonas, o periódico ocupa espaço insubstituível, constituindo-se na mais longeva revista marxista do Brasil. São 41 anos de publicações ininterruptas. A revista, com circulação nacional e prestigiado leque de colaboradores, supera sua quarta década de existência buscando se posicionar como um periódico científico multidisciplinar voltado à reflexão sobre temas candentes do mundo atual e sobre os desafios colocados ao desenvolvimento nacional brasileiro.

Confira a íntegra das edições em:

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios>



Anita Garibaldi



100 ANOS, DO RÁDIO NO BRASIL

No dia 7 de setembro de 1922 acontecia a primeira transmissão radiofônica no Brasil. De lá até aqui, o veículo ganhou multidões de ouvintes, assumiu imensa capilaridade e se tornou, mais do que um meio de informação, um vetor de integração nacional. Por meio de suas ondas a vida do país foi diariamente retratada e transmitida, ao longo das últimas décadas, para os rincões mais distantes. Hoje o meio segue se renovando, ao incorporar novas tecnologias e formatos. Cem anos após sua aparição no Brasil, o rádio pode ser definido como parte indissociável da cultura nacional.